

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

CHRYSTIAN WILSON PEREIRA

**JUNHO DE 2013, (RES)SURGIMENTO DO CONFRONTO POLÍTICO: ECOS DA
LONGA DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA**

FLORIANÓPOLIS

2024

CHRYSYTIAN WILSON PEREIRA

**JUNHO DE 2013, (RES)SURGIMENTO DO CONFRONTO POLÍTICO: ECOS DA
LONGA DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC), como requisito parcial e último para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Rangel Joffily

FLORIANÓPOLIS

2024

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Universitária Udesc,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Wilson Pereira, Chrystian

Junho de 2013, (res)surgimento do confronto político : Ecos da longa democratização brasileira / Chrystian Wilson Pereira. -- 2024. 192 p.

Orientadora: Mariana Rangel Joffily

Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2024.

1. Confronto Político. 2. Junho de 2013. 3. Democracia. 4. Mobilizações populares. 5. Esquerda e Direita. I. Rangel Joffily, Mariana . II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CHRYSSTIAN WILSON PEREIRA

**JUNHO DE 2013, (RES)SURGIMENTO DO CONFRONTO POLÍTICO: ECOS DA
LONGA DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC), como requisito parcial e último para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Rangel Joffily

BANCA EXAMINADORA

Dra. Mariana Rangel Joffily – Presidente e Orientadora
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membros:

Dra. Angela Moreira Domingues da Silva
Universidade Federal Fluminense – UFF

Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Dr. Sonia Maria Menses da Silva
Universidade Regional do Cariri – URCA

Dr. Walderez Simões Costa Ramalho
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Florianópolis, 12 de setembro de 2024

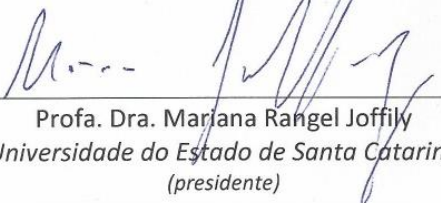
ATA DE DEFESA


No décimo segundo dia do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, as quatorze horas, compareceu ao Centro de Ciências Humanas e da Educação, , **Chrystian Wilson Pereira** do Programa de Pós-Graduação em História/Doutorado da Universidade do Estado de Santa Catarina, para a defesa de sua tese intitulada "**Junho de 2013, (res)surgimento do confronto político: ecos da longa democratização brasileira**", perante a Banca aprovada pelo Colegiado do Curso, constituída pelos Professores doutores, Profa. Dra. Mariana Rangel Joffily, da Universidade do Estado de Santa Catarina, Profa. Dra. Sonia Maria de Meneses Silva, da Universidade Regional do Cariri, Profa. Dra. Ângela Moreira Domingues da Silva, da Universidade Federal Fluminense, Prof. Dr. Walderez Simões Costa Ramalho, da Universidade do Estado de Santa Catarina e Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Löhn, da Universidade Estadual de Santa Catarina, sob a presidência do primeiro membro citado. Após a apresentação das considerações e sugestões da Banca Examinadora, a Professora Doutora Mariana Rangel Joffily, anunciou o parecer da Banca, considerando a tese Aprovada.

Observações:

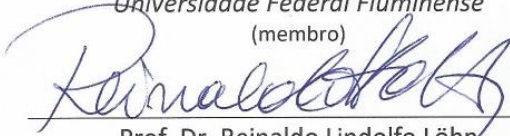
A banca desta co o trabalho com fontes de naturezas diversas e o esforço de revisão da literatura. Além disso considera que o amplo painel traçado sobre "junho de 2013" é uma efetiva contribuição para a historiografia.


Florianópolis, 12 de setembro de 2024


Profa. Dra. Mariana Rangel Joffily
Universidade do Estado de Santa Catarina
(presidente)


Documento assinado digitalmente
 ANGELA NOREIRA DOMINGUES DA SILVA
Data: 13/09/2024 18:04:24-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

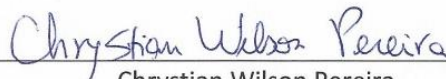
Profa. Dra. Ângela Moreira
Domingues da Silva
Universidade Federal Fluminense
(membro)


Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Löhn
Universidade Estadual de Santa Catarina
(membro)

Documento assinado digitalmente
 SONIA MARIA DE MENESES SILVA
Data: 13/09/2024 10:01:14-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Sonia Maria de
Meneses Silva
Universidade Regional do Cariri
(membro)


Prof. Dr. Walderez Simões Costa Ramalho
Universidade do Estado de Santa Catarina
(membro)


Chrystian Wilson Pereira
(doutorando)

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desta tese é fruto de uma intrincada teia de esforços, afeições e apoios, sem os quais a investigação e a escrita que ocuparam tantos momentos destes anos de doutoramento seriam inconcebíveis.

Agradeço profundamente à Universidade do Estado de Santa Catarina, ao Centro de Ciências Humanas e da Educação e ao Departamento e Programa de Pós-Graduação em História. Em nome dessas instituições às quais devo minha formação, estendo minha gratidão a todos aqueles que, com dedicação incansável e a despeito de todas as condições, contribuem para a produção científica e o desenvolvimento educacional de excelência neste país.

À minha orientadora, Profa. Mariana Joffily, minha mais sincera gratidão por sua orientação cuidadosa, desafiadora e sempre atenta. Agradeço também aos membros da banca de defesa, por aceitar enriquecer este trabalho com suas perspectivas.

Deixo um agradecimento especial a todos os meus alunos, que com seu espírito irreverente, inteligência e bom humor, transformam a docência em uma experiência gratificante e inspiradora. Sua presença e diálogo foram fontes de motivação muito mais significativas do que imaginam. Agradeço, também, aos queridos colegas e amigos da Escola de Educação Básica Estadual Francisco Tolentino, onde passo horas incontáveis, e na qual tantas páginas foram escritas e tantas ideias aprimoradas, entre conversas, almoços e festas.

Por fim, não poderia de deixar um agradecimento profundo à minha família e a todos os amigos, que oferecem cotidianamente conforto e amor nas horas difíceis, alegria nos momentos doces e um incentivo constante a este privilégio de realizar uma pós-graduação pública no Brasil.

"Escolher escrever é rejeitar o silêncio"
(Chimamanda Ngozi Adichie)

RESUMO

Em Junho de 2013, uma onda de protestos eclodiu em centenas de cidades brasileiras, tratando-se de um fenômeno até então inédito no Brasil do século XXI. Esta tese argumenta que aquele ciclo de manifestações populares sinalizou uma ressurgência do confronto político no Brasil, que havia esmaecido nas décadas anteriores marcadas pela redemocratização pós-Ditadura Militar. Defende-se, assim, que a cena política e a sociedade civil brasileiras alternam, como um pêndulo, entre momentos de intenso confronto e períodos de maior tendência a construção de pactos e negociações. As insatisfações transbordadas nas ruas em 2013 reacenderam antigos projetos e repertórios políticos, incluindo demandas históricas do campo das esquerdas por reformas urbanas e redistributivas, e manifestações de ideários nitidamente conservadores, raramente vistos nas ruas desde as marchas de 1964. Naquele período, o campo à direita, ainda marcado por um paradigma de retraimento e pouca capilaridade partidário-organizativa, uniu pensamentos de matriz tríplice: liberal-conservadores, antiesquerda e patrióticos. A tese explora a insurgência de junho de 2013 como um *presente indeterminado* e investiga sua *anterioridade*. A pesquisa examina as contradições históricas do desenvolvimento urbano brasileiro e a reclamação pelo “direito à cidade” como condições fundamentais para a eclosão das manifestações. Analisa os paradoxos de uma redemocratização inconclusa no Brasil evidenciados nesses confrontos, tensionados tanto nos repertórios de ação coletiva quanto no recrudescimento de ações autoritárias e da violência política. Observa a reativação de uma gramática socioideológica entre esquerda e direita como indicador de um confronto político de semelhanças históricas importantes com o período de 1961-1964 e o ciclo de confrontos da Abertura Política. Por fim, considera o lugar de Junho de 2013 diante da trajetória das mobilizações populares do país no pêndulo entre conflito e negociação. Este trabalho utiliza, para seu empreendimento intelectual, quatro grupos de fontes como *corpus* documental: 1) fotografias dos eventos; 2) editoriais, capas e reportagens da grande imprensa; 3) produções da imprensa alternativa, especialmente aquelas associadas aos ativistas e suas agendas; 4) pesquisas de opinião realizadas à época. Parte-se do pressuposto de que aquele acontecimento oportuniza uma interpretação historiográfica que, a despeito de sua importante singularidade, permite compreender tradições políticas e permanências na História da República em seus momentos mais confrontacionais.

Palavras-chave: Confronto Político; Junho de 2013; Democracia; Mobilizações Populares; Esquerda e Direita.

ABSTRACT

In June 2013, a wave of protests erupted across hundreds of Brazilian cities, marking an unprecedented phenomenon in 21st-century Brazil. This thesis argues that this cycle of popular demonstrations signaled a resurgence of political confrontation in Brazil, which had waned during the preceding decades of post-military dictatorship democratization. It posits that Brazilian political life and civil society oscillate, like a pendulum, between moments of intense confrontation and periods more inclined toward building pacts and negotiations. The discontent expressed in the streets in 2013 reignited old projects and political repertoires, including long-standing demands from the left for urban and redistributive reforms, as well as the emergence of clearly conservative ideologies, rarely seen in the streets since the 1964 marches. During this period, the right-wing sphere, still marked by a paradigm of retrenchment and limited organizational reach, united thoughts rooted in three main strands: liberal-conservative, anti-left, and patriotic. This thesis explores the June 2013 uprising as an indeterminate present and investigates its antecedents. The research examines the historical contradictions of Brazilian urban development and the demand for the "right to the city" as fundamental conditions for the outbreak of the protests. It analyzes the paradoxes of an incomplete democratization in Brazil, evident in these confrontations, which were marked both by collective action repertoires and the resurgence of authoritarian actions and political violence. It observes the reactivation of a socio-ideological grammar between left and right as an indicator of a political confrontation with significant historical parallels to the period of 1961-1964 and the cycle of confrontations during the Political Opening. Finally, it considers the place of June 2013 within the trajectory of popular mobilizations in the country, in the pendulum between conflict and negotiation. This work draws on four groups of sources as its documentary corpus: 1) photographs of the events; 2) editorials, covers, and reports from the mainstream press; 3) productions of the alternative press, especially those associated with activists and their agendas; 4) opinion polls conducted at the time. The premise is that this event offers a historiographical interpretation that, despite its important singularity, allows for an understanding of political traditions and continuities in the history of the Republic during its most confrontational moments.

Keywords: Political Confrontation; June 2013; Democracy; Popular Mobilizations; Left and Right.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa da <i>Folha de São Paulo</i> (versão impressa), 07 de junho de 2013	p. 50
Figura 2 – <i>Hackers</i> invadem site do governo de São Paulo	p. 60
Figura 3 – Manifestações de Belo Horizonte (MG), 11 de junho de 2013	p. 64
Figura 4 – Manifestações de Belo Horizonte (MG), 11 de junho de 2013	p. 65
Figura 5 – Manifestações em São Paulo, 20 de junho de 2013	p. 66
Figura 6 – Convocação para manifestações do dia 14 de junho de 2013	p. 68
Figura 7 – Convocação do MTST, 23 de junho de 2013	p. 76
Figura 8 – Capa da revista <i>Veja</i> , 19 de junho de 2013	p. 86
Figura 9 – Manifestações em Belo Horizonte, 15 de junho de 2013	p. 88
Figura 10 – Manifestações em Belo Horizonte, 15 de junho de 2013	p. 93
Figura 11 – Manifestação de 14 de junho de 2013, Rio de Janeiro	p. 95
Figura 12 – Manifestações de 14 de junho de 2013, Rio de Janeiro	p. 101
Figura 13 – Manifestações de 15 de junho de 2013, Belo Horizonte	p. 102
Figura 14 – Manifestações em Belo Horizonte, 20 de junho de 2013	p. 115
Figura 15 – Cartaz do MTST, 21 de junho de 2013	p. 122
Figura 16 – Manifestantes no dia 20 de junho de 2013, São Paulo	p. 138
Figura 17 – Manifestações em Arapiraca (Alagoas), 19 de junho de 2013	p. 146
Figura 18 – Manifestações em Manaus (AM), 20 de junho de 2013	p. 152
Figura 19 – Manifestação em Belo Horizonte, 11 de junho de 2013	p. 163
Figura 20 – Manifestações de 25 de junho de 2013, São Paulo	p. 166
Figura 21 – Manifestações de 23 de junho de 2013, Rio de Janeiro	p. 169
Figura 22 – Manifestações ateam fogo à bandeira brasileira aos gritos de “essa bandeira mata índio”, na Avenida Paulista, 20 de junho de 2013	p. 171

Figura 23 – Manifestantes da ONG “Rio de Paz” fixam 594 bolas de futebol pintadas com cruces vermelhas sobre o gramado da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, no dia 25 de junho de 2013	p. 173
Figura 24 – Manifestações de 15 de junho de 2013, em Brasília	p. 175
Figura 25 – Manifestações de 17 de junho de 2013, em Vitória (ES)	p. 177

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A (RE)EMERGÊNCIA DO LEVANTE URBANO: O DILEMA DO “DIREITO À CIDADE”	41
2.1 A EMERGÊNCIA DE UMA REBELIÃO URBANA: INDÍCIOS DE ESGOTAMENTO(S)?.....	45
2.2 A AMPLIAÇÃO DA QUESTÃO URBANA	61
2.3 INSATISFAÇÃO E REBELIÃO: DISPUTAS EM TORNO DE UMA HISTÓRIA DA “MODERNIZAÇÃO” NO BRASIL	76
3. A MASSIFICAÇÃO DOS PROTESTOS ENTRE TRAÇOS AUTORITÁRIOS E A DEFESA DE DIREITOS HUMANOS: PARADOXOS DA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA	82
3.1 A VIRADA DA IMPRENSA E A AMPLIFICAÇÃO DOS PROTESTOS A PARTIR DE UMA (SELETIVA) COMOÇÃO POR DIREITOS HUMANOS	83
3.2 AS CLASSES MÉDIAS VÃO ÀS RUAS: ANTICORRUPÇÃO, MILITÂNCIA LIBERAL E ANTIPETISMO NA MÍDIA E NOS PROTESTOS.....	96
3.3 ANTIPETISMO, ANTIPARTIDOS OU ANTIDEMOCRACIA?	102
3.4 A INCONTROLÁVEL ABERTURA DE JANELAS DE OPORTUNIDADES: EVIDÊNCIAS DE PARADOXOS NA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA	112
4. A DÍADE ESQUERDA/DIREITA EM JUNHO DE 2013: UMA GRAMÁTICA SOCIOIDEOLÓGICA DO CONFRONTO POLÍTICO.....	115
4.1 EM DIREÇÃO AO CENTRO: O ESMAECIMENTO DA DÍADE ESQUERDA/DIREITA PRÉ-2013.....	119
4.2 A (RE)ATIVAÇÃO DE UMA GRAMÁTICA DO CONFRONTO: ESQUERDA E DIREITA EM RELEVO.....	122
4.3 DIREITA(S) NAS RUAS EM 2013: INTERAÇÕES E DEMONSTRAÇÕES DE TRADIÇÕES POLÍTICAS CONSERVADORAS	134
5. A MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO PÊNDULO ENTRE NEGOCIAÇÃO E CONFRONTO	150
5.1 A REVITALIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA: UM <i>LONGO</i> PROCESSO	152
5.2 CONFRONTO POLÍTICO NOS ANOS 2010: NOVA JANELA DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS OU VELHOS DILEMAS?.....	159

5.3 JUNHO DE 2013 ENTRE OS DILEMAS DA PRECARIIDADE SOCIAL E DA VIOLÊNCIA POLÍTICA: UMA COMBINAÇÃO ENTRE NOVIDADE E TRAÇOS ANTIGOS	176
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
REFERÊNCIAS	187

1. INTRODUÇÃO

Em 2013, de maneira intempestiva, vozes e corpos indignados tomaram as ruas de todo o Brasil, formando multidões como raras vezes se viu na História da República. De norte a sul, de São Paulo a Porto Alegre, de Manaus a Florianópolis, os manifestantes ocuparam espaços urbanos, criando arenas repletas de contradições e multiplicidades socioideológicas. Para a surpresa de muitos, essas revoltas populares se mostraram nacionais e persistentes, algo inédito no Brasil do século XXI. Isso, embora o passado do país registre episódios de mobilizações massivas em momentos de intenso confronto político – como as marchas conservadoras de 1964, a Passeata dos Cem Mil e o ciclo de protestos de 1968, as manifestações pelas "Diretas Já" em 1983/1984 e as jornadas pelo *impeachment* de Fernando Collor em 1992.

Naquele ano, já se havia estabelecido uma certa distância temporal e política em relação às mobilizações populares e à efervescência dos movimentos sociais que marcaram o fim da última Ditadura Militar e o início do corrente período democrático. No novo ciclo de manifestações, o verbo e a imagem tornaram-se campos de disputa, materializando-se em cartazes, gritos, símbolos, escolhas lexicais e ideológicas e demandas que não apenas denunciavam, mas também insinuavam proposições e transformações para a sociedade brasileira e o sistema político nacional. atores políticos tradicionais — governos dos entes federativos, Forças Policiais, grande imprensa, sindicatos, partidos — encontraram poucas respostas, à época, diante de um fenômeno escorregadio, resistente a uma análise definitiva; uma esfinge a ser decifrada.

Aquele acontecimento, de notável riqueza heurística, oferece uma oportunidade para uma interpretação historiográfica que não apenas destaca sua singularidade marcante, mas também sua capacidade de iluminar tradições políticas e continuidades persistentes na História do país. Em contraste com os movimentos sociais do século XX — que levavam meses ou anos para alcançar uma escala comparável, dependendo de mobilizações de base por meio de panfletos, discursos orais, comícios e outras estratégias de lenta pedagogia política — os protestos de 2013 utilizaram veículos de comunicação "autônomos, reprogramáveis e amplificadores" (CASTELLS, 2013, p.8-19), com um alcance e dinamismo inéditos. Ainda assim, seus repertórios de ação coletiva evocavam conflitos e repertórios de *outros momentos* da República.

A emergência de Junho de 2013 teve três camadas ou fases observáveis. No seu alvorecer, uma gramática de mobilização em torno do "direito à cidade" (HARVEY, 2012) se manifestou como um levante popular de proporções e repercussões (até certo ponto)

inesperadas. Tendo como ponto de partida a recente elevação dos preços do transporte público em São Paulo e a ação madrugadora (BRINGEL, 2013) do Movimento Passe Livre, assim como a experiência anterior naquele mesmo ano das lutas pela derrubada dos aumentos tarifários em Porto Alegre, os primeiros manifestantes denunciaram, em geral, contradições do crescimento urbano brasileiro. Utilizaram táticas de marcha, protestos de rua e ocupações de espaços públicos, por vezes com performances mais confrontacionais, como bloqueio de vias, uso do fogo em objetos e destruição de vidraças.

Além destas conhecidas táticas, chamou atenção um intenso ativismo digital e descentralizado, potencializado pela (então) novidade do uso de redes sociais. Seriam mobilizações em grande medida marcadas pela horizontalidade e autonomia na organização de alguns de seus autores (FARIA, 2020), com convocações pelo *Facebook* e pelo *Twitter*, em uma recusa de assumir lideranças verticais. O evento foi marcado por simultaneidade, interação entre mídias distintas (como redes sociais, sites e a grande imprensa), além de ter demonstrado o potencial de crescimento exponencial de manifestações que, em outros tempos, precisariam de uma longa preparação ou maturação político-organizativa. No momento inicial dos protestos, somou-se progressivamente a presença de outras organizações, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), os Comitês Populares da Copa, centrais sindicais, coletivos das periferias e partidos políticos do campo progressista. Essas entidades, apesar de suas agendas variadas, convergiam na defesa de um aprofundamento ou radicalização das reformas sociais. Colocavam-se, assim, à esquerda dos governos do Partido dos Trabalhadores, cuja relativa moderação gerava nitidamente insatisfações.

Quando iniciaram, as manifestações tiveram que enfrentar oposição da grande mídia, que insistiu em um paradigma de criminalização das manifestações, além de uma intensa repressão militarizada pelas forças de segurança pública, esta última fortemente divulgada, documentada e denunciada. A partir da denúncia da repressão dos manifestantes e da percepção de que estas estariam sendo desproporcionais e arbitrárias, as mobilizações passaram a evoluir por outros cantos e agregar outros sujeitos: tomaram a dimensão de um evento jornalístico, imagético, televisionado, simultaneamente à disseminação da tônica do protesto popular em cidades de todas as regiões, especialmente nas grandes avenidas.

Na segunda etapa do cenário, parte significativa da sociedade passou a apoiar causas de insatisfação (como a distância entre direitos constitucionalmente previstos e os de fato cumpridos), mas também passou a ampliar as questões e reclamações tratadas nos confrontos de ruas. A mídia tradicional (como os veículos das *Organizações Globo* e a revista *VEJA*), antes repreendendo as mobilizações, passou a fazer papel de propaganda dos levantes enquanto

tentava enquadrar seus próximos passos, ditando o que neles seria “vandalismo” e o que seria legítimo, na intenção de direcionar as mobilizações por questões urbanas compartilhadas em movimentos contra a “corrupção” e com alvo nos governos da coalizão petista (SOUZA, 2016).

A partir do dia 13, a enérgica censura midiático-militar manifestada inicialmente às revoltas perdeu sua credibilidade e foi enfaticamente denunciada, abrindo espaço para uma potente amplificação nacional das performances que abarcou uma comoção pelos direitos humanos diante da repressão aos manifestantes. Neste momento, as janelas de oportunidade política (MCADAM; ARROW; TILLY, 2009) se ampliaram para outros ideários e espectros políticos, abordando, entre outras questões, a crise de legitimidade nos canais de representação, a “corrupção” e a moralidade pública e as deficiências da promessa de construção de um Estado de Bem-Estar Social, já em interpretações não necessariamente voltadas a uma percepção mais coletiva do direito à cidade como inicialmente. Indivíduos que relatavam¹ jamais haver participado de outros protestos, muitos de renda mais alta e perfil distante das então tradicionais esquerdas mobilizadoras de protestos, engajaram-se nas manifestações. As vias urbanas se transformaram então em um “centro ampliado” (SINGER, 2013), adicionando repertórios ideológicos mais à direita, liberais e conservadores, além de demandas da classe média tradicional, entre os quais ganhou força a comunhão entre discurso anticorrupção e o antipetismo em narrativas que contribuía para uma visão negativa acerca da *coisa pública*, com apoio por parte da grande mídia. Pouco a pouco, no entanto, a mesma comoção por direitos humanos também coexistiu com o fato de manifestantes abusarem da liberdade de expressão, perseguindo militantes, bandeiras e partidos, especialmente os “vermelhos” associados com as esquerdas.

Os novos ativistas de 2013 estiveram impulsionados por uma diversidade de motivações políticas. Os manifestantes que iniciaram a onda de protestos apresentavam um núcleo mais coeso de reivindicações, centradas no "direito à cidade" e em uma visão progressista de possibilidades de reforma urbana e necessidades redistributivas. Contudo, princípios morais, sentimentais e individualizados passaram a prevalecer entre os ativistas à medida que o mês avançava e iam para as ruas indivíduos menos habituais nesse tipo de mobilização, capazes de

¹ A cobertura mais completa por institutos de pesquisa de opinião pública em junho de 2013 foi realizada pelo então IBOPE, que divulgou os resultados de um levantamento em oito capitais no dia 24. A pesquisa indicava que 81% dos manifestantes tinham menos de 40 anos, e cerca de 63% estavam na faixa dos 14 aos 29 anos. Em relação à renda dos manifestantes, a cobertura mostrou um cenário bastante heterogêneo, mas com predomínio de uma classe média, com 15% de renda familiar até 2 salários mínimos; 30% de 2 a 5 salários mínimos; 26% de 5 a 10 salários mínimos; 23% acima de 10 salários mínimos; enquanto 6% não responderam. Estes dados correspondem a uma etapa avançada dos movimentos, já ao final do mês e no que defendemos ser sua última etapa, mas são dados representativos para traçar um dado perfil comum aos manifestantes nacionalmente.

transcender as clivagens tradicionais dos movimentos sociais — como classe socioeconômica, profissão, etnia, gênero ou filiação partidária. Proliferou-se um sem-número de cartazes, desenhos, refrões. Ao longo da ampliação dos protestos, a ausência de uma mobilização orgânica entre o campo dos ativistas de linha mais conservadora, que ainda não contavam com instituições ou coletivos organizados como as esquerdas, tornou-se notável.

Na sua terceira e última fase, as mobilizações de Junho consolidaram-se como um campo de conflito pela canalização das energias emergentes dos territórios urbanos, tecidas as disputas ideológicas entre subgrupos. Houve visibilidade a performances que extrapolavam os limites daquela "nova esquerda", inicialmente preocupada com questões urbanas e direitos sociais. Com o tempo, estes precursores passaram a disputar espaço — embora sem desaparecer das ruas — com ativistas e ideologias que viriam a representar, em boa parte, pensamentos antiesquerda, muitas vezes oposicionistas ao sistema político, ao governo do primeiro mandato de Dilma Rousseff (PT) e ao campo “vermelho” como um todo. Como veremos, além da oposição à esquerda, o liberalismo e o patriotismo emergiram como elementos socioideológicos importantes entre os manifestantes que se posicionavam à direita, tanto do governo quanto dos primeiros ativistas.

Importa salientar que os movimentos sociais frequentemente não se restringem a eventos isolados, mas antes, desdobram-se em ciclos nos quais os primeiros insurgentes semeiam o ímpeto da mobilização, desencadeando uma disputa pelo reconhecimento. Os movimentos populares de 2013 acabaram por arrastar grandes ondas difusas e quase infinitas em reivindicações e reclamações, com “significações opostas e até inconciliáveis” (NOBRE, 2013, p. 2). De exigências por direitos sociais nas cidades (mobilidade, transporte, educação, atendimento médico, moradia popular), passaram a incorporar tintas fortes de um liberalismo de teor mais individualizante e de classe média, ajudados pela campanha da grande imprensa (contra o “inchaço” do Estado e sua carga de impostos). Trouxeram desde o início símbolos anarquistas e socialistas – ataque a símbolos do capitalismo, bandeiras vermelhas, críticas contundentes ao capital e à especulação imobiliária. Aos poucos ficou perceptível a aparição de um patriotismo à direita, que empunhava e juntava ao corpo ou às mãos a bandeira do Brasil, muitas vezes rechaçando partidos. O uso de expedientes abertamente violentos por parte de alguns manifestantes, intolerantes nas suas escolhas vocabulares e insultos (especialmente à presidente Dilma Rousseff), e protagonistas de ações violentas contra outros manifestantes, seria uma destacada novidade da “Nova República”, até então em um jejum de demonstrações tão vigorosas de movimentos de rua desde meados dos anos 1990.

Ao final de junho, um mês que viria a ser lembrado por anos como um marco de um evento "que não terminou", o Brasil testemunhou a ressurgência de um confronto político caracterizado por uma multiplicidade de vozes e demandas, muitas das quais desafiavam os limites de um ambiente democrático. Emergiu das ruas também a faceta da intolerância política e da incapacidade de acomodar diferentes projetos em um país que, até então, parecia estar consolidando sua democracia através de pactos e negociações. A destruição de bandeiras de partidos de esquerda, os gritos punitivistas clamando pela "pena de morte" para corruptos e as reações agressivas ao livre exercício do posicionamento político-partidário tornaram-se expressões simbólicas de um mês marcado por ações que revelaram fragilidades profundas na aceitação das regras democráticas estabelecidas no Brasil desde os anos 1980 e consubstanciadas na Constituição de 1988.

A filósofa Marilena Chauí (2013), em análise feita no calor da hora, perguntava: estariam aqueles jovens dispostos a “inventar uma nova política, libertária, democrática, republicana, participativa”, diante da luta contra o “inferno urbano” das metrópoles brasileiras? O filósofo Vladimir Safatle (2013), em análise sobre significados de Junho também no calor do momento, associava o evento a uma grave crise da representação política mediada por partidos, movimentos sociais clássicos e sindicatos, indagando: “por que não podemos pensar em uma experiência democrática na qual questões como contração de dívidas, declaração de guerra e grandes obras de infraestrutura sejam decididas por votação popular direta?”. Na época, Safatle chegou a saudar aquele como um “momento de profunda recriação da democracia”.

Em tom mais cauteloso, Renato Janine Ribeiro (2013) publicou junto às manifestações de rua um ensaio em que dizia: “quem reintroduz a violência acima do estritamente necessário peca contra a democracia”. Para Ribeiro, ao partir do pressuposto de que a democracia é o método inteligente inventado para excluir a violência do enfrentamento político, deviam ser recriminados os expedientes violentos, tanto da Polícia Militar que demonstrara expedientes repressivos arbitrários quanto de alguns dos manifestantes que adotaram repertórios de ação violentos.

Sucessões de intensa agitação social e mobilização popular, capazes de infiltrar-se densamente no imaginário político e na memória coletiva, estão longe de ser uma novidade histórica. Basta nos lembrarmos de épocas como a de 1968, em que jovens estudantes e trabalhadores de muitos centros urbanos do mundo politizaram muros e vias urbanas, denunciando distâncias geracionais, moralismos culturais e atitudes autoritárias, do “faça amor e não faça guerra”, com um legado até hoje acaloradamente discutido. Ainda escrevendo sob o imediato impacto dos eventos, Marcelo Ridenti (2013) narrava que “tomaram as ruas os netos

da Marcha da Família com Deus pela Liberdade de 1964 e da Passeata dos Cem Mil de 1968”, insinuando que as raízes do confronto de Junho ultrapassavam seu imediato, encontrando possíveis indícios de sua compreensão em experiências anteriores de confronto.

De elogios ao espontaneísmo e ao ímpeto associativo e criativo dos manifestantes, estas análises feitas no calor do momento oscilavam também para o receio diante da negação da política institucional e as tentativas de “sequestro” e esvaziamento de pautas. Junho já nascia como um acontecimento-latência: com um largo horizonte de expectativas que misturavam perigo e esperança. É fundamental dar inteligibilidade historiadora ao evento e analisar os estratos de tempo emaranhados em sua irrupção, especialmente na identificação das tradições políticas aos quais pertenciam os repertórios de ação coletiva utilizados no debate público intenso que teve lugar naquele ano.

A tese aqui apresentada é a de que o ciclo de manifestações populares de Junho de 2013 evidenciou uma (res)surgência do confronto político no Brasil², esmaecido nas décadas anteriores marcadas pela redemocratização. Esta (res)surgência, contudo, ressoava e reconfigurava tanto confrontos mais antigos da República quanto tradições políticas preexistentes. É importante ter em mente que a cena política e a sociedade civil brasileira têm alternado, como um pêndulo, entre momentos de maior confronto e períodos de tendência ao pacto e à negociação; um processo visível particularmente desde a crise que originou o fim da Ditadura Militar na segunda metade dos anos 1970. Em 2013, um amplo espaço de negociação e institucionalização de demandas políticas, consolidado pela incorporação dos antigos opositores do regime autoritário ao processo político e aprofundado com a ascensão do Partido dos Trabalhadores à Presidência, deu sinais de esgotamento, culminando em um transbordamento do confronto para as ruas. Ao emergir como um ciclo de protestos, este acontecimento reacendeu antigos projetos e repertórios, incluindo demandas progressistas por reforma urbana e manifestações de ideários que evocavam tradições políticas da direita, estas últimas incomuns nas ruas brasileiras pelo menos desde as marchas conservadoras de 1964.

Em 2013, a direita brasileira, ainda marcada pelo estigma de sua associação ao regime ditatorial, permanecia em um paradigma de retraimento, sem que houvesse uma mobilização explícita e organizada de partidos, coletivos ou movimentos abertamente conservadores.

² Entre 1992 e 2010, o Brasil vivenciou conflitos significativos nas campanhas eleitorais presidenciais, sem, contudo, ameaçar a continuidade do processo político. Houve, também, mobilizações populares de relevância, como as protagonizadas pelo MST. No entanto, tanto os confrontos eleitorais quanto essas manifestações populares não alcançaram o mesmo grau de impacto e abrangência nacional observados em outros momentos críticos da história do país, como nos anos 1950/1960, durante a abertura política, ou ainda no ciclo de mobilizações que se iniciaria em 2013.

Enquanto isso, setores significativos da esquerda, já institucionalizados e moderados, haviam consolidado sua presença no poder, especialmente por meio da ascensão à coalizão dos governos petistas. Defende-se que os protestos criaram uma oportunidade para uma *ruptura* com esse estado de coisas, tanto no campo progressista, com propostas de reformas mais amplas do que as empreendidas no moderado ciclo de governo petista, quanto no campo dos ideários liberal-conservadores. A emergência destas múltiplas vozes e reivindicações abrigaram uma “saturação de agoras” (BENJAMIN, 1994), imprevisível em sua irrupção, mas repleta de projetos e expectativas políticas, incapaz de ser encapsulada em uma marcha linear do tempo pois desvela diferentes “estratos do tempo” (KOSELLECK, 2014).

A comparação com momentos históricos anteriores é relevante para aprofundar uma compreensão de como foi possível a emergência do 2013 brasileiro. As movimentações de rua e a polarização de agendas políticas durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (PT), antiga militante da esquerda mais radicalizada dos Anos de Chumbo, lembravam os eventos de 1961-1964 e os tempos de mobilizações mais combativas da sociedade civil no início dos anos 1980. Em ambos os períodos, houve uma intensa ação da grande imprensa, polarização ideológica entre propostas reformistas/antirreformistas, retórica anticorrupção, esforços para desestabilização de governos e, especialmente, um campo de indeterminação histórica que é próprio aos momentos de mais intensa luta social. Esses paralelos ajudam a situar Junho de 2013 dentro de uma continuidade histórica de latente tensão entre confrontos políticos e mobilizações coletivas, lançando dúvidas sobre uma corrente percepção de que a sociedade brasileira é inclinada à aceitação da negociação e à passividade, com pouca propensão à mobilização.

Metodologicamente, este trabalho busca combater o fatalismo, mantendo o historiador atento ao campo aberto de possibilidades, às oportunidades e esperanças que se constroem no curso da experiência vivida. A escolha realizada aqui é conscientemente focada na análise da emergência intempestiva de Junho de 2013, em uma tentativa de evitar a contaminação da análise pelos seus desdobramentos posteriores. Afinal, são eventos pós-2013 que conformam um processo de ascensão neoconservadora no século XXI brasileiro: as eleições vencidas apertadamente pelo PT em 2014 e contestadas pela oposição, a desestabilização e o processo de *impeachment* do governo Dilma, o “lavajatismo”, o avanço de reformas liberal-conservadores no governo Temer, o surgimento de coletivos liberal-conservadores de grande poder mobilizar e o espaço de radicalização ideológica à direita que culminou na ascensão de Jair Bolsonaro ao poder em 2018.

A abordagem desta tese visa explorar o campo de confrontos e alianças da época sem cair em narrativas deterministas ou teleológicas, concentrando-se na identificação e explicação dos estratos temporais que possibilitam entender o surgimento do confronto político de 2013, e não em seus desdobramentos. Para Reinhart Koselleck (2006, p. 138), “ou bem se problematiza o caráter anterior ou posterior do acontecimento, do processo e de seu ponto de partida e respectivas consequências, ou a história é decomposta em seus elementos, destacando-se as condições sociais que permitem compreender o decurso dos eventos”. A escolha realizada aqui é conscientemente analisar a insurgência de Junho de 2013 colocando em questão sua eclosão e os indícios que remetem a confrontos em sua *anterioridade*.

Os movimentos sociais funcionam analiticamente como "termômetros da sociedade" (BRINGEL, 2013), revelando tensões, contradições e horizontes de possibilidade. Cabe, portanto, interrogar o que levou tanto grupos progressistas mais radicais quanto manifestantes identificados com um “centro ampliado” (SINGER, 2013) ou com ideários da direita — sem tradição organizativa ou afiliação partidária — a emergirem nas ruas, trazendo à tona tropos de pensamentos que evocam tradições políticas não contemporâneas. Esta tese é construída com atenção a essas camadas de duração do confronto político no Brasil, que trazem consigo ecos de passados *presentificados*.

Do jornalismo independente ao campo universitário das Ciências Humanas, pensadores diversos³ se propuseram a refletir sobre as incertezas criadas no Brasil nesta década e colocaram os levantes de 2013 como um marco na experiência do Tempo Presente, responsável por iniciar uma espécie de novo ciclo ou era que se diferenciaria daquela iniciada com a democratização dos anos 1980. Deve-se levar em conta este estado da arte, e destacar-se que, embora os estudos sobre os desdobramentos daqueles eventos sejam abundantes, há ainda poucas investigações detidas acerca dos elementos não-contemporâneos que ajudam a interpretar as camadas temporais envolvidas na emergência de Junho de 2013.

Afinal, quais interpretações já feitas sobre os levantes de Junho permitem situá-lo como um acontecimento fundamental da vida política brasileira contemporânea? Uma linha interpretativa importante aparece em uma literatura produzida especialmente nas Ciências Sociais, focada na compreensão destes eventos e principalmente em suas consequências. Trata-se da ideia de que 2013 poderia ser visto como um marco inicial, no Brasil, de uma guinada

³ Uma revisão bibliográfica sobre o tema nos coloca diversos autores que perceberam nas jornadas de 2013 um marco inicial das crises enfrentadas pelo Brasil no contemporâneo, em especial para o aumento dos elementos autoritários na vida política: Leonardo Avritzer (2016; 2017; 2018), Céli Regina Pinto (2016; 2017a; 2017b), Angela Alonso (2017; 2018), Marcelo Ridenti (2018), Rodrigo Patto Sá Motta (2018), Eduardo Bittar (2018), André Singer (2013; 2014); Maria da Glória Gohn (2019); entre outros/as.

conservadora na sociedade e na vida político-institucional, representando um avanço de setores de direita com comportamentos autoritários, tradicionalistas e com certo desdém pelas conquistas sociais introduzidas desde os anos 1980; um fenômeno até então inédito no pós-Ditadura Militar. Para alguns autores, esta situação chegaria a configurar um risco ou um retrocesso para a democracia brasileira (RIDENTI, 2018; AVRITZER, 2016, 2017; BUCCI, 2016; PINTO, 2017a). Como bem destaca Luís Felipe Miguel (2018), durante o ciclo de governos petistas, especialmente na gestão de Dilma Rousseff, as direitas passaram a adotar sem reservas ou eufemismos um discurso abertamente conservador e reacionário. Não se trata de sugerir que esses grupos e ideologias estivessem ausentes da sociedade brasileira. A novidade no cenário histórico pós-2013 não reside na presença dessas ideologias no espectro extremado da direita, mas na explicitação e reivindicação dessa identidade ideológica no jogo político e perante a opinião pública.

Referência no estudo de movimentos sociais e formas de participação social no Brasil, a socióloga Maria da Glória Gohn (2019) analisa que as vozes levantadas a partir de 2013 no Brasil foram amplificadas em diversas correntes que produziram um processo de mudança cultural na arena política. Por um lado, elas teriam aberto possibilidades utópicas de transformação das formas de participação – com repertórios “autonomistas”, horizontais, que não encontram liderança central e utilizam uma malha de conexões digitais difusas para convocar cidadãos para ocuparem ruas e redes e, assim, pressionar por políticas públicas e transformações. Essas posições denunciaram violações de direitos e o não cumprimento de um ideal de participação, projetando um futuro de expansão da cidadania e dos direitos consagrados pela Constituição de 1988 — um projeto ainda inconcluso em um Brasil que permanece em dívida com grande parte de sua população. Por outro lado, as posturas "antissistema" teriam sido apropriadas por grupos conservadores, alimentando conflitos violentos no campo político e consolidando riscos de "desdemocratização". A era pós-2013 se caracterizaria, segundo a autora, por polarizações marcadas por um "baixo grau de racionalidade", revelando um ambiente político impregnado de medo, indignação e animosidade mútua (GOHN, 2019, p. 12).

O filósofo Vladimir Safatle (2017) interpretou Junho como uma “chance não aproveitada”: uma alta expectativa popular manifestou-se em um ambiente de esgotamento do lulismo, mas falhou em gerar um aprofundamento inclusivo e democrático no país. Para Safatle, esse processo foi anunciado – após um período de poucas greves no país até 2008, elas cresceram paulatinamente, passando de 445 em 2010 para 877 em 2012 e, finalmente, alcançando 2050 greves em 2013, o maior número desde os anos 1980. Essas greves, que segundo o filósofo ajudam a explicar a emergência de Junho, foram protagonizadas por

trabalhadores que “não reconheciam mais suas representações e procuravam deixar clara sua insatisfação e precariedade”, o que contraria o argumento que vincula 2013 a uma “sedição das classes médias” (SAFATLE, 2017, p. 109). Teria havido, então, a atuação de um contrapoder, iniciando um processo de embate político que expôs as clivagens ideológicas do país. Naquele momento, a esquerda descobriu-se atrasada: parte dela presa a estruturas dirigistas, centralizadas, sem condições de “produzir a incorporação política” dos processos de revolta; e parte na coalizão governista, comprometida com a “gestão da paralisia”. Esse foi o desafio para uma esquerda acostumada a pensar em termos de um “necessitarismo” histórico, com certa previsibilidade e controle direto de demandas e ações. As direitas, por sua vez, retornaram às ruas (pela primeira vez desde os anos 1960), mobilizando a força e a energia anti-institucionais, resultado também do esgotamento de um modelo político que, apesar de seus mecanismos de inserção, ainda era pouco participativo. Teria cabido, ainda, ao aparelho do Estado e às grandes mídias, uma lógica de exceção que, segundo Safatle, atuou na criminalização dos movimentos sociais, na repressão, na produção do “medo social” e na cooptação das agendas mais progressistas dos movimentos.

A ideia de cooptação das agendas progressistas por setores conservadores oferece uma lente para entender certos deslocamentos semânticos importantes que ocorrem em ondas de protestos, e não se nega aqui que este foi um elemento importante em 2013, especialmente quando pensamos que ciclos de protestos são sociológica e historicamente momentos de abertura de “janelas de oportunidade política” (TILLY, 2008). Mas tal linha interpretativa também apresenta limitações na compreensão de processos históricos de confronto: tende a reduzir a complexidade dos eventos ao simplificar a narrativa como um “golpe” contra os setores progressistas, borrando o campo de possibilidades que estavam abertas naquele momento histórico. Essa abordagem negligencia nuances fundamentais da indeterminação e do caráter utópico de projetos que se apresentaram naquela situação. Se a ascensão da direita e sua habilidade em explorar o descontentamento popular fossem tão evidentes já em 2013, a reeleição de Dilma Rousseff em 2014 dificilmente teria ocorrido. Além disso, essa perspectiva parece pressupor que os “setores conservadores” já dispunham, naquela época, de autonomia e organização robustas — uma suposição que, à luz do contexto e das fontes históricas disponíveis, não se sustenta.

O jornalista Eugênio Bucci (2016) apresenta uma interpretação próxima à de Safatle, conectando a “força que ejetou Dilma Rousseff do Palácio do Planalto em 2016” a um processo de erosão do Partido dos Trabalhadores e, mais amplamente, das forças de esquerda no Brasil, com raízes em Junho de 2013. Para Bucci (2016, p. 16), uma energia nova e inesperada se

aglutinou, “transformando em cinzas a empáfia do proselitismo oficial e o lero-lero demagógico das oposições convencionais”. Embora um processo de intensificação das oposições ao projeto petista — alimentado pela associação midiática do PT a esquemas de corrupção e por uma “política econômica errática e fraudulenta” — tenha seguido 2013, Bucci vê nas manifestações o “empuxo do descontentamento”. Para ele, ali surgiram fortes indícios de um enfrentamento violento, sobretudo no campo simbólico, que substituíram ideias mais organizativas e estratégicas de política por formas mais agressivas de protesto. Nesse contexto, a estetização das performances e o voluntarismo precederam formas mais estruturadas de ação coletiva, desestruturando práticas institucionais e fortalecendo uma rejeição à política organizada. Bucci, no entanto, evita uma narrativa de culpabilização, reconhecendo como legítimas as críticas feitas por muitos manifestantes em 2013, que, de forma necessária, denunciaram o descompasso entre o Estado e a sociedade brasileira. Entende-se, aqui, que este descompasso é importante para compreender Junho de 2013, mas sem uma análise das tradições políticas que estiveram mobilizadas e reatualizadas, a compreensão do evento permanece um tanto quanto incipiente.

A historiadora e cientista política Céli Regina Pinto (2017a) argumenta que, desde 2013, um vácuo discursivo se intensificou em um espaço anteriormente ocupado por uma frágil hegemonia do Partido dos Trabalhadores (PT). Isso abriu caminho para que as manifestações populares gradualmente se alinhassem ao discurso que associava Dilma Rousseff, o PT e corrupção, esvaziando as demandas sociais, políticas e econômicas que inicialmente marcaram as ruas em Junho. Pinto destaca que o conservadorismo antipetista, ancorado em discursos de ódio, teria canalizado boa parte das insatisfações fragmentadas surgidas em 2013. Para a autora, a novidade histórica teria sido a presença de setores da direita nas ruas, com apelo popular e ativismo simultâneo nas redes sociais, ocupando um espaço que, desde o final da Ditadura Militar, havia sido tradicionalmente reservado aos movimentos sociais populares e grupos de esquerda.

Em 2014, a centro-esquerda se encontraria, segundo a autora, desorganizada, incapaz de dar coesão ao seu próprio campo. Mesmo com a reeleição de Dilma por uma margem estreita, o PT já enfrentava o isolamento em relação a movimentos sociais e militantes que haviam sustentado sua retórica popular. A decepção dos setores mais à esquerda, que exigiam uma ampliação de medidas populares e questionavam alianças do partido com o mercado financeiro e partidos de centro-direita, somada aos sucessivos escândalos de corrupção, inflamava a campanha pela deslegitimação do discurso petista. Em 2015, após a difícil reeleição de Dilma, as ruas e o governo já haviam sido ressignificados por setores da classe média afinados com ideários liberal-conservadores. As manifestações de 2015, segundo Pinto (2016, 2017a), não

mais apresentavam a fragmentação de 2013, mas sim uma unidade: a demanda pelo *impeachment* de Dilma Rousseff. A análise de Pinto é instigante, pois revela as múltiplas camadas dos eventos que seguiram 2013 sem adotar a visão do ciclo de protestos como um "ovo da serpente". Ela argumenta que a ascensão da onda conservadora subsequente foi facilitada por uma série de circunstâncias, e não predeterminada desde o início.

Céli Regina Pinto identificou, ainda, em artigo publicado no periódico *Tempo & Argumento* também em 2017, que as primeiras décadas do século XXI têm sido palco de crises que se alastram por todo o planeta, matizadas por uma forte recessão do capitalismo global desde 2008, o esgotamento dos modelos de democracia e dos mecanismos garantidores dos direitos sociais e uma “descrença das populações em geral, principalmente dos jovens, pela vida política institucional” (PINTO, 2017b, p. 473), canalizada em grandes manifestações. Estas dimensões teriam ficado mais evidentes no Brasil no ano de 2013, quando grupos à direita conseguiram legitimar um discurso antissistema.

O cientista político Leonardo Avritzer (2017) identificou transformações significativas nos níveis de participação e representação no Brasil a partir de 2013. Para ele, o campo de participação, anteriormente dominado pelas esquerdas, começou a apresentar fissuras que resultaram em uma polarização crescente, especialmente após a vitória apertada do PT nas eleições de 2014. Com a oposição liderada pela classe média tomando o controle do espaço participativo em 2015, houve uma consolidação das forças conservadoras no Congresso e uma mobilização de movimentos como o Movimento Brasil Livre, que desempenhou um papel crucial no *impeachment* de Dilma Rousseff e na difusão de ideais de direita.

As interpretações demonstradas oferecem contribuições indispensáveis para a compreensão da política contemporânea no Brasil, especialmente as crises político-institucionais que contribuíram para uma onda conservadora no país inédita no pós-1964. No entanto, elas carecem de uma análise centrada nas saturações e heterogeneidades presentes no cenário político naquele momento e uma identificação das tradições históricas mobilizadas naqueles momentos de crise e contingência, nos quais o passado é reinterpretado diante de uma fissura na experiência temporal (RÜSEN, 2009). O aumento da violência política e dos níveis de "irracionalidade" no confronto ideológico é, de fato, uma das dimensões do Brasil presentes em 2013, mas não a única. É importante lembrar as demandas significativas que surgiram, especialmente no campo progressista, como a agenda do "direito à cidade" e o surgimento de um ativismo novo, mais horizontal e menos hierarquizado, desafiando o campo democrático como um todo a reconstruir a participação e o ativismo. Junho de 2013 não deve ser visto apenas como um evento crucial para o fortalecimento das direitas, apesar de ter servido como uma

oportunidade política importante para elas, mas como parte de um processo aberto e inacabado, marcado pelo "retorno da ação direta e do conflito à política nacional" e pela "reconfiguração ampla do ativismo social" (BRINGER, PLEYERS, 2015).

Embora as conquistas imediatas, como a revogação de aumentos tarifários e algumas propostas legislativas, possam parecer modestas, uma análise de Junho que vai além da política tradicional oferece perspectivas promissoras. As mobilizações desde 2013 expressaram tanto demandas por uma democracia mais profunda e políticas públicas eficazes quanto frustrações com a prática político-institucional no Brasil, como evidenciado pelas reivindicações em torno do "direito à cidade" e dos serviços públicos. Em certos momentos, as manifestações se voltaram contra o campo político profissional, particularmente contra a esquerda e o PT. No entanto, encapsular essas múltiplas agências como responsáveis diretas pelo "retorno do conservadorismo" ou pela "regressão democrática" é uma visão excessivamente simplificadora.

Não podemos cair em teleologismos perigosos que reduzem Junho de 2013 a um ponto de origem do que se seguiu, como se os eventos subsequentes fossem inevitáveis. O conservadorismo pós-2013 se alimentou de uma combinação entre crise política e recessão econômica difícil de ser prevista. Olhar 2013 como o "ovo da serpente" (nos termos utilizados por Jessé de Souza) pode ser uma visão que, no ímpeto importante de denunciar politicamente o autoritarismo residual da sociedade brasileira, desconsidera, ainda que não intencionalmente, o potencial político das lutas, frustrações e utopias, assim como as tradições brasileiras de mobilização popular, historicamente fundamentais para o avanço de direitos políticos e sociais.

Uma outra matriz de interpretação de Junho de 2013 tenta explicar os movimentos populares daquele ano recorrendo a uma abordagem sobre a composição de classes sociais e o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. André Singer (2013), chama atenção para o cruzamento de classes e ideologias que teria acontecido naquele ano, com um acontecimento socialmente heterogêneo: um "novo" proletariado (de renda mais baixa, mas alta escolaridade) teria ido para as ruas, mas também uma classe média tradicional, com demandas e agendas distintas (mas não completamente opostas). O movimento teria começado com uma linha de esquerda, com condutor ideológico anticapitalista e um progressismo horizontal e coletivo, com destaque para o Movimento Passe Livre – ao que Singer chama de "nova esquerda". Mas, ao recusar lideranças verticais, os "novos" progressistas teriam aberto – involuntariamente, é preciso afirmar – canais de insatisfação para tendências de centro e de direita, vindos principalmente da classe média, as quais aproveitaram para expressar um mal-estar com a situação do país.

Singer concentra-se na ideia de que, em 2013, conflitos tradicionais de redistribuição de renda e precariedade do trabalho, normalmente liderados pela esquerda e por movimentos operários, estavam em jogo, mas os gatilhos dos protestos foram variados: questões ligadas à vida urbana, à ineficiência dos serviços públicos, à insatisfação com os gastos da Copa do Mundo em contraste com as carências sociais do país e, à direita, uma poderosa agenda anticorrupção com tons conservadores e opositores. Um campo antipetista teria emergido com força política justamente a partir dessa última agenda, em uma espécie de “captura à direita”. Segundo Singer, o centro ideológico conseguiu mobilizar tanto reivindicações redistributivas urbanas quanto pautas de moralidade pública, criando uma fusão de agendas e classes sociais.

A análise de Singer é interessante porque revela a complexidade dessas camadas de demandas e a capacidade que elas tiveram de se interseccionar, mesmo partindo de polos distintos. A mobilização de pautas progressistas de justiça social ao lado de agendas conservadoras de moralidade pública ilustra um entrelaçamento que marcou a natureza multifacetada dos protestos, ampliando a capacidade de participação política e adesão de diferentes grupos.

Também trabalhando no campo das composições de classe, em interpretação correlata à de Singer, o sociólogo português Elísio Estanque (2014) defendeu a tese de que o 2013 brasileiro teria transparecido uma “pulsão de classe média”. Estanque trabalha com uma ideia crítica aos determinismos sobre as camadas médias que tendem a associá-las com processos de individuação, cooptação pelo sistema capitalista e aburguesamento. Para isto, lembra que no Brasil há uma classe média tradicional, mais abastada, que tende a reproduzir uma “subjetividade conservadora” e naturalizar sua posição social (real ou imaginária) junto da elite, justificando atitudes preconceituosas e violentas com setores mais emergentes. Mas esta classe média tradicional seria apenas uma subcategoria das “camadas sociais intermediárias”. As políticas levadas a cabo pelo Partido dos Trabalhadores e sua coalizão no governo teriam engrossado o mercado de trabalho e o aumento no consumo – mas sem necessariamente uma melhoria tão significativa nas “infraestruturas e condições efetivas de qualidade de vida” – como conforto, educação, assistência na saúde, moradia salubre e acessibilidade geográfica. Mantiveram-se, lembra Estanque, as precariedades nos empregos e a instabilidade, levando a uma “nova classe média” com maior nível de escolarização e consumo, mas ainda baixo capital econômico. Seria essa juventude escolarizada de classe média protagonista dos levantes de 2013, para Estanque (2014): herdeira da miséria brasileira da escravatura e do colonialismo, mas com maiores recursos de informação, comunicação e escolarização do que seus pais ou

avós. E, devido a isto, com maiores aspirações pessoais e familiares – e se vendo diante da assimetria entre o aumento de seus recursos educacionais e comunicativos e sua condição econômica insegura. Assim seguiriam estes jovens a correrem atrás da “dignidade que nunca tiveram”.

Há ainda, na literatura já realizada acerca do evento, importantes leituras de como os levantes de 2013 seriam tributários de uma tendência global de contestação, com demandas das mais diversas, mas uma certa forma de estruturação da ação coletiva. Movimentos como o “Indignados” da Espanha, o “Occupy Wall Street” nos Estados Unidos da América, os movimentos estudantis do Chile na última década e aqueles grandes movimentos conhecidos como “Primavera Árabe”, em países do Oriente Médio e do Norte da África, fariam parte desta tendência. Maria da Glória Gohn (2019, p. 116-119) conceitua que estes novos tipos de contestação seguiriam certos padrões: convocação por redes sociais, agrupamento fluido e fragmentado, autonomia de organização, surgimento em forma de uma irrupção, cobertura ampliada por outras mídias e, em especial, um dado perfil singular dos ativistas. Para autora, diferente do militante, o ativista “não tem pertencimentos fixos, atua mais em coletivos do que em movimentos já consolidados. Estabelece relações horizontais e critica as hierarquias e as relações verticalizadas. As marchas ou manifestações nas ruas tornaram-se modelos básicos de protesto”.

Em 2013, analisa Gohn, as multidões insatisfeitas, afastadas das grandes manifestações desde o início dos anos 1990 no Brasil, retornaram às ruas. Novos atores sociais entraram em cena, especialmente jovens participantes de coletivos organizados *online*, como o Movimento Passe Livre, coletivos de estudantes secundaristas, além de “ativistas de causas transnacionais que até então não tinham quase visibilidade, como o *Black Blocs*” (GOHN, 2019, p. 130). Estes promoveram nas ruas severas críticas à forma de fazer política. Para a autora, junho de 2013 configurou-se um novo ciclo de participação, composto de coletivos e movimentos sociais diversos. Para as ruas, foram os clássicos sindicatos, sem-terra, movimentos populares, bem como os movimentos de luta criados a partir da década de 1970, chamados muitas vezes de ‘identitários’ – geracionais, étnicos, de gênero, ambientalistas. Mas, como novidade, 2013 viu a ascensão do que a autora denomina “novíssimos” movimentos – autonomistas, sem liderança central, fortemente ancorados em um ativismo digital. A autora ressalta que o associativismo advindo da participação institucionalizada entrou em crise, levando à construção de novos sujeitos e novas ações coletivas. A multidão que tomou as ruas, motivada pela indignação, teria revelado diferentes correntes e contracorrentes de visões de mundo. Algumas seguiram, segundo Gohn (2019), o legado das inovações democráticas conquistadas com o fim da

Ditadura, alicerçadas em experiências construídas desde o final dos anos 1970. Outras, no entanto, teriam trilhado um caminho distinto, mobilizando manifestações nos anos subsequentes a 2013 com um viés conservador, antipetista e pautado por ideologias de controle moral (patrióticas, antipartidárias), utilizando estratégias simbólicas e narrativas que recorriam a correntes de apelo moral e anticomunismo já conhecidas e reavivadas.

A obra da socióloga Ângela Alonso oferece elementos essenciais para entender os imaginários políticos, símbolos e ressignificações gerados por diferentes correntes de interpretação política. Em seu artigo “A política das ruas – protestos em São Paulo de Dilma a Temer”, publicado no “Novos Estudos” (CEBRAP) em 2017, Alonso utiliza uma variedade de fontes, incluindo pesquisas de opinião de 2013, textos dos principais conglomerados de mídia e material produzido pelos movimentos sociais (fontes que também serão consultadas em nossa pesquisa), para examinar os estilos de ativismo, repertórios de confronto e estratégias adotadas pelos manifestantes em relação às instituições políticas. A autora identifica o “jogo autonomista” como uma característica distintiva dos protestos globais do início da década, destacando como a novidade de 2013 se manifestou em ações performáticas, diretas e descentralizadas nas manifestações de rua. No entanto, Alonso (2017) também observa que os protestos contemporâneos resgatam e ressignificam elementos do repertório socialista e nacionalista característicos do século XX.

A discussão de Ângela Alonso permite observar como elementos presentes nas manifestações *Diretas Já*, ao final da Ditadura, como críticas às condições de vida urbana e pautas relacionadas a salário, trabalho e cidadania, bem como na campanha *Fora Collor*, especialmente a bandeira moralizadora anticorrupção, reapareceram no vasto mosaico de 2013. Alonso (2017, p. 51-54) argumenta que os fenômenos de Junho representaram uma luta entre vários setores de mobilização pela dominância, em um contexto de protestos sem liderança centralizada e sem narrativas unificadoras, algo inusitado para movimentos sociais clássicos. Este processo, que denominamos como uma batalha pela capitalização política, marcou a terceira fase dos eventos de Junho de 2013 e introduziu uma nova dinâmica de confronto direto na vida pública nacional, que transcendeu momentos eleitorais e permeou ruas, redes, lares e convívios familiares. Argumenta-se que este processo de luta para obter ganhos simbólicos e materiais na política intensificou-se, refletindo transformações nos métodos de ação coletiva, os impasses do PT e seu projeto no país, e posições antissistema que foram moldadas por afetos e subjetividades, muitas vezes inconciliáveis.

Anos após as primeiras análises sobre o ciclo de manifestações, Ângela Alonso (2023) lançou sua obra "Treze", uma síntese abrangente de pesquisas e interpretações realizadas ao

longo de uma década. Nela, a socióloga empreende uma investigação detalhada das redefinições entre Estado e sociedade mobilizada desde a chegada do PT ao Planalto em 2003 até 2013, quando os protestos revelaram três principais zonas de conflito. Segundo Alonso, essas zonas de conflito se acirraram ao longo dos ciclos de governo do PT e incluem a redistribuição de recursos, a moralidade pública e a violência estatal legítima.

No âmbito da redistribuição, as políticas governamentais voltadas para as camadas sociais mais baixas e a questão da posse de terra provocaram tanto protestos contra a intervenção estatal quanto demandas por um aprofundamento das reformas. No campo da moralidade pública, debates sobre o aborto durante o governo Lula, as decisões do STF sobre costumes e o escândalo do Mensalão fomentaram movimentos por moralização da política. A terceira área de conflito refere-se ao uso legítimo da força pelo Estado, abrangendo questões de segurança pública e os crimes da ditadura militar, temas abordados pelo Plebiscito do Desarmamento e pela Comissão Nacional da Verdade, defendida por Dilma. Esses conflitos, segundo a historiadora e socióloga, que já estavam presentes durante os governos de Lula, teriam ganhado força e um novo ritmo a partir de 2011, culminando nas tensões que emergiram gradualmente em 2013. A contribuição de Alonso é fundamental para esta tese, pois, com rigor metodológico, historiciza os movimentos sociais, ressaltando que a compreensão plena desses fenômenos exige uma consideração cuidadosa das relações entre Estado e sociedade civil, bem como das raízes dos repertórios de ações coletivas.

Esta tese utiliza uma gama ampla e diversificada de tipos de fontes documentais que ajudam a investigar os eventos de Junho de 2013. As evidências utilizadas se conformam em quadro grande campos: 1) fotografias dos eventos; 2) reportagens e editoriais da grande imprensa (televisiva, impressa e *online*); 3) veículos da imprensa alternativa, com destaque para a produzida pelos próprios manifestantes e coletivos/movimentos organizados; 4) pesquisas de opinião realizadas à época.

O primeiro conjunto documental é composto por fotografias do evento de Junho de 2013. Esse evento se deu em um período de transformação tecnológica, quando a visualidade assumiu um papel cada vez mais proeminente na cultura, impulsionada pela ascensão das redes sociais e pela instantaneidade da Web 2.0. A interconexão contínua proporcionada por essas plataformas facilitou a disseminação rápida, abrangente e espetacularizada das imagens, permitindo que fotografias alcançassem uma visibilidade sem precedentes, muito além dos limites até então conhecidos na indústria cultural. Nesta ambientação, Junho de 2013 se caracterizou como um fenômeno de multissemiótica, de riqueza imagética e multidimensionalidade linguística. As fotografias não são meros registros visuais; elas se

tornaram uma tapeçaria complexa de significados, entrelaçando diferentes camadas de interpretação. As cores, os símbolos, os gestos e as interações capturados nas fotografias servem como um campo de batalha visual, evidenciando tensões entre ideologias e posicionamentos diversos.

Historicamente, a imagem foi muitas vezes negligenciada como fonte histórica, mas Paulo Knauss (2006, p. 200) ressalta que uma história baseada em imagens pode oferecer uma visão mais rica das dimensões da experiência social e da diversidade dos grupos sociais, desafiando uma abordagem que “reduz o processo histórico a um sujeito social único e a uma única direção”. A historiadora Ana Maria Mauad (1996) lembra que a reflexão sobre o circuito social da fotografia é fundamental, especialmente quando se considera que a fotografia de 2013, especialmente aquela que circulou em circuitos alternativos fora da grande imprensa, ofereceu perspectivas além das visões predominantes do jornalismo convencional. A fotografia não apenas informa, mas também conforma dadas visões de mundo, e devemos estar atentos tanto ao nível interno do texto visual quanto ao nível externo da imagem, o que inclui a análise de aproximações e inferências com outros textos da mesma época.

A imagem captura a potência do imprevisível, do inacabado, do provisório, do transitório. Seu uso como fonte histórica é particularmente importante no estudo de acontecimentos contemporâneos de confronto, pois revela disputas políticas no campo semiótico – como as tensões, em Junho, que aconteceram entre as cores vermelha e verde-e-amarelo; ou entre o pacifismo e a violência; ou entre manifestantes e a Polícia. Ao analisar uma grande série de fotografias, especialmente do acervo Grafias de Junho⁴ – o mais utilizado nesta tese – podemos observar como as imagens “conversam” com a evolução dos protestos, com acontecimentos internos, referências a outros momentos históricos e tradições anteriores de mobilização. Slogans e refrões capturados nas fotografias revelam, finalmente, discursos que ajudam a identificar opções lexicais e vocabulares como indícios de afiliações ideológicas e visões sobre a sociedade. Assim, a fotografia emerge como um elemento comunicacional e político valioso para a análise histórica atenta aos repertórios de ação coletiva.

O segundo conjunto de fontes documentais é composto por produções da grande imprensa nacional, abrangendo veículos impressos, digitais e televisivos. Este conjunto inclui

⁴ Grafias de Junho é um projeto colaborativo em busca da reconstituição da memória sobre o maior ciclo de manifestações da história recente do país. Propõe uma chave de entendimento daquela jornada de protestos a partir das mensagens levadas às ruas em cartazes, faixas, bandeiras, pixações e outras grafias. O projeto faz parte da pesquisa de doutorado em história das cidades de Roberto Andrés, com orientação de Guilherme Wisnik, realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Não há fim lucrativo e os fotógrafos cederam voluntariamente as imagens para o banco de dados. Disponível em [Grafias de Junho](#). Acesso em 17 de agosto de 2024.

as principais notícias, editoriais e capas dos meios de comunicação mais proeminentes da época, com destaque para os canais das Organizações Globo (o portal *GI* e a *Rede Globo*), o portal *Universo Online (UOL)*, o jornal *Folha de São Paulo* e a revista semanal *Veja*. Esses veículos, apesar de se apresentarem como buscadores da verdade e explicitarem uma aura de autoridade intelectual, atuam como atores políticos significativos e introdutores de determinadas percepções e prescrições à realidade social. Em um período marcado pelo surgimento das redes sociais e de veículos alternativos no início dos anos 2010, estes veículos ainda desempenharam, paradoxalmente, um papel fundamental na configuração da crise, mantendo uma audiência cativa considerável.

É necessário empreender um esforço hermenêutico para compreender como esses agentes da grande imprensa perceberam sua própria posição, redescobrimo afinidades e oposições que moldam suas ações e configuram possibilidades e impossibilidades implícitas em seus horizontes (ROSANVALLON, 2010, p. 58). De acordo com as orientações de Tânia Regina da Luca (2008), o estudo de periódicos deve considerar não apenas a materialidade e o papel social das instituições que produziram as narrativas, mas também identificar o público-alvo, levar em conta o formato e as especificidades técnicas e linguísticas das produções, e investigar as ligações entre diferentes mídias e interesses econômicos, simbólicos, associativos e eleitorais. Deve-se questionar as motivações que levaram estes atores a enfatizar determinados aspectos e analisar como selecionaram, recortaram e estruturaram informações para publicação.

Nesse contexto, conforme propõe Barros (2021), a análise de narrativas da grande imprensa deve explorar se os veículos eram predominantemente informativos, opinativos, doutrinários ou combativos, e considerar outros aspectos relevantes. Deve-se examinar as “linguagens” mobilizadas além da aparência ou intenção declarada de objetividade e verdade. A abordagem metodológica não visa uma análise detalhada de cada veículo individualmente, mas sim a compreensão de como os principais meios de comunicação da época, com sua vasta audiência, narraram e participaram simultaneamente da crise político-temporal vivenciada em Junho de 2013.

O terceiro conjunto de fontes que compõe o *corpus* documental desta tese inclui veículos de imprensa alternativa associados aos manifestantes, como as páginas do MPL, do MTST e dos Comitês Populares da Copa, além de revistas *online* dirigidas por grupos vinculados às manifestações. É importante observar que, embora esses veículos fossem direcionados a públicos mais nichados em comparação aos veículos da grande imprensa, isso não diminui a relevância da disseminação de suas mensagens. De fato, muitas de suas mensagens

desempenharam papéis importantes na convocação e na análise dos eventos que se desenrolaram durante Junho.

Os veículos de imprensa alternativa, que explicitam suas visões ideológicas sem o efeito de autoridade e imparcialidade frequentemente associado à grande imprensa, representam uma fonte valiosa para o historiador do político. Diferentemente dos meios de comunicação tradicionais, que muitas vezes operam sob a premissa de objetividade científica e neutralidade investigativa, esses veículos adotam uma perspectiva mais explícita e comprometida com o ativismo que se desenrola nas ruas, oferecendo narrativas e análises que circularam entre os grupos que participaram das manifestações. Esses meios alternativos não apenas documentaram os eventos, como também apareceram como indícios das agendas e ideologias dos movimentos sociais, bem como nuançaram interpretações e as reações ao que estava ocorrendo. O historiador, ao analisar essas fontes, pode acessar um registro detalhado das motivações e das reflexões dos próprios participantes e simpatizantes, bem como as estratégias comunicativas utilizadas para mobilizar e engajar públicos específicos.

Tânia Regina da Luca (2008) destaca que o surgimento da História do Tempo Presente ofereceu uma oportunidade para desafiar a dominação de um campo até então reservado a jornalistas e sociólogos, promovendo o renascimento da História Política, que havia sido amplamente marginalizada durante a maior parte do século XX. Essa nova abordagem trouxe reflexões metodológicas sobre o uso inovador de periódicos na escrita histórica. A interação entre a imprensa e a pesquisa histórica passou a se concentrar na investigação das crenças e explicações por trás dos comportamentos políticos. Superou-se, assim, o uso instrumental que tratava os periódicos como simples depósitos de informações a serem extraídas e utilizadas de acordo com a conveniência do pesquisador (LUCA, 2008, p. 115); os jornais passaram a ser vistos não apenas como fontes de confirmação de análises baseadas em outras documentações.

A mídia impressa, portanto, pode ser observada como um campo de forças e intenções (editoriais, jornalísticas, mercadológicas, ideológicas, todas situadas historicamente) que conjecturam os interesses de diversos agentes sociais empenhados em promover uma visão de mundo. Este cenário configura uma “constante batalha pela conquista de corações e mentes” (CAPELATO, 1988, p. 13). Tais valores e normas se configuram como “bens simbólicos com dimensões de diagnóstico e prognóstico” (LUCA, 2006, p. 318). Portanto, a dimensão política da mídia é considerada, percebendo os membros da imprensa como atores dos processos sócio-históricos. Neste estudo, levou-se em conta como diferentes veículos de imprensa selecionaram, organizaram e estruturaram informações e relatos. Enfatiza-se, assim, a sua dupla função como produtores de acontecimentos contemporâneos e como testemunhas de um presente vivido.

O quarto e último conjunto de fontes documentais é composto por pesquisas de opinião, que ajudam a compreender a composição social dos manifestantes e as diferentes fases do evento de Junho de 2013. Instituições como o antigo *Ibope* e o *Datafolha* forneceram, à época, dados importantes sobre o perfil dos participantes e as mudanças na percepção pública ao longo do tempo, bem como os motivos que levaram os manifestantes às ruas. Para o historiador do político, essas pesquisas oferecem uma perspectiva quantitativa que complementa as evidências visuais das fotografias e as narrativas da grande imprensa, ajudando as motivações e as dinâmicas do movimento.

O conjunto dos quatro tipos de fontes documentais que compõem o corpus desta tese oferece uma visão abrangente dos repertórios de ação coletiva e das tradições políticas emergentes em 2013. Ao identificar evidências de estratos temporais que evocam períodos históricos anteriores e momentos marcantes da República, a pesquisa realiza uma análise que revela o confronto político sob uma perspectiva histórica. Essa abordagem valoriza tanto os elementos inesperados quanto os antecedentes que moldaram o presente. As fontes documentais aqui priorizadas, originárias de um presente vivido e indeterminado em seu desenrolar, revelam percepções e metalinguagens que se inscrevem em uma duração histórica mais ampla, sem que se perca suas dimensões “intempestivas”, característica fundamental dos acontecimentos públicos. A combinação de efemeridade e constância se manifesta, com tradições e inovações se entrelaçando simultaneamente a partir destas evidências documentais.

A partir de um conceito de acontecimento ressignificado pelos desafios epistemológicos vividos pelas Humanidades e pela História pelo menos desde os anos 1970, é essencial rastrear como os diversos grupos da nossa democracia, os meios de comunicação, os manifestantes e os diferentes atores políticos respondem às questões “o que somos hoje?”, “o que temos?” e “o que projetamos?”. Essas respostas reconfiguram o tempo histórico em um campo de tensões e dimensões conflitivas, presentes nos processos de construção de “momentos axiais” ou “pontos de referência” temporais, como discutido por Ricoeur (1994). François Dosse (2013) observa que o “retorno do acontecimento” é uma característica do nosso tempo, substituindo noções de estrutura e invariante por conceitos de caos organizador e emergência. Este retorno não se refere a uma concepção restritiva dos historiadores do século XIX, mas à interpretação do acontecimento como um potencial heurístico e um vestígio significante. O mistério e a ruptura, muitas vezes inesperados, abrem um campo de significações sociais e disputas semânticas, oferecendo uma perspectiva privilegiada para analisar como os atores antecipam, predizem e manipulam referências temporais para agir politicamente e pautar a vida pública.

Narrativas dos acontecimentos, portanto, criam tessituras que não são construídas apenas por especialistas em historiografia, mas que articulam outros tempos e espaços e inscrevem sujeitos e experiências na duração. Elas mobilizam análises diagnósticas e preditivas sobre a nação e a sociedade, manifestando visões e desejos de futuro. Trata-se, assim, de um complexo onde se entrelaçam “esperança e medo, desejo e vontade, visão receptiva e curiosidade” (KOSELLECK, 2006). O percurso desta pesquisa se insere, assim, na prática da História do Tempo Presente, que, conforme François Dosse (2003), não se limita a um recorte cronológico fixo, mas representa uma modalidade diferenciada da disciplina, permitindo a emergência de um novo paradigma que rompe com um tempo único e linear, “tornando plurais os modos de racionalidade”.

Ao adentrarmos na História do Tempo Presente, reconhecemos que as tramas de mudanças e transições são parte integrante da reflexão historiográfica que se entrelaça com diferentes períodos temporais (CAMPOS; LOHN, 2017, p. 104). Constrói-se uma História que não é definida meramente pela proximidade temporal dos eventos investigados, mas por uma perspectiva epistemológica que valoriza um presente latente, marcado pelas temporalidades e pelos passados que evoca. O estudo das dinâmicas dos movimentos sociais contemporâneos pode, afinal, revelar “o conhecimento do modelo de sociedade em que se articulam, cujas feridas se tornam materialmente visíveis” (SOARES DO BEM, 2006, p. 1138). Estas feridas relembram, afinal, um doloroso e longo processo de democratização no Brasil que, a despeito de seus avanços, jaz periodicamente ameaçado e inconcluso, em especial diante da permanência de uma tradição autoritária como uma das chaves da vida pública brasileira (SCHWARCZ, 2019).

O estudo do Presente pela historiografia emergiu como uma necessidade diante das grandes turbulências e traumas do século XX, que geraram demandas sociais e déficits de compreensão em vários países, incluindo no Brasil. O país tem reavaliado questões como justiça e memória da Ditadura Militar, e a necessidade de “dever da memória” em relação a grupos historicamente subalternizados, como as populações afro-diaspóricas e indígenas. A História do Tempo Presente se fortalece com essas demandas sociais, convocando o historiador a uma análise que valoriza o evento, a contingência e as mudanças significativas dos séculos XX e XXI. Assim, o historiador deve manter-se atento ao que permanece potencialmente aberto no presente, “ao que nele ainda está disponível para o possível” (FERREIRA, 2018).

Caracterizada por critérios dinâmicos e construtivos, a História do Tempo Presente reflete sobre o tempo vivido conforme ele se “apresenta a cada indivíduo, em suas contingências e significados” (CAMPOS; LOHN, 2017, p. 100). A historiografia do século passado

frequentemente assumia a necessidade de uma distância temporal dos eventos para garantir a segurança metodológica, com base na compreensão objetiva dos desfechos dos processos. A História do Tempo Presente rompe com essa premissa, abordando como escrever sobre processos inacabados e “passados que não passam”. Esta modalidade de História opera na interseção entre o presente e a longa duração.

Assim, a noção de acontecimento é resignificada, não mais vista como um marco fixo, mas a partir de suas situações potenciais e enigmáticas, revelando o que ela diz sobre a sociedade em que emerge e é disputada semanticamente. Carlos Fico (2012, p. 44) observa que “a marca central da História do Tempo Presente – sua imbricação com a política – decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, não terminou”. A pesquisa se insere nesse campo, explorando dilemas e impasses da experiência política que permanecem em aberto. Esses elementos permitem compreender as estratégias de mobilização e os possíveis rearranjos de tradições políticas em um tempo desde 2013 marcado pela presença constante e, por vezes, incômoda de multidões mobilizadas por ativismos antagônicos.

Um dos principais desafios deste trabalho é também estabelecer uma relação entre a historiografia e os movimentos sociais. Primeiramente, é necessário conceituar as diferentes modalidades de ativismo nas sociedades modernas. A socióloga Ilse Scherer-Warren (2014, p. 13-15) desenvolveu uma tipologia com cinco categorias de organizações ativistas. Os movimentos sociais organizados buscam continuidade temporal, objetivos políticos bem definidos e um projeto unificador com reivindicações estruturadas e algum arranjo institucional, como é o caso do Movimento Passe Livre e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. As marchas dos movimentos sociais visam a visibilidade por meio de manifestações em espaços públicos, podendo ser episódicas ou regulares, como a “Marcha Mundial das Mulheres” e o “Grito dos Excluídos”. As “manifestações amplas da cidadania e/ou dos indignados” reúnem múltiplos coletivos com uma composição heterogênea, como as Diretas Já, o Fora Collor e as Jornadas de Junho de 2013. As “manifestações-bloqueio” envolvem pequenos grupos que se apresentam oportunisticamente em manifestações públicas, como os Black Blocs e os Anonymous. Finalmente, a “ação-manifesto sociocultural” busca a afirmação de direitos socioculturais para segmentos excluídos, como na “Marcha das Vadias”. O Brasil testemunhou a presença dessas diversas formas de ativismo na primeira metade da década de 2010.

Na história global do ativismo, dois marcos são particularmente notáveis. Nos anos 1840, a ideia de “movimentos sociais” passou a ser associada aos movimentos operários crescentes, com uma percepção comum de que a organização operária expressava uma latência

revolucionária da classe trabalhadora, conforme descrito no marxismo. Este viés de classe predominou no século XIX e na primeira metade do século XX, descrevendo a organização dos trabalhadores em torno de reivindicações materiais e ações coletivas. Já na década de 1960, com o surgimento de novos ativismos e a emergência de uma agenda mais diversa e complexa a partir de maio de 1968, os movimentos sociais passaram a questionar relações étnicas, sexualidade, gênero, comportamento, vida cultural e políticas públicas. Esses movimentos desafiaram o pensamento marxista e os antigos dogmas revolucionários, focando em demandas específicas de grupos como negros, mulheres e indígenas. Em 2013, no Brasil, essas duas tradições — o viés de classe e as agendas “pós-materiais” — estiveram presentes e se reinventaram nas ruas, consolidando pautas e subjetividades.

Angela Alonso (2009, p. 24-25) ressalta a necessidade de convergência entre enfoques “objetivista e subjetivista” no estudo de movimentos sociais, uma vez que eles não surgem apenas da presença de desigualdade ou de cálculos estratégicos, mas também envolvem dimensões materiais e a formação de solidariedades e identidades coletivas. A análise deve considerar, então, um nível mesossociológico, onde os movimentos sociais são vistos entre suas demandas materiais e simbólicas como estruturas ambíguas. Além disso, as interconexões globais e as dimensões tecnológicas têm ressignificado os movimentos sociais no século XXI, com o surgimento de ativismos conservadores e mobilizações policêntricas e violentas, inclusive no Brasil.

Os historiadores têm abordado menos frequentemente a teoria dos movimentos sociais, em comparação com o refinamento conceitual observado nas Ciências Sociais. Adriano Luiz Duarte e Paulo Meksenas (2008) destacam que, após os anos 1960, ficou evidente que a economia e a sociologia não eram suficientes para uma abordagem historiográfica do ativismo, pois não lidavam adequadamente com a dialética entre mudança e permanência no tempo. A historiografia neomarxista, influenciada pela tradição inglesa e pela obra de Edward Palmer Thompson, introduziu o debate sobre agência na historiografia brasileira, enriquecendo áreas como a história dos movimentos operários e das resistências à escravidão. Os autores também observam que temas como cultura e experiência ultrapassam paradigmas estruturalistas, exigindo uma preocupação com a política, a esfera pública e a palavra coletiva. Assim, a ação coletiva e os movimentos sociais, inseridos no jogo político, são um espaço historicamente determinado, sujeito a configurações, conquistas e perdas, e ao exercício da ação e da palavra (DUARTE; MEKSENAS, 2008, p. 138).

Esta tese adota a abordagem teórica dos "repertórios de ação coletiva", conforme desenvolvida por cientistas políticos como Charles Tilly (2008; 2010; 2011) e Sidney Tarrow

(2009; 2011). Este conceito explora os padrões de ação coletiva que emergem em momentos específicos e ciclos de luta social, reconhecendo o confronto como um elemento formador da vida sociopolítica. Repertórios de ação coletiva referem-se ao conjunto de práticas e estratégias, tanto materiais quanto simbólicas, que grupos e movimentos utilizam para expressar suas demandas e promover mudanças.

Os conflitos manifestam-se dentro de janelas de oportunidade historicamente situadas, apoiadas por estruturas de mobilização disponíveis (ALONSO, 2012). A efetividade desses repertórios é sustentada por redes de apoio e recursos financeiros. A adaptação e evolução dos repertórios permitem que movimentos sociais enfrentem novos desafios e aproveitem oportunidades, contribuindo para a formação e transformação das normas e valores sociais. Além disso, a análise desses repertórios revela a natureza conflituosa da ação coletiva, destacando as tensões e os conflitos subjacentes no campo político.

Sidney Tarrow (2009, p. 19) argumenta que “o confronto político conduz a uma interação sustentada com opositores quando é apoiado por densas redes sociais e estimulado por símbolos culturalmente vibrantes e orientados para a ação”. As oportunidades, ameaças, estruturas de mobilização e repertórios não desaparecem com o tempo; eles adquirem novos significados à medida que os processos e mecanismos evoluem. Movimentos sociais organizam-se, desenvolvem ideologias e mobilizam seus integrantes, promovendo a formação de identidades coletivas e uma coesão interna. As formas de ação coletiva são diversas, podendo ser breves ou duradouras, e manifestar-se de maneira institucionalizada ou disruptiva (MENEZES, 2019).

O objetivo aqui não é realizar uma genealogia ou uma descrição antropológica dos repertórios de ação coletiva empregados nos ciclos de protesto de 2013, mas compreender como esses elementos e as tradições histórico-políticas que os fundamentam se apresentaram no debate público. Uma noção útil é a de "janelas de oportunidade política". Nas Teorias do Confronto Político, essas janelas são condições que permitem a emergência e o sucesso de movimentos sociais, reformas ou transformações políticas, em função de uma combinação de fatores, como mudanças no ambiente político, crises ou novas oportunidades para mobilização. Ao contrário da noção de cooptação, que descreve o processo pelo qual um grupo ou movimento é absorvido e controlado por instituições ou elites estabelecidas, a janela de oportunidade política oferece uma perspectiva mais flexível e dinâmica. Esta ideia permite focar, em Junho de 2013, em como ativistas e grupos perceberam possibilidades de mudança e aproveitaram condições favoráveis para promover suas agendas e objetivos.

A estrutura da tese é organizada em quatro capítulos distintos. No capítulo 1, intitulado “A (Re)emergência do Levante Urbano: O Dilema do Direito à Cidade”, explora-se o retorno das massivas mobilizações de rua no Brasil, impulsionado pela insatisfação com questões urbanas. O capítulo analisa como a luta em torno do "direito à cidade", liderada por grupos de esquerda, não apenas desencadeou o ciclo de manifestações, mas também revelou contradições persistentes da modernização brasileira, contrastando com o confronto mais tímido das décadas anteriores à redemocratização. Destaca-se como esses ideários reconfiguraram elementos das lutas por reforma urbana e ampliação dos direitos sociais, particularmente aqueles emergentes desde o final dos anos 1970.

O capítulo 2, “A Massificação dos Protestos Entre Autoritarismo e Defesa de Direitos Humanos: Paradoxos da Experiência Democrática”, examina a transformação na cobertura da grande imprensa e o impacto da denúncia da violência policial. Este capítulo examina como esses fatores foram cruciais para a ampliação das mobilizações populares, ao mesmo tempo em que revela paradoxos na democratização inconclusa da vida pública. Tais paradoxos se manifestaram na tensão entre a defesa dos direitos humanos e as respostas autoritárias tanto das forças de segurança quanto de manifestantes intolerantes à liberdade político-partidária.

No capítulo 3, “A Díade Esquerda/Direita em Junho de 2013: Uma Gramática Socioideológica do Confronto Político”, analisa-se o ressurgimento da polarização entre esquerda e direita, anteriormente enfraquecida por uma tendência centrista e negociações na vida política brasileira. O capítulo investiga como ideários de direita, antes dispersos e associados ao autoritarismo, foram reativados, com mobilizações de tradições de antiesquerda e ideais liberal-conservadores, além de elementos de patriotismo vinculados ao período da Ditadura Militar.

Finalmente, o capítulo 4, “A Mobilização Social no Pêndulo Entre Negociação e Conflito”, oferece uma síntese das mobilizações de 2013 como uma ressurgência do confronto político na vida pública brasileira, inserindo os eventos de Junho de 2013 em um contexto de oscilação entre confrontos e tentativas de pactos ao longo da história republicana brasileira. Reflete, assim, sobre como se sobrepôs às inovações no ativismo a recuperação de elementos históricos de ativismo e demandas não resolvidas da democracia brasileira.

2. A (RE)EMERGÊNCIA DO LEVANTE URBANO: O DILEMA DO “DIREITO À CIDADE”

Há anos o Brasil não testemunhava mobilizações de rua tão amplas e massivas. Desde o final da Ditadura Militar, a sociedade civil brasileira criara grandes ciclos de protestos, como as “Diretas Já” (1983-1984) e as manifestações de 1992 que culminaram no *impeachment* de Fernando Collor. O início da redemocratização fora particularmente rico no conjunto de movimentos populares que adotaram táticas confrontacionais de ações coletivas, entre os quais cabe destacar o “associativismo comunitário, o movimento de saúde, o movimento da reforma urbana e os movimentos com a presença de ativistas da igreja católica”, com a “organização dos pobres brasileiros para lutar por serviços públicos” sendo uma das origens da sociedade civil brasileira moderna (AVRIZER, 2012, p. 386). Assim, apesar de marcadamente ter sido a transição para a democracia lenta e negociada no país, houve uma articulação importante de movimentos populares fora do campo institucional, com uma forte ênfase em direitos sociais e políticos em disputa com o autoritarismo. Mas desde meados dos anos 1990, as manifestações sociais no país haviam construído um cenário de confronto mais tímido, sem alcançar a amplitude geográfica, a radicalidade de repertórios e a diversidade temático-ideológica que emergiram em Junho de 2013.

Em 2013, os protestos que começaram aparentemente em torno dos aumentos nas passagens de transporte público (em São Paulo, sobretudo, mas em outras cidades também) revelariam enormes conflitos na esfera urbana. Demandas e angústias compartilhadas em torno do planejamento das cidades e sua distribuição socioespacial, ainda que acontecendo em distintas partes do país, inflamaram um transbordamento de insatisfações nas ruas, fortes o suficiente para construir uma reemergência do confronto político de dimensão nacional após um período considerável de baixa mobilização popular, com “manifestações públicas coletivas em ritmo e intensidade superiores ao verificado regularmente” (TATAGIBA, 2014, p. 38).

Embora as revoltas de 2013 tenham progredido depois para um mosaico bastante heterogêneo de ideários, defende-se que a questão urbana e as insatisfações resultantes de contradições do desenvolvimento socioeconômico brasileiro propiciaram a criação de janelas de oportunidade política significativas para o confronto político, fora das esferas institucionais e eleitorais. Principalmente no início daquele ciclo de protestos, destacou-se uma gramática de mobilização em torno do “direito à cidade”. Este capítulo investiga como a onda de transbordamentos de insatisfações às ruas revelou importantes e persistentes contradições da questão urbana, resultantes da modernização e de dilemas em aberto na democratização do país.

David Harvey (2012, p. 74) destaca que a noção de direito à cidade ultrapassa o simples acesso individual a recursos e liberdades; trata-se da perspectiva de um direito coletivo de transformar e democratizar o planejamento geográfico e os acessos de um espaço pelos seus próprios habitantes. O conceito de direito à cidade abarca uma utopia de acessos mais igualitários aos recursos e riquezas produzidos na malha urbana, concebendo uma participação efetiva dos cidadãos nas decisões que afetam a distribuição socioespacial (habitação, locomoção, infraestrutura). Esta conceituação é marcada pelo desafio a formas concentradoras de poder decisório e privilégios que priorizam o lucro, a propriedade individual, a especulação financeiro-imobiliária e o veículo particular em detrimento das necessidades mais amplas de seus moradores. O direito à cidade contrapõe-se, assim, a uma avaliação mais individualizante dos direitos humanos como meras garantias civis e legais, explorando uma noção mais difusa e comunitária acerca da vivência, do lazer, do trabalho, da mobilidade, da segurança e do usufruto do espaço urbano pelos grupos populares.

A utopia do “direito à cidade” contrasta com boa parte das formas políticas através das quais foi construída a história urbana do Brasil. Pelo menos desde o final do Império, o período de transição da escravidão para o trabalho livre e o início da República, reclamações sociais foram frequentemente tratadas como problemas de ordem pública e casos de “polícia”, em uma perspectiva de gestão populacional que percebia os pobres como obstáculos ao progresso. Durante o final do século XIX e início do XX, uma série de práticas por parte do Estado marcaram ações de despejo e periferização forçada, frequentemente justificadas como necessárias para a “higienização social”, que resultaram na remoção de comunidades pobres para áreas periféricas da cidade. Esse processo segregou camadas sociais não só ao demolir habitações em locais considerados nobres e valorizados, além de suprimir práticas culturais desses grupos. Este processo é particularmente conhecido na historiografia brasileira pelos conflitos na antiga capital do Brasil, o Rio de Janeiro, onde populações subalternizadas (a maior parte negras e egressas de uma história de escravidão) foram expulsas de suas moradias nas áreas mais centrais da cidade. O historiador Nicolau Sevcenko destaca, em estudos clássicos sobre o início da República, que, na antiga capital do Brasil, era “preciso findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundície e promiscuidade, pronta para armar em barricadas as vielas estreitas do centro ao som do primeiro grito de motim” (SEVCENKO, 1989, p. 29). Já nesta época, discursos e políticas médico-sanitárias eram frequentemente utilizados para justificar as remoções e as ações de isolamento das camadas populares para o desfrute das camadas mais aburguesadas de espaços privilegiados da cidade, com o argumento de que as

áreas habitadas por populações pobres eram focos de doenças e degradação social. Essa retórica eugenista e autoritária contribuiu para a estigmatização das comunidades pobres e para a construção de áreas periféricas costumeiramente superpopulosas e carentes de infraestrutura capaz de atender a seus contingentes. Mas já nesta época, destacou-se a organização de pobres populares em motins, greves e rebeliões, não apenas em movimentos operários e anarquistas crescentes como também em movimentos como a Revolta do Vintém (1879-1880), curiosamente também contra um aumento das passagens, e a Revolta da Vacina (1904), um conjunto de atos sabidamente também reativos à arbitrariedade governamental.

O historiador Sidney Chalhoub (1996) chamou atenção para o fato de que, a despeito do desmantelamento do regime escravista no Brasil na década de 1880, consolidou-se a noção de que a pobreza de um indivíduo era fato suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial, com enormes consequências para a história subsequente de nosso país. Este é um dos “fundamentos teóricos da estratégia de atuação da polícia nas grandes cidades brasileiras desde pelo menos as primeiras décadas do século XX” (CHALHOUB, 1996, p. 23). Com a vasta migração para as cidades no último século, em um processo que se acelerou a partir dos anos 1960, desigualdades socioespaciais foram também intensificadas na modernização conservadora construída no país.

O geógrafo Milton Santos demonstrou que, na segunda metade do século XX, a ideologia desenvolvimentista e do crescimento aplicada ao planejamento urbano, com a justificativa de tornar o Brasil uma potência industrial, centralizou as decisões sobre as médias e grandes cidades, consolidando uma modernização “dolorosa”. O país, especialmente no período em que esteve sob o regime militar autoritário, deu prioridade aos investimentos em capital geral do interesse de poucas empresas, “em lugar de canalizar os dinheiros obtidos para dar respostas aos reclamos sociais” (SANTOS, 1993, p. 102-105). Legitimado por um ideário do crescimento e da modernização, o território brasileiro como um todo, e as cidades em particular, foram objeto de operações racionais de grandes firmas, muitas delas multinacionais, em detrimento de empresas menores e da população como um todo. Os resultados desta modernização ecoaram até o Brasil do século XXI: a contradição entre uma extraordinária geração de riquezas, cada vez mais concentradas; e a enorme produção da pobreza, cada vez mais difundida, percebida do ponto de vista socioeconômico e também na distribuição espacial desigual das cidades. O crescimento urbano acelerado na segunda metade do século XX não foi acompanhado pelo desenvolvimento adequado de infraestrutura e serviços públicos para atender à crescente população nas cidades, parte dela expulsa das áreas rurais e empurradas para empregos de baixa remuneração ou informais.

De acordo com Carty e Costa (2014), o presidente João Goulart chegou a propor reformas abrangentes com o objetivo de melhorar a distribuição de renda, reduzir o déficit habitacional e abordar questões de reforma urbana e desenvolvimento socioespacial. Esse período era marcado por especulação imobiliária, baixos salários e condições precárias de habitação para migrantes das áreas rurais. No entanto, as discussões realizadas, por exemplo, no Seminário de Habitação e Reforma Urbana de 1963 foram interrompidas pelo golpe militar de 1964, que impôs uma modernização conservadora e autoritária. A partir da metade da década de 1970, emergiram novos movimentos sociais focados em reivindicações salariais, trabalhistas e na resolução de problemas urbanos agravados. O Movimento Nacional por Reforma Urbana (MNRU) surgiu em 1979, adotando uma retórica centrada no interesse comum e na melhoria da qualidade de vida, em uma gramática bastante próxima à ideia do “direito à cidade”.

No debate que levou à Constituição, os movimentos urbanos conquistaram os artigos 182 e 183, mas estes “foram reduzidos e despojados dos conteúdos originais da Ementa de Reforma Urbana”; desde então, a função social da cidade e da propriedade foi vinculada à necessidade de implementação de leis complementares, “o que manteve uma prioridade ao capital em vez do bem coletivo. Desde então, os movimentos sociais têm lutado para que essa lei seja efetivamente elaborada e implementada” (CARTY; COSTA, 2014), especialmente nas gestões participativas dos municípios e na ação conjunta e planejada do Ministério das Cidades.

No advento dos protestos de 2013, significativos repertórios de ação coletiva, insatisfações e estratégias de posicionamento político e simbólico de denúncia destas situações ecoaram estas demandas anteriores, resgatando resíduos da utópica Reforma Urbana e dos movimentos construídos desde o final da Ditadura em torno de um projeto de democratização das cidades e ampliação dos direitos sociais. Este capítulo investiga como uma gramática temático-ideológica em torno do “direito à cidade” inflamou um transbordamento de insatisfações com dimensões nacionais às ruas, iniciando rebeliões que explicitaram fortes confrontos políticos justamente com performances nas áreas mais visíveis e movimentadas da extensa arena urbana brasileira.

A eclosão dos protestos de Junho de 2013 está profundamente relacionada justamente às contradições históricas do desenvolvimento brasileiro, particularmente evidenciadas em regiões hiperurbanizadas. Nestas áreas, mesmo após a redemocratização do país e a conquista de importantes avanços sociais (como a criação do Sistema Único de Saúde), temas como o caro transporte público, a dificultada mobilidade e os longos engarrafamentos, a gentrificação, a hiperinflação de aluguéis e o déficit habitacional permaneciam como problemas significativos

para parte importante da população, que se mobilizaria no início do mês em torno destas *velhas* questões conhecidas pelos brasileiros.

2.1 A EMERGÊNCIA DE UMA REBELIÃO URBANA: INDÍCIOS DE ESGOTAMENTO(S)?

[Folha de São Paulo]: O senhor diz que esses novos movimentos, nascidos na Internet, estão recriando a democracia. Mas no Brasil não é incomum que protestos organizados por dezenas de milhares no Facebook não cheguem a reunir centenas de pessoas na rua. Esses movimentos têm mesmo toda a capacidade? [Manuel Castells] Isso depende das condições de cada país. Na Espanha, chegaram a ser centenas de milhares. Nos Estados Unidos, aconteceram ocupações urbanas em mil cidades. Na Itália, saiu daí o movimento Cinco Estrelas, o partido mais votado (nas eleições parlamentares deste ano). No Chile, os estudantes mudaram o panorama do país. Mas é claro que não basta um manifesto no Facebook para mobilizar milhares de pessoas. Isso depende do nível de descontentamento popular e da capacidade de mobilização de imagens e palavras. A internet é uma condição necessária mas não suficiente para que existam movimentos sociais⁵.

Na entrevista concedida à Folha de São Paulo em 3 de junho de 2013, o renomado sociólogo Manuel Castells foi indagado sobre "novos movimentos sociais" que aconteciam à época em vários espaços do globo, especialmente organizados em redes cibernética. Estes, contudo, ainda não haviam conseguido reunir grandes multidões nas ruas no Brasil. Castells, reconhecido por suas análises sobre os impactos das transformações comunicacionais contemporâneas, destacava que, para essas mobilizações ganharem força nas ruas, era necessário que as pessoas estivessem receptivas a mensagens de insatisfação veiculada nas redes. Dias após a entrevista, o país começou a testemunhar uma reviravolta espetacular, com um ciclo extraordinário de rebelião popular que se tornaria um dos maiores da História da República, quebrando um período de baixas mobilizações de rua que marcaram parte dos anos 1990 e a década de 2000.

A entrevista vinha em boa hora, pois esse novo fenômeno de ativismo, impulsionado pela potência tecnológica e moldado tanto nas redes sociais quanto nas ruas, marcava uma virada significativa na dinâmica política nacional. Embora compartilhasse semelhanças com movimentos observados em outros países como Estados Unidos, Espanha, Egito, Líbia e Turquia, o ativismo brasileiro adquiria nuances próprias. A diversidade de ideias e ideologias que seria observada nas manifestações construiria um panorama complexo e multifacetado da sociedade brasileira, onde a democratização é relativamente recente, bem como a construção

⁵ CASTELLS, Manuel. Entrevista à Folha de São Paulo, 03 jun 2013, p. A14.

de uma sociedade civil pós-ditatorial, capaz de produzir associações e manifestações autônomas em relação ao Estado (AVRITZER, 2012).

Mas, afinal, o que despertaria o “nível de descontentamento” de brasileiros a ponto de canalizar-se em movimentos que conectavam redes digitais e ruas? Defende-se aqui que o estopim desta canalização travou-se em torno da chamada “questão urbana” (MARIGATO, 2013), em uma complexa situação que remonta ao desigual, desordenado e mal planejado crescimento urbano no Brasil: grandes e médias cidades convivendo simultaneamente com a dificuldade da mobilidade urbana (especialmente para populações periféricas), a explosão imobiliária e densidade demográfica incontroláveis, a falta de infraestrutura em determinadas regiões das cidades, carência de serviços públicos, grandes distâncias dos trabalhadores em relação aos seus locais de trabalho e, especialmente, o “transporte coletivo indecente, indigno e mortífero” (CHAUÍ, 2013). Não é possível ignorar também transformações tecnológicas e societárias, de nível global. Em 2013, o Brasil já era lar de uma considerável população de “nativos digitais”⁶, e a expansão da internet no país coincidia com um aumento da renda, acesso ao crédito e consumo de bens e serviços, criando um público com potência para engajamento pela *web*. Pesquisa feita pela União Internacional das Telecomunicações (UIT), órgão da ONU, mostrava que o Brasil possuía em 2013 a quarta maior população de nativos digitais, considerando jovens como aqueles de 15 a 24 anos. O país estava somente atrás de China, Estados Unidos da América, Índia e Japão.

Os movimentos sociais de contestação que tomariam conta do Brasil em 2013 e seguiriam nos anos posteriores seriam tributários de uma tendência global recente. Para Maria da Glória Gohn (2019, p. 116-117), estes novos tipos de contestação seriam marcados por agrupamento fluido e fragmentado, autonomia de organização, surgimento em forma de onda, cobertura ampliada por outras mídias e, em especial, um dado perfil singular de ativista. Assim, diferente do militante que caracterizou os movimentos populares, operários e pró-direitos humanos nos anos 1980, o “ativista” não teria pertencimentos fixos, atuando mais em coletivos do que em movimentos já consolidados, ao “criticar hierarquias e relações verticalizadas” (GOHN, 2019, p. 117). Iriam para as ruas, naquele mês, cidadãos que jamais haviam se manifestado publicamente⁷ e de forma organizada por uma causa política, além de

⁶ G1. Brasil possui a 4ª maior população de nativos digitais do mundo, diz ONU. Disponível em <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/10/brasil-possui-4-maior-populacao-de-nativos-digitais-do-mundo-diz-onu.html>>. Acesso em 02 de novembro de 2023.

⁷ Uma pesquisa do Instituto Datafolha, de 18 de junho de 2013, estimava que 71% dos manifestantes estavam pela primeira vez nas ruas. Mais informações em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296886-em-protesto-de-sp-maioria-nao-tem-partido-diz-datafolha.shtml>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

representantes de movimentos já conhecidos. Foram para as manifestações movimentos da periferia urbana (com destaque para o Movimento Passe Livre e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), centrais sindicais (como a Central Única dos Trabalhadores, a Força Sindical, a Nova Central Sindical, entre outras), além de coletivos como o “Juntos!”, os Comitês Populares da Copa, movimentos negros e feministas e partidos políticos de esquerda como o PT, o PSOL, o PCO e o PSTU. Posteriormente, a presença de coletivos, anônimos e multidões indefinidas tornaria mais difícil a identificação dos atores envolvidos, que passaram a atuar de forma muitas vezes independente e descentralizada.

A proliferação de um novo tipo novo de participação social, construída fora da pedagogia política de partidos, sindicatos ou movimentos sociais clássicos, produzia ocupações, marchas e ondas de multidões que utilizariam cartazes, slogans, refrões, performances, usos de imagens. Simultaneamente, nos primeiros dias de junho de 2013, movimentos deste novo tipo apareciam em outras partes do mundo. Naquele momento, manifestantes na Turquia ocupavam a Praça *Taksim* em Istambul, protestando contra planos de austeridade econômica na acirrada crise na zona do euro, utilizando formas de repertórios de ação coletiva muito parecidas com as que seriam adotadas no Brasil.

Por aqui, pequenas manifestações despontaram, em 3 de junho, dia da publicação da entrevista de Castells, antecedendo o primeiro grande ato convocado pelo Movimento Passe Livre que seria no dia 6 de junho. O Movimento Passe Livre (MPL), é importante dizer, constitui-se como uma organização social que defende o acesso gratuito ao transporte público como um direito fundamental dos moradores das cidades brasileiras. Organizado inicialmente em 2005, em São Paulo, após atos importantes em Salvador e Florianópolis nos anos anteriores, expandindo-se para outras áreas do país nos anos seguintes, o MPL dava uma resposta enfática em 2013 ao aumento recente (de vinte centavos) das tarifas de transporte público na cidade de São Paulo.

Michael Löwy (2014) analisa, a partir de pesquisa realizada em 2013 com o coletivo, que o método de luta do Movimento Passe Livre tem inspiração considerada “libertária” e “horizontal”: utiliza ação direta nas ruas, geralmente com performances lúdicas que dão pouca atenção às tradicionais vias negociais e mesas de pactuação com autoridades. Suas ações coletivas mais significativas seriam bloquear ruas, atear fogo em pneus e catracas, além de outras performances de caráter simbólico, como entoar refrões musicais. Os membros do MPL desconfiariam das estruturas e instituições verticais, que consideram excessivamente centralizadas. Para Löwy, até 2013 a rede construída por seus militantes seria pequena, atuando em conjunto com associações de bairros populares, movimentos pelo direito à moradia e com

certos sindicatos (como de trabalhadores de metrô e professores). Os ativistas, por sua vez, teriam diferentes identificações políticas: anarquistas, neozapatistas, trotskystas ou “anarco-marxistas punk”. Um campo, pode-se dizer, predominantemente à esquerda do PT. Sua composição social, por sua vez, viria de egressos de instituições de ensino e bairros populares das periferias.

Em Junho daquele ano, o MPL desempenhou um papel central nos protestos que eclodiram em todo o Brasil. No início do mês, organizou uma série de manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus, metrô e trem na cidade. Esses protestos ganharam rápida adesão e apoio popular, resultando em confrontos com a polícia e a mobilização de milhares de pessoas nas ruas. A pauta já do dia 3 de junho, segundo líderes do coletivo⁸, era não apenas a luta contra o aumento de 20 centavos nas tarifas de transporte público em São Paulo, mas a denúncia do que entendiam como a precariedade do serviço, com consequências nefastas de congestionamentos para os mais pobres, que eram obrigados a percorrer longas distâncias a pé devido à falta de transporte adequado, como noticiado naquele momento na página do próprio movimento. Neste momento, o *slogan* de que a luta social não era somente por 20 centavos possibilitou que o transporte e a mobilidade se tornassem “uma pauta radical na sua potência para denunciar o distanciamento dos pobres ao acesso aos direitos mais elementares” (TATAGIBA, 2014, p. 59).

Os manifestantes mobilizados pelo Movimento Passe Livre (MPL) engajaram-se em um debate sobre um aparentemente modesto aumento nas tarifas de transporte em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, mas que transcendia a mera questão tarifária, vislumbrando a possibilidade de edificar um novo paradigma de transporte, fundamentado na efetiva democratização do espaço urbano. Denunciava-se, assim, uma configuração sociourbana considerada privatista, herdada da ditadura e da segregação espacial do Brasil, operacionalizada em condomínios, *shopping centers*, automóveis e serviços essenciais privatizados (ANDRÉS, 2023) – como é, em geral, privatizado o próprio transporte público no país, embora os preços destes sejam controlados principalmente pelo ente federado municipal.

Almejava-se, assim, a facilitação do acesso aos diversos espaços e serviços da cidade, especialmente para as populações socioeconomicamente vulneráveis, que enfrentavam longas jornadas de deslocamento das localizações mais periféricas das cidades até o serviço. Esse acesso era considerado condição indispensável para assegurar o usufruto pleno de outros

⁸ Movimento Passe Livre São Paulo. Disponível em <<https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/03/protestos-na-mboi-mirim-no-primeiro-dia-do-aumento/>>. Acesso em 02 de novembro de 2023.

serviços e direitos urbanos; uma espécie de direito que daria acesso a outras garantias constitucionalmente previstas, como o trabalho e o lazer.

O Movimento Passe Livre não direcionava suas críticas específica e unicamente ao governo federal ou às gestões municipais, mas a um modelo de Estado e de financiamento privado do transporte que, segundo os ativistas, não garantiria aos cidadãos uma participação efetiva na cidade, bem como o acesso a seus recursos e riquezas. Ermínia Maricato (2013), no calor das manifestações, salientava, já à época, que os espaços nas cidades brasileiras refletiam uma estratificação de classes e uma especulação imobiliária que traduziam um "assalto ao orçamento público". A análise da autora ressaltava que melhorias nas condições de vida, especialmente em grandes cidades, não se limitavam apenas a aumentos salariais e redistribuição de renda. A qualidade de vida também dependia de políticas públicas urbanas que transformassem essas cidades em espaços de bem-estar, considerando a melhoria de aspectos como saúde, iluminação, segurança, moradia, saneamento, lazer e, como era de se esperar, o transporte. O que estava em jogo, e isto também se tornou um lema símbolo dos movimentos, era “um meio para a construção de uma outra sociedade”⁹ – como mostra a Carta de Princípios do MPL construída em 2005.

A resposta inicial dos governos e das mídias não foi positiva. No início de Junho de 2013, grande parte da imprensa corporativa insistia em destacar um aspecto singular dos protestos: os atos designados como "vandalismo", marcados por confrontos, incêndios e "depredações do patrimônio" protagonizados supostamente por alguns manifestantes. Uma notícia do portal G1¹⁰, das *Organizações Globo*, datada do sexto dia daquele mês, ressaltava que o protesto contra o aumento da tarifa de ônibus em Goiânia havia "interditado avenidas" na cidade, resultando em queima de pneus, bombas caseiras lançadas e invasão de plataformas. A narrativa midiática era permeada por uma desaprovação ideológica, onde a (suposta) violência de alguns manifestantes era generalizada e dissociada de uma possível compreensão das motivações para os repertórios de ação coletiva utilizados pelos ocupantes do espaço urbano. O jornal *O Globo* descrevia¹¹ que “reajustes de ônibus provocaram tumulto em quatro capitais”.

⁹ Movimento Passe Livre São Paulo. Disponível em: <https://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/> Acesso em 02 de novembro de 2023.

¹⁰ G1. Protesto contra aumento da tarifa de ônibus interdita avenidas em Goiânia. Disponível em <https://g1.globo.com/goias/noticia/2013/06/protesto-contr-aumento-da-tarifa-de-onibus-interdita-avenidas-em-goiania.html>. Acesso em 02 de novembro de 2023.

¹¹ O Globo. Protestos contra reajuste de ônibus provocam tumulto em 4 capitais. Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/protestos-contr-aajuste-de-onibus-provocam-tumulto-em-4-capitais-8615213>. Acesso em 02 de novembro de 2022

O site do *UOL*¹² cobriu um protesto contra o aumento de tarifas na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, destacando "tiros de balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo para tentar conter o tumulto". As fotografias, editoriais e manchetes divulgados pelos meios de comunicação impressos, televisivos e virtuais citados retratavam os atos de protesto como parte de um cenário de "guerra urbana", ignorando que, historicamente, atos de desobediência civil e destruição politicamente orientada podem ser "o único caminho que restou para pressionar as autoridades responsáveis e torná-las sensíveis aos infortúnios dos sublevados" (PAMPLONA, p. 221, 1996).

As narrativas publicadas reproduziam um traço antigo na História da República Brasileira: tratar reivindicações populares como "caso de polícia" ou como reações violentas e ilegais perante o aparato de Justiça e repressão do Estado (SAUER, 2008). Ainda assim, o anseio que havia despertado estas manifestações não pararia de crescer em muitos cantos do país, contrariando um olhar distanciado e de repúdio dos movimentos por parte da grande mídia. Um maior acesso da população a narrativas da Web, fora do circuito das mídias mais tradicionais, certamente contribuiu para a divulgação e mobilização dos movimentos. Era pelas redes sociais, direta ou indiretamente, que importantes informações sobre os atos eram divulgadas com maior amplitude no início do mês, como nas publicações do MPL replicadas em redes como *Twitter* e *Facebook*.

Figura 1 – Capa da Folha de São Paulo (versão impressa), 07 de junho de 2013



FOLHA DE SÃO PAULO. Capa. São Paulo, 7 jun. 2013. Disponível na versão impressa.

¹² NOTÍCIAS UOL. Aumento da tarifa do transporte coletivo gera protestos pelo país. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/album/2013/06/03/aumento-de-tarifa-do-transporte-coletivo-gera-protestos-pelo-pais.htm?foto=226>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

A capa da *Folha de São Paulo* que mostra uma fotografia dos incêndios na avenida 23 de Maio, com a legenda destacando que "manifestantes liderados pelo Movimento Passe Livre, ligado a estudantes, ao PSOL e ao PSTU, queimam catracas" revela algumas camadas de significado e intenção editorial. A escolha da fotografia é particularmente sectária: ao focar nos incêndios e na destruição das catracas, a imagem transmite uma narrativa de caos e desordem, ao invés de destacar a intencionalidade política intrínseca a estes atos performáticos. O fogo, símbolo de violência e protesto "radical", é utilizado como elemento visual sugerindo confronto e agitação desmedidos nas ruas. Essa escolha não apenas poderia atrair a atenção do leitor devido à sua natureza dramática, mas também influenciar a percepção pública ao enfatizar um aspecto do protesto: a legenda, ao associar os manifestantes ao Movimento Passe Livre, bem como aos partidos políticos como PSOL e PSTU, editorializa o evento ao enquadrá-lo dentro de uma perspectiva ideológica específica, mais próxima do que seria supostamente o extremo da esquerda do espectro político. Essa abordagem pode ser interpretada como uma tentativa de rotular e estereotipar os protestos como sendo conduzidos por grupos de esquerda radical, negligenciando ou minimizando os motivos por trás da adoção de tais formas de ação coletiva. Ato comum na grande imprensa, que por vezes impedia uma compreensão mais ampla e contextualizada dos problemas que motivavam os protestos no início do ciclo.

Imagens de um centro de São Paulo em chamas, colocado de "ponta-cabeça", assemelhavam-se muito às descrições da grande imprensa para o que acontecia no Rio de Janeiro, em Natal e em Goiânia no dia 6 de junho. O jornal *O Globo* descrevia¹³ que "reajustes de ônibus provocaram tumulto em 4 capitais". Até meados de Junho, as mídias tradicionais garantiram pouco ou nenhum espaço de fala ou reconhecimento a estes manifestantes, e associaram-nas a jovens de movimentos e partidos de esquerda "nanicos" (como PSOL e o PSTU). Em órgãos da grande imprensa, naquele momento, não se interrogava sobre os modelos de financiamento dos transportes metropolitanos ou mesmo os contextos envolvidos na questão da tarifa, como a mobilidade urbana e a dificuldade do usufruto de parte significativa das cidades aos seus espaços. Estes questionamentos, contudo, seriam encontrados em mídias alternativas, independentes, como páginas da Internet ligadas aos movimentos ou grupos formados pelo *Facebook*, como a página do Movimento Passe Livre. Em *post* do dia 7 de junho, esta publicou uma crítica contundente à forma como a grande imprensa estava tratando os movimentos, autointitulando-se como uma narrativa da periferia:

¹³ O Globo. Protestos contra reajuste de ônibus provocam tumulto em 4 capitais. Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/protestos-contrareajuste-de-ônibus-provocam-tumulto-em-4-capitais-8615213>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

Atualmente 37 milhões de pessoas são excluídas do transporte público por não terem dinheiro para pagarem a tarifa. Com o aumento desse valor aumenta também a exclusão social, o número de pessoas que não podem viver a cidade. Essa exclusão é a maior violência, e é a que estamos combatendo, e apesar dos ataques da polícia militar, não vamos desistir de lutar por um mundo diferente – um mundo em que a cidade seja de todos. O transporte público de São Paulo é um dos mais caóticos, precários e caros do Brasil como se vê noticiado todos os dias pela imprensa da cidade, e se vive todos os dias dentro dos ônibus e trens. Todos os dias as periferias sofrem com a falta de transporte público, com trânsito e violência policial. Ontem o outro lado da cidade ficou sabendo como essa periferia se sente¹⁴.

O ano de 2013 deixou explícita uma distância, em alguns aspectos inconciliável, entre uma imprensa corporativa e mídias mais independentes e interativas, estas últimas potencializadas pelo uso das redes sociais – o Movimento Passe Livre, por exemplo, divulgava suas convocações e publicações tanto em sua página oficial quanto no *Twitter* e no *Facebook*. Nesta época, a consciência sobre o impacto societário das redes sociais ainda era embrionária, dada a muito recente popularização de *smartphones* e mesmo do acesso da Web à população. Discussões como a dimensão enviesada da programação de algoritmos em redes sociais, a criação de arriscadas bolhas de informação que facilitam polarizações, o grande poder das empresas de comunicação ao conduzir um megamercado de dados e um capitalismo de “vigilância” são bem mais recentes. Mas o Brasil já se encontrava em um mundo superconectado, capaz de amplificar capacidades e perspectivas, mas que com potencial para promover “territórios de ansiedade, perigo e violência conforme o senso de um futuro previsível se esvaía pelos dedos” (ZUBOFF, 2021, p. 18). Se, por um lado, esta nova configuração comunicacional e tecnológica facilita o ativismo e a difusão de informações, também potencializa a dispersão ideológica e programática e possíveis abusos da liberdade de expressão.

Sabrina Fernandes afirma que, em um primeiro momento, predominou entre os manifestantes uma visão de Junho “como uma espécie de primavera brasileira, que energizou a esquerda” (FERNANDES, 2019, p. 54). Contudo, precisamos ter em vista que estes tipos de protestos contemporâneos possuem sobremaneira um poder plástico e mesmo “misterioso” de decompor os imaginários políticos, desafiar polarizações e gerar capitalizações políticas das mais diversas. Um levantamento da consultoria “Serasa Experian”, divulgado no jornal Valor Econômico e na página da BBC Brasil¹⁵, apontou que o *Facebook* teve uma taxa de participação

¹⁴ Movimento Passe Livre. Disponível em <https://escoladeativismo.org.br/2013-junho/>. Acesso em 28 de junho de 2024.

¹⁵ BBC Brasil. Protestos em rede. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/07/130628_protestos_redes_personagens_cc. Acesso em 22 de novembro de 2023.

(considerada a partir de perfis de usuários com atividade) de 70% dos brasileiros com presença no site no dia 13 de junho em 2013. Já o *Twitter* teria contabilizado cerca de 11 milhões de *tweets* com a palavra “Brasil” e 2 milhões mencionando “protesto” entre os dias 6 e 26 de junho.

Chama atenção, nos primeiros dias de Junho de 2013, a presença do movimento "Juntos!", um coletivo de juventudes de esquerda fundado em 2011 e "inspirado nas grandes rebeliões populares que agitaram o mundo em resposta à crise de 2008¹⁶. Na página do movimento, amplamente divulgada em cartazes nas ruas, o grupo afirmava-se anticapitalista e internacionalista, além de se orgulhar de ter "antecipado" a chegada desta onda de revoltas ao Brasil. Nesse momento, tornou-se comum a percepção de que esses movimentos estavam de alguma forma interligados, formando uma extensa rede global de indignação popular. “Turquia é aqui” ou “Occupy Brasil” são vistos em muitos cartazes desta época pelo Brasil, indicando uma ideia de que havia um "DNA" comum entre o *Occupy Wall Street*, os *Los Indignados* da Espanha, os protestos que contribuíram para a queda de ditadores no "mundo árabe", as recentes manifestações na Turquia e os movimentos que estavam "surgindo" no Brasil em 2013. Essa interconexão global dos protestos, possível graças ao poder mobilizador da Internet e das redes sociais, alimentava um “horizonte de expectativas” (KOSELLECK, 2006) em relação a ideias e práticas de resistência e denúncia, fomentando o uso de repertórios de ação coletiva próprios de protestos mais fluidos, menos dependentes de convocações sindical-partidárias e disseminados pelos espaços urbanos.

Com os brados de “A Turquia é aqui”, jovens brasileiros do coletivo anticapitalista “Juntos!” se referiam a um ciclo de protestos turcos que haviam começado como uma resposta ambientalista à demolição do Parque *Taksim*, em Istambul; mas que, naquele momento, já se alastravam por todo o território turco tendo como alvo o governo liderado por Recep Tayyip Erdoğan. Esta era uma forma, também, de reivindicar legitimidade para um movimento ainda embrionário no Brasil, com então pouquíssima simpatia das mídias tradicionais e pouco conhecimento ainda por parte da sociedade. A mensagem demonstrava um discurso otimista em relação a este “novo” tipo de movimento e às ferramentas inventivas da Internet, associando-os com formas de criar ação política para além da representação e dos canais tradicionais de protesto (partido, sindicato, greve). Já a ideia de “repetir Porto Alegre”, presente em vários dos cartazes hasteados por manifestantes nos dias 6 e 7 de junho, referia-se ao sucesso dos protestos na capital gaúcha no início daquele ano, já que a cidade tinha sido a primeira grande cidade a derrubar o aumento das passagens de ônibus. Havia indícios, portanto, de que

¹⁶ JUNTOS. Disponível em <https://juntos.org.br/quem-somos/>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

manifestantes não estavam isolados: as experiências internacionais injetavam ânimo e expectativas de transformação entre os manifestantes e as oportunidades políticas estavam abertas para um novo ciclo de movimentos sociais, naquele momento orquestrados em torno de melhorias no âmbito das cidades. Considerando os avanços dos protestos em cidades como Rio de Janeiro, Goiânia e Brasília, o Movimento Passe Livre convocou seus seguidores através de sua página e de um evento no *Facebook*, reiterando a retórica do "direito à cidade" para um evento em 11 de junho.

Já paramos a 23 de maio, a 9 de julho, av. Paulista, Rebouças, Faria Lima e Marginal pinheiros. Hoje foi o terceiro congestionamento do ano e terça-feira vai ser maior! Não pararemos até a revogação do aumento! Concentração às 17h00 na Praça do Ciclista (Avenida Paulista, 2443). Todo aumento é uma injustiça! Cada vez que a tarifa sobe, aumenta também o número de pessoas excluídas do sistema de transporte – em 2010, já eram 37 milhões de brasileiros que deixavam de usar o ônibus todo dia por não ter dinheiro. E não ter acesso ao transporte significa não ter acesso à cidade: dependemos da condução para ir e voltar do trabalho, escolas, hospitais, visitar amigos, etc. Cobrar pelo uso do transporte – que deveria ser público – e ainda aumentar esse preço é uma escolha política pela exclusão, que só beneficia os cofres dos empresários de ônibus. Quando se trata de mobilidade urbana, o poder público continua investindo a maior parte em grandes obras viárias que só beneficiam o carro e não resolvem o problema do trânsito. Enquanto isso, a passagem continua subindo, atendendo às exigências das empresas que exploram esse serviço. É possível barrar um aumento! Nos últimos anos, a população de várias cidades do Brasil saiu às ruas para protestar e conseguiu forçar suas prefeituras a abaixar o preço da passagem. Aconteceu em Florianópolis, Porto Alegre, Vitória, Teresina, Natal, Aracajú e Taboão da Serra¹⁷.

Embora a luta inicial estivesse centrada na revogação do aumento das tarifas de transporte, o MPL foi além, criticando profundamente a própria concepção de cobrança pelo uso de um serviço que consideravam favorecer exclusivamente o "grande capital". Essa crítica estendeu-se ao que percebiam como um "sequestro" do orçamento estatal por obras que não beneficiavam a maioria trabalhadora, que dependia dos transportes públicos. No entanto, a questão das tarifas de transporte público revelou-se ainda mais complexa do que inicialmente se imaginava. A problemática das tarifas de transporte público, em geral de jurisdição municipal, também se tornava uma questão nacional/federal devido ao seu vínculo com um projeto nacional de crescimento e à prioridade da gestão macroeconômica brasileira. Os anos 2000 no Brasil ficaram marcados por um ciclo de crescimento econômico impulsionado pelo aquecimento do mercado interno, o aumento do poder de compra da população e a inclusão de camadas sociais mais vulneráveis no orçamento nacional através da expansão do crédito e de programas de transferência de renda que sabidamente foram capazes de reduzir a pobreza e

¹⁷ MPL São Paulo. Disponível na página <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/11/3o-grande-ato-contra-o-aumento/>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

aumentar o acesso à escolarização (tanto básica quanto superior). Esse ciclo de crescimento também foi favorecido por um ambiente externo favorável, com preços altos das *commodities* e crescimento da economia global.

Contudo, o rápido crescimento gerou desafios, como as dificuldades de controlar a inflação e deter o deterioramento da qualidade de vida nas grandes aglomerações urbanas. A explosão do consumo não veio acompanhada de uma melhora no mesmo ritmo em áreas como transporte e moradia popular, observando-se em muitas das cidades do Brasil problemas comuns como uma infraestrutura sobrecarregada, engarrafamentos e deficiência no transporte público, além do danoso aumento dos preços de aluguéis até mesmo nas periferias.

Fernando Haddad, então prefeito de São Paulo, chegou a afirmar que, à altura do início do ciclo de manifestações de 2013, "já lutava contra o repique da inflação"¹⁸. O político do Partido dos Trabalhadores relatou, anos depois, que estava ciente do desafio de ser pressionado para manter o preço da tarifa municipal, congelado por dois anos, conter a alta dos preços e, ao mesmo tempo, manter o orçamento público sob controle. O chamado "fantasma da inflação" era de extrema importância em um país onde durante décadas foi o "mecanismo mais visível das desigualdades" (NOBRE, 2013, p. 15). Desde os anos 1990, as medidas de estabilidade monetária, recuperação do poder de compra e redistribuição de renda resultaram em avanços sociais tangíveis, gerando um aumento do otimismo em relação ao país e índices econômicos bastante positivos.

No entanto, esses avanços foram insuficientes para resolver os graves problemas de um país conhecido por ser um campeão da concentração de renda, conforme observado na estratificação do espaço urbano. O economista Marciano Seabra de Godoi (2022) observa que a concentração de renda é particularmente grave na América Latina e na África Subsaariana, não coincidentemente regiões historicamente epicentros de processos de colonização e massiva escravização de africanos e indígenas. Levantando dados da década de 2010 divulgados em 2017 pela Oxfam Brasil, o autor lembra que a concentração de renda no Brasil cresceu fortemente na década de 1980 e chegou ao seu ápice em 1989, decrescendo a partir da década de 1990, com mais intensidade do início dos anos 2000 até 2015 (quando voltou a subir). Em 2013, portanto, estávamos no final de um ciclo virtuoso de diminuição da concentração de renda impulsionado por robusto crescimento socioeconômico, mas já em tendência de estagnação e crise. Godoi (2022), a partir de dados da Organização das Nações Unidas (ONU) observou que

¹⁸ REVISTA PIAUÍ. Entrevista dada por Fernando Haddad em 2015, disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/>. Acesso em 02 de novembro de 2023.

haveria uma forte brecha entre a renda efetiva dos domicílios e a renda potencial, ou seja, o que poderia ser gerado se um melhor acesso a serviços públicos e ao conhecimento fossem generalizados no país.

Seria a questão dos transportes públicos, com carestia e qualidade inadequadas, uma manifestação das contradições do desenvolvimento desigual do Brasil; uma metáfora de que o "paraíso" não pode ser medido apenas pelo aumento do consumo e pela redução da miséria nos dados estatísticos? Sabe-se que a vida nas grandes cidades, em suas condições historicamente mais precárias (habitação, transporte, creches e escolas), não melhoravam na mesma proporção que as oportunidades de crédito, consumo e emprego aumentavam. A questão urbana permanecia latente, apesar das melhorias contínuas nos indicadores socioeconômicos e de renda.

Os confrontos políticos em torno da questão urbana inflamavam dia após dia, com demandas que, apesar de parecerem novidades, estavam até então apenas represadas. “Quem transita pelo Centro não precisa andar muito para ver os atos de vandalismo”, bradava o portal *G1, das Organizações Globo*, ao anunciar o resultado das manifestações na cidade do Rio de Janeiro, no dia 10 de junho. A ex-capital do Brasil teria amanhecido com diversas “pichações” que questionavam o aumento da tarifa dos ônibus municipais (esta havia passado de R\$2,75 para R\$2,95 no início de junho). Noticiava-se também que policiais haviam prendido manifestantes na avenida Paulista, no centro de São Paulo, na noite do dia 11 de junho – inclusive Leandro Moraes (fotógrafo do UOL) e Leandro Machado (repórter da Folha de São Paulo), acusados de “atrapalhar a ação da Polícia Militar”. Na Região Metropolitana de Goiânia, foi revogado no dia 10 o aumento das tarifas, o que foi comemorado por membros de uma Frente de Luta contra o Aumento. Cenário ambíguo: condições perigosas, de conflitos com a Polícia Militar e detenções de manifestantes e jornalistas, mas pressão em torno dos agentes públicos contra aumento das tarifas.

No dia 13, os manifestantes já demonstravam que sabiam que a "mobilização pela redução das tarifas" estava se espalhando pelo país, como indicado por alguns dos cartazes no Rio de Janeiro que proclamavam: "A mobilização pelas tarifas já se nacionalizou". Na mesma ocasião, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), declarava que, apesar dos protestos, a tarifa seria mantida. Surpreendido, o prefeito petista expressou: "Não vejo uma organização clara neste movimento. Eles mesmos dizem: falta coordenação, não há liderança, não há

responsáveis. Ninguém assume a responsabilidade pelo que está ocorrendo"¹⁹. A declaração do então prefeito é representativa de que o poder público continuava, de certo modo, revestido e despreparado diante da pressão que vinha das ruas.

Haddad, figura proeminente de partido historicamente ligado à esquerda, abordava as manifestações com uma ótica tradicional de mobilização social, enfatizando a importância de lideranças definidas e de uma coordenação centralizada – justamente elementos que estiveram presentes na fundação do Partido dos Trabalhadores, um evento de maior importância na história da redemocratização brasileira. Para o então prefeito de São Paulo, essa ausência de coordenação dificultava a instalação de conhecidas mesas de negociação e reuniões para tentativas de construção de consensos mediados, os quais haviam se tornado comuns para os movimentos sociais brasileiros após o reestabelecimento das regras democráticas e da liberdade de expressão. Enquanto aquele ativismo autonomista e potencializado pelo seu componente digital poderia ser visto como uma forma de democratização da mobilização, um elemento facilitador da expressão de identidades coletivas e insatisfações, era uma novidade desafiadora. A falta de interlocutores identificáveis dificultava o diálogo e a negociação nos moldes dos movimentos mais tradicionais diante da descentralização e da horizontalidade, desafiando estruturas costumeiras de representação e diálogo com autoridades.

Este evento representava, portanto, um desafio disruptivo para os governos, sendo até então sem precedentes no século XXI uma onda nacional de manifestações tão persistente. Para um partido de esquerda moderada nascido a partir de movimentos sociais que historicamente possui bases que defendem interesses das classes trabalhadoras e periferias, a situação se tornava objeto de hesitação. O aumento significativo de manifestantes conectados via internet, em uma escala nunca vista, intensificava o conflito, explicando o desconcerto dos diversos atores envolvidos naquele momento (prefeitos, governadores, ministros e a grande mídia brasileira). Acostumados a lidar com greves, movimentos sindicais e militâncias organizadas nos moldes de uma tradição socialista, cujas ações eram em certa medida previsíveis e com lideranças negociáveis, os atores políticos tradicionais viam escapar de suas mãos a compreensão desse presente fluido e instável marcado pela emergência de novos ativismos.

É importante lembrar que as estratégias dos movimentos sociais tendem a perder eficácia à medida que se tornam previsíveis, uma vez que os repertórios de ação coletiva historicamente disponíveis limitam os objetos de mobilização. A eficácia de um repertório de

¹⁹ EBC/Agência Brasil. Disponível em <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-13/haddad-diz-que-valor-da-passagem-de-onibus-de-sao-paulo-sera-mantido-apesar-dos-protestos>. Acesso em 02 de novembro de 2023.

ação também se baseia na sua capacidade de surpreender as autoridades, como argumentado por McAdam, Tarrow e Tilly (2009). Esta pode ser uma das razões pelas quais alguns manifestantes radicalizaram suas ações no início de 2013, buscando criar oportunidades políticas que até então não estavam disponíveis.

Assim, qualquer tentativa de negociação formal entre movimentos e governos falhava, já que a ação digital permitia a emergência de múltiplos atores com poder de mobilização, escapando ao controle social exercido pelas autoridades. As estratégias adotadas pela imprensa e pelo governo no início do mês sugeriam uma a narrativa de criminalização e a repressão militar sob a ótica de "segurança nacional". Exemplo disto foi a ocasião em que o então prefeito de Porto Alegre, José Fortunati (filiado na ocasião ao PDT) chegou a criticar a vinda de outros manifestantes para Porto Alegre e elogiar a atuação da Brigada Militar contra os “vândalos”, pronunciando que não era possível “ignorar aquele grupo em várias cidades brasileira que está amedrontando a população”²⁰. O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, foi denunciado na época²¹ por ter mandado endurecer a repressão contra os manifestantes, recusando-se inicialmente de rever o aumento da tarifa, juntamente com o prefeito da capital Fernando Haddad (PT). Estas ações, contudo, sofreram um efeito menor pela natureza descentralizada do ativismo, com capacidade rápida de comunicação e organização.

Nesse novo contexto de ativismo, as fronteiras entre indivíduo e coletivo se tornaram fluidas, permitindo a construção de múltiplos sentidos políticos simultâneos que transcenderam as divisões partidárias, lideranças identificáveis e demandas decididas verticalmente. Flávia de Faria (2020), a partir de uma etnografia dos coletivos que emergiram na década de 2010 no Brasil, identificou algumas características comuns ao repertório autonomista: priorização da autogestão, em busca de horizontalidade e autonomia crítica a formas de relações hierárquicas (como as construídas por movimentos sindicais, operários, partidários até o final do século XX); e por outro lado uma tendência a rechaçar o personalismo, a hierarquização e os mecanismos que blindam a sociedade de uma participação mais efetiva nas práticas decisórias. Estas características foram encontradas em movimentos como o MPL e o “Juntos!”. Neste contexto, os laços políticos entre os manifestantes não mais se baseavam em adesões racionais ou

²⁰ Entrevista disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/06/manifestacao-do-governo-federal-deve-definir-operacao-nos-proximos-protestos-em-porto-alegre-cj5v9j0ui029bxbj0n0fac2ki.html>. Acesso em 28 de junho de 2024.

²¹ Rede Brasil. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/pm-de-sao-paulo-realiza-prisoas-em-massa-e-se-recusa-a-dar-informacoes-2575/>. Acesso em 28 de junho de 2024.

compromissos de longo prazo com movimentos pré-existentes, mas sim em ações comprometidas com causas coletivas consideradas dignas de enfrentamento nas ruas.

Sendo filho das transformações proporcionadas pelas estruturas tecnológicas e comunicacionais, este ativismo contemporâneo se beneficia da horizontalidade e da participação ampliada. No entanto, essa mesma dinâmica facilitadora também acarreta desafios significativos. A descentralização das ações permite que indivíduos diversos se engajem nos movimentos sociais de maneira fluida, contribuindo para uma maior democratização do espaço público. Por outro lado, essa abertura torna os ciclos de protestos ou as atuações dos movimentos sociais suscetíveis à dispersão e à interpenetração ideológica ou programática. A ausência de um controle centralizado cria um ambiente onde qualquer um pode se inserir no movimento, muitas vezes sem alinhamento claro com os objetivos originais ou sem comprometimento com uma agenda unificada. Assim, enquanto as novas tecnologias ampliam o alcance e a inclusão nas lutas sociais, também desafiam as estruturas tradicionais de organização e representação, exigindo adaptações contínuas para conciliar a diversidade de vozes e perspectivas emergentes.

Um discurso do jornalista Arnaldo Jabor²² para o Jornal da Globo no dia 12 de junho de 2013 teve intensa repercussão, sendo muito representativo em relação à “batalha de sentidos” pela legitimidade do crescente movimento popular naquele momento. Para Jabor, os manifestantes viviam “no passado de uma ilusão”, sendo a “caricatura violenta de um socialismo dos anos 1950 que a velha esquerda ainda defende”. O comentarista questionava o que provocava um “ódio tão violento contra a cidade”, e taxava os manifestantes de serem jovens indignados de uma classe média mimada que não valia “nem 20 centavos”. Ao rotular os manifestantes como jovens indignados de classe média mimada e minimizar aqueles movimentos, Jabor pode ter subestimado a profundidade das preocupações sociais e políticas que estavam sendo articuladas nas ruas. Os repertórios de Junho seriam marcados por espontaneidade, horizontalidade e organização intensiva das redes sociais para mobilização e coordenação, com características bastante distintas dos movimentos socialistas de meados do século passado. Ao minimizar aquele crescente ciclo de manifestações, Jabor caía na armadilha de tentar de interpretar um fenômeno novo e complexo através de lentes ideológicas antigas que ele mesmo criticava. Instantes depois do forte discurso de Jabor ser exibido no “Jornal da Globo”, a página oficial da Secretaria de Educação de São Paulo seria invadida por um grupo de *hackers*, na madrugada do dia 13 de junho.

²² Rede Globo. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/2631566/>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

Figura 2 – Hackers invadem site do governo de São Paulo.



Fonte: Site Rede Brasil Atual²³.

A invasão *hacker* em uma página do governo paulista divulgava o próximo ato do movimento pelo preço das tarifas. Imediatamente o governo do Estado de São Paulo repudiou o ato, considerando-o como “vandalismo” que prejudicava milhares de alunos e professores. Neste momento, as estratégias utilizadas pelo movimento se expandiam: mobilização digital, ocupação das ruas, marchas e protestos, utilização massiva de cartazes, pintura corporal, performance a partir de símbolos (como máscaras), queima de catracas e até mesmo *hackerativismo*. Sem seguir uma liderança vertical que guiasse ações e orientasse seus militantes, este ativismo seguia um caminho difuso, descentralizado, politizando pessoas que podiam estar em qualquer lugar do país – e lutando contra a ferrenha oposição dos entes do governo, da segurança pública e da mídia empresarial.

Chama atenção o uso da máscara de Guy Fawkes, um “símbolo de rebeldia, destacado tanto nas ruas quanto nas redes digitais” (TORINELLI, 2015, p. 17), popularizado na cultura pop. Nos quadrinhos dos anos 1980 e no filme “V de Vingança” de 2005, um anarquista desafia um regime autoritário fictício em cenário distópico, utilizando a icônica máscara de um rosto que representa Guy Fawkes: um inglês católico que, no início do século XVIII, tentou explodir o Parlamento da Inglaterra e assassinar o Rei James I. Ele teria sido condenado à forca por conspiração. O uso da máscara de Guy Fawkes já havia aparecido em outras manifestações do

²³ Rede Brasil Atual. Hackers invadem site da secretaria estadual de educação e divulgam ato contra aumento da passagem. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/hackers-invadem-site-da-secretria-estadual-de-educacao-e-divulgam-ato-contr-aumento-da-passagem-9974/>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

mundo, em um jogo que brinca com a ideia do anonimato e do protagonismo na multidão, e seria muito apropriado por aqueles que se identificavam como “*Anonymous*”.

O uso da máscara de Guy Fawkes foi frequentemente associado a críticas diretas à política tradicional, como parte de um repertório de denúncias contra a ineficácia e a corrupção nos sistemas políticos estabelecidos. As mensagens transmitidas através das legendas e imagens durante a invasão *hacker* parecem ter sido planejadas para mobilizar apoio através das mídias alternativas, contrastando com a cobertura inicialmente restrita e muitas vezes distorcida da mídia corporativa. Essas plataformas desempenharam um papel desafiador em relação à narrativa predominante da imprensa empresarial, introduzindo gramáticas de mobilização construídas em torno de conceitos como "políticos inócuos" e utilizando um símbolo associado ao anonimato. Essa visão antipolítica se ampliou ao longo de 2013, transcendendo o simples mote do "direito à cidade" e das demandas populares. É importante analisar os indícios crescentes dessa abordagem, que apontam para outras camadas político-ideológicas presentes naquele ciclo de protestos, incluindo uma visão liberal-conservadora com foco anticorrupção e uma rejeição sistemática aos políticos profissionais e à *coisa pública*, que teriam lugar significativo no mosaico de demandas e performances emergentes em Junho.

2.2 A AMPLIAÇÃO DA QUESTÃO URBANA

A compreensão das atitudes de estranheza por parte da imprensa tradicional e dos políticos diante do início das manifestações de Junho pode ser elucidada ao considerarmos o contexto político e social do período. Luís Felipe Miguel (2019, p. 78-79) observou que os então dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil foram caracterizados por um enfraquecimento dos movimentos sociais e sindicais, resultante de políticas de cooptação de lideranças, limitação de suas agendas e supressão de suas demandas. Outrora responsáveis por construir movimentos combativos na sociedade civil (como greves, movimentos operários e sindicais, manifestações de rua e outras demonstrações de oposição), atores da esquerda brasileira, entre os quais quadros importantes do Partido dos Trabalhadores, deliberadamente optaram pela via institucional e parlamentar. O processo de institucionalização de demandas através da criação de políticas públicas redistributivas e voltadas para questões sociais no decorrer dos governos petistas também contribuíram para uma espécie de amortização dos confrontos políticos.

Em meados de Junho de 2013, contudo, tornaram-se evidentes as fragilidades de um modelo político conciliatório que priorizava políticas sociais e de redistribuição de renda em

detrimento da qualidade dos serviços públicos, relegando esta última preocupação a um plano secundário. Com as demandas dos movimentos sociais mais "tradicionais" esvaziadas e um sistema representativo ainda pouco receptivo às demandas populares, a insatisfação encontrou outros canais para se manifestar. Isso sugere que os anos de "avanços graduais sem confronto político" (SINGER, 2015, p. 39) da década de 2000 estavam chegando ao fim, indicando uma possível mudança de paradigma político e social, mais marcado pelo confronto político e menos pela perpetuação das tentativas de pacto e negociação.

Marcelo Ridenti (2018) destacou, em retrospectiva a Junho, que os governos petistas optaram por políticas que minimizavam a resistência política, evitando confrontos diretos com o sistema político e financeiro, e as quais se baseavam em amplo financiamento público e no fortalecimento do mercado interno. Essas políticas foram eficazes em tirar parte da população da condição de extrema miséria, promovendo ascensão social ao mesmo tempo em que buscavam agradar as classes dominantes, que se beneficiavam do crescimento econômico e do consumo. No entanto, argumenta Ridenti, em 2013 essa capacidade reformista atingiu seus limites, aumentando frustração, especialmente entre os setores médios da sociedade, devido a expectativas não cumpridas (como a representação de que seus crescimentos de renda eram menores do que das classes mais baixas, ainda que muitas políticas os beneficiassem, como a expansão do Ensino Superior) e mudanças fundamentais no cenário cultural, como o aumento da escolaridade e a difusão da informática.

Há estratificações, interesses antagônicos, distribuições muito desiguais de recursos e espaços de experiências históricas importantes de mobilização social na sociedade brasileira suficientes para afirmar que conciliações e negociações são sempre provisórias, apesar de sua aparência de inevitabilidade e sua inegável importância em parte do processo político do Brasil. É difícil acreditar, hoje, que os anos de pacto cuidadoso levados a cabo pelo projeto do PT durariam indeterminadamente, ainda mais quando estes governos precisavam conciliar frações diferentes de interesse, que iam desde o grande empresariado, o capital financeiro e o agronegócio até as bases partidárias e sindicais do partido e os movimentos sociais populares. Soma-se a estes difíceis desafios o fato de que o governo de Dilma Rousseff seria marcado por tentativas desenvolvimentistas, heterodoxas em relação a um padrão mais liberal na macroeconomia vigente até então (SINGER, 2015). Isto incomodaria setores do mercado e da grande imprensa, que marcariam posições contrárias a uma presença maior do Estado no planejamento da retomada do crescimento econômico ou o questionamento de seus rendimentos financeiros, o que tornaria, entre outros fatores, o governo liderado por Dilma muito mais difícil do que o de seu antecessor (Luís Inácio Lula da Silva, também do PT).

Por outro lado, à esquerda, críticas em relação ao distanciamento do Partido dos Trabalhadores em relação às suas origens populares não eram novas, já que este foi historicamente criado na envergadura de um sindicalismo atuante no país (em especial nas áreas industrializadas do Sudeste), na intelectualidade de esquerda e na luta de setores progressistas pela democratização nos anos finais da Ditadura Militar. A acomodação institucional de muitos destes conflitos potenciais desde a última democratização permitiu, apesar dos pesares, o avanço em importantes conquistas sociais, consubstanciados em direitos garantidos ou previstos pela Carta Constitucional de 1988. O sucesso da nova moeda (real) e o controle da hiperinflação, junto com os mecanismos de inserção mais efetiva da população mais pobre no orçamento do Estado, foram fundamentais para que o Brasil vivesse momentos de estabilização: somavam-se, nos anos 1990 e 2000, a junção entre competição eleitoral regular, crescimento econômico sólido, redistribuição de renda, diminuição da pobreza, aumento do mercado interno, com ganhos percebidos pela maior parte das classes e grupos sociais do país. Isto também foi facilitado por uma situação internacional favorável, em especial no início dos anos 2000.

Mas, notadamente, houve neste importante processo de redemocratização e discussão de temas sociais na agenda pública do país pouco avanço na distribuição socioespacial dos recursos urbanos, ou o “direito à cidade” e a qualidade dos serviços públicos nas áreas mais periféricas; uma temática que, potencialmente, poderiam abalar uma política “conciliação de classes”. Muitos grupos, não necessariamente identificados as esquerdas, mesmo nas classes médias, puderam se ressentir da insuficiente qualidade dos serviços prestados pelo Estado e dos problemas de localidades hiperurbanizadas – relacionados à mobilidade, à segurança, à moradia e à insuficiência dos serviços públicos. A situação de ônus duplo também incomodaria vastos setores do país: o pagamento de impostos onerosos feitos por camadas baixas e médias do Brasil e, por outro lado, os serviços públicos distantes de um sólido Estado de Bem-Estar Social, apesar de seus avanços nas últimas décadas.

O governo liderado pelo PT, com a significativa participação de setores conservadores e da elite econômica, encontrava-se em uma posição vulnerável, enfrentando pressões muitas vezes contraditórias. Para discutir, por exemplo, o financiamento do transporte ou da educação pública, poderia ser necessário rever as prioridades tributárias do país e o equilíbrio entre o pagamento dos juros da dívida pública; questões que, certamente, incomodavam setores da elite econômica. Por um lado, o PT era instado a adotar uma postura ainda mais progressista, implementando medidas que desafiassem o modelo de urbanização vigente e combatessem a concentração de renda e recursos, bem como as prioridades do orçamento público. Por outro

lado, precisava conciliar interesses alinhados ao mercado, ao empresariado e à elite política, dada a sua importância nos setores produtivos que geram emprego e capital no país. Além disso, o governo sofria pressões das camadas médias que se sentiam sobrecarregadas financeiramente ou impulsionadas por iniciativas empreendedoras, exigindo melhorias nos serviços públicos e uma reformulação na distribuição de impostos, por vezes se sentindo menos contempladas nas políticas sociais do que setores mais baixos da sociedade. Situação de desafios dúbios ao governo, com expectativas e insatisfações potenciais em diferentes segmentos da sociedade.

Bandeiras de membros de sindicatos, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Sem-Terra (MST), do Partido Comunista do Brasil (PcdoB), da União Nacional dos Estudantes (UNE), assim como de coletivos como o Juntos!, a Periferia Ativa e o já citado MPL apresentavam-se às ruas, ocupando espaço junto a cartazes e outros manifestantes. Os registros do acervo “Grafias de Junho” dos dias 11 e 12 demonstram, a exemplo, uma quantidade significativa de bandeiras vermelhas, tradicionalmente associadas ao imenso espectro de tradição socialista, muitos dos quais com inscrições como “esquerda marxista” ou críticas explícitas ao capitalismo. Isso é demonstrado em algumas das imagens como a seguir, de um protesto de Belo Horizonte no dia 11 de junho no qual houve inúmeras demonstrações antissistêmicas, de cunho anarquista ou com outras simbologias anticapitalistas.

Figura 3 – Manifestações de Belo Horizonte (MG), 11 de junho de 2013.



Acervo: Grafias de Junho

O cartaz carregado por um jovem em Junho de 2013, que diz "Erro no sistema. Capitalismo travou. Instalar novo sistema? OK" revela uma crítica antissistêmica, ainda que

genérica, empunhada por muitos manifestantes que em várias cidades criaram cartazes e refrões semelhantes a este. O século passado testemunhou uma busca incessante por alternativas ao sistema econômico predominante, sendo este um elemento crucial nos debates políticos, assumindo nuances dramáticas no Brasil devido à tendência histórica de desmobilização de grupos anticapitalistas e ao fracasso dos projetos políticos socialistas.

A derrota da luta armada e da esquerda mais confrontadora no final da última Ditadura Militar no Brasil consolidou a dificuldade na construção de utopias alternativas socioeconômicas ao capitalismo, especialmente após o colapso do bloco soviético. O desencanto generalizado em relação às utopias comunistas abriu espaço para a transformação ou adesão de setores outrora confrontacionais em uma esquerda mais moderada, optando-se por uma ação política dentro do sistema, por meio da via parlamentar-institucional. Isso evitou confrontos diretos com o capital, como evidenciado nos governos liderados pelo PT e em outros exemplos na América Latina e no mundo pós-Muro de Berlim. No entanto, mesmo em uma sociedade onde os ideais mais coletivistas e anticapitalistas já eram minoritários em comparação com práticas que evidenciavam a uma compreensão de cidadania ao viés do consumo, observava-se uma proliferação de ativistas com dizeres antissistêmicos por todo o Brasil.

Apesar da falência de uma possibilidade política de "destruir" o sistema em um contexto de crise das utopias anticapitalistas desde o final do século XX, indivíduos e coletivos expressaram aspirações de inclusão social por meio de repertórios de ação que incorporavam velhas bandeiras, símbolos, críticas e demandas de esquerda em contextos de marcha, ocupações e protestos, demonstrando a necessidade, em seus pontos de vista, de um sistema ao menos mais humanizado. Suas críticas abordam a extensiva mercantilização da vida social, questionando o capitalismo brasileiro, tal como apresentado até então, como insuficiente para garantir direitos sociais ao seu povo. Cartazes fazendo referência a conceitos marxistas, como este abaixo, foram comuns naquela onda de protestos.

Figura 4 – Manifestações no Rio de Janeiro, 17 de junho de 2013.



Acervo: Grafias de Junho

A imagem acima, tirada nas manifestações do Rio de Janeiro no dia 17, uma mulher segura um cartaz com a fala "Chega de mais-valia! Eu quero mais amor". Trata-se de uma crítica irônica ao sistema capitalista, com a mobilização do tradicional conceito marxista de "mais-valia". A frase parece estabelecer, ainda que não possamos afirmar, possível conexão metalinguística com os lemas das ondas de protesto de 1968, como "faça amor, não faça guerra". Aqui, no entanto, o apelo por "mais amor" sugere uma demanda por relações sociais e econômicas mais justas e humanas. A mensagem parece apontar para a necessidade de se lutar por uma sociedade em que a justiça e a solidariedade social sejam tão valorizadas quanto a luta contra a exploração econômica.

A gramática ideológica mobilizada por alguns dos manifestantes, próxima do marxismo (por vezes remetendo também a princípios anarquistas), aparecia em um contexto de uma onda de críticas às possibilidades efetivas de desenvolvimento urbano humanizado sem uma reestruturação da própria ordem capitalista brasileira marcada pela periferização. É importante destacar que, naquele momento, as camadas mais pobres da população (que estiveram também nas ruas) enfrentavam sabidamente cenários que misturavam déficit habitacional, dificuldade de acessar os espaços urbanos, parca garantia de direitos sociais e crescente criminalização dos movimentos sociais que buscavam enfrentar essas questões. Muitos destes manifestantes utilizariam repertórios tradicionalmente ao extremo do espectro da esquerda para encontrar no próprio sistema capitalista as explicações para a criminalização dos movimentos populares, e na reprodução do capital as motivações para os processos de periferização e acumulação que se acentuavam nos desníveis socioeconômicos do espaço urbano.

Figura 5 – Manifestações em São Paulo, 20 de junho de 2013



Acervo: Grafias de Junho

Na fotografia acima, tirada em 20 de junho de 2013 em São Paulo, destaca-se uma extensa faixa preta erguida por manifestantes, com a inscrição "Capitalismo é violência." Ao fundo e ao lado, manifestantes trajando camisetas e portando bandeiras vermelhas sugerem uma ação coletiva organizada a partir de uma ideologia clara. A imagem possui múltiplas camadas de significado, remetendo às tradições anticapitalistas, particularmente de grupos situados à esquerda do PT. A escolha lexical sintetiza um discurso radical, que identifica o sistema capitalista como a raiz da opressão e exploração, mais do que em um governo específico ou qualquer tentativa de personalização. A estética das cores reforça essa interpretação: o vermelho, tradicionalmente associado ao socialismo e comunismo, e o preto, vinculado ao anarquismo, carregam um forte simbolismo dentro da ação coletiva da esquerda mais radical. A presença dessas cores sugere a convergência de diferentes tradições de luta, misturando elementos anticapitalistas. A combinação das cores e a mensagem incisiva da faixa expressam um repertório de ação que vai além as reivindicações reformistas, apontando para um desejo de transformação radical do sistema.

Em 2013, no entanto, os tradicionais movimentos da esquerda, “antes senhores da rua, chegaram atrasados” (ALONSO, 2017, p. 51). Em meio aos repertórios explicitamente “vermelhos”, apresentavam-se cada vez mais pessoas sem filiação partidária ou associativa, com ativismo facilitado pelas novas dinâmicas de rede e pela interação entre o *online* e o *offline*. No dia 13, pelo menos sete capitais²⁴ tiveram protestos de grande porte contra o aumento das passagens, em um processo influenciado pelo impacto disseminador de ideias do ciberespaço.

Quebrando o relativo “adormecimento” dos movimentos sociais e o jejum de mobilizações massivas de rua a nível nacional, emergiram os levantes em Junho de 2013. Demonstrando certa desconexão da representação e dos movimentos sociais clássicos com as questões urbanas, o problema do “direito à cidade” foi inserido na ordem do dia, capitaneado pela questão da mobilidade. A primeira camada temporal de Junho teve protagonismo do Movimento Passe Livre e sua capacidade mobilizadora, atraiu coletivos progressistas e demonstrou os limites do modelo de prioridades de gestão das grandes cidades brasileiras, bem como construiu denúncias-protestos em relação às dificuldades de *viver e mover-se* em contextos periféricos, como o transporte inoperante, o caro custo de vida, as política supostamente voltadas para uma minoria de poder imobiliário e a dificuldade de desfrutar dos

²⁴ G1. Sete capitais têm protestos contra o aumento das passagens de ônibus. Disponível em <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/06/sete-capitais-tem-protestos-contr-o-aumento-das-passagens-de-onibus.html>. Acesso em 02 de novembro de 2023.

territórios urbanos. Exemplo deste tipo de crítica foi feito em uma entrevista²⁵ publicada pelo *G1* por uma professora da rede pública, então militante do PSTU, para quem “o transporte público só serve para dar lucro aos empresários” ou para que “mulheres sejam assediadas” no ônibus lotado.

Para além de organizações e indivíduos mais ao extremo do espectro da esquerda e que expressavam uma linguagem marxista ou símbolos anarquistas, houve um aparecimento de inconformados com a realização de megaeventos esportivos no Brasil, o que também foi importante na trajetória daquelas manifestações populares. No dia 14 de junho, com as denúncias aos “excessos” autoritários da repressão militarizada aos manifestantes e a demonstração de “solidariedade” por parte da grande mídia e de ativistas que proliferariam nas ruas em protesto contra a violações à liberdade de expressão, os protestos ganharam apoio público de artistas, intelectuais e até da imprensa internacional, em pleno processo de expansão da revolta popular.

Figura 6 – Convocação para manifestações do dia 14 de junho de 2013



Fonte: Comitê Popular da Copa de São Paulo²⁶

O cartaz acima, produzido pelo movimento dos Comitês Populares da Copa para protestar contra a Copa das Confederações de 2013 e compartilhado em redes como o *Facebook*, focalizava uma crítica à transformação urbana impulsionada pelos megaeventos

²⁵ *G1*. Disponível em [G1 - Veja relatos de participantes de protesto em SP - notícias em São Paulo \(globo.com\)](https://g1.globo.com/sp/noticias/0,005343-1013113-20130531-agenda-de-aco-es-para-junho-ato-copa-pra-quem-1.4711111.html). Acesso em 02 de novembro de 2023.

²⁶ Comitê Populares da Copa. Disponível em <https://comitepopularsp.wordpress.com/2013/05/31/agenda-de-aco-es-para-junho-ato-copa-pra-quem/>. Acesso em 02 de novembro de 2023.

esportivos no Brasil. O slogan "venha para a verdadeira partida de futebol entre os cartolas, governantes e o povo" sugere uma analogia entre o jogo esportivo e o conflito social: os "cartolas" representariam os dirigentes esportivos e os interesses corporativos-empresariais, os "governantes" simbolizam o poder político, e o "povo" refere-se às camadas sociais impactadas pelas decisões tomadas em relação aos megaeventos.

Ao entoar que "Copa do Mundo não é só futebol, é especulação imobiliária e exclusão social", fazia-se uma crítica direta à utilização do evento esportivo como catalisador para projetos de desenvolvimento urbano que, historicamente, resultam em processos de gentrificação, deslocamento de comunidades locais e aumento dos preços dos imóveis. Este posicionamento é reforçado pelo desenho de um manifestante jovem sendo reprimido pela polícia militar, segurando um cartaz que diz "não às remoções; fora especulação imobiliária", enquanto grita "Copa para Quem?".

Em 2013, a ação coletiva contra um "higienismo urbanístico" (FARIAS; ALVIM, 2022) emergiu como uma pauta que ultrapassava os protestos em torno da mobilidade e do transporte. O movimento dos Comitês Populares da Copa destacou-se por seu foco em denunciar as remoções forçadas de moradores de áreas próximas aos estádios e as transformações que beneficiavam, segundo denunciavam, principalmente interesses privados em detrimento do bem-estar social e da participação democrática na tomada de decisões urbanas. A mensagem é clara: a Copa do Mundo deveria ser uma oportunidade para promover benefícios sociais e urbanos inclusivos, e não para acentuar desigualdades e marginalizar comunidades vulneráveis.

Embora as denúncias do impacto de intervenções urbanas (denunciadas como autoritárias por estes movimentos) não fossem novas, em Junho de 2013 estas ganham uma nova dimensão, quando se juntaram nas ruas "coletivos que resistiam aos impactos sociais e urbanos causados pelos megaeventos esportivos e os indignados contra a corrupção" (FALCHETTI, 2022, p. 3). Graves violações aos direitos humanos em virtude das construções para a Copa das Confederações, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016 no Brasil já haviam sido inclusive denunciadas internacionalmente, inclusive na 22ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU em março de 2013, meses antes das manifestações, em Genebra (Suíça), pela representante Giselle Tanaka:

[...] A realização destes eventos esportivos no Brasil poderia ter criado a possibilidade de viabilizar significativos investimentos sociais e na infraestrutura do Brasil. Infelizmente, estes investimentos têm sido mal planejados, extremamente custosos e, em virtude das pressões da FIFA e do COI, resultado em enormes problemas para as comunidades locais. Na verdade, isto parece ser um tema comum relacionado aos megaeventos e megaprojetos: servir ao lucro de uns e causar prejuízo a milhões. Dentre outros problemas, não existe política pública para prevenir a exploração sexual

de mulheres e adolescentes, há aumento da restrição ao direito ao trabalho informal e de pequenos comerciantes, a criação de leis especiais que destroem direitos historicamente adquiridos pela população, a construção extremamente cara de estádios sem utilidade futura resultando em redução de investimento em áreas cruciais como saúde e educação. Tem sido noticiado que os dois eventos são responsáveis diretos pelas remoções forçadas ou ameaça de remoções de mais de 170 mil pessoas. [...] Trata-se de um êxodo forçado, de interesse da especulação imobiliária, que alcança proporções alarmantes em uma das cinco maiores populações do mundo²⁷.

Observa-se que a base retórica adotada por estes ativistas estava, assim como aquela mobilizada pelo Movimento Passe Livre e seus apoiadores, centrada também no “direito à cidade”. Denunciavam-se os “êxodos forçados” de populações removidas de suas residências durante processos de deslocamento promovidos pelas grandes obras resultantes do consórcio entre o poder público e empreiteiras. Apontava-se o custo elevado de obras públicas consideradas dispendiosas e suspeitas, e destacavam condições de violações a trabalhadores e mulheres em situações de exploração sexual. Essa demanda revelava-se muito mais abrangente e substancial do que um genérico ataque à “corrupção”, uma vez que expunha os problemas da questão urbana, supostamente cooptada por uma excludente especulação imobiliária.

É necessário retroceder no tempo para uma compreensão mais ampla deste processo. Nos anos 2000, observou-se um fenômeno crescente de gentrificação em áreas periféricas de diversas cidades ao redor do Brasil. Tradicionalmente, a gentrificação refere-se à transformação de bairros centrais de uma cidade, antes degradados ou industriais, em áreas atrativas para investimentos imobiliários, resultando na expulsão de moradores de baixa renda devido ao aumento dos preços dos imóveis e ao encarecimento do custo de vida.

Com o anúncio de que o Brasil seria palco de megaeventos (a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, por exemplo), este processo se expandiu em muitas áreas. Políticas que prometiam revitalização e melhorias na infraestrutura, como novas linhas de transporte público e investimentos em infraestrutura urbana, mas que tornaram áreas mais atrativas para moradores de maior poder aquisitivo e para empreendedores; para parcelas minoritárias da população. Estes eventos frequentemente exigem a construção ou a renovação de estádios, infraestrutura de transporte, hotéis e outras facilidades, o que atrai investimentos significativos para regiões antes marginalizadas. Esses investimentos frequentemente vinham acompanhados de políticas de desenvolvimento urbano que visavam “modernizar” as áreas ao redor dos estádios e locais de competição, muitas vezes às custas das comunidades locais.

²⁷ TANAKA, Giselle. Violações aos direitos humanos nas obras da Copa do Mundo. Discurso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IEAheBRIAzg&t=59s>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

As intervenções para os megaeventos envolvem a demolição de residências existentes para dar lugar a novas construções, resultando na remoção forçada de moradores de baixa renda e na fragmentação de comunidades estabelecidas. Somado a isto, o aumento dos preços imobiliários e do custo de vida nessas áreas pode expulsar os moradores originais, incapazes de suportar os novos padrões econômicos. As manifestações das populações periféricas ecoavam o antigo dilema das "cidades muradas", reconfiguradas pelo processo de urbanização e suas disparidades morfológicas, um fenômeno marcante no contexto brasileiro. Importa destacar que o país absorveu cerca de 100 milhões de pessoas nas cidades em menos de meio século, desde os anos 1960 até o início do século XXI, exacerbando uma dicotomia urbana entre áreas legalmente integradas, ricas e infraestruturadas, e áreas ilegais, pobres e precárias, com limitado acesso a oportunidades de emprego, cultura e lazer (ROLNIK, 2004).

A crítica voltava-se contra a promessa de crescimento associada às melhorias de infraestrutura necessárias para os megaeventos, em particular os Jogos da Copa do Mundo de 2014, afetando adversamente as populações mais vulneráveis próximas às 12 cidades-sede do evento. A pergunta frequente "Copa para quem?" uniu manifestantes em várias cidades brasileiras a partir de 14 de junho. O ativismo denunciava a persistente precarização do espaço urbano, agravada pelas obras de megaeventos inacessíveis à maioria da população, revelando a continuidade de uma lógica especulativa que privilegiava as elites em detrimento de um planejamento urbano mais equitativo. Esse padrão concentrava oportunidades em uma parte restrita da cidade, relegando os mais desfavorecidos a áreas periféricas e economicamente acessíveis, como observado na construção de grandes e precários conjuntos habitacionais.

Os atos convocados pelos Comitês Populares da Copa (ANCOP) precederam as "jornadas" de 2013, iniciando-se em 2010, ainda que sem a mesma cobertura midiática e visibilidade que adquiririam posteriormente. Este coletivo apresentava uma mobilização menos acentuada em comparação com o Movimento Passe Livre, cuja história remonta a grandes manifestações bem-sucedidas durante o primeiro governo de Lula em várias regiões. Destacase, aqui, a capacidade de sobreluzir demandas que mobilizam afetos e repertórios de protesto. A construção de estádios em cidades enfrentando um "inferno urbano" (CHAUÍ, 2013) num país que projetava uma imagem de crescimento e otimismo conseguiu canalizar insatisfações para além das populações periféricas organizadas pela Associação Nacional de Comitês Populares da Copa. Essa realidade extrapolava fronteiras municipais, explicando por que as demandas por moradia, transporte, direitos sociais e atenção do Estado ao espaço urbano emergiam de forma tão intensa nacionalmente, com agendas de forte interseccionalidade, apesar de utilizarem repertórios de ação mais autônomos e flexíveis. Em um manifesto

publicado em Junho de 2013, o Comitê Popular da Copa do Rio de Janeiro exigia uma série longa de demandas que extrapolavam a questão das remoções forçadas e da gentrificação, como a manifestação contra políticas de privatização (especialmente do Maracanã), o direito ao lazer para a população, a regularização fundiária das comunidades periféricas do Rio de Janeiro, o passe livre, a denúncia da criminalização dos movimentos sociais, a “anistia” aos presos nos atos contra os aumentos das passagens nos primeiros dias de Junho e espaços mais democráticos para a gestão urbana. Demandas bastante amplas, mas que também se ancoravam na gramática do “direito à cidade”.

A NOSSA PAUTA É:

– PELA IMEDIATA ANULAÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO DO MARACANÃ!

– Com isso, a reabertura do Parque Aquático Julio Delamare, reconstrução da pista do Estádio de Atletismo Célio de Barros, manutenção da Escola Friedenreich e devolução da Aldeia Maracanã para os indígenas! Por um Maracanã público e popular!

– PELO FIM DAS REMOÇÕES E DESPEJOS DE COMUNIDADES EM NOME DA COPA E OLIMPÍADAS! URBANIZAÇÃO JÁ!

– Pela permanência e urbanização da Vila Autódromo e a regularização fundiária do Horto e de todas as comunidades do Rio de Janeiro

– Dinheiro da Copa para Saúde e Educação. Contra a privatização da Saúde e da Educação

– Gestão democrática das cidades: construção de espaços efetivos de deliberação popular

– Passe livre. Por um transporte público que garanta o direito à mobilidade na cidade

– Não à repressão policial e ao uso de armas letais e menos letais! Pela desmilitarização da polícia

– Contra a criminalização dos movimentos sociais. Anistia aos presos nos atos contra os aumentos das passagens

– Democratização dos meios de comunicação

– Pelo direito ao trabalho e contra a repressão aos camelôs

– Contra a elitização do futebol. Por setores populares no estádio

– Contra a internação compulsória da população em situação de rua

IMPORTANTE: O caráter deste ato é pacífico. Afirmamos que é dever do Governo Estadual garantir o direito constitucional de ir às ruas protestar. Defendemos o direito de manifestação de todos. Acreditamos que temos que unir bandeiras, e não rasgá-las.

O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro reúne movimentos sociais, organizações, representantes de comunidades, pesquisadores e outras entidades e pessoas críticas à forma como estão sendo geridos os recursos e como estão sendo feitas as transformações urbanas para a Copa e as Olimpíadas na cidade. Esse ato foi construído por estas organizações e por outras entidades do Rio de Janeiro em plenárias. Respeitamos que sejam construídos outros atos em outros horários e apoiamos estas iniciativas²⁸.

No ensejo das manifestações ocorridas em Brasília a partir do dia 14 de junho, além da presença expressiva de manifestantes advogando por demandas centradas nos Comitês

²⁸ Comitês Populares da Copa. Disponível em <https://comitepopular.io.wordpress.com/page/2/>. 30 de junho de 2013. Acesso em 22 de maio de 2023.

Populares da Copa, destacou-se também a participação de membros do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST). Este último grupo já havia protagonizado ações que envolveram bloqueios de vias e estradas na capital brasileira no início do mesmo mês. Entretanto, naquele momento, as manifestações que já corriam o país em muitas cidades como Belo Horizonte e Maceió, além das já citadas, assumiram uma configuração abrangente, transformando-se rapidamente em uma intrincada rede de mobilizações que formulavam declarações solidárias aos ativistas os quais, em defesa da redução das tarifas, haviam enfrentado violentos confrontos com as forças policiais, sobretudo em São Paulo.

Bandeiras em vermelho e branco empenhadas pelo MTST, para além das críticas dirigidas ao emprego de recursos públicos nos megaeventos esportivos, destacaram o lema "Na luta pela Reforma Urbana". O movimento foi fundado em 1997, então em um contexto caracterizado simultaneamente pela adoção de políticas macroeconômicas liberais e pela promessa constitucional de instituição de uma Política Urbana no Brasil (resultado de movimentos populares dos anos 1980). Os "sem-teto" congregam em sua base social a população economicamente desfavorecida das periferias das grandes e médias cidades. Esta mesma camada social, de forma evidente, é historicamente também a mais impactada pelos desafios econômicos relacionados ao transporte público.

A retórica do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) reflete e retoma questões que já eram discutidas nos anos 1960, particularmente nos projetos reformistas e nos seminários que abordavam os problemas do desenvolvimento sociourbano brasileiro. Em 1963, as propostas de reforma urbana eram centradas na promoção de uma distribuição mais justa da renda, na mitigação do déficit habitacional e na melhoria das condições de vida nas áreas urbanas, principalmente para migrantes que viviam em sub-habitações. Esses debates giravam em torno da necessidade de controlar a especulação imobiliária, garantir acesso a moradias dignas e promover o "direito à cidade" para todos, uma ideia que foi discutida intensamente no Seminário de Habitação e Reforma Urbana de 1963. A proposta de João Goulart e dos movimentos sociais da época buscava enfrentar a desigualdade socioespacial e a concentração de renda, propondo uma urbanização mais inclusiva e justa.

Esses temas são revitalizados na retórica do MTST, que denuncia as condições precárias de moradia, a existência persistente de estruturas pouco urbanizadas dentro das cidades e a falta de acesso a direitos básicos para as populações, ecoando a crítica à especulação imobiliária e ao modelo de desenvolvimento urbano que favoreceria os interesses do capital em detrimento das necessidades das pessoas. A luta do MTST por moradia digna e por uma reforma urbana que priorize o interesse social em vez do lucro remete à continuidade das discussões realizadas

nos anos 1960. Assim, o MTST se posiciona como herdeiro das lutas por justiça social e direitos urbanos que remontam às propostas e debates da época de Goulart, adaptando-as ao contexto contemporâneo e trazendo-as de volta ao centro das reivindicações sociais no Brasil.

No dia 19, uma imagem divulgada nas páginas oficiais e redes sociais do MTST²⁹ ironicamente saudava com um "bom dia, prefeito!", anunciando que haviam interrompido o tráfego nas importantes vias da cidade de São Paulo: Avenida Anchieta, MboiMirim, Régis Bittencourt e Francisco Morato. A escolha estratégica dessas localidades na geografia socioespacial paulistana não foi aleatória: cada uma dessas vias desempenha um papel crucial na mobilidade urbana e intermunicipal da região metropolitana. A Avenida Anchieta conecta o centro à zona sul, a MboiMirim percorre várias áreas da zona sul até o extremo sul da cidade, a Régis Bittencourt é uma rodovia vital que liga São Paulo ao Paraná, e a Avenida Francisco Morato é uma via importante na zona oeste da cidade. Essas vias são essenciais tanto para o fluxo de veículos quanto para o transporte público na metrópole. O bloqueio de avenidas públicas é uma estratégia frequentemente adotada por movimentos sociais que buscam destacar suas demandas de maneira direta e confrontacional. Essa tática envolve a ocupação física de vias importantes, como avenidas e rodovias, com o objetivo de ganhar visibilidade, pressionar autoridades e atrair a atenção da mídia. Em contextos de repressão policial e em grandes cidades, esse ato de desobediência civil pode servir para afirmar a presença e o poder das mobilizações em locais simbólicos de acesso urbano. No entanto, estas ações também são frequentemente controversas, sendo vistas por alguns como perturbadoras da "normalidade" urbana ou como uma violação do direito de locomoção dos demais cidadãos.

Desde sua concepção, o MTST se configura como tributário de um "horizonte de expectativas" (KOSELLECK, 2006) há muito estabelecido para uma Reforma Urbana, representando, portanto, uma expressão de denúncia da questão habitacional com nuances ideológicas de uma luta de classes. Nos primeiros anos do século XXI, os movimentos sociais se fragmentaram e se esvaziaram de sua radicalidade anterior. Contudo, o problema fundiário e habitacional se aprofundou. Programas sociais como o "Minha Casa, Minha Vida" foram capturados pelo mercado imobiliário, beneficiando principalmente as camadas médias, enquanto pouco impactaram o déficit habitacional e negligenciaram a estrutura urbana necessária para que a moradia digna (incluindo seu entorno, fundamental para garantir a habitação) fosse um direito usufruído pelas camadas periféricas da população. Este conjunto de problemas acumulados e há muito denunciados e inscritos em uma tradição de luta social foi

²⁹ MTST. Disponível em <https://mtst.org/noticias/ultimas-noticias/>. Acesso em 22 de junho de 2024.

justamente tensionado em ações coletivas mais confrontacionais do MTST, sendo constantemente acusado de violar a propriedade privada. As denúncias realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-teto tratavam frequentemente de uma visão mais ampliada do *déficit* habitacional brasileiro, como fica evidente em uma espécie de manifesto, então ainda muito recente, de Guilherme Boulos, um de seus principais líderes, publicado em 2012:

A falta de moradia é um dos problemas mais sérios do país. O Brasil está entre os países com maior déficit habitacional do mundo, ao lado de outros como Índia e África do sul. Existem dois modos de definição deste déficit: o quantitativo (número de famílias que não têm casa) e o qualitativo (número de famílias que moram em situação extremamente inadequada). Estes dois dados juntos formam o quadro do problema habitacional brasileiro. Os sem-teto são mais de 10% da população do país, [...] a maioria não estando em situação de rua e trabalhadores na informalidade e sem direitos assegurados. Um estudo feito pela Fundação João Pinheiro (2007/2008) mostra que, destas 22 milhões de pessoas, cerca de 39% vivem em situação de coabitação familiar, isto é, moram em favor na casa de parentes, onde ocupam algum pequeno cômodo. Outros 32% têm um ônus excessivo com o aluguel, e deixam de consumir o básico para a sobrevivência pelo peso que o aluguel representa na renda familiar. Há ainda uma parte que vive em casas absolutamente precárias e outros em cortiços. [...] O problema se completa com o chamado déficit habitacional qualitativo. Nesta condição, o número é maior que o anterior: são cerca de 53 milhões de pessoas, cerca de 1/3 dos brasileiros que sofrem com a falta de condições mínimas de moradia digna. (BOULOS, 2012, p. 12-15)

É particularmente importante lembrar que aos primeiros dias de Junho de 2013 tiveram a presença de ativistas e movimentos sociais (como o MPL, o MTST, os Comitês da Copa) com críticas que orquestravam em torno do problema urbano e da vida difícil nas cidades. O MTST, em especial, notabilizou-se por permanecer nas ruas por todo o mês de Junho e, desde aquela época, realizar sérias denúncias ao que consideraram mecanismos dos três poderes³⁰ para ferir a liberdade de expressão e o direito à manifestação. Um estudo da *Artigo19*³¹, divulgado no ano seguinte, teria demonstrado que, já na primeira metade do mês de Junho de 2013, uma maior repressão por parte das forças de segurança pública teria gerado uma tolerância a prisões arbitrárias, impunidade a abusos por parte de agentes públicos (já que nenhum agente envolvido naquelas violações foi punido posteriormente), bem como um investimento pesado na aquisição de veículos blindados, aumento do uso de armamentos não-letais (como balas de borracha, bombas de efeito, gás lacrimogênio) e o uso da infiltração de membros nas forças Armadas (à “paisana”) como parte de um cenário de combate ao direito legítimo de expressão pública e protesto.

³⁰ MTST Brasil. Consultar: <https://mtst.org/noticias/5-anos-das-jornadas-de-junho-o-legado-dos-protestos-de-2013-mais-repressao-vigilancia-e-vitimas-criminalizadas/>. Acesso em 15 de dezembro de 2023.

³¹ Ver estudo citado – Artigo 19: <https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cidadania/wp-content/uploads/2014/06/Protestos-no-Brasil-2013.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2023.

2.3 INSATISFAÇÃO E REBELIÃO: DISPUTAS EM TORNO DE UMA HISTÓRIA DA “MODERNIZAÇÃO” NO BRASIL

Figura 7: Convocação do MTST, 23 de junho de 2013.



Fonte: Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto³²

O cartaz de 23 de junho de 2013 divulgado pelo MTST, chamando para protestos no dia 25, demonstra demandas essencialmente ligadas à lógica do “direito à cidade”. Com letras vermelhas e brancas, típicas do movimento, convocava a “periferia” de São Paulo para um protesto que seguia aos vários organizados pelo coletivo ao longo do mês (e que, na verdade, seguiriam naquele ano inteiro). Os pontos nevrálgicos da mobilização incluíam, segundo a convocação, a desmilitarização da polícia diante da conhecida repressão policial em comunidades; melhores serviços públicos como saúde e educação, sabidamente precarizados nas periferias; o controle dos aluguéis e a luta contra as remoções forçadas e o projeto de modernização em nome da Copa, contrariando políticas de gentrificação e a modernização “dolorosa” e excludente (SANTOS, 1993). Além disso, reforçavam já conhecida exigência de um transporte público gratuito, no que viam essencial para a redução do custo de vida.

A narrativa empregada pelo MTST utilizava a dicotomia centro-periferia, chamando atenção para o planejamento urbano – a dimensão responsável por iniciar uma onda de protestos que ultrapassou as condições vividas em São Paulo, dada a semelhança de vivências em outras cidades do país. Principalmente a partir da virada para a segunda metade de Junho, contudo, manifestou-se um sintoma marcante do espírito daquelas jornadas: a proliferação de ativistas

³² MTST Brasil. Consultar: <https://mtst.org/noticias/>. Acesso em 22 de junho de 2024.

com agendas cada vez mais abrangentes. Inicialmente encabeçados pelo Movimento Passe Livre, atos que para muitos pareciam triviais revelaram-se como "janelas de oportunidade política", catalisando demandas e insatisfações há algum tempo represadas ou ignoradas pela sociedade.

Como vimos, paralelamente aos protestos contra as tarifas, emergiram críticas ao *déficit* habitacional, aos efeitos da periferização urbana e às consequências de políticas de modernização socioespacial, compartilhando críticas a um modelo de desenvolvimento que, apesar dos dados de aumento na renda *per capita*, teria falhado em oferecer melhorias sociais satisfatórias. As reivindicações por direitos sociais fundamentais, como transporte e moradia, sublinhavam a incapacidade de limitar a cidadania ao consumo sem tornar acessíveis os recursos e espaços urbanos a populações historicamente marginalizadas, frequentemente relegadas a áreas periféricas, distantes, inseguras e alvo de repressões constantes. Isto contrastou a percepção de um "milagre brasileiro" do início do século XXI, quando o país era visto como um dos líderes de crescimento global a uma realidade social mais sombria: infraestruturas de saúde deficientes, bairros asfixiados pela inflação crescente, aumento vertiginoso dos preços imobiliários, transporte inacessível e desafios de mobilidade para os usuários de transporte público, tentativas de criminalização de movimentos populares, bem como a prevalência de empregos informais, insalubres e distantes das habitações dos trabalhadores.

Um encadeamento de eventos se configurava, aos olhos atentos, como o que certos analistas caracterizaram como a mais significativa revolta popular na história do país. Em uma interpretação instigante, Wallace dos Santos de Moraes (2018, p. 432-433) posteriormente avaliou que as mobilizações de junho de 2013, em perspectiva mais ampla, representaram a "contestação de todos os partidos políticos, do Estado, das casas supostamente representativas, da institucionalidade, das autoridades". Este período culminou em greves e protestos massivos nas ruas brasileiras, ultrapassando mesmo o marco histórico de 1989, até então o ano de maior número de greves desde a distensão do regime autoritário. A interpretação de Moraes enaltece o que seria a expressão de uma "luta popular", protagonizada pelos "oprimidos e governados". Esse componente popular, com um proletariado precarizado desempenhando um papel proeminente, notadamente com orientações à esquerda, foi fundamental para a explosão ocorrida em 2013.

Chegou-se a 2013 em uma situação relativa de "esvaziamento" das ruas, outrora politizadas por subgrupos que agora estavam em contextos institucionais ou que abandonaram táticas de confronto. Esta foi uma transformação cultural e política importante. Governos e

partidos de espectro enquadrado mais à esquerda no Brasil (e mais amplamente na América Latina) tiveram que lidar historicamente com golpes de Estado, práticas de criminalização e severa repressão/violência política, de tal forma que os sucessos eleitorais e governamentais do Partido dos Trabalhadores configuram um ineditismo importante na História do Brasil. Este novo contexto colocou estes grupos e militantes, anteriormente “eternos opositoristas”, como situação política dentro de coalizões e negociações no sistema político presidencialista.

Essas demandas remontavam a lutas históricas, como as travadas por comunidades periféricas vulneráveis nas grandes cidades, as quais buscaram no passado a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) no movimento sanitarista dos anos 1980, ou quando pobres organizados demandaram creches, escolas e postos de saúde na mesma época (AVRITZER, 2012). Especialmente durante a primeira quinzena do mês, muitas das mobilizações incorporaram demonstrações significativas de natureza anticapitalista e antissistêmica, demonstrando a *velha* crítica ao “grande capital”. Esses protestos evocaram a “função social da propriedade”, princípio consagrado constitucionalmente, mas ainda distante da realidade sociopolítica. Assim como ocorreu durante o período da abertura política, grupos populares organizados também denunciaram sequelas de ciclos de crescimento econômico que resultaram em hiperurbanização, na precarização dos serviços públicos e prevalência de interesses de poucas corporações.

Em protestos do final de Junho, cartazes e palavras de ordem ecoavam a urgência de “moradia para a periferia” e destacavam que “a moradia é prioridade, enquanto a Copa nos retira a dignidade”. Estudos de Raquel Rolnik (2018) contribuem para esclarecer que, a partir do final dos anos 1970, arquitetos e urbanistas começaram a se envolver nas discussões sobre políticas urbanas em meio ao processo de redemocratização, em um cenário de precariedade extrema e de expansão de “periferias em formação”, carentes de infraestrutura básica como água, luz, esgoto e calçamento. Tudo isto, deve-se lembrar, em um dos mais rápidos processos de urbanização mundiais até então, feito em grande parte no contexto autoritário marcado por uma lógica tecnocrática e muito pouco redistributiva. A autora destaca que nesse período, marcado por intensa movimentação social e pelo surgimento de uma moderna sociedade civil, desenvolveu-se uma esperança impulsionada pela agenda da Reforma Urbana. Essa pauta, derrotada nos anos de chumbo, ressurgiu com vigor durante a redemocratização, impulsionada pelos movimentos de moradores de vilas e favelas, culminando no surgimento do Movimento pela Reforma Urbana.

No entanto, Rolnik (2018) argumenta que, anos depois da consagração destes princípios em projetos como o Estatuto das Cidades, programas como o “Minha Casa Minha Vida”,

principal programa habitacional da gestão federal petista em especial a partir do segundo mandato de Lula, tiveram impacto significativo na construção de unidades habitacionais, mas poucos efeitos na redução das necessidades habitacionais. Como já dito, estes programas aqueceram o mercado imobiliário, elevaram os preços dos aluguéis e inseriram vastas camadas sociais em áreas desurbanizadas, em terrenos de baixa qualidade, marcados pela lógica de guetificação e expansão periférica. Dessa forma, essas políticas sociais teriam pouco impacto no estrutural déficit habitacional brasileiro.

O lema "moradia para a periferia", pichado, pintado e sublinhado por manifestantes de várias cidades de Junho de 2013, identificados com as periferias de regiões como São Paulo e Recife, surgiu em uma situação histórica marcada por ônus excessivo com aluguéis, falta de creches para crianças e comprometimento da renda familiar de classes baixas e médias com valores inflacionados e créditos hipotecários. Embora o crescimento econômico no Brasil durante os anos 2000 tenha elevado o poder de compra e multiplicado oportunidades de emprego, turbinando o mercado interno e uma notável redistribuição de renda, resultou também no aumento dos preços imobiliários, agravando o déficit habitacional. Em um país historicamente marcado pela concentração fundiária e latifundiária consagrada com a Lei de Terras de 1850, seguida pela especulação imobiliária como chave da urbanização na segunda metade do século XX, tentativas de reforma agrária ou urbana para mitigar essas desigualdades de acesso foram frequentemente derrotadas ou golpeadas na arena política (bastando lembrar-se, por exemplo, de 1964). Isto ajudou a perpetuar o déficit habitacional persistente e modelos de planejamento urbanos pouco participativos, situação agravada após notáveis avanços econômicos. A denúncia das remoções aos grandes eventos esportivos serviu como estopim para que muitas destas demandas da vida nas cidades fossem levadas à esfera pública, com dimensões nacionais. A indignação contra a Copa acabou se tornando uma espécie de representação-mestre da insuficiência das políticas públicas no país, sendo utilizada como símbolo por outros setores sociais, com manifestantes que pediam por “escolas e hospitais padrões FIFA” e “Copa do Mundo, eu abro mão; quero saúde e moradia”.

Ao reivindicar, por meio do confronto político, uma política urbana alternativa, crítica à especulação imobiliária e ao alto custo de vida, os primeiros manifestantes de Junho de 2013 catalisaram uma onda de conflitos políticos cujo ímpeto transbordante tornou-se incontável diante da multiplicidade de insatisfações e performances que se aproveitaram da ampla janela de oportunidade política, e que incorporariam outros ideários, próximos de uma direita nacionalista, de ideários comuns à classe média tradicional ou do liberalismo, como veremos adiante. É inegável, contudo, que esse transbordamento iniciado em 2013, contudo, esteve

intrinsecamente ligado a ideais antigos de reforma urbana, na medida em que persistiam as condições que continuavam a marginalizar grande parte da população, causar processos de gentrificação, gerar especulação imobiliária desmedida e criar geografias territoriais desiguais no acesso à moradia e ao lazer. As condições trazidas às ruas não eram novas. Milton Santos, em obra publicada 20 anos antes, já chamava atenção para os efeitos de um processo de “urbanização corporativa” que se alimentava permanentemente da relação centro-periferia no Brasil.

Com diferença de grau e intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. [...] Em todas elas problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e da saúde são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas. [...] As cidades, e sobretudo as grandes, ocupam vastas superfícies, entremeadas de vazios. Nessas cidades espraiadas, características de uma urbanização corporativa, há interdependência do que podemos chamar de categorias espaciais relevantes desta época: tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infraestruturas, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferação da população, gerando, graças às dimensões da pobreza e seu componente específico de centro-periferia (SANTOS, 1993, p. 95-96)

As condições descritas pelo geógrafo Milton Santos se assemelham muito às vividas e denunciadas em 2013. Como colocado pelo Movimento Passe Livre, o padrão viário urbano promovia a expansão dispersa e de desigualdades socioespaciais gritantes, agravando as dificuldades para os residentes distantes dos centros urbanos. Mas não apenas devido aos altos custos de deslocamento, mas porque a especulação, o déficit habitacional e o fortalecimento de centros urbanos tornavam os serviços sociais e produtos dispendiosos e precários nas periferias, como denunciado por ativistas nas ruas, alguns ligados também ao Movimento dos Trabalhadores Sem-teto ou aos Comitês Populares da Copa, além de movimentos como o Periferia Ativa e outros partidos.

Em Junho de 2013, as críticas à gentrificação provocada por iniciativas que visavam "modernizar" o espaço urbano percorreram justamente avenidas importantes para a locomoção no país. Ecoaram, nelas também, preocupações sobre *déficits* habitacionais e problemas de mobilidade. Os ativistas argumentaram que suas iniciativas refletiam a luta contra uma política urbana historicamente excludente, em um debate que atravessa momentos de toda a História da República, evocando eventos de confronto como as demolições e expulsões das populações pobres para o “embelezamento” das paisagens urbanas no pós-abolição, ou quando manifestantes das primeiras greves do país foram tidos como “radicalizados”, detidos, ou mesmo expulsos do país. Mais tarde, tentativas infrutíferas de reforma urbana nos anos 1950 e 1960 resultaram em derrotas políticas e perseguições, em meio a um processo doloroso e conservador de modernização com brutal concentração de renda. Resquícios destes passados

higienistas e não democráticos no planejamento urbano emergiram recentemente nas críticas contra a remoção e a criminalização de comunidades pobres, justificadas por autoridades em nome do velho "progresso econômico". O Brasil dos megaeventos e da Copa, em um momento em que a retórica governamental se orgulhava de seu *status* como potência global, contrastava com outra visão de país exibida pelos manifestantes. Uma gramática de mobilização em torno do "direito à cidade", que inflamou as insatisfações em junho de 2013, expressava, por fim, uma demanda por uma democratização efetiva dos espaços urbanos, apesar dos avanços sociais conquistados desde os anos 1980. A história urbana brasileira é marcada por disputas sobre os significados da "modernização", frequentemente desafiada por grupos populares que, ao longo da trajetória da República, não poucas vezes romperam com a passividade e levaram suas preocupações e angústias às ruas, como ocorreu em 2013.

3. A MASSIFICAÇÃO DOS PROTESTOS ENTRE TRAÇOS AUTORITÁRIOS E A DEFESA DE DIREITOS HUMANOS: PARADOXOS DA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA

Este capítulo explora as condições nas quais o confronto político em 2013 ultrapassou as questões urbanas e os movimentos pelo “direito à cidade”, expondo paradoxos de uma redemocratização inconclusa no Brasil. Na virada da metade de Junho de 2013, ocorreu uma mudança notável na cobertura da grande imprensa brasileira, que passou a produzir narrativas de apoio aos manifestantes e a competir pela definição da agenda política à medida que os protestos ganharam uma amplitude sem precedentes em termos de diversidade ideológica e adesão popular nas ruas. A socióloga Ângela Alonso, na obra “Treze”, considera que a cobertura contínua da mídia, principalmente a partir do dia 17 de junho, transmitiu ao país a ideia de evento extraordinário, que exigia interesse e convidava à participação. Concorde-se, aqui, que esta atenção teria sido fundamental para “converter o que eram até então manifestações locais de tamanho médio em um ciclo nacional de protestos” (ALONSO, 2023, p. 214). Com vistas a evidenciar a amplificação da grande imprensa por parte das manifestações, a autora lembra que o *Jornal Nacional* da *Rede Globo*, o mais assistido do país, dera dois minutos e 27 segundos aos protestos no dia 6 de junho. Na noite do dia 17, contudo, os protestos somaram dezessete minutos e 31 segundos, tomando 15 das 22 matérias da edição.

A amplitude alcançada pelos protestos não esteve relacionada somente com o compartilhamento de insatisfações, mas foi impulsionada por uma ampla campanha de denúncia da violência policial e da repressão das forças do Estado aos manifestantes, algo que funcionou como catalisador emocional e provocou uma compreensão coletiva em torno dos direitos humanos que foram violados durante os protestos, na percepção de jornalistas, manifestantes e outros cidadãos. Esta comoção pelos direitos humanos e pela liberdade de expressão, contudo, se contrapôs a elementos de autoritarismo na repressão aos protestos e na intolerância política percebida entre os próprios manifestantes.

O exercício da liberdade de expressão encontrou sinais de abusos: a disputa política nas ruas ultrapassou muitas vezes os limites democráticos, gerando cenas de intolerância, violência política e até mesmo demandas autoritárias por parte de alguns ativistas. Este capítulo busca explorar as contradições entre a mobilização por direitos humanos que marcou a segunda metade de Junho de 2013 e as respostas autoritárias (tanto do aparato estatal quanto dos ativistas), entendendo-as como parte dos dilemas históricos persistentes da democratização brasileira.

3.1 A VIRADA DA IMPRENSA E A AMPLIFICAÇÃO DOS PROTESTOS A PARTIR DE UMA (SELETIVA) COMOÇÃO POR DIREITOS HUMANOS

Manifestantes de movimentos sociais voltam às ruas das grandes capitais e são reprimidos com uma truculência injustificável e desproporcional, que não é vista desde os tempos da ditadura. Num país onde é frequente ouvir-se a queixa de que a sociedade sofre de profunda apatia, mostrando-se incapaz de mobilizar-se para defender seus interesses e encarar seus problemas de frente, a mobilização social de uma massa de estudantes e jovens trabalhadores de São Paulo deveria ser saudada como um exemplo de cidadania. Após quatro dias de protestos, contudo, surgiu em São Paulo uma situação hostil, assustadora e perigosa. Incapaz de atuar de forma preventiva, controlando as manifestações com métodos civilizados e fazendo uso consciente e responsável da força quando necessário, na última quinta-feira 13 a Polícia Militar de São Paulo retornou aos piores momentos de seu passado, quanto reprimia a população sob o regime militar para acuar e atacar militantes. Em meio à pancadaria, ocorreram 325 prisões e 105 pessoas ficaram feridas. Manifestantes foram alvejados com balas de borracha, bombas de gás e perseguidos pelas ruas da região central até tarde da noite. Atacados seletivamente, vários jornalistas acabaram feridos. Um deles, atingido no olho por um projétil emborrachado, corre o risco de perder a vista. O retorno da Polícia Militar à sua face mais violenta ocorreu num dia que até prometia uma jornada de calmaria. Num esforço para evitar a confusão da quarta-feira 12, quando 97 ônibus foram depredados, dezenas de vitrines foram quebradas e até um policial correu o risco de ser linchado, numa sucessão de atos condenáveis promovidos por baderneiros mascarados, infiltrados entre os manifestantes, autoridades e ativistas fizeram um acordo para realizar uma passeata em percurso autorizado. Já no início da tarde, no entanto, se viu que nem todas as partes pretendiam cumprir o combinado³³.

Em editorial publicado em 14 de junho de 2013, a revista IstoÉ abordava as manifestações da noite anterior com um olhar crítico, desaprovando tanto o que percebia como “vandalismo” de certos manifestantes mais radicalizados quanto a resposta policial que, segundo o veículo, remontava aos tempos ditatoriais em uma “truculência injustificável e desproporcional”. A revista caracterizou as ações da Polícia Militar, órgão responsável primordialmente pela segurança pública no Brasil, como uma violação a direitos civis fundamentais, incluindo prisões presumidamente ilegais, uso excessivo de munições não-letais e medidas direcionadas contra jornalistas para evitar o compartilhamento das imagens de repressão desmedida. Esta abordagem da Polícia, contudo, revela uma face mais agressiva das forças de segurança, remetendo, de forma mais ampla, a uma longa história de criminalização e desencorajamento dos movimentos sociais de origem popular no Brasil.

IstoÉ elogiou estudantes e jovens trabalhadores naquelas manifestações como exemplos de cidadania em contraste com "baderneiros" que supostamente se infiltraram nos “legítimos” e “pacíficos” protestos. Trata-se de um tipo de narrativa importante para compreender a virada

³³ ISTOÉ. Do sonho ao vandalismo e a brutalidade. Disponível em <https://istoe.com.br/307104_DO+SONHO+AO+VANDALISMO+E+A+BRUTALIDADE/>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

dos veículos da grande mídia brasileira em relação às jornadas de protestos em 2013. Após os ataques aos manifestantes e jornalistas, inclusive de correspondentes, fotógrafos e cinegrafistas, veio o apoio, quase repentino, da imprensa aos movimentos. É questionável, contudo, a comoção da imprensa justamente naquele delicado momento, já que é longe de ser novidade a constante utilização de estoques ultraviolentos de repressão por parte da Polícia Militar no Brasil, especialmente em regiões de periferia nas regiões metropolitanas e contra populações pobres e racializadas. É importante salientar que são justamente essas populações periféricas que sofriam com as longas horas no transporte público caro, em cidades com mobilidade dificultada, aluguéis muito inflacionados na década anterior e déficit habitacional crescente; todas essas questões foram objeto das insatisfações expressas nas ruas desde os primeiros dias de Junho de 2013.

Pode-se questionar se a virada da grande mídia promovia uma comoção pela violação dos direitos de expressão e pelo autoritarismo das forças de segurança ou como *timing* para aproveitar as janelas de oportunidade política abertas a partir do transbordamento de insatisfações já iniciado em várias cidades do país. Sabe-se que, modernamente, os meios de comunicação de massa realizam uma função crítica e denunciativa fundamental para o funcionamento de democracias saudáveis. Por outro lado, participam da elaboração de imaginários sociais e percepções coletivas, estabelecendo-se como atores políticos que concorrem para definir a agenda pública de uma sociedade em um dado momento.

A influência de uma mídia corporativa que começava a atuar em tom de denúncia (e não mais de reprovação ou simplificação dos eventos) tornou-se bastante evidente naquele momento, participando da construção da percepção pública sobre o que era vivido nas ruas e no país. Em 2013, a imprensa tradicional ainda exercia uma enorme influência na definição dos temas da agenda pública, impactando a interpretação dos eventos políticos em tempo real. Afinal, é a narrativa jornalística que realiza a primeira seleção de testemunhos e a acomodação da experiência vivida em uma cadeia temporal. A trama constitutiva da narrativa midiática dos eventos media eventos isolados, heterogêneos, conferindo-lhes simultaneamente significado e totalidade (RICOEUR, 2012), com a intenção por vezes de prescrever politicamente ações e representações acerca dos eventos e, logo, de explorar o potencial político das narrativas que mobiliza para construir a legitimidade social da “verdade”.

Os protestos, inicialmente focados na 'questão urbana', evoluíram para um cenário multifacetado de ideias, demandas e manifestações, muito mais complexo de ser compreendido. Um dia após as violentas cenas de confronto entre policiais e manifestantes, no dia 14 de junho, as principais notícias nos portais mais lidos do país à época destacaram os eventos com uma

aura dramática, mas com uma mudança em relação à anterior desaprovação. No UOL, relatou-se o uso de tiros de borracha contra manifestantes em São Paulo, além de repressão policial desproporcional e agressões a transeuntes e jornalistas no Rio de Janeiro. Mostrava-se, que, na Avenida Paulista, estudantes exibiram balas de borracha usadas pela polícia durante os protestos contra o aumento das tarifas de transporte coletivo. O portal *GI*, vinculado às *Organizações Globo*, também passou a adotar esta mudança na narrativa jornalística. Anteriormente muito críticas aos manifestantes, as Organizações Globo agora destacavam a violência policial em São Paulo, onde a Tropa de Choque disparou bombas de gás, efeito moral e balas de borracha, resultando em dezenas de feridos.

No mesmo dia, o então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, criticou os "excessos" da Polícia Militar em uma declaração à imprensa. Ele anunciou que a Secretaria de Segurança Pública abriria uma sindicância para investigar as ações, enfatizando que tanto manifestantes quanto policiais haviam cometido violências inaceitáveis. Entretanto, em sua fala, reafirmou veementemente o direito incontestável à manifestação, desde que dentro dos limites legais. Esse momento se tornou um ponto de inflexão significativo nas coberturas jornalísticas e nas reações das autoridades em relação aos protestos. O posicionamento de Cardozo é importante para analisar-se a complexidade de conciliar os desafios da segurança pública com a necessidade de garantir o direito democrático à manifestação pacífica.

A imprensa empresarial desempenhou um papel ambíguo em 2013: por um lado, passando a apoiar seletivamente os protestos populares e o dissenso, a liberdade de associação e o direito de expressão e manifestação como direitos humanos e constitucionalmente protegidos; por outro lado, tentando moldar os significados atribuídos aos protestos e influenciar a agenda pública que deles poderia emergir. A cobertura midiática desse período não apenas reportou os eventos, mas também contribuiu para a formação de narrativas que moldaram a percepção pública e os confrontos políticos subsequentes. Esta ação politicamente intencionada da mídia impressa fica evidente na capa impressa da revista *Veja* datada de 19 de junho de 2013, como se vê abaixo:

Figura 8 – Capa da revista *Veja*, 19 de junho de 2013.



Fonte: Revista *Veja* (2013).

No centro da capa de *Veja*, em destaque, há uma pichação feita em vermelho, onde se lê claramente "contra o aumento". Sobreposto a ela, uma imagem de fogo, destacando a intensidade dos movimentos de contestação. Ao redor da pichação e da imagem de fogo, o título principal da revista está disposto em letras brancas: "A revolta dos jovens: depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade". Este título sugere uma escalada nas demandas e nas preocupações dos jovens manifestantes no Brasil. Enquanto "a revolta dos jovens" posiciona manifestantes juvenis como responsáveis por iniciar a onda de protestos, o subtítulo "depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade" prescreve uma necessidade de mudança de foco das manifestações, ampliando as pautas iniciais para questões mais amplas relacionadas de corrupção e segurança pública. A revista *Veja*, reconhecida por sua orientação editorial explicitamente liberal e pró-mercado, além de defender reformas estruturais no Estado no sentido da "responsabilidade fiscal", destacava a importância de ampliar a insatisfação popular com a corrupção e a percebida ineficiência do governo como questões prioritárias. Essa agenda contrastava significativamente com a gramática do "direito à cidade" adotada pelos movimentos descritos anteriormente neste capítulo, de teor mais coletivista e focado no planejamento urbano, porém era atrativa o bastante para parte das classes

médias brasileiras que apareciam nas ruas, empunhando bandeiras anticorrupção e demandas de tradição política liberal.

Na semana que sucedeu as cenas dramáticas e documentadas de 13 de junho (especialmente na capital paulistana), as manifestações ganharam crescente destaque na grande imprensa (como na *Folha de São Paulo*, nos telejornais da *Rede Globo* e nos portais/revistas *G1*, *IstoÉ*, *Veja* e *UOL*). Pesquisa no IBOPE realizada com manifestantes dos dias 18 a 20 de junho (e divulgada no dia 23 daquele mês³⁴, no dominical “Fantástico”, na *Rede Globo*) mostrava que a maioria dos manifestantes (cerca de 57%) considerava àquela altura “muito violenta a ação da Polícia Militar nos atos”. Apenas 15% consideravam a ação policial nos protestos sem violência, enquanto 24% a considerariam “violenta, mas sem exageros”. A atenção dispensada pelos veículos da grande mídia, inclusive pelas *Organizações Globo*, que encomendariam investigações sobre os eventos para os institutos da pesquisa do país, demonstra por um lado a potência das manifestações, que cresciam dia após dia em número de adeptos; por outro, a ampla janela de oportunidades políticas aberta pelos madrugadores do evento (BRINGEL, 2013), que reintroduziram as grandes mobilizações de rua como repertórios eficazes de ação coletiva, capazes de promover surpresa nos atores políticos do *establishment* e construírem mobilizações de dimensões nacionais, até então incomuns no país desde o final do século XX.

Amplios setores da sociedade brasileira denunciaram a “criminalização” dos movimentos populares, em especial a partir da divulgação de relatos e imagens das ações de repressão nas ruas de São Paulo, quando cinegrafistas foram atingidos, e manifestantes e jornalistas detidos. Cenas semelhantes de repressão aconteceram em outras cidades, como Rio de Janeiro, Brasília e Goiânia. A partir daí, as presenças nas ruas se tornaram mais heterogêneas, com ideários que ultrapassaram ou mesmo contrapuseram a gramática do “direito à cidade” que havia marcado a primeira fase de Junho.

³⁴ NOTÍCIAS UOL. Maioria nos protestos não crê em políticos e considera PM muito violenta. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/23/maioria-nos-protestos-nao-cre-em-politicos-e-considera-pm-muito-violenta-diz-pesquisa.htm>. Acesso em 20 de junho de 2024.

Figura 9 – Manifestações em Belo Horizonte, 15 de junho de 2013



Acervo: Grafias de Junho.

Um cartaz foi afixado no para-brisa de um carro durante uma manifestação em 15 de junho de 2013, com os dizeres: "Menos impostos! Menos corrupção! Mais eficiência! Mais serviços!". A escolha lexical deste cartaz revela um campo socioideológico que se distancia da ideia de "direito à cidade", tradicionalmente associada aos movimentos populares progressistas e a correntes socialistas ou social-democratas. Numa análise semiótica, percebemos que, embora as demandas iniciais das manifestações tenham sido focadas na cobrança ao Estado por melhorias urbanas e direitos sociais, o texto do cartaz expressa uma linguagem impregnada de elementos característicos do mercado. Termos como "eficiência" e "serviços" carregam uma conotação empresarial, evocando a lógica da produtividade e da gestão otimizada, que são pilares do pensamento liberal.

Ademais, a inclusão da "corrupção" como um tema central conecta-se a uma tradição liberal que remonta ao udenismo, onde a corrupção era frequentemente utilizada como arma discursiva para criticar os excessos do Estado e justificar uma agenda de desregulamentação e redução da intervenção estatal. A equivalência traçada entre menor carga tributária, combate à corrupção e maior eficiência do Estado sugere uma camada ideológica distinta, alinhada ao pensamento pró-mercado. Esta camada encontra eco na grande imprensa da época, exemplificada pela revista *Veja*, que, em suas páginas, defendia uma agenda liberal-conservadora, promovendo o discurso de que a redução de impostos e o combate à corrupção seriam caminhos para uma gestão pública mais eficiente.

A tentativa de participação efetiva de veículos da imprensa tradicional no direcionamento dos protestos nesta linha liberal-conservadora foi acompanhada muitas vezes de declarações de gestores públicos, no sentido de tentar descolar do ciclo de protestos ações e demandas mais “radicalizadas”. As narrativas tanto da grande imprensa quanto das autoridades políticas procuraram definir o que constituiria “vandalismo” e o que seria uma manifestação legítima, determinando assim quais formas de expressão de opiniões e descontentamentos seriam consideradas aceitáveis. O próprio prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad (PT), chegou a afirmar, no dia 14: “o que São Paulo não aceita é a violência, de qualquer parte”³⁵. Tensionando esta questão, membros do Movimento Passe Livre já haviam comentado à imprensa, no dia 12, que não incentivavam a violência em momento algum de suas manifestações, mas que seria “impossível controlar a frustração e a revolta de milhares de pessoas com o poder público e com a violência do Poder Militar”³⁶. Confrontavam-se, aqui, duas perspectivas sobre as ações mais radicalizadas de alguns manifestantes, que utilizaram táticas como destruição do patrimônio, incêndios e bloqueio de vias públicas: para a grande imprensa e políticos profissionais, um vandalismo desmedido e que, portanto, deveria ser combatido e desencorajado; para o Movimento Passe Livre, estas ações teriam também uma dimensão reativa ou mesmo defensiva diante do crescimento da radicalização da repressão que se observava nas ruas dia após dia.

A socióloga Angela Alonso (2019) destacou a crescente diversidade dos participantes ao longo do mês como uma dificuldade de compreender a origem dos manifestantes, quando muitos dos manifestantes que foram às ruas passaram a adotar o anonimato da tática *Black Bloc*, tornando difícil categorizá-los como um grupo homogêneo e controlável. Nesse contexto, as ações do aparato estatal refletiam não apenas uma falta de preparo da segurança pública frente às táticas de ativismo e a crescente disseminação de focos de protesto, mas também tentativas de monitorar e possivelmente minar os movimentos populares. Alguns anos depois, em 2019, dados governamentais da Polícia Federal revelados pelo “Fiquem Sabendo”, agência de dados independente, confirmaram³⁷ a ação de agentes infiltrados em reuniões dos movimentos de 2013. Líderes, documentos de cidadãos, eventos de *Facebook*, carros usados pelos

³⁵ BBC Brasil. Disponível em

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130604_protestos_saopaulo_mdb_dt. Acesso em 20 de maio de 2022.

³⁶ G1. “Não vou dialogar em situação de violência”, diz Haddad após protesto. Disponível em <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/nao-vou-dialogar-em-situacao-de-violencia-diz-haddad-apos-protesto.html>. Acesso em 10 de junho de 2024.

³⁷ NOTÍCIAS UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/09/11/policia-pf-manifestacoes-protesto-junho-2013-congresso-nacional-arquivo.htm>. Acesso em 20 de maio de 2022.

manifestantes e detalhes dos atos foram objeto de investigação da Polícia Federal naquele ano. Na época, tanto a *Folha de São Paulo* quanto a *IstoÉ* já denunciavam detenções de pessoas que aconteceram antes mesmo do início de protestos, em uma configuração de violação explícita à liberdade de reunião e associação (artigo 5º, inciso XVI da Constituição Federal de 1988).

Ariel de Castro Alves, membro do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos à época, afirmava no dia 14 de junho³⁸ que “a atuação violenta da polícia foi claramente no intuito de incitar os manifestantes para a prática da violência, para que depois ela intensificasse a repressão”. Castro também lembrava que a atuação repressiva teria começado logo no início dos eventos, ainda no momento de concentração, já que manifestantes foram detidos antes mesmo das movimentações, configurando uma ação inconstitucional que, para ele, lembrava “os tempos de uma ditadura”. Da mesma forma, Castro, especialista em segurança pública, também alertava que esse mesmo tipo de violência, com consequências graves que variavam desde a tortura até assassinatos cometidos pelas forças de segurança, ocorria diariamente nas periferias, especialmente entre os jovens pobres. A comoção da grande mídia em relação à violência policial mais explícita mostrava-se, portanto, seletiva. Desta vez, os episódios de violência policial ocorriam em locais como a Avenida Paulista, não se limitando apenas aos jovens das periferias. Era quase impossível ignorá-los. A cobertura destes episódios de violência contribuiu, paralelamente à ênfase na cobertura da grande imprensa, para que as manifestações se tornassem um acontecimento público, pode-se inferir que até mesmo para aqueles que não tinham o costume de ler ou assistir a noticiários de eventos políticos.

A pesquisa IBOPE que capturou uma notável reprovação dos manifestantes à violência policial também destacava o fato de 46% dos manifestantes àquela altura (18 a 20 de junho) terem relatado nunca ter participado de um protesto político, e que 78% declararam ter se informado sobre as manifestações nas redes sociais. Isto demonstra que, naquele momento, as mídias tradicionais tinham desempenhado até então um papel secundário em relação às novas mídias (como as redes sociais) na convocação e publicização das mobilizações. A partir da segunda metade do mês, houve uma clara mudança: a grande imprensa passou a exercer maior influência sobre os protestos, dando-lhes atenção central e investindo uma agenda de assuntos liberais em torno de um “Estado mínimo” e de anticorrupção. A mídia empresarial, acostumada a protagonizar o estabelecimento de uma agenda pública de temas sociopolíticos, chegava,

³⁸ Rede Brasil Atual. Violência da PM incita vandalismo, diz movimento nacional pró-direitos humanos. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/violencia-da-pm-incita-vandalismo-diz-movimento-nacional-pro-direitos-humanos-7662/>. Acesso em 13 de julho de 2024.

atrasada mas definitivamente muito poderosa, diante do poder das tecnologias de informação emergentes.

No início de Junho, as manifestações que inicialmente transbordaram insatisfações na esfera pública, com destaque para a reivindicação do "direito à cidade", abriram "janelas de oportunidade política" que começavam a ser subsequentemente ampliadas por outros grupos e demandas, incluindo a imprensa tradicional e as classes médias. Após um período de relativo jejum de grandes mobilizações e um ciclo de crescimento econômico notável no início dos anos 2000, a precarização das condições de vida nas cidades – incluindo os problemas de mobilidade e moradia – foi denunciada e questionada. A virada na cobertura da mídia tradicional em relação aos protestos, que passou a apoiar e tentar dirigir os movimentos, desempenhou um papel crucial na nacionalização das manifestações, contribuindo para uma expansão do confronto político. Desta forma, emergiriam nas ruas a classe média, mais perene aos conceitos liberais defendidos pela grande imprensa, e também ativistas próximos de uma direita política, pouco próximos da gramática ideológica à esquerda que havia predominado nas ruas até então.

À medida que o mês de Junho avançava, muitas das demandas e demonstrações de insatisfação mostravam se concentrar em um repertório de emoções e performances abalizadas na denúncia do mal-estar com a repressão política (por vezes corporal, visceral) aos manifestantes. Esta narrativa sobre a urgência de valorizar e resguardar direitos fundamentais foi também mobilizada pela imprensa tradicional. As denúncias de repressão policial desproporcional, o apoio midiático enviesado e a ampliação dos focos de protesto estão intimamente interligados. Assim, observou-se, nos meados do mês, a consolidação de um ativismo flexível que incorporou interpretações mais emocionais e individualizantes sobre os direitos humanos, ainda que muitas vezes com pouca ênfase em percepções sobre soberania coletiva ou justiça social (HOFFMANN, 2019), ao contrário do que tinham feito os manifestantes do início do mês (que percebiam uma cidade democrática a partir de direitos mais difusos e coletivos).

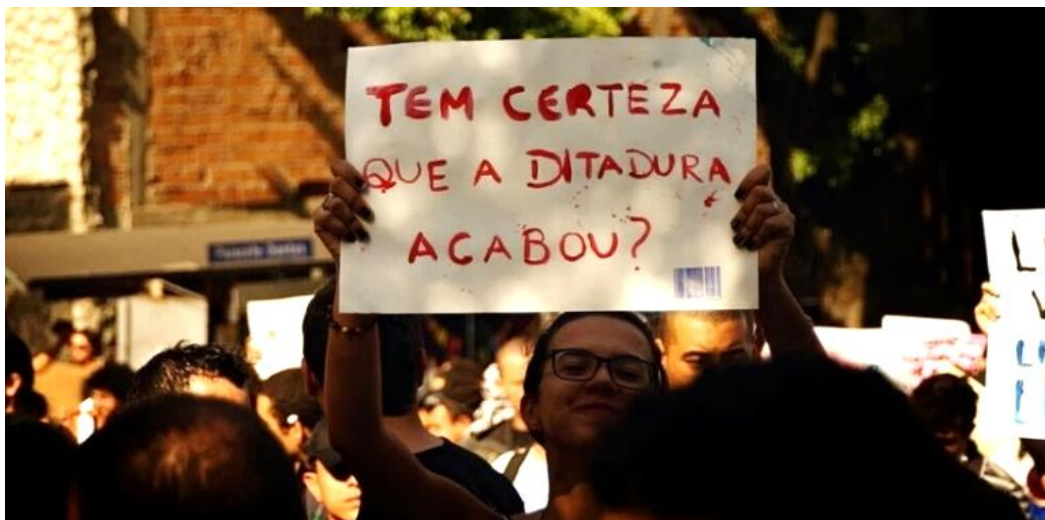
Para os historiadores, nada é inerentemente autoevidente, nem mesmo objetos ou conceitos. A ideia de "direitos humanos" é, por sua vez, fluida e profundamente contextual; não é um marco fixo na suposta marcha inevitável da evolução humana contra a tirania e a barbárie. Como bem salienta Lynn Hunt (2009, p. 216), as narrativas que envolvem os direitos humanos desde o século XVIII têm historicamente buscado mobilizar campanhas contra a escravidão, a tortura e outras formas de castigo cruel utilizando narrativas emocionais para provocar repulsas e despertar empatia. Campanhas de teor emocional estiveram em muitos dos textos dos cartazes de manifestantes, assim como nas denúncias da imprensa.

Reconhecemos, com Lynn Hunt, que admitir a existência dos direitos humanos paradoxalmente implica aceitar que barbárie e empatia são facetas inseparáveis da mesma humanidade. Exigir o respeito aos direitos fundamentais da humanidade também implica reconhecer que violência e autoritarismo são características igualmente presentes na natureza humana. Uma sociedade empenhada em reconhecer e proteger os direitos humanos, como a idealizada ao longo da história de redemocratização do Brasil e consagrada em nossa Constituição Federal, enfrenta a premente necessidade de confrontar um mundo moldado historicamente por dinâmicas contraditórias a esta ideia: uma sociedade marcada por naturalização de violências e tendências autoritárias, e que manifesta (in)sensibilidades seletivas diante das violações dos direitos humanos.

Pode-se questionar se a intensidade da campanha pela liberdade de expressão e pelos direitos civis e políticos, inclusive contra os “presos políticos”, a favor da “anistia” dos manifestantes em 2013 teria sido a mesma sem o compartilhamento de narrativas, imagens e denúncias de bastante apelo emocional das repressões policiais e violências excessivas em veículos midiáticos de grande poder e redes sociais, com cenas violentas acontecendo nos centros de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo? Se fossem cenas das periferias, causariam a mesma comoção? Neste sentido, defende-se aqui que uma gramática conceitual em torno dos direitos humanos foi inegavelmente importante para que cidadãos brasileiros, alguns dos quais ineditamente em um protesto, agissem guiados pelos sentimentos de “violação” de direitos tidos como autoevidentes, inflamados por um apelo moral manifestado tanto na imprensa e entre os próprios manifestantes.

Ainda assim, precisamos lembrar que a violência ilegítima dos Estados modernos, mesmo naqueles considerados democráticos como o Brasil, muitas vezes ocorre longe dos olhares públicos e dos mecanismos legais estabelecidos, infiltrando-se nos bastidores das forças policiais e militares secretas (HUNT, 2009, p. 210). Devemos nos perguntar: até que ponto o autoritarismo implícito é tolerável para uma parcela da sociedade brasileira? É fundamental refletir sobre como os valores democráticos são realmente praticados e defendidos na realidade social, especialmente diante das diferentes sensibilidades e reações seletivas frente às violações dos direitos humanos. Afinal, por si sós, as remoções dos atingidos pelos megaeventos esportivos e as duras penas das populações periféricas que pagavam caro para fazer trajetos de até três horas para trabalhar também constituíam violações a direitos fundamentais e constitucionais. Mas estas condições, curiosamente, não chamaram a atenção de uma grande imprensa pretensamente comprometida com a defesa dos direitos humanos.

Figura 10 – Manifestações em Belo Horizonte, 15 de junho de 2013.



Acervo: Grafias de Junho

A crítica aos dos “entulhos autoritários” no aparato estatal e na segurança pública brasileira foi evidenciada nos protestos de Belo Horizonte (MG) em 14 de junho, quando manifestantes, em determinado momento, indagavam: "Tem certeza de que a Ditadura acabou?". A imagem acima, em que um homem carrega um cartaz minimalista, intencionava denunciar a existência de rastros temporais do último regime ditatorial brasileiro, como reconhecimento de uma “dívida a saldar em relação ao passado”, comum em “reivindicações memoriais” (DELACROIX, 2018, p. 17). Sabe-se que um regime emocional em torno dos Direitos Humanos foi mobilizado pelos críticos à Ditadura Militar, em especial na campanha pela libertação dos presos políticos e pela denúncia às arbitrariedades cometidas pelo regime. Manifestantes de Junho de 2013 utilizavam esta mesma gramática político-conceitual para exigir a “anistia” aos presos políticos na luta contra as passagens ou considerar os atingidos pela repressão policial como “presos” ou “perseguidos políticos”.

As fontes imagéticas evidenciam uma proliferação de denúncias ao autoritarismo contra os manifestantes após o dia 13, até então inseridos no arquétipo de “vândalos” pela grande imprensa. Seguiram-se palavras de ordem como “Rebelar-se é justo” e “não à criminalização dos movimentos populares” em São Paulo, endossando o direito constitucional à manifestação. Em Brasília, também no dia 14, uma faixa vibrava: “somos militantes, não terroristas”. No dia 15, também na capital federal, os registros capturaram significativos cartazes e faixas se referindo a “presos políticos de São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás”. A escolha da linguagem destes manifestantes ressoa figuras e arquétipos da era da ditadura militar, sublinhando como o arquétipo do “terrorismo” foi historicamente instrumentalizada para restringir a liberdade de

expressão e reprimir movimentos sociais. Nesta perspectiva, apresentavam-se as camadas temporais do autoritarismo brasileiro ainda perenes na forma como o Estado lidava com movimentos sociais. A repreensão da imprensa à repressão estatal e as críticas destes manifestantes a aspectos que lembravam os tempos ditatoriais não se contradiziam, contudo: ambas focavam na defesa de direitos civis e na defesa dos dispositivos legais e sociais que garantiram historicamente a emergência de uma sociedade civil autônoma desde os anos 1970 e 1980. A discussão do jurista Thiago André Pierobom de Ávila traz elementos importantes para a compreensão da continuidade de uma “arbitrariedade punitiva” na segurança pública, não resolvida após a redemocratização.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representou a consolidação de um processo histórico de aversão à arbitrariedade punitiva que marcou o período da ditadura militar, com diversos dispositivos especificamente direcionados à contenção da violência policial. Em verdade, a violência e a corrupção policiais não se iniciaram com a ditadura militar; trata-se de um fenômeno que sempre esteve presente na história brasileira, tendo sido potencializado nesse período de exceção. Infelizmente, a Constituição, apesar de criar um ambiente democrático de realização da segurança pública, não logrou apagar totalmente as práticas históricas de arbitrariedades no exercício da atividade policial. [...] Segundo pesquisa de 2013 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ao menos 5 pessoas morrem por dia em confrontos com a polícia e 70% da população não confia nela, ao passo que na Inglaterra 82% da população confia. Segundo informações preliminares da Pesquisa Nacional de Vitimização da SENASP/MJ, divulgada em 2013, 7,2% dos cariocas entrevistados afirmam já terem sido vítimas de extorsão policial. A tortura ainda não está totalmente erradicada das delegacias de polícia, podendo-se dizer que a realização de interrogatórios com tom de coação indicativos de violência simbólica são quase uma regra no caso de suspeitos de crimes graves que pertencem às classes baixas. (ÁVILA, 2016, p. 463-464).

Historicamente, setores do aparato estatal têm utilizado o pretexto de "perturbação da ordem" e "terrorismo" para justificar o uso desproporcional de força contra cidadãos manifestantes, evocando os Anos de Chumbo como um período em que a "segurança nacional" se impunha como imperativo na defesa contra supostos inimigos da nação. Sabe-se que a persistente lógica de militarização da segurança pública, profundamente enraizada em um país marcado por regimes de exceção e autoritarismo. Esta abordagem tende a encarar as manifestações populares não como expressões legítimas de demandas sociais, mas como ameaças à estabilidade estatal e da sociedade.

A militarização da segurança pública também se reflete na organização e na conduta das polícias militares, perpetuando ciclos de violência e desconfiança entre a população e as forças de segurança. Apesar da redemocratização do país ter consolidado um repúdio às práticas de tortura e ter fortalecido ciclos de protestos e movimentos sociais significativos no final do século XX, como o novo sindicalismo dos anos 1980, a luta pela Reforma Urbana e os grandes protestos pelas “Diretas Já”, as práticas arbitrárias continuaram a marcar a vida política

brasileira. Especialmente para movimentos sociais que adotam repertórios de ação coletiva mais confrontacionais e para os habitantes das periferias, a arbitrariedade persiste como realidade cotidiana, desafiando as aspirações democráticas do país e evidenciando as profundas raízes de desigualdade e exclusão social que ainda marcam a sociedade brasileira.

Figura 11 – Manifestação de 14 de junho de 2013, Rio de Janeiro.



Acervo: Grafias de Junho

A utilização de narrativas visuais e verbais que apelavam à empatia pública e à indignação moral diante de violências percebidas desde o início do ciclo de manifestações, como a brutalidade policial e a repressão excessiva corporal, ilustra também um dos paradoxos dos direitos humanos: estes são invocados mais em contextos nos quais estão sendo violados. A imagem de um manifestante no Rio de Janeiro, no dia 14, com um apelo escrito em um cartaz (“por favor não me bata, me proteja”) foi direcionado às forças de segurança e capturado por fotógrafos à época. No caso da foto, o pedido por proteção revela um possível desejo de mostrar vulnerabilidade, em contraste com a promessa teórica dos direitos humanos de proteger todos os seres humanos. No caso, a proteção contra o que seria uma ofensiva arbitrária e ilegítima por parte das forças do Estado que monopolizam a violência.

Como compreender que as graves violações aos direitos humanos, tão costumeiras nas periferias mas distantes do alvo do fotojornalismo, tenham comovido emocionalmente tantas pessoas naquele momento? As evidências aqui apresentadas indicam que não é possível compreender a massificação e a nacionalização dos protestos em junho de 2013 sem considerar as reações emocionais da sociedade civil à atuação da Polícia e do aparato estatal. Isso porque amplos movimentos e setores da sociedade, desde críticos às obras para megaeventos e partidos de esquerda até ativistas que nunca estiveram num protesto político, aproveitaram a repercussão dos confrontos para também expressar solidariedade aos manifestantes agredidos e detidos nas

manifestações realizadas em torno da questão urbana. Além disso, as ações da Polícia Militar provocaram comoção na grande imprensa também porque jornalistas e outros profissionais da mídia foram atingidos; naquele momento, os protestos se apresentavam como uma janela de oportunidade política de excelência para tentar fazer valer uma agenda de prioridades na discussão pública. Todas estas questões contribuíram para reverter o discurso inicial de reprovação às rebeliões e inflamar as ruas com outros manifestantes. Mas estes novos manifestantes trouxeram não apenas uma defesa emocional do que percebiam como direitos humanos, mas outras (não tão novas) demandas e performances.

3.2 AS CLASSES MÉDIAS VÃO ÀS RUAS: ANTICORRUPÇÃO, MILITÂNCIA LIBERAL E ANTIPETISMO NA MÍDIA E NOS PROTESTOS

Na passagem do dia 17 para o dia 18 de junho de 2013, o jornalista Arnaldo Jabor reeditou sua opinião sobre o que chamava de “juventudes nas ruas”, em discurso veiculado também no Jornal da Globo. Enquanto, quatro noites antes, Jabor considerava que “revoltosos de classe média não valiam nem 20 centavos”, agora o comentarista saudava o “reaparecimento do povo” e a “transformação do Brasil em um mar” liderado por uma juventude que, segundo o próprio, estava calada desde 1992. O novo discurso, de tom entusiasmado e sem a acidez de outrora, é deveras representativo em relação da virada da grande imprensa em relação aos movimentos, mas mais do que isto: demonstrativo da tentativa de direcionar o sentido das manifestações; de ordenar ideologicamente suas pautas. O teor de Jabor era prescritivo: “Se virar um movimento abstrato, genérico demais, tudo se esvai. É preciso uma política nova se reinventando, mas com objetivos concretos, como por exemplo a luta contra o projeto de Emenda Constitucional 37, o PEC 37, que será votado semana que vem, para limitar o Ministério Público, que defende a sociedade”³⁹. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37 foi uma proposta legislativa apresentada no Brasil que visava alterar a Constituição Federal para restringir o poder de investigação criminal exclusivamente às polícias federal e estaduais, excluindo o Ministério Público dessa atribuição. A mídia liberal viu na PEC 37 uma (suposta) ameaça à eficácia das instituições de combate à corrupção e à transparência governamental. Tratava-se de aproveitar a janela de oportunidades aberta por aquelas poderosas rebeliões populares para a manifestação de propostas de viés liberal, com temas relacionados à moralidade e eficiência dos agentes públicos.

³⁹ Rede Globo. Disponível no link <https://globoplay.globo.com/v/2640269/>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

Quando as manifestações populares foram capturadas por uma mídia repentinamente simpática aos movimentos, suas pautas tornaram-se alvo de uma apropriação. Não se nega a importância dos temas da moralidade pública e ética na política na sociedade brasileira. No entanto, inseri-los como o cerne organizador de uma ampla rebelião popular, como fizeram as narrativas veiculadas pela Rede Globo (com figuras como Arnaldo Jabor) e pela revista *Veja* (na capa de 19 de junho), foi mais do que simples cobertura; foi uma tentativa de direcionar as manifestações, reduzindo sua diversidade a um suposto consenso unificado e dirigido.

Essa abordagem ideológica dos protestos de junho buscava transformar um movimento multifacetado e contestador em um protesto genérico e coreografado contra as "más práticas" dos políticos, obscurecendo assim o potencial mais disruptivo e transformador das manifestações. Em vários locais, manifestantes questionavam as prioridades do planejamento urbano, a desigualdade de renda exacerbada e o papel das próprias mídias, fazendo críticas estruturais ao sistema econômico e ao modelo de desenvolvimento. Entretanto, uma agenda mais "cinzenta", sem nuances tão confrontadoras, marcada pela falta de vínculos partidários ou propositivos em termos de direitos sociais, desviava o foco das críticas aos pilares fundamentais da estrutura social e urbana que o Movimento Passe Livre, os coletivos de periferia, o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto e os Comitês Populares da Copa estavam confrontando há muito. Esses grupos já haviam levantado questões cruciais como a profunda desigualdade de renda, as condições precárias de vida cotidiana, os desafios na construção de um Estado de Bem-Estar em um país com sérios problemas nas regiões hiperurbanizadas e inflacionadas, além das tentativas políticas de criminalizar ou sabotar iniciativas de reforma urbana. Manifestantes apontavam para os limites da atuação do Estado em agir diante do déficit habitacional, conter a violência nas periferias e assegurar a "função social da propriedade", temas que, em geral, não eram de interesse da Rede Globo ou da Revista *Veja*, a exemplo.

Quando os protestos se tornaram um "evento *pop*" e passaram a angariar pessoas das mais diversas clivagens sociais e preferências ideológicas, perdeu-se também parte da radicalidade de suas demandas e de seus repertórios de ação coletivo. Para isto, contribuiu uma notável contradição: embora as mídias independentes e as redes sociais tivessem dado o *start* das rebeliões no início do mês e continuassem a ser organizadoras e disseminadoras do neotivismo, foi, sem dúvidas, a imprensa corporativa e hegemônica uma grande divulgadora dos eventos. Cartazes do dia 18 de junho, por exemplo, demonstravam um leque de reivindicações muito maior do que "protestos contra a PEC-37", como a Rede Globo gostava muito de anunciar naquele momento. A luta inicial contra a tarifa, a favor de um transporte público acessível, continuava lá – mas agora como apenas *mais* uma demanda.

A presidente Dilma Rousseff declarou aberta a Copa das Confederações deste ano sob vaias da torcida no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília, antes do jogo entre Brasil e Japão, no sábado (15). As vaias começaram quando o presidente da Fifa, Joseph Blatter, foi anunciado pelo locutor do estádio e ganharam força com o anúncio da presença da presidente. Durante as vaias, Blatter chegou a pedir respeito aos cerca de 70 mil torcedores presentes ao estádio. "Amigos do futebol brasileiro, onde está o respeito e o fair play, por favor?", disse o presidente da Fifa. O pedido do dirigente só fez as vaias aumentarem e Dilma declarou a abertura oficial do torneio sob intensa vaia da torcida em Brasília⁴⁰.

Na abertura da Copa das Confederações em 15 de junho de 2013, sonoras vaias soaram pelo Estádio Mané Garrincha, em Brasília, dirigidas à então presidente da República Dilma Rousseff (PT). Os atos foram incessantemente destacados pela grande mídia. Não eram uma novidade. O presidente Lula fora vaiado nos Jogos Panamericanos, em 2007, por exemplo. Mas fora da arena dos eventos esportivos, os protestos cresciam por muitas cidades, em um espectro de demandas imensamente mais amplo do que o vivenciado no início do mês. Em Belo Horizonte, no dia 15, era possível observar slogans como: "Copa da Corrupção"; "Transporte BH", "Passe Livre Já"; "Dilma, se fosse na década de 70 você estaria aqui"; "A polícia paulista agrediu todos os brasileiros"; "Enquanto a bola rola, verás que um filho teu não foge à luta". As demandas anteriores, convocadas em torno das questões da tarifa, da moradia e de direitos sociais, continuavam nas ruas, mas se somavam a um espectro de crescentes críticas à impopularidade do sistema político, à corrupção na malha do Estado e aos agentes políticos do país, além de direcionadas diretamente à figura da então chefe do governo brasileiro.

É curioso o fato de que o aumento da tarifa nos transportes públicos na capital mineira havia acontecido ainda em 2012 – demonstra-se, assim, uma adesão de certa maneira tardia, de tal forma que os protestos contra o preço da tarifa em Belo Horizonte não eram respostas tão imediatas como as de São Paulo, onde os protestos aconteceram desde o dia de reajuste das tarifas. Evidenciando-se, do ponto de vista da psicologia social, o efeito "onda" das mobilizações populares, potencializada por condições sociopolíticas disponíveis para a adoção de repertórios eficazes de confronto político: o acesso crescente à Internet, a proliferação das redes sociais, a adoção de performances descentralizadas e pouco dependentes de sociabilidades político-partidárias prévias e tradicionais, além da adoção de uma gramática do "direito à cidade" e, posteriormente, dos "direitos humanos" – estas últimas bastante perenes a vastas camadas da sociedade, das periferias que denunciavam a difícil vida urbana às classes médias descontentes

⁴⁰ G1. Dilma é vaiada na abertura da Copa das Confederações em Brasília. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-e-vaiada-na-abertura-da-copa-das-confederacoes-em-brasilia-1.html>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

com o sistema político, além de insatisfações, à esquerda ou à direita, com os resultados dos ciclos de governos petistas.

A bandeira da anticorrupção, um discurso historicamente adotado e manifestado por parte das classes médias brasileiras tradicionais, foi incessantemente promovida como uma agenda política pela mídia durante os anos de governo da coalizão do Partido dos Trabalhadores. Yasmin Rocha Turini e Nicholas dos Santos Faria Corrêa (2020) discutem como a oposição ao Partido dos Trabalhadores tem uma camada de gênese intelectualizada e elitista, impulsionada por jornalistas e colunistas indignados com a baixa escolaridade de Lula. Ao longo dos anos 2000, contudo, estas críticas passam a ser vinculadas a cobranças éticas, em especial devido ao escândalo do “Mensalão”, que teve cobertura midiática igualmente intensa. Contudo, com os sinais de estagnação econômica no início dos anos 2010 após o ciclo de crescimento e os efeitos da crise global de 2008, esta oposição elitizada e de desaprovação supostamente ética passa a correlacionar a corrupção com a crise econômica, intensificando o antipetismo. Este tripé – elitismo, desaprovação ética e vinculação com gestão econômica corrupta – é bastante presente entre as camadas médias da população, especialmente na classe média tradicional.

Para o economista Marcelo Cortes Néri, a classe média “tradicional” seria mais afortunada no Brasil, próxima do imaginário norte-americano. Lembra o economista que, nos primeiros dez anos de governo petista, a renda dos 50% mais pobres cresceu 68% em termos reais, enquanto os 10% mais ricos viram sua renda crescer 10% no mesmo período. Isto, por si só, já pode ser considerado um terreno fértil de insatisfação, na medida em que os valores e códigos de sociabilidade desta classe média tradicional tendem a girar em torno das conquistas do indivíduo e do progresso pelo trabalho, sendo estes grupos bastante suscetíveis a uma crítica liberal à carga tributária, aos gastos públicos e à corrupção dos agentes públicos. Estes valores mencionados foram incessantemente trabalhados pela grande imprensa no Brasil durante os anos dos primeiros governos petistas. Neste contexto, a bandeira da anticorrupção entre a classe média tradicional no Brasil é também um reflexo de valores arraigados relacionados à meritocracia, responsabilidade fiscal e crítica à ineficiência governamental. Essa combinação de fatores contribui para a sua adesão e perpetuação como um ideário liberal comum entre os setores médios, dada uma insatisfação acumulada com os governos petistas. Os dados econômicos mencionados, como o crescimento da renda dos 50% mais pobres em contraste com o crescimento dos 10% mais ricos durante o período governamental das gestões petistas, são relevantes quando se chega em 2013 em uma situação de esgotamento do crescimento econômico, piora das condições urbanas e crescimento da inflação.

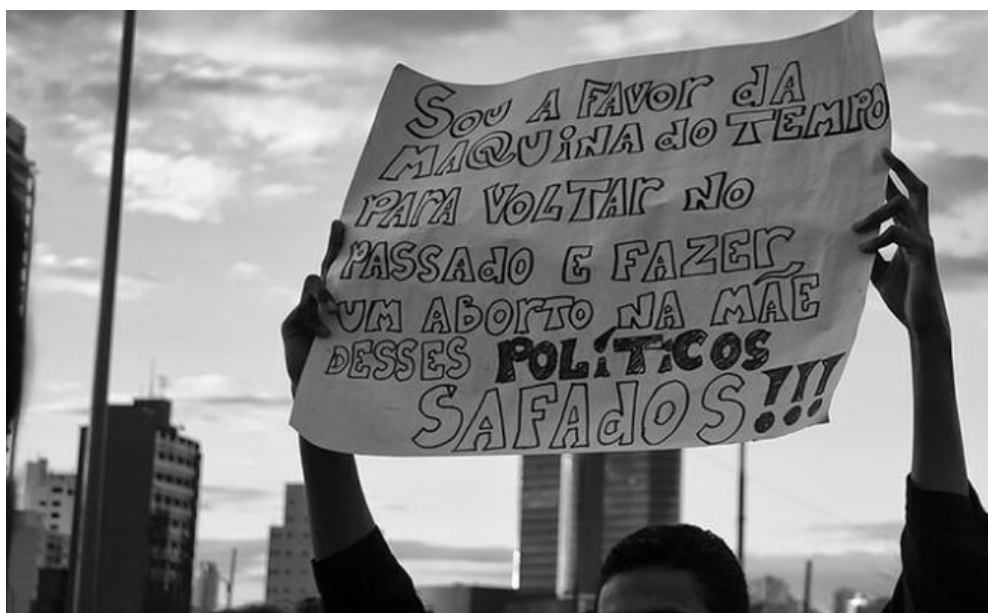
O cientista político André Singer (2013) realizou uma importante discussão sobre o papel das classes médias tradicionais em Junho. Estes setores médios “tradicionais” teriam ganhos estabilizados há gerações, ao contrário da chamada “nova classe média” que teria ascendido mais recentemente com as medidas distributivas adotadas desde a estabilização econômica, a redemocratização e os programas sociais dos últimos 20 anos. A classe média tradicional teria, em geral, renda maior, casa própria, filhos em escolas privadas e poupança/investimentos, e muitos destes olhariam com desconfiança para os programas sociais resultantes da contribuição tributária, foco das políticas levadas a cabo pelos governos petistas. As camadas médias tradicionais, segundo Singer, nutririam um preconceito de que o suposto baixo nível instrucional das camadas populares as levariam a aceitar a corrupção em troca de benefícios. Haveria, portanto, uma relação (considerado falaciosa por Singer) estabelecida entre naturalização da corrupção e o clientelismo entre governo e grupos sociais carentes, o que cristalizaria uma representação comum de que o Estado brasileiro tende a ser ineficiente, dispendioso e corrupto, restringendo as liberdades de empreendimento do indivíduo.

Em 2013, o julgamento do chamado "Mensalão" já havia alcançado uma cobertura jornalística de extensão sem precedentes, transformando a televisão e as páginas virtuais e impressas em uma extensão dos tribunais e uma espécie de referendo informal dos anos de gestão pública petista. As indignações focalizaram a participação do Partido dos Trabalhadores, ainda que os eventos tenham contado com participação de diversos atores políticos de diferentes espectros político-partidários nos esquemas investigados. Jessé de Souza (2016) argumenta que o "pessimismo" em relação ao país e à política profissional, prejudicial à qualidade da democracia brasileira, foi também alimentado pelo acesso de populações mais escolarizadas e de camadas da classe média a representações negativas dos políticos profissionais e dos rituais da democracia representativa. A década de 2010 seria marcada, então, por uma "hostilização pública dos membros do sistema político" e pela "concentração da atenção da sociedade em questões ligadas à corrupção, que acabaram sendo tratadas de forma anti-institucional e antipolítica" (AVRITZER, 2018, p. 273-274). Isso levou a grande mídia a insistir em uma pauta anticorrupção como fundamental para o país, com veículos como a Rede Globo, a Revista *VEJA*, entre outros, frequentemente promovendo narrativas negativas em relação à atuação de movimentos sociais populares (especialmente aqueles que questionam a concentração fundiária no Brasil, como o MST e o MTST) e críticas à atuação "moral" de agentes públicos.

Em Brasília, no dia 15, a diversidade de questões debatidas no dia da abertura da Copa das Confederações pode ser evidenciada pelas fontes dos cartazes, mas há uma atenção especial a motes anticorrupção. Algumas das mensagens apresentadas na capital federal, perceptíveis

nos cartazes empunhados por manifestantes, diziam: “Se a roubalheira não acabar, o Brasil não vai parar”; “Se não tomar cuidado, a mídia vai te fazer odiar os oprimidos e amar os opressores”; “Liberdade aos nossos presos políticos em Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro”; “Pense, ainda não cobram por isto”. Eles indicam discursos antissistema difíceis de serem inseridos em uma tradição política específica, escorregadios, fluidos; mas também valorizam a liberdade de expressão e de pensamento como direitos civis fundamentais para um ambiente democrático. Encontramos, contudo, refrões punitivistas, que vocalizaram nas ruas, não poucas vezes, pedidos de “pena de morte” para os corruptos, em clara dissonância com a Constituição e o sistema penal brasileiro vigente.

Figura 12 – Manifestações de 14 de junho de 2013, Rio de Janeiro.



Acervo: Grafias de Junho

A figura 12 traz um cartaz exposto por um manifestante que expressa a possibilidade de eliminação de políticos corruptos, indo até mesmo ao extremo de propor um "aborto na mãe" desses políticos. Essa linguagem é marcada por agressividade, refletindo um ideário punitivista que contrasta fortemente com os princípios de direitos humanos e justiça social que estavam no cerne das manifestações iniciais. Assim, reside um paradoxo: como protestos inicialmente solidários aos direitos humanos e às causas sociais acabaram por empunhar um discurso anticorrupção permeado por uma agressividade que sugere soluções violentas e não institucionais para os problemas políticos do país? Esse desvio revela as contradições de Junho, quando a mobilização inicial por direitos humanos gerou um campo do imprevisível repleto de expectativas, com janelas de oportunidades políticas para manifestações de descontentamento

que desafiavam as normas democráticas e os valores de respeito aos direitos fundamentais inscritos na legislação brasileira.

3.3 ANTIPETISMO, ANTIPARTIDOS OU ANTIDEMOCRACIA?

Em meio a uma miscelânea de manifestações e reivindicações que oscilavam entre o ataque à tarifa dos transportes públicos, a denúncia da concentração fundiária e habitacional, a rejeição moral da “corrupção estatal”, manifestações ao “pensamento livre”, chamava atenção uma narrativa que começava a irromper nas ruas com maior frequência: ofensivas diretas ao Partido dos Trabalhadores e à então presidente Dilma Rousseff. Enquanto algumas das críticas chamavam simbolicamente a presidente às ruas e pediam para que as prioridades do Estado se deslocassem da Copa e das Olimpíadas para a “educação pública” e os “hospitais”, mas sem desmerecer a existência do Partido e da sua chefe de governo eleita democraticamente, outros discursos apareciam já em notável manifestação de intolerância política, como demonstra muito bem o cartaz abaixo.

Figura 13 – Manifestações de 15 de junho de 2013, Belo Horizonte.



Acervo: Grafias de Junho

Ao utilizar uma linguagem vulgar e agressiva, o cartaz retratado na figura 13 mescla antipetismo explícito com intolerância. A expressão "nunca mais" sugere um desejo de eliminar permanentemente o partido da cena política, destacando-se não apenas pela sua cruzeza linguística, mas pela forma autoritária com que sugere o desaparecimento de um partido legítimo na história democrática brasileira. Mas nem todo discurso crítico à gestão petista ou

ao Partido dos Trabalhadores à época se alinhou necessariamente com vertentes antidemocráticas. Diversos setores sociais manifestaram suas críticas às políticas públicas implementadas sob a liderança do PT. No espectro da esquerda, destacou-se uma crítica à suposta ineficácia do projeto macroeconômico e aos limites da política urbana. Esta última, conforme argumentado, continuava a ser influenciada pela especulação imobiliária e pela desigualdade de renda, apesar dos esforços redistributivos significativos, especialmente no que tange à realização do "direito à cidade" em áreas como moradia, transporte e serviços públicos.

Concomitantemente, no entanto, escândalos amplamente divulgados pela mídia, como o "Mensalão", mobilizaram parte da sociedade, especialmente aqueles com maior nível educacional e renda, os quais já se distanciavam do projeto petista desde pelo menos 2005 (SINGER, 2009). Estes setores descontentes com a corrupção associada à fase petista da história democrática brasileira tornaram-se visíveis nas ruas já na segunda fase das manifestações de Junho, e sua adesão às manifestações aumentou significativamente. Em 2013, testemunhamos o crescimento de um capital político preexistente de oposição ao que o governo petista representava.

Essa oposição frequentemente se manifestava na percepção de que o projeto do PT se transformara em um assistencialismo corrupto, alimentando sentimentos de decepção e até de traição diante do histórico do partido em defesa da ética na política. A ideia de um Estado ineficiente e um partido marcado pela corrupção solidificou esse ressentimento emocional em relação à esquerda. Pesquisas conduzidas por Esther Solano (2016, p. 19), realizadas após 2013 com manifestantes contrários ao PT, destacaram o quanto era difundida a representação de que a classe média havia sido "vítima de tantos anos de governo petista em nome de uma política paternalista e eleitoralista" – uma narrativa que já se delineava nas ruas durante as manifestações de Junho.

Esse sentimento foi exacerbado durante o primeiro mandato de Dilma (2011-2014), quando a estagnação do poder de compra e os limites do crescimento econômico intensificaram a insatisfação dos "cidadãos-consumidores". Curiosamente, observa Solano, poucos indivíduos expressaram preocupação com a carga tributária relativamente mais baixa para grandes fortunas e patrimônios. Uma parte da classe média percebia possivelmente pouco retorno das políticas redistributivas e "assistencialistas" associadas ao PT, alimentando um desconforto em relação aos "usos" do Estado pelo maior partido de esquerda do país. A oposição às políticas realizadas pelos governos petistas apresentava uma larga zona de intersecção: vastas camadas ressentiam-se do suposto mal-uso do dinheiro público, representação que a grande imprensa também contribuiu para formar; mais à esquerda, da incapacidade da política conciliatória do PT em

questionar o “parasitismo” atribuído ao grande capital rentista e especulativo. Insatisfações diferentes, de origens ou mesmo recortes de classe distintos – algumas oriundas das periferias metropolitanas (como os indignados com as remoções nas capitais-sede da Copa), outras oriundas de uma classe média afinada com um ideário liberal e mais individualizante, desconfiado do papel do Estado diante dos ganhos individuais (como alguns dos manifestantes que pediam “escolas e hospitais padrão Fifa” e “menos impostos, mais eficiência”).

A insatisfação em relação às possibilidades de um governo de esquerda moderada incorporado no processo político institucional, até então abatida ou sem fagulhas para incendiar manifestações públicas grandiosas, passou a ser absorvida pelas ruas, generalizando um cenário de imprevisibilidade. Esta insatisfação foi, especialmente, dirigida ao Partido dos Trabalhadores, há dez anos no poder, por críticas à esquerda, mas especialmente em um campo mais à direita – já que se pode perceber que o “petismo” passou a ser cada vez mais associado, por alguns manifestantes, a uma antítese do esforço individual meritocrático e à ética. O antipetismo se disseminou entre manifestantes para além dos já costumeiros tribunais judiciários e midiáticos que associavam o partido a corrupção, parasitismo social e ineficiência econômica. Deve-se, contudo, diferenciar críticas aos limites do projeto representado do PT, saudáveis dentro de um ambiente democrático, de narrativas que pregam ódio ao partido, suas bandeiras e sua representação legítima na sociedade.

O serviço secreto da Polícia Militar afirma em relatórios sobre as manifestações contra o aumento das tarifas de transporte em São Paulo que os grupos mais violentos nem sempre agem de maneira espontânea. Punks que partem para o quebra-quebra são arregimentados por militantes do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) com o objetivo de desgastar o PT do prefeito Fernando Haddad e o PSDB do governador Geraldo Alckmin, de acordo com documentos sigilosos aos quais a Folha teve acesso. Para a polícia, a forma de ação desses supostos punk é "semelhante a atos de guerrilha". [...] Um dos relatórios do P2, sigla pela qual é conhecido o serviço reservado da PM, frisa que não há envolvimento do PSOL como partido, mas de militantes avulsos. A avaliação foi feita por policiais militares infiltrados. Os punks e anarquistas partem para o que a polícia chama de "ataques paralelos" sempre que suas propostas são rejeitadas pelo Movimento Passe Livre, que convoca as manifestações. O presidente nacional do PSOL, deputado federal Ivan Valente, diz que a avaliação é completamente equivocada. "Os arapongas sempre cometem erros crassos de avaliação política. O PSOL nunca apoiaria esse tipo de comportamento. Não precisamos utilizar ninguém para criticar governos". [...] Para destruir vitrines e janelas, eles usam uma meia recheada com ferro e pregos, segundo o relato dos PMs. A polícia diz que os punks que seriam recrutados por militantes do PSOL já acreditavam na violência como forma de protesto. Parte deles é ligada ao Black Bloc (Bloco Negro), uma estratégia anticapitalista que nasceu na Alemanha, nos anos 70. Os black blocs pregam o ataque a símbolos como o McDonald's como uma forma de combate ao capitalismo. Todos usam máscaras e roupas pretas, tida pelos anarquistas como a cor da negação.⁴¹

⁴¹ Folha de São Paulo. Serviço secreto da PM diz que PSOL recruta punks para protestos. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1295714-servico-secreto-da-pm-diz-que-psol-recruta-punks-para-protestos.shtml>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

As declarações públicas acima transcritas, que fazem por parte de relatórios da Polícia Militar de São Paulo e publicadas na *Folha de São Paulo*, em 16 de junho de 2013, relatavam a suposta presença de manifestantes arregimentados por setores do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), os quais, na alegação feita, utilizariam a “violência como forma de protesto”. A narrativa utilizada pelas forças militares de segurança pública remete a uma tentativa de legitimar as reações da Segurança Pública aos manifestantes, condenadas já no ato da Paulista no dia 13. A utilização de táticas *Black Bloc* remete a ações autonomistas, diretas, identificadas com o repertório anarquista, o uso comum de vestes pretas e a destruição do que percebem como símbolos do poder e do capitalismo. Estes manifestantes apareciam, na versão da Polícia, como os grandes “vilões” infiltrados em um movimento legítimo e, até certo ponto, ingênuo. A Polícia Militar criticaria, ainda, a “inexistência” de nítidas lideranças nestes movimentos – o que dificultaria, na sua avaliação, a separação da ação política “legítima” dos atos criminosos.

No dia 17 de junho, famosos, jornalistas, intelectuais, membros de partidos, coletivos das periferias metropolitanas, ativistas de classe média e uma incrível variedade de cidadãos-manifestantes irromperam pelas ruas do Brasil, no auge dos movimentos até então. Era difícil categorizar quem eram os protagonistas do uso político do espaço público, em virtude das estratégias utilizadas pelo Movimento Passe Livre, um ativismo mais horizontal, descentralizado; mas também devido ao transbordamento das demandas iniciais para redes difusas e plurais de insatisfações passaram a tomar as cidades. No dia 17, em Brasília, os protestos chegaram ao Congresso Nacional, onde houve confrontos. Em Curitiba, milhares de pessoas partiram da “Boca Maldita” e já bradavam que não estavam nas ruas apenas para requerir a diminuição da tarifa de ônibus, mas protestando diante de “malfeitorias” realizadas contra o povo⁴². Já no Rio de Janeiro, com multidão inédita e focalizada principalmente nas questões da tarifa e das polêmicas envolvendo a Copa, os protestos chegaram à Assembleia Legislativa e ao Maracanã – onde houve confrontos violentos, com bloqueio do trânsito, táticas *Black Bloc* e ataques policiais com bombas gás lacrimogênio e balas de borracha. Já em São Paulo, ganharam força neste dia manifestações em que se destacou o ataque à equipe do jornalista Caco Barcellos, que foi banida do protesto. Ato sintomático de uma crítica, por parte dos manifestantes, à atuação supostamente dúbia e cínica da grande imprensa diante dos movimentos sociais. Neste dia, no entanto, foi previamente acordado com o governo estadual

⁴² G1. Milhares de pessoas saem em protesto pelo centro de Curitiba. Ver: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/06/milhares-de-pessoas-saem-em-protesto-pelo-centro-de-curitiba.html>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

que a Polícia em São Paulo estaria proibida de usar balas de borracha. Um depoimento do jornalista Pedro Alexandre Sanches, participante e entusiasta dos movimentos, representa muito bem alguns dos dilemas presentes no dia 17 de junho:

Éramos um bando de invejosos detestando por rancor a maior rede de TV do país, quiçá do Hemisfério Sul? Não exatamente. O grito de asco à Globo é parte do desmoronar da farsa: afinal, quem foi que nos disse, aos altos brados, durante estes dias todos, que “vândalos” alienígenas haviam invadido a cidade para depredá-la? Quem berrava, sem parar, que os “vândalos” éramos nós? A Globo, as outras emissoras, os jornais em queda contínua de tiragem. Os ouvidos de jornalistas policiais sensacionalistas como o tal Datena e aquele vagaroso alucinado da TV Record arderam forte nesta noite. Não só os deles. Uma divertida projeção que ocupava toda a fachada de um grande edifício no largo da Batata (e que pelo que entendi era operada pelo MPL, o Movimento Passe Livre) mandava slides sensacionais, um atrás do outro. “Haddad, vem governar com a gente.” Um “cala boca” ao lado da silhueta de Arnaldo Jabor, o comentarista “político” tresloucado da Globocop. “Brasil, deixa eu te amar”, slogan deliciosamente inspirado no samba dolente de Agepê. “Abaixo o PIG” – PIG, para quem não sabe, é o Partido da Imprensa Golpista, como blogueiros independentes rebatizaram a mídia tradicional conservadora instalada no país. Fui vestido como estava me sentindo: colorido de verde, laranja, vermelho, azul, marrom, roxo, preto, amarelo. Sabia que todas as cores políticas, até mesmo as autoproclamadas apolíticas e/ou apartidárias, estariam presentes: segunda era dia de salada de frutas. Vi até um sucessor pós-urbano de movimentos como o MST (Movimento Sem Terra): o MSP, Movimento dos Sem Partido. Deste eu estou fora, mas tudo bem, faz parte. Particularmente, sou um entusiasta do governo pluripartidário de Dilma Rousseff (PT): votei nela, acredito nela e confio nela. Por isso, fui com minha camiseta estampada com o rosto desenhado da Dilma jovem, na época em que ela fazia nas ruas o que estamos fazendo hoje (e por isso acabou presa e torturada pela ditadura militar). Como de praxe, tive muito medo: desta vez, medo de ser hostilizado por causa da minha camiseta desenhada “Dilma, eu te amo”. Sim, havia gente xingando Dilma nas ruas, como havia gente xingando vários dos principais políticos em atividade no país (“Alckmin, fascista, você é o terrorista!”, “tucano fascista é inimigo do paulista”) (só não ouvi ninguém xingar FHC, parece que não se lembraram dele). Quem está na chuva é para se molhar: em momentos de catarse coletiva, as palavras de raiva se dirigem inevitavelmente aos governantes de plantão, sejam quais forem. Mas [...] estava com medo de ser hostilizado por portar Dilma-jovem na minha camiseta (por favor, entenda os signos como quiser, ou como puder). Não fui hostilizado nem uma vez sequer. Não significa necessariamente nada (será que eu seria hostilizado se fosse vestido com a careca de José Serra?).⁴³

A crítica a uma suposta cobertura arrogante e desonesta da grande mídia em relação aos movimentos era frequentemente expressa por manifestantes que carregavam cartazes como “Globo e *Veja* não me representam”, especialmente em Belo Horizonte e São Paulo. Surge a questão de por que um manifestante, testemunha-protagonista da revolta na maior cidade do país, afirmava ter receio de ser hostilizado por vestir uma camiseta associada a uma “Dilma-jovem”. Por que surgiria o temor de hostilização e agressão diante da expressão de uma

⁴³ Blog Ultrapop. Disponível em <https://br.noticias.yahoo.com/blogs/blog-ultrapop/s%C3%A3o-paulo-17-junho-2013-farsa-e-o-020235212.html>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

preferência político-partidária, em ambientes caracterizados por progressismo e diversas bandeiras à esquerda do espectro político?

Essa dinâmica complexa pode ser compreendida considerando diversas camadas temporais. Entre elas, destaca-se um passado que não parece ter sido superado, incluindo uma longa tradição autoritária do Estado brasileiro, já abordada anteriormente. Mas também um sentimento antiesquerda, muito semelhante ao persistente anticomunismo que, desde o século XX, tem sido manifestação de hostilidade política direcionada contra a esquerda, muitas vezes se traduzindo em violência política pura e brutal contra adversários políticos convertidos em inimigos.

Ódios, fobias e afetos mais pulsantes da subjetividade humana são canalizados e mobilizados pelas tradições políticas. Usos do medo são, historicamente, um poderoso instrumento político de regimes autoritários, além de uma ferramenta comum a grupos sociais que utilizam a violência política como *modus operandi*. A crítica e a não-preferência por partidos e movimentos de esquerda é completamente legítima em um cenário de pluralismo político, mas a hostilização pública de bandeiras associadas ao campo “vermelho”, já presente naquele momento, não tem equivalência como atitude democrática. Neste sentido, “movimentos Sem Partido” ou declarações de uma determinada apatia política poderiam ser, na verdade, demonstrações de um acirrado anticomunismo ou antipetismo, convertidas em intolerância autoritária. A análise do jornalista Bob Fernandes, um entusiasta do “jornalismo independente”, como uma testemunha-manifestante no dia 17 de junho denunciava o que via como tentativa de capitalização política dos iniciais movimentos populares.

Desde o início, e por todo o trajeto, palavras de ordem variadas. Uma delas entoada a todo momento: “Que coincidência, sem polícia não teve violência”. Outra, “Sem vandalismo!”. Reação também as faixas e bandeiras de partidos como PSOL e PSTU. Por todo o trajeto, e a ainda na concentração inicial no Largo da Batata, coros cobravam: “Sem partido, sem partido, sem partido”. Muitos cartazes contra “Alckmin e a violência”, faixas cobrando “Decide, Haddad”, e cartazes escritos em cartolinas exigindo educação e relacionando a Copa e Dilma. Mas coros que soassem a partidarismo eram logo abafados pelo “Vem pra rua, vem...” Essa reação ampla à partidarização do movimento, não sei se por ação orquestrada do Movimento Passe Livre, que para isso teria que ter espalhado seus jograis por todo o trajeto, ou se reação espontânea, ou ainda se por rejeição natural às tentativas de controle político-partidário. Nos canais *mainstream* de reverberação virão, inevitáveis, as tentativas de controlar, de dirigir as manifestações em favor de A ou contra B. Nas redes, veremos o mesmo. [...] Ninguém é ingênuo de supor que isso tudo, mais tempo, menos tempo, não desaguará em canais da política partidária. A se ver quais os destinos do que vem sendo manifestados na Faria Lima, Paulista, Rebouças, Marginal do Rio Pinheiros, Cinelândia, Porto Alegre, , Fortaleza, Maceió, Belém, Vitória, Pampulha, Brasília, Salvador... Mas hoje, ao menos em São Paulo, as ruas resistiram às tentativas de

controle político-partidário. Conviveram, mas com vaias e coros, estão reagindo. Inclusive na Paulista, que nesse momento recebe mais e mais gente⁴⁴.

O relato acima criticava, em especial, as tentativas de “controle político-partidário”, saudando as “vaias e coros” bradadas em São Paulo aos que tentavam manifestar bandeiras, ideologias e pertencimentos políticos explícitos. O testemunho também condenava ações políticas do Movimento Passe Livre – responsável por convocar boa parte das manifestações que eclodiram na grande rebelião nacional. O que parecia ser uma “festa à democracia” ampla e apartidária, no entanto, revelaria perigos.

Deve-se analisar esta narrativa. Abafar vozes e bandeiras dissonantes, ainda que sejam minoritárias, pode ser realmente visto como um ato pró-democracia? A linha entre o pretensamente apartidário e a intolerância política pode ser deveras tênue. O apartidarismo disfarçado de pluralismo, por vezes, pode desvelar em um desprezo pelas instituições democráticas e pelo convívio civilizado entre diferentes organizações e projetos da sociedade, constitutivos de um ambiente efetivamente democrático. A reação ao funcionamento das instituições, que pode levar a propostas necessárias de aprofundamento e melhoramento da democracia, não pode ser confundida com a transformação de oponentes políticos em inimigos. A democracia e o exercício da cidadania não são compatíveis, definitivamente, com cenários transformados em guerra. Trata-se de um traço persistente da República brasileira, a despeito da renovação de sua sociedade civil e da redemocratização: a prerrogativa de identificar no adversário um inimigo e estabelecer um método de governança que replica uma lógica de guerra e entorpece a capacidade de diálogo. Cenários encontrados, dadas as devidas proporções, na perseguição aos movimentos sociais mais combativos da sociedade brasileira nos ciclos mais autoritários dos anos 1930-1940 ou 1960-1970.

O grupo *Anonymous* – o mesmo que supostamente assumira dias antes ter *hackeado* a página da Secretaria da Educação de São Paulo – engrossou o coro da anticorrupção. Em 19 de junho de 2013, foi viralizado um vídeo em que eram divulgadas “as 5 causas” para a onda de protestos brasileira. Seriam eles: não à PEC 37, que propunha que o poder de investigação fosse exclusivo das Polícias Federal e Civil, retirando a atribuição do Ministério Público; saída de Renan Calheiros da presidência do Congresso Nacional; investigação e punição das irregularidades nas obras da Copa; criação de uma lei para tornar a corrupção um crime hediondo; e fim do foro privilegiado para autoridades públicas. Com a difusão de protestos e

⁴⁴ Disponível em [Canal Bob Fernandes \(catarse.me\)](https://www.catarse.me/canal-bob-fernandes). Acesso em 22 de novembro de 2023.

demandas, tentava-se impor uma pauta unificadora, de bastante semelhança com os coros recentes de parte da grande mídia.

No entanto, havia à época muitas páginas que se identificavam como “*Anonymous Brasil*” ou semelhantes, e estas ganharam muitos seguidores, tornando-se um ponto de referência a manifestantes-internautas, a maior parte anônimos, com milhares de comentários e compartilhamentos, além de alto índice de dispersão das informações (KAWANISHI, 2017). A agenda das manifestações deslocava-se para as pautas anticorrupção e antipartido – em parte devido a uma carteira de propostas lançadas pela atuação da mídia empresarial e por agentes digitais com perfil social não definido – muitos dos quais esboçavam simpatizar com ideias das tradições políticas liberais.

Muda o clima político do país; governo Dilma não tem respostas para inflação nem para saúde, educação, segurança e transportes. No fim de semana em que teve início a Copa das Confederações, a programação de TV foi tomada por anúncios do programa Minha Casa Melhor, investida da presidente Dilma Rousseff para estancar a popularidade em queda. Trata-se de linha de crédito subsidiado, de até R\$18,7 bilhões, para incentivar a compra de eletrodomésticos. [...] Serão até R\$ 5 mil por família para adquirir móveis, geladeiras, computadores e outros aparelhos. Em quatro dias, 12 mil famílias assinaram contratos. [...] Todos os outros brasileiros, em contraste veem sua capacidade de consumo estreitar-se de forma acelerada. [...] A errática política econômica do governo federal prejudica mais gente do que os favorecidos por suas iniciativas de transferência de renda. Decerto as vaias recebidas pela presidente no estádio Mané Garrincha, sábado, não têm relação direta só com a deterioração das expectativas econômicas. Sempre haverá espectadores de futebol dispostos a apurar uma autoridade. Dilma Rousseff resvalará para o autoengano, porém, se desconsiderar que as vaias vieram na semana em que se espalharam pelo país protestos contra altas de preços (tarifas de transportes) e contra o que alguns percebem como mau emprego de verbas públicas (nos eventos esportivos, entre outros). É fato que, no terceiro ano de governo, são fortes os sinais de que se rompe a bolha de otimismo que levou Dilma ao Planalto⁴⁵.

O editorial acima, lançado pela *Folha de São Paulo* no dia 18 de junho de 2013, vinha no dia em que centenas de milhares de pessoas foram às ruas em 12 capitais para protestar contra temas dos mais variados. Para o jornal, mudava o clima político do país: acabava presumidamente a bolha de otimismo que “levou Dilma ao Planalto”. Era mais uma interpretação, de grande circulação, que tentava capitalizar e orientar ideologicamente os protestos. Momento oportuno para fazer uma crítica acirrada a uma política econômica do então governo Dilma – focada na atuação do Estado em investimentos públicos, na expansão do crédito e do mercado interno e em uma dada visão desenvolvimentista em relação ao crescimento econômico. A *Folha de São Paulo* escolhia, então, destacar a distância entre os (em suposição) “desastrosamente” insuficientes mecanismos de transferência de renda e uma gestão

⁴⁵ Folha de São Paulo, 19 de junho de 2013, A2 (versão impressa), p. 1.

que estaria levando (também presumidamente) o Brasil à estagnação e, em especial, à diminuição do poder de compra. Parece evidente, assim, uma tentativa de associar/colar o capital político explosivo das manifestações e suas insatisfações ao dito “errático” governo Dilma naquele momento e uma crise econômica que se avizinhava.

Dilma Rousseff, por outro lado, acenava para uma tentativa de defender (já tardiamente) os protestos – os quais, segundo os meios de comunicação citados, teriam reunido pelo menos 250 mil pessoas naquele dia 18 de junho. No Palácio do Planalto, em Brasília, a presidente da República em exercício afirmou que a “mensagem direta das ruas” ultrapassava os mecanismos tradicionais das instituições, dos partidos políticos e da própria mídia. Demonstrando uma interpretação mais dilatada e menos prescritiva dos movimentos, Dilma afirmou que se tratava de uma mensagem ao “conjunto da sociedade, sobretudo aos governantes de todas as instâncias”, por mais cidadania, melhores escolas, hospitais e postos de saúde; por maior participação; por repúdio ao uso indevido do dinheiro público. Em momento contundente do discurso, a chefe do governo federal afirmava apreciar o valor da participação de cidadãos em busca de direitos, e que sua geração (a que viveu a repressão dura da última Ditadura Militar) sabia “o quanto isso custou”⁴⁶.

O que parecia ser um elogio sincero de uma ex-militante ao caráter democrático e progressista daquelas rebeliões pode ser lido, também, como uma tentativa de responder politicamente àquelas insatisfações catárticas, incompreendidas – e cuja energia eufórica já estava se voltando contra o governo na situação e tudo que este representava.

Em muitas cidades nas quais aconteceram manifestações no dia 18, houve relatos de acordos para que atos de “vandalismo” fossem condenados, desestimulados, gravados e denunciados. “Depredação é para bandidos e ladrões, manifestos só com a paz”, ressaltava um manifestante de São Paulo. Os registros fotográficos também ajudam a reconstituir um cenário muito diferente da semana anterior, com uma disseminação de bandeiras verde-e-amarelo – nas máscaras, nas mãos ou enroladas em corpos-indignados. Chamava atenção inclusive a diversidade de perfis etários. Um cartaz de uma mulher em Brasília, por exemplo, bradava “82 anos! Vim para protestar, e não para brincar”. Era possível ver crianças, idosos, mães e pais com bebês de colo nas ruas. As multidões apresentavam um número-sem-fim de demandas, reivindicações, protestos. Passando por um sonoro “Dilma, me chama de Copa e investe em mim. Assinado: Educação Brasileira”. E, ainda: “Ordem e progresso. Faxina no Congresso”.

⁴⁶ G1. Dilma defende protestos e diz que o governo ouve vozes pela mudança. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-defende-protestos-e-diz-que-governo-ouve-vozes-pela-mudanca.html>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

Quais seriam os efeitos possíveis, no entanto, de uma performance tão prolixa? As sucessivas tentativas de captura ideológica e “sequestro de pautas” apresentavam receios em quem estava desde o início do mês nas ruas. Representativo deste receio foi a entrevista que a ativista do MPL Luiza Mandetta concedeu à revista Fórum no dia 18:

Fórum - Depois dos protestos de ontem, muito se falou nas redes sociais e se propagou por setores da mídia que as pautas de vocês são mais amplas, passando por temas como aumento da inflação, votação da PEC 37 e até *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Isso é verdade? **Luiza Mandetta** - Não, não tem nada disso. Estamos na rua para barrar o aumento, para que a passagem retorne aos R\$ 3. Esse negócio de colocar várias pautas e tentar pautar o movimento não nos agrada. Tem muita gente querendo colocar a própria pauta nos atos, e tentamos combater isso porque é um risco para nós. Não queremos e não vamos permitir que parasitem a nossa pauta e que as coloquem no meio, justamente agora que a manifestação está gigante. **Fórum** - Se conseguirem barrar o aumento, o próximo passo pode ser requerer a gratuidade na passagem? **Luiza Mandetta** - A gente tem um projeto que se chama Tarifa Zero, que na verdade é um projeto de lei de iniciativa popular que precisa da assinatura de 0,5% do eleitorado para ser colocado em pauta na Câmara. Da forma que está estruturado o transporte público, o aumento ocorrerá ano que vem da mesma forma. Queremos evitar isso, reverter essa lógica que trata o transporte como produto. **Fórum** - Muitos entendem que o prefeito Fernando Haddad tem sido mais visado do que o governador Geraldo Alckmin. Isso existe? É intencional? **Luiza Mandetta** - Não, isso também não é verdade. A pressão existe para os dois, da mesma forma. No caso do ônibus, é um aumento que precisa ser revogado pelo Haddad, que foi eleito com o discurso de fazer uma prefeitura com diálogo, mas ele não está dialogando, está sendo intransigente e não senta com a gente. Nos chamar para o Conselho da Cidade foi uma enrolação, não é um espaço de deliberação, mas fomos lá. Queremos conversar direito. O Alckmin é pior, nem se demonstra interessado em negociar, e a pressão é sobre ele também, queremos que o aumento do preço do metrô e do trem seja revogado⁴⁷.

Segundo Mandetta, outras pautas já haviam “parasitado” a fagulha da tarifa-zero. E já eram muito maiores do que os próprios ativistas do Movimento Passe Livre, que não podiam chamar de “seus” o ímpeto e a manifesta euforia dos milhares que politizavam as vias urbanas. Uma pitada grande de antipetismo e comoção negativa aos governantes brasileiros, representadas na entrevista transcrita acima, engrossavam o caldo das rebeliões populares. A mobilização contra a PEC-37, projeto de lei que enfraquecia o poder do Ministério Público, era incessantemente evocada pela mídia e por setores da classe média tradicional, ditos indignados com a corrupção.

O aparecimento da luta contra o projeto da PEC-37, uma espécie de simbolização da luta anticorrupção em seu mote liberal, se deu no mesmo momento de crescimento das manifestações por todo o país. Arnaldo Jabor havia citado este projeto em seu discurso, e a

⁴⁷ Revista Fórum. MPL: “não vamos permitir que parasitem nossa pauta”. Disponível em <https://revistaforum.com.br/brasil/2013/6/18/mpl-no-vamos-permitir-que-parasitem-nossa-pauta-6920.html>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

Revista *Veja* fez elogios aos manifestantes que se engajavam no coro anticorrupção e também contra este projeto.

Não era a nova a tentativa de colar seletivamente a corrupção aos setores do Partido dos Trabalhadores. Desde as crises do primeiro mandato de Lula, parte do eleitorado e da grande mídia nutriram representações negativas sobre o partido e sua reputação ética. Como vimos, a ideia de que a população se “divorciava” do otimismo em relação ao Brasil dos governos petistas era uma representação bastante divulgada pela imprensa tradicional. Mas estas ideias eram finalmente trazidas às ruas, muitas vezes acompanhadas e radicalizadas por um antipetismo intolerante e até propostas de *impeachment* de uma presidente legitimamente eleita em pleito democrático e sem qualquer indicativo de crime de responsabilidade.

O jornalista Paulo Motoryn⁴⁸, declarado militante do MPL, alertava para a ameaça feroz de “direitização”. Isto porque este considerava que os jovens não bradavam apenas contra o “Mensalão” ou políticas “assistencialistas” voltadas à transferência de renda. Motoryn, assim como outros militantes, criticava o uso do aparelho midiático para alinhar o movimento a um ideário liberal-conservador – desconsiderando o que considerava caráter progressista dos muitos jovens nas ruas brasileiras. Lembramos, então, que, no início do mês, os ativistas do Passe Livre ressaltavam que lutavam por um “outro modelo de sociedade”. Não se descarta a óbvia necessidade de combater as causas da corrupção, mas esta bandeira em sua versão liberal-conservadora aparecia em uma gramática ideológica distinta do “direito à cidade”, pouco preocupada em denunciar concentração de renda ou a urbanização periférica das cidades. Esta visão anticorrupção era mais ligada a uma visão meritocrática e individualizante da realidade social, e que enxergava nos governos petistas uma antítese da valorização do esforço individual e do trabalho.

3.4 A INCONTROLÁVEL ABERTURA DE JANELAS DE OPORTUNIDADES: EVIDÊNCIAS DE PARADOXOS NA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA

Junho de 2013 apresentou um verdadeiro espetáculo de experimentação política, repleto de incógnitas e aberturas difíceis de serem controladas. Não apenas pela natureza das manifestações, que surpreenderam a sociedade com um novo tipo de ativismo fluido, desprovido de lideranças incontestáveis e pouco dependente de sociabilidades ideológico-

⁴⁸ Pragmatismo Político. Não podemos nos alinhar aos Jabores e Datenas. Disponível em <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/06/nao-podemos-nos-alinhar-aos-jabores-e-datenas.html>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

partidárias prévias. Este último tipo de repertório de ação não encontra paralelos diretos na História do Brasil, e foi eficaz em chamar atenção da sociedade e das autoridades também por pegar desprevenidos os atores da vida pública, acostumados a repertórios socialistas e sindicalistas, associados à esquerda política mais tradicional. Embora marcada inicialmente por questões urbanas, emergiu uma comoção emocional e seletiva em torno dos direitos humanos que abriu janelas de oportunidade política, atraindo pessoas que nunca haviam participado de protestos. Assim, o movimento se tornou um evento ainda mais imprevisível e turbulento, talvez sem precedentes em termos de diversidade de demandas, atores, camadas sociais e abrangência geográfica.

Muitos dos atores sociais envolvidos se empenharam em antecipar os efeitos do movimento, prever suas direções ou capitalizar seus potenciais ganhos, em um cenário político de especulação intensa. A grande imprensa também participou desse jogo, tentando direcionar a agenda pública ao promover uma pauta liberal, anticorrupção e favorável à classe média tradicional, que ecoou nas ruas. A manipulação e amplificação de eventos intensos e imediatos, como revoltas populares, ondas de violência ou movimentos revolucionários, são cruciais nas disputas pelo poder político. Esses momentos revelam o uso de repertórios de ação coletiva por parte de atores que desafiam a institucionalidade, e por vezes até a legalidade, ao invadirem a arena pública, mesmo em um país como o Brasil, conhecido por seus grandes pactos, negociações e tentativas políticas de amortização do conflito social.

Breno Bringel (2013) discutiu de forma pertinente os processos de amplificação dos eventos daquele ano. O Movimento Passe Livre (MPL) foi o "madrugador", identificando lacunas no sistema e assumindo o papel de agitador e construtor de enquadramentos provisórios. Subsequentemente, ideários, movimentos e ativismos "derivados", como o ativismo liberal e as manifestações antipetistas, aproveitaram-se dos espaços abertos, sem necessariamente compartilhar vínculos ideológicos com o MPL. Esse desbordamento societal e o acirramento dos antagonismos exemplificam o que as Teorias do Confronto Político chamam de "janelas de oportunidade". Sob essa perspectiva, nunca se deve analisar protestos isoladamente, pois eles são parte de ciclos que dependem tanto das estruturas de mobilização previamente disponíveis quanto da capacidade de agência e criatividade dos indivíduos em suas mobilizações, sem desconsiderar os constrangimentos históricos e políticos que limitam as oportunidades de ação coletiva (TARROW, 2012).

Nesse contexto, o aumento da visibilidade pública dos protestos, tanto nas redes sociais quanto na imprensa tradicional, impactou profundamente a construção do ciclo de

manifestações. A adesão significativa a movimentos sociais ocorre quando há confiança ou esperança de que a ação coletiva, mesmo que radicalizada, violenta ou dispendiosa, pode fazer diferença política, justificando os custos envolvidos na expressão pública de identificações coletivas. Junho de 2013 exemplifica essa dinâmica, com a proliferação de movimentos derivados que ocuparam espaços urbanos a partir da identificação do potencial político dos protestos.

A amplificação dos movimentos, dos madrugadores aos derivados, também representou uma interseção de demandas entre ativistas engajados, jornalistas e cidadãos em um campo de solidariedade aos direitos humanos dos manifestantes detidos, feridos ou reprimidos. Isso resultou na multiplicação de atores interessados nos ganhos políticos, incluindo uma imprensa que tentava influenciar e capitalizar a agenda pública derivada dos protestos, além de coletivos e indivíduos agindo de maneira independente, menos estruturada em organizações pré-existentes, dificultando o rastreamento preciso desses atores.

Este capítulo, portanto, considera a necessidade de uma análise histórica da complexa interação entre ativistas, componentes, alvos, autoridades, aliados, rivais, inimigos e audiências que compõem a textura cambiante dos movimentos sociais (TILLY, 2001, p. 141). O aumento e a ampliação nacional dos protestos responderam a denúncias, relatos e imagens de violência policial, detenções arbitrárias e repressão excessiva aos manifestantes. Uma solidariedade seletiva foi moldada pela maneira como os direitos humanos foram emocionalmente gerenciados, muitas vezes sob a influência da mídia de massa. As classes médias se mobilizaram em torno de temas distintos, enfatizando o indivíduo, a ética e a meritocracia, em contraste com o foco difuso e coletivo do "direito à cidade". Paradoxalmente, a defesa fervorosa da liberdade de expressão contra a repressão autoritária das forças de segurança frequentemente deu margem a abusos por parte de manifestantes, que, em seus discursos antipartidários, exibiram agressividade verbal, entoaram cartazes punitivistas, atacaram símbolos e grupos de esquerda e até agrediram civis, revelando tendências abertamente autoritárias. Os eventos de Junho de 2013 destacaram os paradoxos de uma sociedade capaz de denunciar violações dos direitos humanos enquanto, simultaneamente, endossa tais ações. Isso ocorre, é preciso dizer, décadas após um processo de redemocratização que, de certa forma, permanece inconcluso.

4. A DÍADE ESQUERDA/DIREITA EM JUNHO DE 2013: UMA GRAMÁTICA SOCIOIDEOLÓGICA DO CONFRONTO POLÍTICO

As manifestações de junho de 2013 no Brasil demonstraram um ponto importante de inflexão na dinâmica política nacional, evidenciando uma polarização socioideológica entre os campos de "esquerda" e "direita", enfraquecida nas décadas anteriores. A díade esquerda-direita, mobilizada de forma intensa no debate público que aconteceu durante aquela onda de protestos, sinalizava certo esgotamento das políticas de conciliação e dos deslocamentos ao centro que haviam marcado, desde meados dos anos 1990, tanto o cenário eleitoral quanto as manifestações de rua.

Figura 14 – Manifestações em Belo Horizonte, 20 de junho de 2013.



Acervo: Grafias de Junho.

Na imagem retratada na figura 14, tirada nos protestos realizados na capital mineira no dia 20 de Junho, um cartaz erguido nas ruas utiliza uma metáfora mobilizada por manifestantes na segunda metade daquele mês: o perigo de uma “guinada” dos movimentos populares à direita. A simulação de uma placa de trânsito tensiona a diferenciação entre as direções políticas e explicita ideologicamente os confrontos ideológicos, evidenciando um repúdio ao que seria a influência crescente da direita e uma defesa da continuidade e/ou aprofundamento de conquistas sociais associadas às políticas de esquerda, historicamente associadas a ferramentas de defesa da justiça social, esta última entendida como uma forma de “igualitarismo”.

O cartaz traz, portanto, um dado sentimento de rejeição e resistência contra a captura daquela oportunidade política de extravasamento de insatisfações por setores considerados

conservadores e (supostamente) pouco comprometidos com a transformação social. É conhecido pela historiografia que os termos “esquerda” e “direita” tenham origens de longa duração, cujo uso se iniciou nas assembleias que se seguiram à tomada do poder pelo Terceiro Estado na Revolução Francesa. Os deputados considerados moderados em relação à perspectiva de mudança social, mais apegados às tradições e receosos de mudanças mais bruscas, sentavam-se à direita da sala; enquanto os mais radicais, associados com os anseios mais radicalizados das camadas populares, se sentavam à esquerda. Norberto Bobbio (1994) aponta que a díade esquerda/direita, a despeito das mudanças que aconteceram durante os séculos e as transformações nas tradições políticas, ainda possui um significado latente e importante para identidades coletivas no contexto pós-queda do Muro de Berlim. Para o autor, esta gramática ideológica traduz, a despeito de suas pluralidades e da caducidade de uma divisão meramente classista, uma preocupação com a promoção da igualdade para o campo da esquerda, enquanto a direita tenderia a aceitar o mundo como desigual e preconizaria mais a liberdade individual e a manutenção de certas hierarquias e tradições sociais. Esta não é uma divisão rígida, e há nela inclusive nuances interseccionais, subdivisões heterogêneas mais complexas e adaptações a contextos locais a despeito das pretensões de seu uso a um universalismo. Chamaremos aqui a díade esquerda/direita como uma “gramática socioideológica” que ajuda a distinguir tradições políticas ora obcecadas mais com princípios de igualitarismo (esquerdas), ora mais obcecadas pelo indivíduo, a livre iniciativa mercadológica e valores/hierarquias moral-conservadores (direitas).

Este capítulo explora a hipótese de que as predisposições ideológicas polarizadas entre esquerda e direita, relativamente esmaecidas antes de 2013, foram reconfiguradas em meio aos protestos; ou seja, não ainda no campo institucional formal, mas através da sociedade civil e da disposição em expor ou denunciar identificações coletivas no campo ideológico. Não foi necessário esperar o calendário eleitoral para que discussões amplas sobre problemas sociais e políticos se desenvolvessem em torno de uma gramática socioideológica envolvendo “esquerda” e “direita”. Desta vez, os debates sobre a vida pública nacional não foram feitos apenas em torno da clivagem político-partidária recente (PT x PSDB), mas a partir de campos mais amplos de interpretação do sistema político, visões sobre a sociedade e proposições filosófico-programáticas acerca da realidade social, manifestadas em um campo “vermelho” e um campo “verde-e-amarelo”, apesar das inúmeras interações e confluências entre os dois.

Embora o campo das esquerdas também fosse marcado por pluralidade e heterogeneidade, afinal as próprias manifestações demarcavam políticas lideradas pela coalizão petista no governo (também de esquerda) como insuficientes para transformações sociais mais

intensas, o campo da direita permanecia ainda mais indefinido e pouco unificado. Foram grupos e ativistas à esquerda dos governos petistas, os primeiros a aparecerem nas ruas, que identificaram e destacaram as camadas e demandas associadas ao que se consideravam uma guinada conservadora e reacionária. Durante esse período, setores conservadores, embora alinhados com ideais de direita, muitas vezes preferiram não se identificar explicitamente como tal. Em vez disso, adotaram uma identidade nacionalista, simbolizada pelas cores verde-e-amarelo, e defenderam uma postura "sem partidos". Assim, o conflito foi traduzido em termos de uma gramática socioideológica entre "esquerda" e "direita" pelos manifestantes que iniciaram a onda de protestos, ainda que muitos participantes preferissem destacar uma identidade de cidadania nacional acima das divisões partidárias tradicionais, mesmo que contraditoriamente adotassem interpretações e demandas antipetistas, liberal-conservadoras e de tradições conservadoras do Brasil. Isto foi demonstrado por frases abundantemente usadas nos cartazes do dia 20, como "Direita? Esquerda? Eu quero é ir pra frente" ou "Sou brasileiro, sem partido" – ao mesmo tempo em que, de acordo com relatos da época⁴⁹ dos movimentos em São Paulo, os mesmos manifestantes que entoavam um orgulho "nacional" tomavam à força e faziam rasgadas ou queimadas bandeiras da esquerda, com manifestantes tendo que salvar suas insígnias e se retirar às pressas no meio da multidão.

A discussão deste capítulo inicia-se com um histórico de como houve uma tendência, após os anos 1990 e até 2013, de um deslocamento das forças políticas nacionais para o centro, contribuindo para uma relativa despolarização dos confrontos políticos. Após, faz-se uma análise de como aconteceu uma espécie de "retorno" da polarização ideológica, anteriormente em um estado de latência, com os termos "direita" e "esquerda" se manifestando gradualmente no debate público em 2013, em especial a partir da denúncia e do temor de uma captura conservadora por parte de ativistas à esquerda. Por último, ensaia-se a identificação de um campo da direita (difuso e pouco organizado) em 2013, identificando sinais de uma significativa ruptura no comportamento até então disperso e envergonhado de princípios e crenças conservadores. Assim, descreve-se a emergência histórica de um *mix* ideológico, programático e performático que reavivou e atualizou, ainda que sem capilaridade organizativa e mobilizadora, alguns elementos antigos das tradições de direita no debate público naquele momento de efervescência social. Foram revitalizados elementos, como demonstraremos, que iam desde um "udenismo" de classe média dos anos 1940-1960 a elementos nacionalistas e

⁴⁹ Rede Brasil Atual. Disponível em [Intolerância a partidos, sindicatos e movimentos sociais mancha ato na Paulista - Rede Brasil Atual](#). Acesso em 9 de agosto de 2024.

liberal-conservadores observados na história do Brasil do pós-guerra, inclusive no período da Ditadura Militar iniciada em 1964.

Deve-se levar em consideração que não se evidenciava uma militância organizada de direita comparável à da esquerda em 2013⁵⁰. Enquanto esta última já contava com uma capilaridade militante consolidada, tanto nos setores governistas ligados historicamente ao PT quanto em grupos que defendiam uma radicalização das reformas sociais (descritos e analisados principalmente no primeiro capítulo desta tese), o campo da direita carecia dessa estrutura organizativa. Os ativistas presentes nas ruas refletiam um conjunto de pensamentos conservadores que, embora dispersos, permeavam a sociedade brasileira. A organização explícita da direita, com seus candidatos e projetos ideológicos, ganharia corpo posteriormente, após eventos marcantes como a apertada vitória de Dilma Rousseff nas eleições de 2014. Esse momento deu início a uma série de reações, incluindo a contestação inédita do resultado por Aécio Neves, candidato derrotado do PSDB, o surgimento de grupos liberal-conservadores, como o Movimento Brasil Livre (MBL), e a unificação de diversos setores conservadores em torno do impeachment de Dilma. Esse processo posterior desenrolou-se em meio a uma crise político-institucional crescente e a uma profunda recessão econômica, criando um terreno fértil para a articulação da direita no cenário político nacional.

Em 2013, ideários, performances, símbolos e *slogans* ecoaram tradições conservadoras já presentes na sociedade brasileira, ainda que a direita carecesse da tradição de ativismo consolidada que marcava os setores da esquerda (em especial desde a redemocratização, quando estes obtiveram um protagonismo significativo nas transformações do país). As manifestações daquele período revelavam uma pluralidade de agendas, imersas em indefinições e incertezas próprias de uma experiência crítica do tempo, em que a “contingência desafiante” (RÜSEN, 2009, p. 170) impulsionava tanto a mobilização de padrões culturais já definidos quanto a transformação desses mesmos padrões.

⁵⁰ A convergência de setores conservadores foi fortalecida posteriormente pela articulação de grupos empresariais, setores religiosos, e lideranças políticas que se viam ameaçados pela continuidade do projeto de governo do PT. Assim, a crise político-institucional, marcada por investigações como a Lava Jato e pelo crescimento do antipetismo, ofereceu o contexto ideal para que a direita, que antes se manifestava de forma difusa, se consolidasse em um movimento mais organizado e visível. Este processo não estava definido em 2013, e culminou no impeachment de Dilma Rousseff (2016), e na controversa prisão de Lula seguida da derrota eleitoral do PT para a candidatura explícita e radicalmente à direita de Jair Bolsonaro (2018).

4.1 EM DIREÇÃO AO CENTRO: O ESMAECIMENTO DA DÍADE ESQUERDA/DIREITA PRÉ-2013

É preciso contextualizar como circulavam os significados para a díade esquerda/direita no Brasil até o ano de 2013, responsável por evidenciar novos significados para os campos ideológicos dos atores políticos e com capacidade de mobilização. Desde o processo de *impeachment* de Fernando Collor em 1992, houve um movimento em direção a posições mais centristas no governo federal com a formação de coalizões que objetivavam garantir a governabilidade. O centrismo, diante da dicotomia mudança/conservação, é uma posição intermediária (BOBBIO, 1997), frequentemente utilizada por estratégias fisiologistas, estratégica do ponto de vista programático em um cenário eleitoral marcado por multipartidarismo e a necessidade de ampliar bases eleitorais, especialmente quando há uma camada explorável do eleitorado pouco disposta a aderir a posições políticas de esquerda mais extremadas ou que tensionam uma gramática explícita de luta de classes.

A ampliação deste centro político, que tende a escamotear conflitos diretos e posições radicalizadas, pôde ser observada na ascensão do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e principalmente do Partido dos Trabalhadores (PT), partidos gerados, em suas origens, no campo da centro-esquerda e da esquerda respectivamente. Os “tucanos” e petistas, nas campanhas eleitorais e em seus governos ao longo dos anos 1990 e 2000, adotaram políticas públicas e discursos de cunho centrista – ampliaram, assim, seu escopo eleitoral e permitiram a construção de alianças governamentais, acomodando nas coalizões que lideraram setores sabidamente conservadores, mas que frequentemente não explicitaram uma identificação como de “direita”.

O PSDB, ao concorrer e vencer as eleições presidenciais dos anos 1990, formou uma aliança estratégica com setores remanescentes dos tempos da ditadura, especialmente com o Partido da Frente Liberal (PFL), uma dissidência oriunda de facções governistas do regime militar (Arena). O partido conquistou as eleições de 1994 e 1998, em um contexto de contenção da hiperinflação e estabilização da moeda (a partir do Plano Real), com práticas e políticas públicas alinhadas ao neoliberalismo — uma plataforma ideológica contemporaneamente associada ao campo da direita, defensora de diretrizes como Estado Mínimo, estabilidade monetária, meritocracia, estímulo ao empreendedorismo, privatizações, modernização da gestão pública e ajustes fiscais. Apesar do deslizamento tucano para a defesa de políticas pró-mercado, destaca-se, contudo, o simbolismo nas eleições de 1994 e 1998 diante do cenário histórico até então dominado por antigos aliados do regime autoritário: o presidencial

Fernando Henrique Cardoso, outrora crítico contundente da ditadura militar, chegou ao poder inaugurando um ciclo distinto daquele iniciado pelo golpe de 1964, até então sustentado por sólida base eleitoral criada pelo regime autoritário e permanente na política institucional mesmo após o retorno dos civis ao governo (afinal, tanto Sarney quanto Collor eram antigos quadros da Arena).

O distanciamento de candidaturas e políticas explicitamente associadas à direita foi acompanhado por uma tendência crescente de indiferenciação ideológica entre os partidos, parte de um fenômeno de ampliação do centrismo e despolarização vivenciados pelo país após o início dos anos 1990. Na sociedade civil mobilizada, tendência parecida também aconteceu. Simultaneamente, as manifestações de rua se tornaram mais escassas no país após 1992, que passou a vivenciar uma espécie de jejum de grandes mobilizações. O sociólogo Antônio Flávio Pierucci (1999) discutia, no final da década de 1990, que apesar do uso ainda comum da díade esquerda/direita no léxico político do país, havia ainda uma assimetria na forma como os lados se autorrepresentavam, perceptível desde o debate da Assembleia Constituinte. Isso ocorria porque a esquerda se orgulhava de se identificar como tal, enquanto poucos homens de direita assumiam essa identificação socioideológica. De 1992 até o início dos anos 2010, há evidências de que as diferenças ideológicas e de opinião entre eleitores de petistas e de tucanos eram relativamente pequenas, com vastas convergências entre os vários segmentos do eleitorado brasileiro neste período (BORGES; VIDIGAL, 2018), o que corrobora com a afirmação de que houve um esmaecimento da polarização socioideológica entre esquerda e direita neste espaço temporal.

O cientista político André Singer discute, a partir de uma análise baseada em pesquisas de opinião e autoidentificação ideológica, que foi apenas em 1992 que a cadeira presencial do Brasil começou a escapar das mãos das direitas, findando-se uma etapa, iniciada em 1964, em que a “potência da direita era óbvia” (SINGER, 2021). A experiência política entre esquerda e direita no Brasil, assim como em outros países latino-americanos, está profundamente marcada pela última experiência autoritária. A ditadura militar, arquitetada a partir de um golpe de Estado, utilizou a aversão, de fundo também ético-moral, a setores e ideais associados à esquerda e ao “fantasma comunista” como uma crise permanente justificável para a censura e repressão a movimentos sociais mais combativos e do campo progressista. Com a redemocratização, o aumento da influência de um forte partido de esquerda moderada, o Partido dos Trabalhadores, que nasceu dos movimentos sindicalistas e da resistência à ditadura, foi acompanhado por uma inclinação crescente em tornar-se competitivo pela via parlamentar e estabelecer alianças mais amplas, o que contribuiu para suavizar o confronto político mesmo

após a crise das direitas provocada pelo enfraquecimento da ditadura e a volta do multipartidarismo.

A eleição do Partido dos Trabalhadores em 2002 e 2006, em aliança com setores conservadores, empresariais e simpáticos ao neoliberalismo e a políticas pró-mercado, simbolizou um período em que a polaridade esquerda-direita se enfraqueceu ainda mais em favor de posições mais moderadas e pactuais. O partido, depois de perder as eleições em 1994 e 1998 para o PSDB, passou a adotar uma propaganda que suavizava suas outrora críticas ao capitalismo liberal e o tom de luta de classes, comprometendo-se inclusive a continuar com as políticas econômicas e monetárias levadas adiante pelos governos tucanos (“responsabilidade fiscal”, compromisso com o mercado financeiro e o pagamento da dívida externa, além de controle inflacionário, buscando ganhar a confiança de investidores e escamotear a desconfiança de setores temerosos de que seus ganhos fossem mexidos). Isto era entendido, por setores governistas, como fundamental para aprofundar a implementação de políticas sociais e redistributivas.

Esse deslocamento da esquerda para um campo mais centrista, incorporando políticas liberalizantes e de pouco choque com o mercado, contribuiu com um período de relativa "calmaria política" no país, sem movimentos significativos de oposição nacional nas ruas até 2013. A direita, no entanto, não desapareceu da política institucional brasileira. Manteve-se em coalizões com partidos de centro ou esquerda, ocupando importantes cargos governamentais e no Legislativo. Para Singer (2021), o aparente desaparecimento da direita nos anos 2000, uma direita "envergonhada" por sua associação com a ditadura militar, criou uma percepção distorcida no cenário político, como se o PSDB, principal opositor dos petistas a nível nacional até então, ocupasse um vácuo conservador – uma ilusão resultante da impopularidade da expressão ideológica da "direita". Nos anos 1990 e 2000, candidatos presidenciais explicitamente de direita tornaram-se inexistentes ou pouco competitivos, e entre 2006 e 2014, cresceu o número de eleitores que se identificavam com posições centristas nas pesquisas de opinião.

No entanto, no primeiro mandato de Dilma Rousseff, que iniciou com alta popularidade, a crescente acumulação de insatisfações populares e das classes médias, em um contexto em que uma esquerda moderada lutava para manter um frágil equilíbrio de poder ao se deslocar para o centro, abriu uma janela de oportunidades políticas de oposição. Isso permitiu o reaparecimento público de ideários e desagradados que, até então, estavam relativamente adormecidos ou com pouca capacidade de mobilização oposicionista, revelando um evento catalisador de conflitos traduzidos em termos socioideológicos, trazendo à tona a militância do

liberalismo, do antipetismo e dos apelos patrióticos – contidos anteriormente, em parte, pelos processos de deslocamento da política nacional para o centro, os efeitos positivos das políticas conciliatórias e grandes coalizões, além da boa situação econômica do país, especialmente nos primeiros dez anos de governos petistas.

Para Ângela Alonso (2023, p. 8-10), a chegada do PT ao Planalto em 2003 redesenhou também as clivagens da política de rua, redefinindo as fronteiras entre Estado e sociedade mobilizada, já que os habituais organizadores de protestos “viraram governo.” Dez anos depois, o vácuo foi preenchido por movimentos decepcionados com o petismo e que nasceram fora de seus holofotes, à esquerda, mas também por grupos que viam suas promessas de mudança como uma ameaça. Para estes últimos, situados no espectro à direita, as políticas sociais e a gestão econômica conduzidas pelo PT eram vistas como “excessivamente intervencionistas”.

4.2 A (RE)ATIVIZAÇÃO DE UMA GRAMÁTICA DO CONFRONTO: ESQUERDA E DIREITA EM RELEVO

Figura 15 – Cartaz do MTST, 21 de junho de 2013.

CONTRA A
DIREITA
NAS RUAS
VENHA DE
VERMELHO

Fonte: Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (2013)⁵¹.

Durante as manifestações de junho de 2013 no Brasil, a díade esquerda-direita emergiu, especialmente na segunda metade do mês, como um elemento importante para a compreensão e a orientação dos grupos participantes na dinâmica política do ciclo de protestos que ocorriam em todo o país. Essa demarcação ideológica foi explicitamente posicionada, por exemplo, por um cartaz divulgado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) em 21 de junho de

⁵¹ MTST. Disponível em <https://mtst.org>. Acesso em 04 de agosto de 2024.

2013. O cartaz convocava seus simpatizantes a se manifestarem "contra a direita nas ruas" e a "virem de vermelho," destacando não apenas uma clara oposição política e um perigo de "direitização" das manifestações, segundo o movimento social, mas também utilizando simbolismos históricos e visuais para reforçar uma identidade ideológica do coletivo.

O MTST posicionava-se em um campo de críticas progressistas às políticas urbanas implementadas no Brasil, apontando, segundo seus manifestantes, para a necessidade de uma guinada à esquerda que assegurasse a função social da propriedade, além de criticar a concentração fundiária e o déficit habitacional no país. Essas questões são entendidas como legados de uma modernização conservadora que aprofundou a periferação das cidades na segunda metade do século XX e no século XXI. Esse movimento social urbano, com trajetória e atuação políticas situadas à esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT), surgiu no final dos anos 1990 e concentra-se em temas como moradia e urbanização, defendendo o direito à cidade e o acesso à habitação digna. A história do MTST, como mencionado anteriormente, remonta aos tempos dos Seminários para as Reformas Urbanas de 1963 (projeto político derrotado pelo golpe de 1964) e ao Movimento Unificado pela Reforma Urbana de 1979 (que obteve vitórias significativas em desdobramentos como os capítulos sobre a função social da propriedade na Constituição e a criação, nos anos 2000, do Ministério das Cidades, embora a radicalidade antiespeculativa da luta pela moradia como direito social tenha esmaecido, sendo retomada pelo MTST).

O MTST, sem a pretensão de disputar o poder e realizar negociações, realizou em sua história uma abordagem mais radical e de confronto direto com o sistema capitalista, destacando-se pela mobilização e ocupação de terrenos urbanos para pressionar por políticas habitacionais. A ação direta e a ocupação de terrenos urbanos consolidaram-se como estratégias para chamar a atenção para a crise habitacional. O MTST, por outro lado, manteve uma postura de resistência e pressão popular como forma de influenciar a agenda pública, criticando abertamente o modelo econômico neoliberal e as políticas de conciliação de classes que marcaram os governos petistas, especialmente durante as gestões de Lula e Dilma Rousseff. O movimento argumenta que, apesar dos avanços sociais promovidos pelo PT, como a redução da pobreza, o aumento do consumo *per capita* e a ampliação do acesso a serviços públicos, as estruturas de poder econômico e as desigualdades habitacionais permanecem intactas, especialmente em contextos hiperurbanizados onde há grande número de imóveis desocupados ao lado de uma população significativa sem acesso à moradia. O MTST defende uma transformação mais radical que inclua, como o próprio movimento apresenta em seu manifesto institucional, uma "luta que sempre transbordou esse objetivo direto [da moradia] e foi muito

além: a luta é por teto, trabalho e pão”⁵²; nesta perspectiva, a propriedade deveria servir ao bem comum, com a priorização do uso coletivo e da noção de moradia como direito social sendo preponderantes à especulação imobiliária.

A bandeira utilizada pelo MTST também adota a cor vermelha, historicamente associada aos movimentos socialistas e à esquerda política em geral. Michael Pastoreau (2007) destaca que a bandeira vermelha, inicialmente usada durante a Revolução Francesa por membros do governo monárquico para indicar que as manifestações públicas estavam proibidas, rapidamente passou por uma “inversão simbólica”: tornou-se o emblema do povo considerado oprimido (o Terceiro Estado) e do curso revolucionário em marcha. Durante todo o século XIX, tanto a esquerda radical quanto a esquerda mais moderada, como partidos socialistas e sociais-democratas, adotaram a bandeira vermelha. Ainda no século XXI, passados os tempos da Guerra Fria dos anos 1940-1980, o vermelho é associado ao “comunismo”, embora tenha sido incorporada por outros grupos da esquerda moderada que não necessariamente defendem uma ruptura radical da ordem e do sistema socioeconômico.

No contexto brasileiro, o uso do vermelho pelo MTST durante o momento mais intenso de junho de 2013 evoca uma tradição de resistência e busca por mudanças sociais disruptivas. Em contrapartida, a cor azul foi associada ao espectro mais à direita, simbolizando estabilidade, ordem e continuidade das estruturas sociais e de propriedade existentes. O azul tem sido utilizado por partidos conservadores, centristas ou liberais, transmitindo possivelmente uma mensagem de manutenção dos valores tradicionais ou moderação diante de propostas de mudanças radicais. O azul encontra bastante destaque nas bandeiras oficiais dos antigos PDS e PFL – que se tornou o DEM –, PSDB, do PR, do PL e do PP, todos partidos mais ou menos identificados com a tradição liberal-conservadora.

O cartaz do MTST, ao convocar os manifestantes a “virem de vermelho”, não apenas afirmava sua identidade ideológica de uma esquerda mais combativa, que foi rechaçada e perseguida por manifestantes mais radicalizados à época nas ruas, mas também se colocava em oposição direta aos valores associados à direita. Essa convocação é emblemática da reativação da gramática socioideológica entre esquerda e direita em 2013, marcando uma ruptura com a política de conciliação e centrismo que prevaleceu nas décadas anteriores. Dessa forma, interpretar o confronto político com base nesses dois conjuntos distintos de valores e visões de mundo não só manteve sua relevância, mas se tornou ainda mais proeminente no Brasil do início dos anos 2010.

⁵² MTST. Quem somos. Disponível em <https://mtst.org/quem-somos/o-mtst/>. Acesso em 07 de agosto de 2024.

Historicamente, movimentos sociais e políticos têm sido moldados por interesses de classe e visões distintas sobre a política econômica. O comentário do jornalista Antônio Prata na *Folha de São Paulo* durante a onda de protestos demonstra como a reativação da gramática entre esquerda e direita indicou um retorno à política de confronto, onde velhas questões sobre poder, classe e identidade ideológica ganharam relevância, como demonstrado abaixo:

Tinha punk de moicano e playboy de mocassim. Patricinha de olho azul e *rasta* de olho vermelho. Tinha uns barbudos do PCO exigindo que se reestatize o que foi privatizado e engomados a la *Tea Party* sonhando com a privatização de todo o resto. Tinha quem realmente se estrepa com esses 20 centavos e neguinho que não relia a barriga numa catraca de ônibus desde os tempos da CMTC. [...] Tinha a esperança de que este seja um momento importante na história do país e a suspeita de que talvez o gás da indignação, nas próximas semanas, vá para o vinagre. Sejam os francos, companheiros: ninguém tá entendendo nada. Nem a imprensa nem os políticos nem os manifestantes, muito menos este que vos escreve e vem, humilde ou pretensiosamente, expor sua perplexidade e ignorância. [...] Duzentas mil pessoas de esquerda, de direita, de *Nike* e de coturno por causa da tarifa? "Por que você tá aqui no protesto?", perguntou a repórter do "TV Folha" a uma garota na manifestação do dia 11: "Olha, eu não consigo imaginar uma razão para não estar aqui, na verdade", foi sua resposta. Corrupção, impunidade, a PEC 37, o aumento dos homicídios, os gastos com os estádios para a Copa, nosso IDH, a qualidade das escolas e hospitais públicos são todos excelentes motivos para que se saia às ruas e se tente melhorar o país - mas já o eram duas semanas atrás: por que não havia passeatas? Será porque a chegada do PT ao poder anestesiou os movimentos sociais, dificultando a percepção de que o Brasil vem melhorando, melhorando, melhorando e... continua péssimo? Ou será porque agora o *Facebook* e o *Twitter* facilitam a comunicação?⁵³

O relato acerca da presença de "barbudos do PCO exigindo que se reestatize o que foi privatizado" ao lado de "engomados à la *Tea Party* sonhando com a privatização de todo o resto" evidencia a coexistência de ideologias antagônicas, com raízes em debates históricos sobre o papel do Estado na economia. O Partido da Causa Operária (PCO), com sua agenda de esquerda radical, contrasta com as ideias neoliberais inspiradas pelo *Tea Party* americano, que promovem a desregulamentação e privatização.

O PCO, um dos partidos mais extremados no campo da esquerda no Brasil, advoga por políticas de nacionalização e um controle estatal mais rigoroso sobre a economia. Em contraste, as ideias neoliberais promovidas pelo *Tea Party* americano e por liberais brasileiros que seguem estes ideários defendem a redução do papel do Estado na economia, a desregulamentação dos mercados e a privatização de empresas estatais. Para os neoliberais, a eficiência econômica é maximizada quando o mercado opera com mínima interferência do poder público. Eles acreditam que a privatização de serviços e a concorrência impulsionam o crescimento e a

⁵³ PRATA, Antônio. A passeata. Folha de São Paulo, Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2013/06/1297427-a-passeata.shtml>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

inovação. Nesse contexto, indivíduos e instituições são vistos sob uma perspectiva mercadológica, funcionando como “empresas” que precisam se tornar mais eficazes diante da concorrência. Esse enfoque valoriza a liberdade de mercado e a iniciativa individual como motores do progresso, promovendo um ambiente onde a dinâmica competitiva é a principal força de desenvolvimento econômico e social. Em um universo de representações polarizadas, “Estado, esquerda, coerção e igualdade compõem um universo de sentido, enquanto liberdade, mercado e direita formam outro” (MIGUEL, 2018, p. 18). No campo (neo)liberal brasileiro, a política intervencionista do PT em nome da redistribuição social pode ser perigosa, pois contraria os mecanismos de mercado. Perry Anderson, em discussão clássica sobre o neoliberalismo, já afirmava que o neoliberalismo foi construído historicamente como uma reação ao Estado de bem-estar social – sendo algumas interpretações comuns a de que o poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários haviam corroído as bases fundamentais da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Esses dois processos, por fim, teriam supostamente “destruído os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado” (ANDERSON, 1995, p. 10).

Apesar do fenômeno de “constrangimento” da direita em assumir sua posição publicamente no Brasil ao longo da redemocratização, ao final do século XX a direita brasileira passou por uma importante mudança ideológica (KAYSEL, 2015): se antes da transição, o apoio à ditadura era a principal baliza de pertencimento ao campo direitista, durante o processo democratizante e constituinte nos anos 1980, a direita abraçaria a defesa destas políticas de liberalização econômica, com traços profundamente antiestatizantes e associados ao credo neoliberal. A adesão ao neoliberalismo não foi suficiente, contudo, para que a potência da direita se estabelecesse na eleição de presidentiáveis ou na capacidade de mobilização. Com o deslizamento de grupos inicialmente da centro-esquerda e da esquerda para o centro e a construção de alianças, os governos do PSDB e do PT incorporariam parte destes ideários em suas políticas. Entre elas, a defesa da estabilidade monetária, cedendo a pressões de instituições financeiras, políticas de privatização benéficas ao mercado e medidas recessivas de controle fiscal, ainda que algumas destas políticas pudessem ser vistas como contraditórias a suas bandeiras de esquerda e/ou trabalhistas, historicamente defensoras de robustos gastos sociais para combater os níveis obscenos de desigualdade socioeconômica do Brasil. Economistas e políticos defensores de políticas neoliberais entendiam estas como necessárias para atrair

investimentos ao país, modernizar a economia e manter a estabilidade monetária e a inflação sob controle.

No dia 19 de junho de 2013, na tentativa de responder às vozes nas ruas, o governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB) e o prefeito da capital Fernando Haddad (PT) anunciaram juntos, no Palácio dos Bandeirantes, a revogação do aumento das tarifas de transporte público. Depois de afirmarem, diversas vezes, que não iriam diminuir os preços, alegando limites orçamentários, os governantes da cidade e do estado mais populosos do país voltavam atrás, com uma narrativa que ressaltava o “sacrifício” para tomar tal medida, inclusive ressaltando a responsabilidade fiscal. Nota-se que, desde o Plano Real na primeira metade dos anos 1990, o chamado “ajuste fiscal”, entendido como controle das contas públicas, passou a ser prescrito como uma condição fundamental macroeconômica na economia capitalista para manter a estabilidade da moeda e criar condições “seguras” para atrair investimentos. Nesta toada, Alckmin chegou a afirmar que era um “compromisso com a cidade” para que “as manifestações pudessem ser debatidas com tranquilidade”, e que teria de “apertar o cinto do Tesouro paulista”⁵⁴. As falas de Haddad e Alckmin ressoavam um *mix* de receita neoliberal (com clássicos vocabulares como “ajuste fiscal” e “responsabilidade orçamentária” que se tornaram bastante comuns no Brasil desde os anos 1990) com uma perspectiva de amortecimento do confronto político e tentativa de resolução com a então costumeira via negocial. Contudo, a combinação entre aceitação parcial do neoliberalismo, centrismo político e disposição para costurar acordos parecia não produzir já o mesmo efeito diante da crescente retomada de um confronto político mais polarizado.

Ao anunciar a revogação do reajuste, Alckmin também passou a mensagem à população de que o “corte de investimentos” viria porque as empresas não teriam como arcar com a diferença. Já Fernando Haddad, depois de reunir-se com seu partido, o PT e a presidente Dilma, além do ex-presidente Lula, ressaltou que teriam que “explicar as consequências do gesto para a cidade” e teria de rediscutir o “orçamento com essa nova realidade”. O então prefeito de São Paulo acenou a resposta às vozes nas ruas como um “gesto de aproximação e de manutenção do espírito de democracia”. Em comum com o governador, com quem agia em conjunto neste momento, também dizia que não haveria como diminuir as tarifas de transporte sem que o investimento acabasse sendo prometido. Neste sentido, o prefeito paulistano não podia controlar o fato de que as críticas das ruas extrapolavam a causa imediata do aumento da tarifa:

⁵⁴ Terra. Haddad e Alckmin anunciam redução das tarifas para SP. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/haddad-e-alckmin-anunciam-reducao-das-tarifas-para-r-3-em-sp.fc2b18f9d2e5f310VgnVCM500009ccceb0aRCRD.html>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

elas eram incompatíveis com o *modus operandi* de uma gestão percebida por membros do Movimento Passe Livre como privatista e liberalizante. Enquanto os atores do governo falavam em responsabilidade fiscal e queriam discutir números, manifestantes do campo de uma esquerda progressista de militância em torno das questões comuns às cidades falavam em construir “outras cidades”, questionar a propriedade, realizar uma ampla reforma urbana, atacar o déficit habitacional, contornar os efeitos desiguais da especulação imobiliária. O recado era claro: manifestantes de coletivos como o MPL, o MTST, a Periferia Ativa, a UJS, entre outros, propunham uma guinada à esquerda na gestão urbana, contribuindo para polarizar a discussão sobre políticas públicas dos entes federativos (municípios, estados e União).

Em clara demonstração de sua relevância diante das outras forças que já emergiam nas ruas, o Movimento Passe Livre anunciou que a decisão da revogação da tarifa em São Paulo era uma vitória política, e não somente uma questão de orçamento estatal, e que Porto Alegre, Vitória, Goiânia e Florianópolis já haviam baixado a tarifa sem prejudicar outros serviços públicos essenciais (como saúde e educação). No dia 19 de junho de 2013, na capital do Rio de Janeiro, o prefeito Eduardo Paes anunciava que estava suspenso o aumento das tarifas de ônibus na cidade, assim como as de barcas, metrô e trem no estado. No caso dos ônibus, o valor antigo (R\$2,75) voltaria a valer até mesmo nos veículos com ar-condicionado. Também no dia 19 de junho, em nota publicada na página oficial e pelo *Facebook*, os ativistas do Passe Livre ressaltavam que precisavam inverter o discurso realizado pelos governantes, de que as manifestações impediam o direito de ir e vir da população. Para estes, as pessoas estariam se rebelando pois lutavam “para garantir este direito, marginalizado pela tarifa e seus aumentos”⁵⁵.

Sem apresentar dados e números (e se resguardando da responsabilidade pelo orçamento, que diziam ser dos governos), lideranças do MPL de São Paulo diziam que os empresários do setor só pagavam 10% do custo dos ônibus, enquanto o usuário pagaria 70% desse custo. Propunham, então, que a prefeitura de São Paulo fosse mais combativa e corajosa, cobrando montantes do IPTU e dívidas atrasadas de *shoppings*, grandes propriedades e outros conglomerados empresariais que, segundo constava, supostamente deviam milhões para a cidade. O debate sobre o transporte público, no fim das contas, traduzia um conflito permeado por questões socioeconômicas difíceis de serem resolvidas a partir de políticas conciliatórias, pois envolviam noções distintas acerca da propriedade ou do funcionamento/da finalidade dos serviços oferecidos pelas cidades brasileiras, além de mexer em importantes pilares da estrutura fundiária, habitacional e comercial.

⁵⁵ MPL São Paulo. Disponível em <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/19/nota-publica-sobre-as-declaracoes-do-prefeito/>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

Esse conflito de classe se manifesta na disputa entre diferentes grupos sobre quem deve arcar com os custos do transporte público e quem se beneficia da infraestrutura urbana. De um lado, os empresários e proprietários de grandes empreendimentos defendiam a manutenção de incentivos e isenções fiscais como forma de estimular o crescimento econômico e a geração de empregos. De outro, os movimentos sociais e representantes autodeclarados das classes trabalhadoras já citados argumentavam que as elites econômicas deveriam contribuir de maneira mais equitativa para o financiamento dos serviços públicos, como o transporte, essencial para a mobilidade urbana e o acesso ao trabalho, à educação e à saúde.

A divergência reflete concepções distintas sobre a função social da cidade: enquanto o capital privado busca maximizar lucros e minimizar custos, alegando necessidade de responsabilidade fiscal e incentivo para o crescimento econômico, os movimentos populares como o MTST e o MPL enfatizam a importância de uma gestão urbana que priorize o bem-estar da população mais pobre e a justiça social. Essa tensão ressalta a dificuldade de implementar políticas que satisfaçam tanto os interesses econômicos dos grandes proprietários quanto as demandas por equidade social dos cidadãos comuns. O embate, portanto, transcende a simples questão de financiamento, revelando disputas sobre a direção do desenvolvimento urbano e a distribuição dos benefícios e encargos decorrentes do crescimento econômico. Em 2013, esse debate foi influenciado por um histórico de políticas liberalizantes na economia brasileira após o Plano Real e pela continuidade de uma "modernização conservadora" que, longe de ser um ideal passageiro, é uma estrutura arraigada que orienta a política econômica e social desde o século XX, mesmo durante governos considerados progressistas. Assim, o conflito foi traduzido em termos de uma gramática socioideológica entre "esquerda" e "direita" pelos manifestantes que iniciaram a onda de protestos.

A partir de 15 de junho, este movimento sofreu uma interferência que pode paralisá-lo ou inverter seu sentido. A mídia e os partidos à direita do PT, que até então o demonizavam e reprimiam, fizeram um grande giro tático. Passaram a turbiná-lo, ao mesmo tempo em que tentam capturá-lo. Procuram esvaziar a reivindicação de direitos e igualdade (ou seja, seu caráter "perigoso" de crítica social) e suscitar, em seu lugar, a luta genérica "contra a corrupção". Ao fazê-lo tentam, ao mesmo tempo, voltar o movimento contra os governos de esquerda. Tirá-los do poder, seja de que modo for, é algo que, nos últimos dez anos, nunca saiu da agenda da direita. Esta tentativa de captura é poderosa, porque a mídia de massas, embora desgastada e em declínio, ainda tem enorme influência no Brasil. Por isso, o futuro do movimento está em aberto. Vai depender de nossa capacidade de compreender o cenário e agir com sagacidade. [...] As manifestações de quinta-feira (20/6) tiveram a presença ostensiva de *skinheads* e de grupos que agrediram militantes de esquerda. Neste dia, a TV Globo quebrou um tabu e deixou de transmitir todas as suas novelas, para "cobrir" as manifestações de maneira distorcida, em seu esforço para capturá-las. Já na sexta-feira (21/6) à noite, pequenos grupos cortaram, simultaneamente o tráfego de quase todas

as rodovias que ligam São Paulo ao resto do país. Houve saques na Via Dutra e na Barra da Tijuca. São táticas totalmente estranhas aos movimentos sociais, adotadas para gerar medo e pedidos de intervenção. A tentativa de golpe vai se intensificar nos próximos meses, porque uma série de fatores colocará em xeque as políticas que os governos de esquerda adotam há dez anos (Outras Palavras tratará do tema em breve). Será preciso fazer uma opção entre ampliá-las (redistribuindo riqueza a questionando privilégios) ou deixá-las para trás. Exatamente por isso, as ruas não podem ser abandonadas por quem luta por uma sociedade justa e liberta⁵⁶.

A citação acima, publicada na página de imprensa alternativa *Outras Palavras* pelo colunista Antônio Martins, apresenta camadas para as quais cabe uma análise minuciosa. Descreve-se o que seria uma mudança tática significativa na maneira como a mídia tradicional e os partidos à direita do PT lidaram com as manifestações. É um dos discursos que denuncia uma “colonização” ou um “sequestro” do suposto progressismo inicial dos manifestantes do “direito à cidade” por grupos de teor conservador-liberal ou reacionário. O texto, publicado em 25 de junho de 2013, percebia o futuro como ameaça.

Inicialmente, os setores da mídia tradicional, como já demonstrado, demonizavam e reprimiam os movimentos populares, mas rapidamente mudaram de estratégia ao perceber o potencial de instrumentalizá-lo contra o governo federal, liderado pelo PT. Essa reviravolta tática sugere uma tentativa de capturar as manifestações, desviando seu foco original de reivindicações por direitos e igualdade para uma agenda mais genérica de "luta contra a corrupção" – como fizeram, já apresentados anteriormente, a revista *VEJA* e a *Rede Globo*. Esse desvio deslegitimava, de alguma forma, as críticas sociais mais radicalizadas, que atacavam noções de propriedade e enfrentavam o capital, e as voltava contra os governos de esquerda, refletindo um esforço contínuo, segundo o articulista, da direita para retomar o poder, mesmo que isso envolvesse a destituição dos governos progressistas por meios controversos.

A influência da mídia de massas, especialmente em um momento em que ainda detinha significativo poder de moldar a opinião pública, é um ponto central da análise desta citação. A decisão da *TV Globo* de interromper sua programação habitual para cobrir as manifestações de maneira tida como tendenciosa é destacada como parte dessa tentativa de captura, evidenciando o papel da mídia como um ator político ativo que buscava direcionar o movimento para favorecer interesses liberal-conservadores. Mas, neste esforço interpretado como antiesquerda, Martins também mencionava a presença de grupos extremistas e associados globalmente à extrema-direita e ao neofascismo, como *skinheads*, nas manifestações. Estes, ao agredirem militantes de esquerda, contribuíam para a intensificação do medo e para a criação de um clima

⁵⁶ MARTINS, Antonio. Outras Palavras. Disponível em [Primavera Brasileira ou golpe de direita? - Outras Palavras](#). Acesso em 02 de agosto de 2024.

de instabilidade que poderia justificar pedidos de intervenção mais drástica. As ações mencionadas, como bloqueios de rodovias e saques, que são descritas como estranhas aos movimentos sociais, servem para reforçar a ideia de que havia uma tentativa deliberada de desestabilizar o ambiente político e social, alimentando especulações sobre a possibilidade de um golpe de Estado.

A citação finaliza com um apelo à resistência e à persistência nas ruas, sugerindo que, diante da tentativa de captura e das pressões contra os avanços sociais dos últimos anos, a luta por uma sociedade mais justa e igualitária (associada discursivamente à esquerda) não poderia ser abandonada. Isso reflete uma percepção de que as manifestações de 2013, embora ambíguas e complexas, poderiam reapresentar também uma oportunidade para se rearticular a esquerda em torno de suas pautas fundamentais, ampliando as políticas de redistribuição de riqueza e questionamento de privilégios, ampliando o que seriam os tímidos avanços associados aos governos de uma esquerda moderada então no poder.

A narrativa encapsula uma visão polarizada acerca do cenário em Junho de 2013: a tensão entre o que seriam “desejos populares” por mudanças sistêmicas e a resistência de forças conservadoras que buscam manter o *status quo* e desestabilizar iniciativas tidas como progressistas. Enquanto a mídia tradicional focalizava um ataque narrativo-ideológico aos governos petistas em torno de uma visão liberal-conservadora acerca da anticorrupção, manifestantes das ruas, em ações mais diretas, perseguiram movimentos sociais e partidos identificados no espectro da esquerda.

Uma das vozes mais proeminentes a denunciar os tidos como “fascistas” nas ruas foi a do jurista Pedro Serrano. Em uma nota pública divulgada no dia 21⁵⁷, Serrano afirmou que o Brasil ainda não possuía um partido explicitamente de direita, alegando que a direita recorria a “subterfúgios discursivos para justificar atos golpistas.” Essa postura refletiria, na linha interpretativa de Serrano, uma estratégia histórica das elites brasileiras, que, sob o manto de um aparente apartidarismo e apoliticismo, tentam supostamente minar as conquistas sociais obtidas por meio do processo democrático. Serrano argumentou, abertamente, que, ao contrário de suas contrapartes europeias e norte-americanas, a direita brasileira “não aceitava o processo democrático.” Analisa-se que, no cerne desse argumento, estão o legado das experiências ditatoriais do século XX e a convivência ambígua entre elementos democráticos e resquícios

⁵⁷ Rede Brasil Atual. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/movimento-foi-ocupado-por-extrema-direta-brasileira-diz-professor-da-puc-6580/>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

autoritários na democratização do Brasil, onde a coexistência entre ideologias do Estado autoritário e um ideário neoliberal marca a história das direitas brasileiras (GENTILE, 2018).

Sob essa perspectiva, as advertências sobre os perigos de um golpe no final de junho de 2013 ilustravam uma “conexão temporal entre a experiência adquirida e a expectativa daquilo que virá” (KOSELLECK, 2014, p. 23). Isto revela uma complexa trama de temporalidades: os setores identificados como de direita raramente se autodenominam assim, evidenciando a continuidade do tempo de uma “direita envergonhada” em 2013. Por outro lado, a singularidade dos eventos daquele ciclo de protestos incomuns alterou esse panorama temporal, demonstrando a possibilidade efetiva de manifestações antiesquerda: trata-se do tempo da esperança e da oportunidade política para setores que, até então, esconderam-se sob a sombra de acordos políticos ou moderaram suas críticas e oposições, especialmente nos anos dos governos do PT. A análise de Serrano destaca, portanto, a persistência de tensões entre práticas democráticas e tendências autoritárias no Brasil, conjecturando um histórico padrão de resistência da democracia a projetos de mudanças sociais orquestrados por forças progressistas.

O espectro do golpe de Estado é frequentemente mobilizado (e temido, ou por vezes ansiado) por atores políticos do Brasil, enquadrando-se em previsões e prognósticos que “só são possíveis porque na história existem estruturas formais que se repetem, mesmo quando seu conteúdo é singular e preserva um caráter surpreendente para os envolvidos” (KOSELLECK, 2014, p. 193). Em vários momentos da República, golpes de Estado foram realizados como desfecho de situações polarizadoras e de maior confronto político. Caio Navarro de Toledo (2004) argumenta, a exemplo, que o movimento político-militar de abril de 1964 representou tanto um golpe contra tentativas de reformas sociais de setores progressistas da sociedade como um golpe contra o regime democrático nascido pós-Segunda Guerra Mundial no país. Estas narrativas sobre um possível golpe de Estado e a suposta ascensão de movimentos de direita eram moldadas pelas memórias de eventos anteriores e pela expectativa de novas oportunidades para reverter, ampliar ou solidificar a configuração política vigente.

Os “madrugadores” do evento, ao ler o campo de possibilidades como um perigo, trataram de produzir denúncias. Organizadores digitais do Movimento Passe Livre de São Paulo, a exemplo, criaram uma nota, referente ao gigante dia 20 de junho, sobre o que consideravam perigos do que era vendido como uma dócil defesa de um “apartidarismo”:

O Movimento Passe Livre (MPL) foi às ruas contra o aumento da tarifa. A manifestação de hoje faz parte dessa luta: além da comemoração da vitória popular da revogação, reafirmamos que lutar não é crime e demonstramos apoio às mobilizações de outras cidades. Contudo, no ato de hoje presenciamos episódios isolados e lamentáveis de violência contra a participação de diversos grupos. O MPL luta por um transporte verdadeiramente público, que sirva às necessidades da população e não

ao lucro dos empresários. Assim, nos colocamos ao lado de todos que lutam por um mundo para os de baixo e não para o lucro dos poucos que estão em cima. Essa é uma defesa histórica das organizações de esquerda, e é dessa história que o MPL faz parte e é fruto. O MPL é um movimento social apartidário, mas não antipartidário. Repudiamos os atos de violência direcionados a essas organizações durante a manifestação de hoje, da mesma maneira que repudiamos a violência policial. Desde os primeiros protestos, essas organizações tomaram parte na mobilização. Oportunismo é tentar excluí-las da luta que construímos juntos⁵⁸.

A defesa, por parte do MPL, do legado e da legitimidade das organizações de esquerda como os que lutariam em prol de um “mundo para os de baixo” é significativa de um duelo que extrapolava as ruas e confrontava densos projetos políticos. Jogar no campo da “defesa histórica das organizações de esquerda” em um momento bélico das manifestações não era um acaso, mas um indício de que a luta social havia se tornado mais complexa. Em vários momentos de Junho, a imagem do manifestante-vândalo foi associada com movimentos de esquerda, como nas falas da própria Polícia Militar do comando paulista do dia 16 de junho, já apresentadas aqui. A mídia ajudou nisto. Lembramos que a própria *Folha de São Paulo* havia publicado imagens de manifestantes com bandeiras de partidos como PSOL, PSTU, PCO e PCB na fase inicial dos protestos, quando parte da grande mídia em geral fazia uma campanha negativa em relação à rebeldia popular.

O professor Lucio Flavio Rodrigues de Almeida, da PUC/SP, concedeu uma entrevista para o Portal Aprendiz⁵⁹ no dia 21 de junho bastante significativa para a compreensão dos movimentos que estavam a se desenrolar. Para este, aquele era um momento de “ideologia em estado puro”, com mistura de várias posições; algumas com bandeiras de partido político, outras contra qualquer tipo de partido. O cientista político lembrava também que “houve situações em que essas pessoas contra os partidos cantavam o hino nacional”; isto apontava para “uma realidade perigosa, pois você está se posicionando contra o partido, mas a favor do Estado, que ele seja forte e se relacione com o povo sem a mediação das agremiações políticas. Isso pode ser perigoso para a democracia” (ALMEIDA, 2013). A junção de nacionalismo, percepção fortalecida do Estado e repressão a demandas progressistas, como sabemos, é marca de projetos autoritários, com lastro histórico especialmente em uma América Latina marcada por golpes, frequentes interrupções eleitorais e governos antiesquerda. Isto explica em parte a percepção, por parte de alguns manifestantes, da ameaça de um “golpe no ar”. Afinal, “em toda a história republicana, o golpe contra as frágeis instituições políticas do país se constituiu em ameaça

⁵⁸ MPL São Paulo. Disponível em <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/21/sobre-o-ato-de-5a-206-nota-publica/>. Acesso em 02 de agosto de 2024.

⁵⁹ Portal Aprendiz. Disponível em <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2013/06/21/para-cientista-politico-manifestacoes-sao-%E2%80%9Cideologia-em-estado-puro%E2%80%9D/>. Acesso em 22 de julho de 2024.

permanente. Seu fantasma rondou, em especial, os governos democráticos no pós-46; com maior intensidade, a partir dos anos 60” (TOLEDO, 2004). O temor de um golpe de Estado por setores da direita se relacionava, assim, com o lastro de um passado presentificado em um momento de crise temporal. Essa sensação de repetição histórica é alimentada por uma memória coletiva que associa momentos de instabilidade política à ameaça de regimes autoritários, algo profundamente enraizado no tecido social e político da América Latina. A ameaça do golpe, permanece, assim no campo de um passado presente no contemporâneo, um espaço temporal onde convivem “constelações repetíveis, efeitos de longo prazo, presencialidades de atitudes arcaicas, regularidades em sequências de eventos” (KOSELLECK, 2014, p. 246).

4.3 DIREITA(S) NAS RUAS EM 2013: INTERAÇÕES E DEMONSTRAÇÕES DE TRADIÇÕES POLÍTICAS CONSERVADORAS

No dia 24 de junho, foi divulgada outra pesquisa, desta vez realizada pelo IBOPE, a mais completa tentativa até então de “capturar” o perfil dos manifestantes. A pesquisa⁶⁰, realizada em sete capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Brasília e Salvador) com manifestantes maiores de 14 anos no dia 20, mostrou um dado importante: 46% das pessoas alegavam nunca ter participado anteriormente de manifestações e 78% haviam se organizado através das redes sociais. Ângela Alonso (2017, p. 50-55) identificou que os ativistas autonomistas e socialistas, identificados em geral à esquerda do governo liderado pelo PT, relataram estranhar a presença de cidadãos sem ativismo prévio, inusuais em protestos e convocados por redes presenciais e virtuais.

Por muito tempo, no Brasil, a politização de rua (com passeatas, greves, mobilizações em pontes e avenidas), além das atuações mais combativas de movimentos sociais, fora um repertório coletivo das esquerdas, especialmente no decorrer da redemocratização que aconteceu em meio à dissensão do regime militar a partir do final dos anos 1970. Quando parte destas forças que mobilizavam uma sociedade civil moderna e autônoma em nome da democracia, da cidadania e dos direitos sociais começou a chegar ao Planalto a partir dos anos 1990 e especialmente com a eleição de Lula em 2003, ocupando cargos públicos nos governos, o efeito esperado, como já discutido, foi um esvaziamento do campo popular nas ruas.

Neste primeiro momento pós-ditadura, contudo, a direita não conseguiu reunir multidões nas ruas ou criar movimentos realmente opositores à centro-esquerda, em parte pela

⁶⁰ Pesquisa completa disponível em [G1 - Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes - notícias em Brasil \(globo.com\)](https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/24/veja-pesquisa-completa-do-ibope-sobre-os-manifestantes-noticias-em-brasil-globo.com). Acesso em 9 de agosto de 2024.

associação do conservadorismo com o regime autoritário e o sucesso de políticas pactuais que resultaram em grandes índices de populares para os dois mandatos de Lula. Isto não significa que, nos primeiros anos dos governos petistas, grupos conservadores e antiesquerda não tivessem estado nas vias urbanas, mobilizando algumas ações de contestação. Estes tiveram manifestações anteriores a junho de 2013, mas nem de longe com a mesma força de organização e convocação que outrora tinham os partidos, centrais sindicais e coletivos do campo progressista (como CUT, UJS, PT, UNE, entre outros). Um exemplo foi o movimento CANSEI, fundado em 2007 por nomes como o do então empresário João Dória Júnior, quando chegaram a entoar cantos de “Fora Lula” e serem taxados de “conservadorismo elitista e golpista”⁶¹.

A segunda metade de junho de 2013 começou a modificar este cenário. Camila Rocha (2019) demonstrou que foi justamente a partir das manifestações daquele ano que discursos de oposição ao PT pela direita, antes circulando em contra-públicos digitais desde os escândalos do chamado “Mensalão” ainda no primeiro governo Lula, passaram a se tornar centrais na formação de “novas direitas” no Brasil. Isto é: uma forte oposição ao Partido dos Trabalhadores e aos governos petistas, para além das disputas eleitorais e com grande poder associativo na Internet, começaria a se organizar justamente naquele momento de “retorno” das mobilizações de rua Brasil afora, até então em um estado de relativa letargia.

Um novo tipo de militância, que traria ideias liberais no campo socioeconômico e o conhecimento das possibilidades digitais e mobilizadoras a um ideário conservador e declaradamente antiesquerda, teria a partir daquele momento um ambiente cultural de ebulição criativa para fortalecer-se no Brasil. Emergia uma oposição mais declarada ao PT e a agendas ditas “de esquerda”, muito mais intensa do que tinha representado o PSDB como oponente eleitoral, com espaço para radicalizar suas ações dali adiante. Ângela Alonso (2023) descreveu no livro *Treze*, lançado após uma década dos eventos, com pesquisa baseada também na imprensa alternativa e em declarações públicas da época, que o dia 20 de junho de 2013 evidenciou repertórios de ação coletiva que tinham em comum as campanhas contra a corrupção, a defesa de manifestações “sem partido”, gritos pelo *impeachment* da presidente Dilma e pancadaria contra bandeiras e manifestantes que seguravam símbolos do PT, do PSTU, do PSCO, do PSOL, da UNE e da UJS – todas agremiações do campo “vermelho”. Em Florianópolis, bandeiras foram rasgadas e incendiadas por um grupo vestido com verde-e-amarelo, que “distribuiu empurrões, rojões e socos em quem julgava de esquerda. Uns, com armas brancas, ameaçavam ‘meter a faca’”. (ALONSO, 2023, p. 234). Em Cuiabá, no mesmo

⁶¹ UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultnot/2007/08/17/ult23u504.jhtm>. Acesso em 05 de dezembro de 2023.

dia, manifestações questionaram a carga tributária, a corrupção no país e o que seria a “farra irresponsável com o dinheiro público”.

As escolhas imagéticas e textuais dos manifestantes evidenciaram, no campo semiótico, uma notável divisão de identificações socioideológicas que disputavam os espaços ocupados. De um lado, havia bandeiras vermelhas e partidos/coletivos identificáveis associados à tradição brasileira da esquerda, empregando a gramática do “direito à cidade” e expressando insatisfações com foco nos direitos sociais, na reforma urbana e na necessidade de redistribuição, por vezes em conflito com o capital. Do outro lado, incorporavam-se performances com camisas verde-amarelas, a entoação do hino nacional e outros símbolos patrióticos, muitas vezes, acompanhados de um discurso com léxico mercadológico, identificando-se como “pagadores de impostos”, entoando refrões contra o que entendiam ser a corrupção governamental e criticando (por vezes violentamente) os setores mais mobilizados na esquerda.

Alguns destes últimos participantes encaravam as manifestações como um “protesto-festa”, agindo de forma pacífica, (ALONSO, 2023, p. 223), enquanto outros radicalizavam suas ações através da intolerância e violência política com o que percebiam como “vermelhos”. Os dois grandes campos, um “vermelho” e outro “verde-e-amarelo”, embora complexos, revelavam camadas de intencionalidade política, em alguns pontos inconciliáveis. De um lado, manifestantes que se apresentavam como porta-vozes das periferias e dos “de baixo”, com destaque para aqueles associados ao MTST e ao MPL, embora muitas pessoas nas ruas não carregassem bandeiras identificáveis, usavam léxicos dos universos socialistas, sindicalistas e/ou anarquistas, com ênfase no coletivo, remetendo a ideias comunitárias. Do outro lado, alguns manifestantes utilizavam uma linguagem focada na proteção do indivíduo e na necessidade de reestabelecimento da moral em um país pintado com um governo corrupto, evocando traços do liberalismo e, não poucas vezes, rejeitando a associação com a política institucional e movimentos sociais organizados em detrimento de um nacionalismo aparentemente despartidarizado.

Ângela Alonso (2023) assinala um elemento de mudança: desde a redemocratização, o manifestante típico era composto pelo estudante universitário, o profissional liberal de artes e humanidades ou funcionário (sobretudo público) sindicalizado e, em geral, ligado a partidos de esquerda”. A pesquisa do IBOPE, feita no dia 20 de Junho, contabilizava apenas 3% dos manifestantes convocados por uma base partidário-sindical. Estava-se diante de um fenômeno novo. Diante de participantes não usuais, “a briga fraterna entre cepas de esquerda esmaeceu

ante o espanto comum em face desse desconhecido. [...] Detectaram um campo opaco, distante de si e do governo” (ALONSO, 2023, p. 241).

Em 2013, o cenário político brasileiro revelou, assim, um campo da direita multifacetado, caracterizado por uma profunda heterogeneidade que desafia uma categorização simplista. O que se defende aqui é que o campo da direita não se apresentava unificado ou mesmo autoidentificado naquele momento, mas, ao contrário, formava um mosaico de diferentes camadas e vertentes, interligadas por projetos e interesses comuns manifestados ocasionalmente no histórico brasileiro. É importante lembrar que as direitas nacionais tendem a se unificar quando há um objetivo ou um temor comum, como ocorreu em 1964, quando a oposição ao governo de João Goulart e suas reformas de base mobilizou diversos setores — incluindo parte das classes médias, empresariais e religiosas — temerosos de transformações que pudessem ameaçar seus ganhos, propriedades e valores.

Ao menos três camadas socioideológicas de “direita” podem ser identificadas em Junho nas ruas. A primeira camada é o campo antiesquerda, que abrangeu desde críticas mais sutis ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao sistema político até um antipetismo mais visceral e confrontacional que incorporou ações e discursos radicalizados, considerados, como já vimos, “fascistas” por alguns de seus adversários. Em seguida, um campo (neo)liberal interpreta o mundo social em termos mercadológicos e defende soluções baseadas em princípios econômicos de mercado, focando na eficiência governamental, na diminuição da carga tributária e na liberdade econômica como chaves para o progresso social. Por fim, um campo patriota-conservador se manifesta através de performances e estéticas que evocam um senso de identidade nacional e focado na moral, evocando a ideia de um país envergonhado pelo governo corrupto.

As camadas ideológicas da direita não se manifestavam de forma isolada ou rigidamente classificadas; pelo contrário, elas se entrelaçavam e interagiam. Apesar disso, em 2013, as tradições conservadoras encontravam-se desarticuladas, ainda sob o paradigma da “direita envergonhada,” sem um partido unificador, movimento social estruturado, candidatos competitivos em nível nacional ou lideranças notáveis que pudessem se destacar em meio às diversas demandas e insatisfações sociais. Contudo, esse panorama mudaria rapidamente após aquele ciclo de protestos.

Focando-nos na análise deste estado de coisas durante o surgimento desse ciclo de protestos, foi através dos relatos de manifestantes e observadores do campo da esquerda que se destacou a denúncia de uma “captura” da oportunidade política aberta no início daquele mês. O pêndulo político voltava-se para o confronto, enfraquecendo os esforços conciliatórios das

décadas anteriores, permitindo que grupos à direita do PT começassem a se manifestar publicamente. No entanto, interpretar esses grupos como um conjunto coeso e com projetos comuns naquele momento seria um equívoco historiográfico. A unificação das forças à direita do espectro político se consolidaria apenas a partir de 2014, com o surgimento de movimentos sociais liberais organizados e dotados de grande capacidade de mobilização popular, como o Movimento Brasil Livre. Nesse processo, o esforço político para a desestabilização do governo Dilma, após sua apertada reeleição, desempenharia um papel crucial no fortalecimento dessas forças conservadoras. Não por acaso, já em 2013, começavam a surgir nas ruas alguns pedidos, como se pode observar nas fotografias dos eventos que clamavam pelo *impeachment* de Dilma Rousseff ainda em seu primeiro mandato, em situação de ainda alta popularidade do governo e sem qualquer denúncia de crime de responsabilidade (como indica a lei brasileira que prevê o impedimento de presidente eleito).

Figura 16 – Manifestantes no dia 20 de junho de 2013, São Paulo.



Fonte: Notícias Terra⁶²

A imagem acima, de um homem coberto pela bandeira verde-e-amarela que morde raivosamente a bandeira do Partido dos Trabalhadores (PT) na Avenida Paulista no dia 20 de junho (o mais movimentado de Junho de 2013) materializa uma disputa que acabou polarizada entre as duas grandes famílias socioideológicas: a direita e a esquerda. A bandeira verde-e-amarela aparece como símbolo nacional apropriado por grupos antipetistas (ainda que não somente por estes), como uma representação de patriotismo e defesa dos valores considerados

⁶² Terra. SP: MPL deixa ato e diz que direita quer dar 'ares fascistas' a protestos. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/,1586fb147546f310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

genuinamente brasileiros. O ato de cobrir-se com ela pode ser interpretado como uma tentativa de se apropriar do discurso de quem "defende a nação" contra uma ameaça interna, simbolizada pelo PT. Nesta perspectiva, o nacionalismo verde-e-amarelo que gritava "sem partido!" nas ruas das grandes cidades brasileiras escamoteava ressentimentos em relação à esquerda, travestindo posicionamentos intolerantes e oposicionistas de um "amor à pátria". O gesto de morder a bandeira do PT agressivamente expressa afetos e ódios dirigidos não somente ao partido no sentido institucional, mas ao que ele supostamente representaria: políticas redistributivas dispendiosas e clientelistas, intervencionismo e associações com corrupção e estagnação econômica. O ato de morder a bandeira do partido, por sua vez, funciona como uma performance de rejeição e agressão que busca não só derrotar, mas deslegitimar e destruir simbolicamente o adversário político.

É extremamente complexo traçar as motivações para o antipetismo na sociedade brasileira. Jakson Alves de Aquino (2019) sugere que, em um ambiente como o Brasil pós-1988, onde impera a incoerência ideológica entre os partidos, o PT seria uma exceção, por ser identificado como uma esquerda não-radical e ter uma identidade cultivada e exposta publicamente por seus adeptos; posta sua identidade de forma mais delineada do que as outras agremiações, é o partido do século XXI de maior preferência entre os brasileiros, mas também o que possui a maior rejeição entre o eleitorado. O autor levanta a hipótese de que a motivação do antipetismo, especialmente nas camadas médias da população, tem um importante componente "visceral e não racional" (AQUINO, 2019, p. 220). Aquino encontrou duas clivagens sociais significativas para a manifestação do antipetismo: a oposição às políticas sociais redistributivas e o conservadorismo moral (mais presente em evangélicos religiosos contrários a discursos e políticas de liberalização do aborto, por exemplo).

Os indícios de rejeição ao PT entre os estratos mais elevados na hierarquia socioeconômica identificados como brancos encontrariam, contudo, uma contradição, segundo os estudos realizados pelo sociólogo: esta classe média profere discursos favoráveis à redução da desigualdade social, mas manifesta o ódio ao partido que consideram culpado pela perda de privilégios – este último dado, contudo, não se apresenta explicitamente. O ressentimento é um elemento abstrato, de árdua investigação, mas o resultado dos dez anos do PT ajuda a elucidar esta importante hipótese para compreendermos a reação antipetista que acontecia em 2013. Para isto, é preciso contextualizar as políticas sociais levadas a cabo pelos governos petistas: foram elas responsáveis por mexer, ainda que timidamente, nos rígidos privilégios em que repousava a distância entre os mais miseráveis e aqueles com maior bem-estar: renda e consumo, acesso ao trabalho formal e escolaridade. Ações como o programa de combate à pobreza nomeado

como Bolsa Família, que incluíram a população mais pobre no orçamento do governo federal, somados aos esforços de ampliar o mercado interno e o acesso ao crédito, conseguiram contribuir de forma significativa para aumentar a renda dos brasileiros dos estratos socioeconômicos mais baixos.

O Partido dos Trabalhadores (PT) desempenhou um papel significativo também na transição de uma grande parcela da força de trabalho brasileira da informalidade para o emprego formal, impactando economicamente diversos setores. Políticas voltadas para a ampliação dos direitos trabalhistas e a formalização de empregos transformaram a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil. A formalização trouxe benefícios especialmente para empregados domésticos, um dos baluartes da herança escravocrata brasileira, garantindo-lhes direitos previdenciários, seguro-desemprego, acesso ao FGTS, entre outros. Contudo, esse avanço na formalização do trabalho teve efeitos colaterais sobre o custo dos serviços, especialmente aqueles costumeiramente contratados por classes médias e altas, como o trabalho doméstico. Serviços que antes eram oferecidos de maneira informal e a preços mais baixos passaram a refletir o custo dos direitos e benefícios garantidos pela legislação trabalhista, encarecendo-os para os empregadores.

Por último, o impacto dos governos petistas nos anos 2003-2013 na escolaridade foi significativo. Na educação básica, aumentou-se significativamente o investimento em escolas públicas. Além disso, o Bolsa Família, ao condicionar o recebimento do benefício à frequência escolar de crianças e adolescentes, incentivou a permanência dos estudantes na escola, contribuindo para a redução do abandono escolar e melhorando os índices de alfabetização e de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. No Ensino Superior, programas como o Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) contribuíram para o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior por meio de bolsas de estudo e financiamentos acessíveis. Além disso, a criação de novas universidades federais e a expansão de *campi* universitários em regiões até então carentes de oferta de Ensino Superior aumentaram a capilaridade do acesso, levando oportunidades educacionais a áreas historicamente remotas e menos favorecidas do país. Por fim, a Lei de Cotas garantiu vagas para estudantes de escolas públicas, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência nas universidades públicas, modificando ainda mais estruturas de privilégio de origem colonial e escravocrata que limitam o acesso ao conhecimento e às oportunidades de formação profissionalizada e empregos de classe média a uma elite restrita.

Houve outras políticas sociais significativas que modificaram o cenário do que antes eram privilégios mais exclusivos de camada mais alta da sociedade brasileira, no entanto estes

fatores ajudam a explicar por que pesquisadores (AQUINO, 2019; SINGER, 2019) encontraram indícios de que pessoas brancas de renda alta e escolaridade alta tenderam, nos anos 2010, a se manifestarem mais contrários ao uso de dinheiro público para programas sociais como os aqui citados. Dos atores que ajudaram a engrossar o caldo do antipetismo e tentaram colar a energia política que se destravava contra o sistema político nas ruas ao governo federal, destacavam-se também veículos da grande mídia, como a revista *VEJA*:

As manifestações de rua da semana passada mostraram de modo inequívoco que estão quebrados os canais de comunicação de imensa porção da sociedade brasileira com as instituições que deveriam representá-la. Não era novidade para ninguém que o distante planeta Planalto, a Brasília da Fantasia, vinha se tornando, governo após governo, uma entidade divorciada do Brasil real e focada apenas na arrecadação da maior carga fiscal entre os países emergentes. O susto maior foi descobrir nos cartazes e nas palavras de ordem gritadas nas manifestações que a insatisfação é muito mais profunda e generalizada do que qualquer um poderia prever. O choque realmente perturbador pegou em cheio os partidos de esquerda, e em especial o PT, que se consideravam donos das ruas. Não são. [...] A primeira reação é lembrar a total inviabilidade de um modelo político em que o poder é exercido diretamente pelas ruas. Isso leva ao caos, e este à miséria moral e econômica. Mas, neste momento, o imperativo é ouvir as ruas e esperar que essa energia pura seja canalizada para a construção de instituições mais representativas dos anseios populares legítimos. O erro fatal agora é fechar os ouvidos. É temer o novo⁶³.

Já ao final de junho de 2013, um editorial da revista mais lida do país à época destacava que o choque principal das manifestações deveria ser sentido “pelos partidos de esquerda, especialmente o PT,” que se autoidentificavam como legítimos representantes das demandas populares nas ruas. Sugeria-se um enfraquecimento da hegemonia política do PT, indicando que o partido estava perdendo a conexão com a base popular que historicamente o apoiou. A citação, de maneira interessante, também alertava contra a ideia de um poder exercido diretamente pelas ruas, rotulando-o como um caminho para o caos — uma representação da “turba incontrolável” que espanta o mundo ocidental desde a eclosão da Revolução Francesa no final do século XVIII. Essa visão cautelosa diante de mobilizações populares combativas é frequentemente emitida por setores conservadores, que em passado recente apoiaram estratégias repressivas a movimentos sociais e partidos de esquerda no Brasil — basta lembrar-se da trama que levou à denúncia e à cassação eleitoral do Partido Comunista do Brasil (PCB) após o fim do Estado Novo varguista ou do temor antiesquerda (dirigido não somente ao comunismo, mas também ao trabalhismo e ao sindicalismo bastante atuantes na época) que acompanhou as mobilizações sociais durante o governo de João Goulart (1961-1964). No caso da *VEJA*, era evidente a oportunidade de atacar o Palácio do Planalto, comandado pelo PT, e,

⁶³ *VEJA*, 26 jun. 2013, “Sem medo do novo”. Carta ao leitor (versão impressa).

ao mesmo tempo, desmobilizar a possibilidade de protestos mais combativos que pudessem comprometer as instituições mercadológico-representativas do país, além de promover um ideário liberal-conservador crítico ao que via como a “arrecadação da maior carga fiscal entre os países emergentes”.

Não é incomum, na história recente do Brasil, que a mídia corporativa brasileira faça circular narrativas que enfatizam estranheza e medo em relação a mobilizações populares. O jornalista Arnaldo Jabor, figurão das Organizações Globo, teve destaque no *Jornal da Globo* (comentando também o tema na rádio CBN) no dia 12 de junho de 2013, quando desqualificava a ação popular como anacrônica, ilegítima e violenta:

Mas afinal, o que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isso quando a manifestação criminosa de SP queimou dezenas de ônibus. Não pode ser por causa de 20 centavos. A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média, isso é visível. Ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs, não. Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis Molotov, que ganham muito mal. No fundo, tudo é uma imensa ignorância política. É burrice misturada com um rancor sem rumo. Há talvez a influência da luta na Turquia, justa e importante contra o islamismo fanático, mas aqui se vingam de quê? Justamente a causa deve ser a ausência de causas. Isto. Ninguém sabe mais por que lutar em um país paralisado por uma disputa eleitoral para daqui a um ano e meio. O governo diz que está tudo bem, apesar dos graves perigos no horizonte: inflação, fuga de capitais, juros e dólar em alta. Por que não lutam contra o Projeto de Emenda Constitucional 37, a PEC 37, que será votada dia 26 no Congresso, para impedir o Ministério Público de investigar? Talvez eles nem saibam o que é a PEC 37, a lei da "impunidade eterna". Esses caras vivem no passado de uma ilusão. Eles são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50 que a velha esquerda ainda defende aqui. Realmente esses revoltosos de classe média não valem nem 20 centavos⁶⁴.

A análise da citação de Arnaldo Jabor exibida na *Rede Globo* sobre os protestos de junho de 2013 revela uma tentativa de esvaziamento dos movimentos populares, ao reduzi-los a um levante de uma "classe média" desinformada e sem propósito claro. Jabor, ao afirmar que "a grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média", ignora a complexidade e a diversidade das demandas que emergiram durante as manifestações. O discurso traz um ideário liberal-conservador, que busca enquadrar os protestos no mix anticorrupção, antiesquerda e liberalismo, associando-os a uma "burrice misturada com um rancor sem rumo" e desqualificando a ação política como algo pertencente a uma "velha esquerda", descompassada supostamente com os desafios do presente.

Jabor, contudo, produzia um falseamento da realidade ao afirmar que os protestos não poderiam ser por "20 centavos", minimizando a importância das demandas populares, que já naquele momento abrangiam questões mais amplas do que uma classe média esvaziada, como

⁶⁴ Rede Globo. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/2631566/>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

o déficit habitacional, a (i)mobilidade urbana e os problemas enfrentados pelas populações periféricas. Ao fazê-lo, ele perpetua um recorte sectário da realidade, profundamente ideologizado, que remete a camadas históricas da atuação conservadora no Brasil: desqualificação de propostas de reformas à esquerda (feita também nos anos 1960 pela mesma grande imprensa) e promoção da lógica do mercado como soluções para os problemas políticos e sociais – não à toa elenca como “graves perigos no horizonte” justamente questões mercadológicas como inflação, fuga de capitais do país, juros altos e moeda desvalorizada. As críticas comuns ao campo liberal-conservador muito bem representado pela mídia se concentram em criticar um governo que, supostamente, taxa muito e gasta mal. A pesquisa do IBOPE divulgada em 24 de Junho de 2013 chegou a identificar 47% dos manifestantes vindos de “ocupações desvinculadas do Estado (empresários, autônomos, empregados do setor privado), mais sensíveis à utopia da auto-organização da sociedade e à retórica do Estado como fonte dos problemas” (ALONSO, 2023, p. 247); a mesma retórica adotada por representantes da mídia corporativa, como os editoriais de *VEJA* ou comentaristas da *Rede Globo*.

Arnaldo Jabor insinuava que os manifestantes são "a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 1950", implicando que suas ações são retrógradas e irrelevantes. Nesse contexto, a ação popular nas ruas é representada semioticamente como um campo de perigo, desordem e irregularidade, reforçando uma narrativa que marginaliza e deslegitima as vozes que emergem dos movimentos populares. Além disso, a menção à PEC 37 como algo que "eles nem sabem o que é" evidencia uma tentativa de desqualificar os manifestantes como politicamente ignorantes, enquanto na verdade muitos dos protestos de junho de 2013 estavam enraizados em uma crítica mais ampla à falha das instituições em representar as necessidades do povo. A narrativa de Jabor, portanto, não só tentava minar a legitimidade das demandas populares, mas também retratava os protestos como irracionais, desviando o foco das questões estruturais profundas que os motivaram.

Historicamente, as direitas no Brasil, em parte representadas por este ideário liberal-conservador, têm mostrado uma heterogeneidade significativa e comportamentos reativos e posicionais diante de crises na experiência política. Considerando duas experiências democráticas brasileiras intercaladas por um regime autoritário — a que vai de 1945 a 1964 e a que se inicia com a redemocratização nos anos 1980 e se estende até a atualidade — é possível afirmar que os setores conservadores apresentam uma tendência à unificação diante dos avanços de setores nacional-populares, geralmente à esquerda do espectro político.

Referindo-se ao período republicano entre 1945 e 1964, o historiador Jorge Ferreira (2019) identifica o confronto político entre dois principais campos de projeto. Um deles era um

programa baseado no trabalhismo, que envolvia a defesa da indústria nacional, o fortalecimento do capitalismo com base em um forte mercado interno, a criação de empresas estatais em setores estratégicos (como energia) e a ampliação de leis de proteção social e do trabalho. Este projeto se contrapunha, em plena Guerra Fria, ao avanço dos interesses econômicos estadunidenses, configurando-se como um campo nacional-estatista e popular ao mesmo tempo. O outro projeto era o liberal-conservador, uma tradição política de longa data: este teria seduzido as elites políticas, militares e empresariais, além de fração significativa das classes médias do país. Ressaltava as virtudes do mercado, rejeitava a intervenção estatal nas relações de trabalho, desconfiava dos movimentos sociais e era antigetulista (e, após sua morte, antirreformista), além de anticomunista.

Foi a União Democrática Nacional (UDN), partido criado como oposição a Vargas ainda ao final do Estado Novo, que incorporou melhor os valores liberal-conservadores, representando uma significativa fração dos ideários das direitas brasileiras durante esta primeira experiência democrática brasileira. Após perder as eleições de 1945 e 1950, a UDN atuou fortemente na desestabilização do governo democrático de Vargas, contribuiu para a crise que culminou em seu suicídio e consolidou a opção pelo golpe militar quando, inesperadamente, o candidato apoiado pelo campo liberal-conservador e vencedor das eleições de 1960, Jânio Quadros, renunciou em 1961, deixando caminho para que assumisse a presidência o então vice João Goulart — um nome associado ao “peleguismo” sindicalista e aos perigos da mobilização popular em um tempo marcado pela sombra recente da virada socialista da Revolução em Cuba. Na época, presidentes e vice-presidentes eram eleitos separadamente, o que abriu a possibilidade de serem eleitos projetos tão distintos como o de Jânio Quadros e João Goulart naquele pleito.

A pouca simpatia por mobilizações populares mais combativas, o antiesquerdismo e o discurso moralista baseado em denúncias tendenciosas de corrupção pela grande imprensa são elementos do udenismo que reapareceram, repaginados, em Junho de 2013. Assim como fizeram com candidatos do campo nacional-estatista e getulista nos anos de 1945 a 1964, veículos da imprensa corporativa brasileira (como *VEJA* e *Rede Globo* no século XXI) contribuíram para desestabilizar os governos petistas, insistindo em coberturas parciais sobre o que seria a corrupção, em uma linguagem que os desqualificavam como maus administradores da República e dos impostos pagos por contribuintes honestos. Esse tipo de visão moralista e seletiva da corrupção, que contribui para uma visão negativa acerca do Estado, reside em construir o escândalo político como acontecimento, sob a perspectiva em que seus “antecedentes históricos interessariam menos do que conhecer a qualidade dos agentes que o

denunciam,” tendo como exemplo recente o caso da “Ação Penal 470”, conhecido como ‘Mensalão,’ onde a questão genealógica foi aplicada com bastante clareza por uma das partes diretamente envolvidas no debate” (COELHO, 2015, p. 43) — sua associação quase única e exclusivamente feita com o PT pela grande imprensa, apesar do envolvimento fisiológico de vários outros partidos e agentes, alguns do campo liberal-conservador defendido por veículos como a *VEJA*, como os deputados do PP e do PL.

Não é novidade, portanto, que a grande imprensa, de forma conservadora, aja para desestabilizar governos eleitos no Brasil, desaprovar reformas nacional-populares (ou “esquerdistas”, “intervencionistas”), desarticular movimentos sociais e de rua e defender a ideia de que a origem-maior dos problemas sociais e econômicos é um Estado-corrupto, contribuindo para a criação de um imaginário negativo acerca da *coisa pública* que pouco problematiza as complexas relações estruturais de poder e propriedade. É sabido, assim, que rotineira e por vezes contraditoriamente no Brasil o liberalismo é utilizado como mecanismo de reprodução da ordem social. Exemplo histórico é a atuação de veículos da grande imprensa brasileira no início dos anos 1960, como *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*, classificados como “periódicos politicamente conservadores, ideologicamente liberais do ponto de vista econômico (pró-mercado) e alinhados com as forças de centro-direita. Contudo, como sabemos, os autoproclamados princípios liberais não impediram que todos eles apoiassem a deposição de Goulart e a instalação do governo militar em 1964” (AZEVEDO, 2016, p. 52).

Para Luís Felipe Miguel (2018), setores próximos à extremidade da direita demonstraram resistência à moderação adotada do PT e ao diálogo. Seriam eles antiesquerdistas (ou anticomunistas) renitentes, nostálgicos da ditadura militar, alguns fundamentalistas religiosos e uns poucos liberais econômicos extremistas, “cuja defesa de um Estado ultramínimo os fazia recusar, por princípio, qualquer forma de política social e para quem o petismo, por mais moderado que fosse, continuava perigosamente intervencionista”. (MIGUEL, 2018, p. 17). Embora o campo das direitas estivesse desarticulado em 2013 do ponto de vista institucional e programático, estas ideias escoavam para as ruas, onde a associação entre antipetismo e ideário liberal-conservador aparecia até mesmo em cidades menores e áreas onde o PT recebia alto número de votos nas eleições federais, como demonstrado abaixo:

Figura 17 – Manifestações em Arapiraca (Alagoas) em 19 de junho de 2013.



Acervo: Grafias de Junho

A figura 17 traz uma imagem de 19 de junho de 2013, em Arapiraca, na região do Agreste alagoano, com um homem colando um cartaz em um ônibus que diz "O problema não é inflação, é a ganância dos corruptos" e o letreiro "Parabéns, nação", priorizava a corrupção como o principal problema do país, acima de questões econômicas como a inflação. Essa perspectiva alimentou o antipetismo, aproveitando a associação entre o PT e a corrupção, já presente no imaginário popular e, como visto, endossado pelas narrativas da mídia corporativa. Durante as manifestações, a diversidade de pautas permitiu que ideais de direita ganhassem espaço, enfatizando a corrupção como a grande vilã da economia e simplificando o debate político ao sugerir que a remoção dos corruptos resolveria os problemas do país.

A grafia "corruptos" reforça essa ligação direta entre o PT e a corrupção, servindo como ponto de unificação para diferentes grupos insatisfeitos. Ao colocar a corrupção acima de problemas econômicos tangíveis, essa narrativa desvia a atenção de fatores estruturais e complexos, promovendo uma visão simplista e moralista da crise econômica e social. Essa estratégia foi eficaz em mobilizar o descontentamento popular, consolidando o antipetismo e preparando o terreno para a ascensão de ideais conservadores que impactaram a política brasileira nos anos seguintes. Destacava-se, assim, a crença de que a solução para os problemas

do país residia na moralização da política, em uma perspectiva muito semelhante à retórica atribuída à atuação da UDN entre as décadas de 1940 e 1960, de que a causa fundamental dos problemas sociais e econômicos seriam “privilégios concedidos aos políticos corruptos por um sistema enraizado num passado de autoritarismo, corrupção e ilegalidade” (SANTOS, 1998. p. 40).

A reivindicação da identidade nacional por um grupo de ativistas consolidou um estilo de ativismo ancorado em símbolos que “reivindicaram o patriotismo, com ‘patriota’ definido como sinônimo de antiesquerda” (ALONSO, 2023, p. 270). Os registros fotográficos das manifestações de Junho de 2013 não deixam dúvidas: o repertório patriótico, com estilo vocabular próprio, cresceu vertiginosamente ao longo dos dias naquele mês. Com o manto da bandeira da República ou a camisa da seleção nacional de futebol da CBF vestidos ou erguidos pelos manifestantes, cartazes do dia 20 explanavam: "de um povo heroico surge o brado retumbante", "não é por centavos, é por uma nação melhor", "pátria amada", "verás que um filho teu não foge à luta", "desculpa o transtorno, estamos mudando o Brasil", "acredito no futuro da nação", "por um Brasil melhor para nossos filhos", "luto! eu luto por uma nova nação".

Alguns refrões, que apareceram em cidades como Brasília, Rio de Janeiro, Santa Maria, Florianópolis e Maceió após a amplificação dos protestos pós-dia 13 merecem ser melhor analisados, pois são indicativos desta mobilização verde-e-amarelo e suas subcamadas. Uma delas é a frase “entre outras mil, és tu Brasil a mais roubada”. Esta frase, parodiando o trecho do hino nacional brasileiro, conecta-se a uma percepção de que o Brasil, simbolizado em outros refrões do repertório patriótico-conservador como “o Gigante acordou”, embora grandioso em potencial, estava sendo impedido de prosperar devido à corrupção generalizada. Assim, a mobilização verde-e-amarela tornou-se um espaço onde a expressão do patriotismo se fundiu com a crítica ao estado atual da política, sinalizando uma nova forma de protesto que priorizava a identidade nacional como um terreno de luta contra as forças percebidas como corruptas e ideologicamente adversas melhor representadas pelas forças do PT.

A frase "não tenho partido, tenho pátria" tornou-se, por sua vez uma tentativa de transcender o que seriam divisões político-partidárias e unir os manifestantes sob a bandeira do nacionalismo. No entanto, a ideia de um nacionalismo unificador e absoluto, que parece eliminar dissensos em prol de uma suposta unidade nacional, pode ser extremamente perigosa para a convivência democrática. Essa narrativa tem o potencial de ser utilizada de maneira autoritária, como já foi observado em diversos momentos da história brasileira, especialmente durante a Ditadura Militar, rememorando os tempos de *slogans* como “Este é um país que vai para a frente” e “Brasil: ame-o ou deixe-o”.

Sabe-se que o último regime autoritário do Brasil e os setores civis que o apoiaram utilizou estratégias que ultrapassaram a repressão policial, a tortura, a eliminação física de oponentes e a censura. Para além dos métodos coercitivos, o regime militar também se apropriou dos símbolos nacionais, como o "verde-e-amarelo," para criar uma imagem de coesão e patriotismo, muito útil para dissimular a repressão e silenciar as vozes dissidentes. A propaganda oficial promovia a ideia de um Brasil unido e próspero sob a ditadura. O uso desses símbolos como ferramentas de controle e coerção é um alerta sobre os perigos de um nacionalismo que se apresenta como incontestável e (falsamente) apolítico.

A retórica nacionalista pode ser extremamente sedutora para as classes médias tradicionais, que com frequência buscam na estabilidade e na moralidade um refúgio contra as incertezas das mudanças sociais e econômicas. Historicamente, essas classes têm se mostrado atraídas por apelos que prometem distinção, honestidade e a preservação de "valores" supostamente inerentes ao povo brasileiro, como a cordialidade e a hospitalidade. Essa combinação de moralismo, nacionalismo e aparentemente apartidarismo cria uma ilusão de homogeneidade e consenso. Quando o discurso nacionalista como “não tenho partido, tenho pátria” ou “meu partido é o Brasil” se juntava a ações como queimar, rasgar e morder bandeiras vermelhas, como aconteceu em alguns dos momentos mais tensos de Junho de 2013, ele se aproxima do fascismo, tal como definido por Robert Paxton (2007): um "comportamento político marcado por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza". Assim, a retórica antipartidária, pretensamente apolítica, antiesquerdista e violenta em nome da nação e da grandeza brasileira, entoada em versos do hino nacional, trazia elementos próximos das paixões mobilizadoras fascistas já há muito conhecidos desde a primeira metade do século XX: militantes nacionalistas engajados, “limpeza” da pureza nacional diante da suposta decadência nacional, uso de violência redentora e de senso moral e mesmo a primazia do grupo diante do indivíduo e da liberdade associativa e partidária – esta última, uma franca contradição diante da tradição liberal também defendida por setores conservadores.

Para Carlos Fico (2019), a propaganda e as formas de mobilização utilizadas pela ditadura inaugurada em 1964 calcadas no ufanismo se baseavam em um “projeto pedagógico” fundado em uma “utopia autoritária”. Ressaltavam-se a cordialidade, o otimismo, o caráter nacional, a grandeza do território. Em tempos de vitória do Brasil na Copa do Mundo de 1970 e a situação promissora do país “milagre econômico” à época, ressoavam-se ainda cantos de “ninguém segura o Brasil”. Assim, a aparência de valorização da segurança, da integração, da indivisibilidade da nação e da inata alegria dos brasileiros era acompanhada por um imaginário

de longa duração, de cunho ético-moral, responsável por uma percepção profundamente conservadora da identidade brasileira. Este imaginário, por definição antirrevolucionário e desmobilizador, aproxima-se da modalidade do “protesto-festa” (ALONSO, 2023) de manifestantes que estiveram nas ruas em Junho de 2013, apresentando elementos estéticos, e ideológicos, demandas e reclamações que interseccionaram a aversão às esquerdas/ao PT, o (neo)liberalismo e o patriotismo conservador.

Assim, naquele ano, a direita foi identificada, estranhada e denunciada por manifestantes, analistas e observadores atentos. Após décadas em adormecimento, a polarização entre um campo vermelho e outro verde-e-amarelo, a despeito de sua complexidade e composições heterogêneas, foi acionada duplamente. Por um lado, pelo aparecimento público de demandas e grupos à esquerda do PT, pouco dispostos à moderação e ao pacto. Por outro, o comparecimento público de ativistas que não se identificavam com a tradição de mobilizações sociais inauguradas com a derrota da ditadura e a redemocratização e remetiam, em sua simbologia e conteúdo ideológico e a despeito de suas novidades, a tradições conhecidas da história republicana. Assim, estes últimos ressuscitaram um liberal-conservadorismo muito semelhante aos tempos de udenismo, caracterizado por uma retórica moralista centrada na corrupção estatal e discursos desestabilizadores de governos eleitos, escoados inclusive pela cobertura tendenciosa e de militância liberal feita por veículos da grande imprensa. O alvo agora, contudo, não era o populismo varguista, o sindicalismo, o trabalhismo ou a ameaça comunista dos tempos de Guerra Fria, mas a perpetuação do Partido dos Trabalhadores (PT) no controle do Estado. Além disso, muitos destes novos manifestantes adotaram um patriotismo aparentemente apartidário, ecoando as formas de mobilização social dos tempos de regime autoritário, entre as quais apresentando características fascistas, antipartidárias e intolerantes. Assim, a compreensão do que sejam as "direitas" no Brasil deve sempre ser entendido um fenômeno dinâmico e relacional, no qual se (des)equilibram elementos de aceitação e negação das regras democráticas.

5. A MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO PÊNDULO ENTRE NEGOCIAÇÃO E CONFRONTO

Aos historiadores, importa não apenas discernir a extensão em que determinados fenômenos representam transformações no tecido social, mas também identificar os vestígios de continuidade que remetem a experiências enraizadas em tempos e processos mais antigos. Devemos lembrar que a tese aqui apresentada é de que as manifestações explosivas de Junho de 2013 evidenciaram uma (res)surgência do confronto político no Brasil, esmaecido nas décadas anteriores marcadas pela redemocratização. A emergência singular das multidões, a despeito de todas as suas novidades, contudo, também teria resultado de “um processo de acumulação” em que “as confirmações de experiências remetem a experiências semelhantes dos contemporâneos” (KOSELLECK, 2014, p. 35), evocando *outros* momentos em que o confronto político esteve mais pronunciado na História da República.

Assim, as manifestações apresentaram inovações notáveis em suas abordagens coletivas (como os métodos autonomistas e o ativismo digital), mas também recuperaram e revigoraram elementos temporais e reivindicações da luta social que remontam a aspectos que, ao longo do processo de abertura política e revitalização da sociedade civil desde os anos 1970, permaneceram como projetos abertos – como “passados que não passaram” (DELACROIX, 2018). Ou seja, aquilo que, desde a derrota política da Ditadura Militar, permaneceu inconcluso – especialmente no campo do que se convencionou denominar como direitos sociais, aqueles que dependem de uma ação redistributiva por parte dos agentes do Estado para serem assegurados e têm especial importância em um país de tradições coloniais, escravistas e de concentração fundiária.

Neste sentido, ao situar Junho de 2013 em uma extensão histórica mais ampla, é possível afirmar que este evento evidencia como a política nacional e a sociedade civil no Brasil oscilam *temporal e politicamente* entre momentos de predominância do confronto e de temporalidades marcadas por tentativas de negociação e construção de pactos. Enquanto a sociedade civil vivenciou um período de confrontação e revigoramento dos movimentos sociais no final dos anos 1970 e durante a década de 1980, quando estes se opuseram ao autoritarismo estatal e demandaram direitos sociais, as décadas de 1990 e 2000 foram caracterizadas por uma tendência mais proeminente à institucionalização e à facilitação de negociações entre grupos sociais com interesses conflitantes, com uma importante incorporação de setores à esquerda no processo político formal. As manifestações de Junho, por assim dizer, aconteceram também como um produto de um longo processo de maturação da sociedade civil brasileira moderna,

cujos movimentos e associações ora adotam princípios de autonomia e confronto; ora de participação e institucionalização na esfera do Estado.

Para os setores mais à esquerda, em especial, o paradoxo entre a escolha do confronto e a adoção de práticas negociais ganhou força após a incorporação da coalizão liderada pelo Partido dos Trabalhadores no processo político institucional, um importante resíduo da redemocratização após o fim de um regime militarista notável justamente por criminalizar setores à esquerda. Foram justamente conhecidos opositores da última Ditadura que assumiram o desafio de governar o país a partir de 2003. Por outro lado, para aqueles menos identificados com a agenda dos governos petistas ou seus resultados, a inclusão de setores de esquerda na gestão presidencial abriu espaço para formas mais nítidas de oposição em 2013, quando se completava um decênio de gestões petistas. Isso, em grande parte, contribuiu para o surgimento de mobilizações e ativistas com demandas à direita, inédito no período pós-Ditadura, mas com correspondência e elementos de ressurgência no passado.

Assim, os eventos de 2013 sugerem que a dinâmica política nacional estava retornando a um período de confrontação política, marcando uma virada notável no cenário político. Ainda assim, esta virada, a despeito de suas importantes novidades, retomava importantes aspectos do processo inconcluso de redemocratização e antigos repertórios de ação coletiva e combate político.

É importante ressaltar que a transformação cultural tem um papel fundamental na evolução dos repertórios de ação política. As estratégias disponíveis para grupos reclamantes mudam de acordo com a sociedade e o regime político. A exemplo, táticas de guerrilha e protestos de rua podem ter funções completamente distintas em contextos de regimes autoritários e democracias representativas – podendo ser determinadas estratégias mais ou menos vantajosas para os grupos que reclamam mudanças, reações ou demandas. Os acontecimentos de 2013 sinalizaram, assim, uma mudança significativa no panorama político, na complexa relação entre a sociedade civil e o Estado, mas que precisa ser estudada à luz de uma duração mais ampla, incorporando elementos do que, no decorrer do *longo* e pendular processo de democratização, ficou “em aberto”. Nos anos anteriores a Junho, em especial durante os primeiros anos da gestão petista, o país habituou-se a movimentos sociais ou mesmo protestos de rua mais restritos em termos de alcance e ação, muitos dos quais haviam passado por um processo de “domesticação” e negociação ao longo de anos de institucionalização e participação mais formalizada após a Abertura.

5.1 A REVITALIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA: UM *LONGO* PROCESSO

Figura 18 – Manifestações em Manaus (AM), 20 de junho de 2013.



Acervo: Grafias de Junho.

É importante realizar uma análise dos significados da imagem acima, de um manifestante em Manaus (Amazonas), no dia 20 de Junho, maquiado com as cores da bandeira do Brasil e segurando um cartaz com os dizeres "1968, 1984, 1992, 2013! Agora é nossa vez". O documento expressa um entendimento sobre como o confronto político é sempre permeado por diferentes camadas ou estratos temporais. Assim, embora uma onda de protestos ou a emergência de revoltas ou revoluções sejam fenômenos destacados pela singularidade, esta mesma aspereza com que emergem no tecido social só pode ser compreendida mediante sua inserção, dentre a infinidade de dados do passado” em cadeias causais que interpretam determinada ocorrência ou determinado complexo de ocorrências como um resultado (KOSELLECK, 2006, p. 241-242). O cartaz com as referências a 1968, 1984 e 1992 aponta para um reconhecimento da historicidade dos protestos, conectando os movimentos de 2013 a outros notáveis momentos de confrontação política e mobilização social ao longo da história do país.

É importante destacar que, ao longo desses episódios, a esquerda desempenhou um papel central, não apenas como protagonista das mobilizações, mas também na função convocatória, organizando e guiando o ativismo político. A bandeira do Brasil, que ainda era

um símbolo amplamente utilizado por ativistas à esquerda, também aparece nesse contexto, embora já se começasse a perceber nas ruas a crescente contraposição entre o ‘verde-e-amarelo’ e o vermelho, indicando uma disputa simbólica que se intensificaria nos anos seguintes. Fez-se referência a momentos históricos anteriores de mobilização popular intensa, como o movimento estudantil e as manifestações contra o autoritarismo em 1968, a campanha pelas “Diretas Já” em 1984 e as manifestações pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor em 1992, em um testemunho visual da consciência histórica de manifestantes que reconheciam participar da história em um ciclo de manifestações de dimensões imponentes.

Desde as manifestações duramente reprimidas no ano de 1968, em uma época marcada pelo endurecimento da recém-instalada Ditadura Militar e de uma política de sufocamento da mobilização popular, uma sociedade civil brasileira autônoma emergiu no decorrer da derrota do regime autoritário, em uma trajetória que oscilou entre momentos menos confrontacionais, marcados pela existência de vias negociais e pactos entre diferentes camadas sociais, e épocas de demarcações do confronto por parte de grupos da sociedade brasileira (contra o autoritarismo do Estado em 1968 e 1994 e a favor mudança políticas em um contexto já recentemente democratizado em 1992). Em comum a estas quatro datas, está a centralidade do confronto político, evidenciado por ondas de manifestantes que varrem periodicamente as ruas deste país continental, desafiando a ideia de uma sociedade pacífica e cordial ou de que o processo político é predominantemente marcado por grandes pactos.

Entende-se, no entanto, que nem toda política é de confrontação: ela pode envolver a luta pela construção de consensos ou atividades de institucionalização (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009). O exercício da política acontece em suas formas mais abertas de confronto em situações de conflitos armados, protestos, revoluções, guerrilhas, movimentos civis combativos e outros métodos de expressar reivindicações frontalmente aos oponentes por meio da ação coletiva organizada, que fogem ao debate parlamentar e enquadrado legal e institucionalmente. Cabe lembrar, contudo, que embora o confronto político envolva também quase sempre uma interação com o Estado por parte de grupos que estão em desvantagem contextual (de número, poder político, recursos), nem sempre o seu objetivo é a captura de suas demandas em atividades institucionalizadas. Sidney Tarrow (2009, p. 18) enfatiza que a confrontação emerge quando circunstâncias propícias e transformações nas limitações políticas geram estímulos para a ação de atores sociais carentes de recursos próprios. Ao introduzirem "inovações periféricas" (ou “surfarem” nas inovações introduzidas por outros, exatamente como ocorrido pelo campo da direita em Junho de 2013), esses atores provocam interações por meio de densas redes sociais, inspiradas culturalmente por símbolos e conceituações ideológicas com foco na ação.

Esta construção simbólico-ideológica variou, em 2013, entre visões comunitárias da “cidade”, percepções éticas sobre a moralidade pública e os governos e atitudes visceralmente antipartidárias, entre outras. Segundo Tarrow, o desfecho das interações de confronto é a consolidação do próprio movimento social moderno, que emergiu historicamente nas fronteiras dos Estados Nacionais após a consolidação de sociedades industriais no Ocidente, e se diferencia de revoltas camponesas ou motins da era pré-industrial.

A vida política do Brasil após a Ditadura Militar assistiu a uma combinação entre momentos de negociação e de confronto político que moldaram a evolução das decisões e processos do Estado Nacional e suas políticas. Desde o final dos anos 1970 e em especial nos anos 1980, constituíram-se tempos de lutas importantes na defesa da democratização do país, com grupos, do centro à esquerda, que lançaram mão de repertórios de confronto como protestos de rua, greves nacionais, reuniões, passeatas, ocupações e manifestações no espaço público. Este contexto de mobilizações da sociedade civil ao findar de um período autoritário envolveu demandas orquestradas em torno da luta por eleições diretas e uma nova Constituição para o país, mas também reclamações e subgrupos de forte orientação classista e “identitárias”.

A organização de movimentos populares de pobres urbanos em nível local, a mobilização sanitária pela criação de um Sistema Único de Saúde, o movimento pela Reforma Urbana, os debates sobre a Anistia e formas de organização no campo (como o Movimento dos Sem-terra) estão entre os exemplos de uma pulsante (e confrontadora) sociedade civil em busca de autonomia no final dos anos 1970 e especialmente nos anos 1980 (AVRITZER, 2012).

Estas mobilizações também questionaram um modelo de modernização que advogou por um desenvolvimento concentrador de riquezas e propriedades tanto nos meios urbanos quanto rurais. Apesar da política de distensão adotada pelos militares, que se sabe ter sido lenta, gradual e conservadora, neste momento emergiram movimentos sociais ansiosos por encontrar expressão na arena política. Isso evidenciou o desejo de participação de organizações de bairro, favelas, donas de casa, negros, mães, mulheres. Os movimentos buscavam lidar com questões como a carestia e a inflação que corroía o poder de compra; demandavam creches, moradias em localidades não insalubres e comissões de saúde. Essas iniciativas contaram com articulações que envolveram até mesmo remanescentes da esquerda clandestina e culminaram, entre outros, na refundação da União Nacional dos Estudantes (RIDENTI, 2014).

Leonardo Avritzer (2012) sustenta que esse foi o período em que surgiu uma sociedade civil moderna no Brasil, com capacidade de desafiar as tradições privatistas e senhoriais do país. Essa sociedade civil emergente era percebida como uma instância mais ou menos autônoma, caracterizada pela "produção de solidariedade social" entre diversos grupos

organizados. Salientamos, aqui, que este momento foi significativo, representando uma transformação cultural, especialmente devido à tendência histórica brasileira de abordar iniciativas de política social sob a lógica de "dádiva", marcada por hierarquias paternalistas e desmobilizadoras, em vez de adotar uma gramática política de direitos. A luta pela democracia no país teria evoluído, então, de um momento inicial, mais combativo, de demarcação de autonomia da sociedade civil diante do Estado entre os anos 1970 e 1980, para um outro momento de interação da sociedade civil com o Estado após a Constituição de 1988, ao introduzirem-se formas de participação institucionalizada na implementação de políticas públicas. A democratização nos anos 1980 impulsionou a criação de formas de associação nos escombros da experiência autoritária, o que levou a massivos protestos de rua por eleições diretas, a organização de setores populares pela reforma urbana e por serviços públicos e intensas mobilizações de grupos sociais no processo constituinte. Nesta dimensão, o Brasil fez uma transição difícil de país de forte tradição privatista para país com várias tradições políticas e associações da sociedade civil (AVRITZER, 2012).

Segundo Ilse Scherer-Warren (2008, p.9), o movimento social de maior relevo após o golpe militar de 1964 foi aquele que se voltou à resistência contra a ditadura. Este movimento uniu segmentos das camadas populares, intelectuais e artistas sob um objetivo comum de confrontar o autoritarismo estatal e uma visão tecnocrática e excludente da questão urbana no Brasil. Entre os diversos movimentos que se destacaram, incluíram-se o movimento estudantil, as iniciativas das comunidades eclesiais de base e das pastorais, os centros de educação popular e as organizações civis comunitárias. Além de um "novo sindicalismo", que rejeitava o controle da direção sindical por agentes do Estado, comum em outros momentos da História do Brasil, e se desenvolveu nas então regiões mais industrializadas do Sudeste, em especial no ABC Paulista.

Essa intensa e heterogênea mobilização da sociedade civil, ainda que produzindo confrontos políticos contra um Estado de histórica tradição autoritária, não tinha mais como métodos a luta armada, a guerrilha ou atividades abertamente clandestinas, já derrotadas nos anos 1970. Em vez disso, adotaram abordagens como manifestações operárias, greves, protestos de rua, marchas, exibições públicas simbólicas, abaixo-assinados, convocações de autoridades, organização de assembleias, conferências e outros métodos convocatórios. Com a mudança paulatina de regime político a partir da abertura iniciada no final dos anos 1970, as formas de repertório de ação coletiva também foram substancialmente transformadas, marcando um novo perfil da história dos movimentos sociais no país. Isso lembra que, embora movimentos sociais sejam sempre uma oposição às autoridades em nome das pessoas que alegam estar sendo

injustamente prejudicadas ou ameaçadas (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 21), estão longe de ser estáticos. Pelo contrário, desafiam concepções estruturais e rígidas de seus significados.

A diversidade de movimentos sociais que surgiram durante o processo de democratização foi notável. Ações em prol da anistia e contra a tortura destacaram-se, juntamente com movimentos contemporâneos ligados às questões negras, indígenas e feministas, cada um focando em agendas específicas apesar da ampla gama de questões em debate. Um ciclo de lutas sociais continuou a florescer após a abertura democrática no Brasil, incluindo o crescimento político do "novo sindicalismo" que gerou a Central Única dos Trabalhadores e o Partido dos Trabalhadores, e de movimentos populares que buscavam melhorias em creches, transporte público e serviços de saúde. Esses movimentos se caracterizaram por sua postura independente, e contribuíram significativamente para a defesa de direitos sociais básicos em contraposição às políticas de congelamento de salários, concentração de renda e repressão política (GOHN, 2019, p. 72). Um momento de destaque e unificação durante esse período foi o Movimento pelas Diretas Já (1983-1984), que levou multidões impressionantes às ruas e, embora tenha sido inicialmente derrotado institucionalmente com o descarte parlamentar da Emenda Dante de Oliveira, desempenhou um papel fundamental no cenário político e representou uma importante resistência contra o autoritarismo e as políticas impopulares então adotadas pelo Estado brasileiro, solidificando o potencial organizativo de setores da sociedade civil brasileira.

A segunda metade dos anos 1980 foi marcada pela Assembleia Nacional Constituinte e a elaboração da nova Constituição do Brasil, em um processo que contou com orientação fortemente participativa, permitiu emendas populares e desencadeou uma campanha par a obtenção de assinaturas para muitas propostas ligadas às políticas públicas, entre os quais o movimento pela saúde e pela reforma urbana. Instituições como a Central Única dos Trabalhadores e o Movimento dos Sem-terra se juntaram à campanha por emendas populares (AVRITZER, 2012), com a criação de instituições participativas em várias áreas do Estado. Com a institucionalização das organizações da sociedade civil, como forma de mediação entre bases sociais e a esfera governamental, passou-se a construir este novo momento da relação entre sociedade civil e Estado, marcado mais pela participação e busca pela concretização dos direitos sociais do que pela demarcação de autonomia.

Parte dos antigos militantes ou lideranças dos movimentos passaram a participar da esfera governamental, o que algumas vezes facilitou o diálogo nas parcerias citadas, mas, em outras, implicou um refluxo dos movimentos contestatórios. Iniciava-se a institucionalização das práticas da sociedade civil em face da democratização. [...] A

mobilização da sociedade civil organizada [...] encaminhou propostas para a inclusão de novos direitos na Constituição brasileira, a qual veio a ser denominada de 'Constituição Cidadã'. Essa participação teve como substrato as nascentes organizações de movimentos, tais como os movimentos sociais urbanos, de bairro e contra a carestia, alguns segmentos mais combativos dos movimentos sociais rurais. (SCHERER-WARREN, 2009, p. 12)

Nos primeiros anos da década de 1990, apesar do crescente envolvimento de antigos militantes em processos institucionais e da participação de representantes de movimentos sociais na formulação de políticas públicas, as ruas ainda testemunharam manifestações e confrontos políticos intensos durante o conturbado governo de Fernando Collor de Mello. Tratava-se do primeiro presidente eleito diretamente pelo voto popular após o período da Ditadura Militar. Nesse cenário, o país enfrentava uma hiperinflação persistente e uma erosão salarial contínua, as quais foram alvo de protesto. As ações coletivas de manifestação, contudo, não se diferenciaram significativamente daquelas adotadas durante toda a década de 1980. Repertórios predominantes continuaram a constituir marchas, greves, ocupações e protestos, com uma forte participação da base da esquerda política e das centrais sindicais. Por outro lado, grupos e posições políticas mais à direita, como se sabe, permaneceram distantes ou discretos nas grandes mobilizações sociais e nos confrontos políticos durante os primeiros anos do processo de redemocratização no Brasil. Isto mudaria em 2013.

Danilo Enrico Mastuscelli (2019) traz à luz um importante aspecto da dinâmica política dos anos 1990, no qual se observou uma crescente inclinação das organizações sindicais e movimentos de esquerda em direção a uma abordagem mais negocial e propositiva, em contraposição a uma postura outrora mais combativa e revestida de caráter abertamente classista. Esse período testemunhou, de forma notável, um declínio das manifestações populares nas ruas, que até então se mostravam instrumentos de excelência no cenário político de confronto. O exemplo maior desse processo é o Partido dos Trabalhadores (PT), o qual gradativamente adotou a ênfase no sucesso eleitoral, buscando aumentar sua presença nas esferas parlamentares e conquistar posições governamentais em âmbito municipal e estadual. O ápice dessa trajetória ocorreu no início dos anos 2000, quando o PT obteve a vitória nas eleições presidenciais do Brasil, consolidando uma prática de participação institucionalizada – com o desenvolvimento de conselhos com membros da sociedade civil ou formas de orçamento participativo, já esboçados nas gestões municipais do partido. Isso implicou na inserção de antigos militantes na estrutura estatal para a implementação de políticas públicas e na promoção de novas questões na agenda governamental.

Essa mudança de atuação política trouxe consigo avanços significativos em termos democráticos, incluindo o fortalecimento e o aumento do volume de matrículas no Ensino

Superior (inclusive pelas parcelas sociais inscritas em menores rendas), o avanço da política social de combate à extrema pobreza e a implementação de políticas de ações afirmativas. No entanto, subgrupos importantes da política nacional, de orientação à esquerda do espectro político, modificaram suas estratégias ao longo dos anos 1990 e 2000, tendendo a abandonar parte de suas inclinações confrontadoras, institucionalizar demandas e focar na via eleitoral-parlamentar. Isto aconteceu, é importante afirmar, em um período marcado pela ampliação do discurso neoliberal e pela crise do socialismo real em termos internacionais, que marcaram o fim da Guerra Fria.

A institucionalização da esquerda nos quadros do Estado, possível graças ao processo de redemocratização e, em boa parte, à adoção de formas negociais e menos confrontadoras de política, manifestou-se também na integração de demandas sociais nas esferas de participação cidadã e no avanço substancial da legislação referente a direitos já previstos pela Constituição. Entretanto, este processo também, como efeito colateral, reduziu significativamente a efervescência das manifestações populares nas ruas até a década de 2000. A partir do início dos anos 2010, contudo, ecoariam fortemente insatisfações que abrangiam, entre outras questões, persistentes temáticas da agenda urbana inflamadas pelo já conhecido crescimento desigual brasileiro.

Lembram McAdam, Tarrow e Tilly (2009) que os repertórios de confronto não são uma propriedade exclusiva dos atores do movimento, e que sua eficácia se encontra na capacidade de pegar desprevenidos oponentes ou autoridades e criar custos a interesses já estabelecidos. Como já se afirmou, subgrupos importantes da política nacional, de orientação democrática e progressista, modificaram suas estratégias ao longo dos anos 1990 e 2000, tendendo a abandonar parte de suas inclinações confrontadoras, institucionalizar demandas e focar na via eleitoral-parlamentar. Isto aconteceu, é importante afirmar, em um período marcado por abandonos globais de ideologias revolucionárias e classistas, além de uma forte crise dos paradigmas socialistas (e mais especialmente do marxismo) após o fim da Guerra Fria, bem como de avanço das ideias e práticas tidas como neoliberais – conhecidas por “normalizar” a economia de mercado e a democracia parlamentar, como se não houvesse alternativas fora destas.

A redemocratização do país, permeada por diversos conflitos, notadamente em relação à problemática dos direitos sociais e à conquista das eleições diretas, culminou na inédita acomodação de setores de esquerda dentro do cenário político nacional. Essa institucionalização da esquerda nos quadros do Estado, possível graças ao processo de democratização e à adoção de formas negociais e menos confrontadoras de política, manifestou-

se também na integração de demandas sociais nas esferas de participação cidadã e no avanço substancial da legislação referente a direitos já previstos pela Constituição. Entretanto, este processo também, como efeito colateral, reduziu significativamente a efervescência das manifestações populares nas ruas. Seriam explicitadas a partir dos anos 2010, então, insatisfações que abrangiam desconfortos diante dos limites dos pactos construídos pelo sistema político e, como veremos, as persistentes temáticas da agenda urbana inflamadas pelo crescimento desigual brasileiro, além da pouca identificação de setores mais conservadores com as gestões da coalizão liderada pelo Partido dos Trabalhadores.

5.2 CONFRONTO POLÍTICO NOS ANOS 2010: NOVA JANELA DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS OU VELHOS DILEMAS?

Considerando o exposto até aqui, não é exagero sugerir que o Brasil chegou ao ano de 2013 em meio a uma situação de relativo “esvaziamento” das ruas, outrora politizadas por subgrupos que agora estavam em contextos institucionais ou que reduziram suas táticas de confronto. Assim como discutido anteriormente, o esmaecimento de uma polarização entre esquerda e direita (ou entre um campo nacional-popular e um campo liberal-conservador), que havia marcado o Brasil desde os anos 1960 até os anos redemocratização, foi acompanhado de uma transformação cultural e política importante. Governos e partidos de espectro enquadrado mais à esquerda no Brasil (e mais amplamente na América Latina) tiveram que lidar historicamente com golpes de Estado, práticas de criminalização e severa repressão/violência política, de tal forma que os sucessos eleitorais e governamentais do Partido dos Trabalhadores configuraram ineditismo importante na História do Brasil do século XXI. Este novo contexto colocou estes grupos e militantes, anteriormente clandestinos nos tempos do regime autoritário ou opositoristas, como situação política dentro de coalizões e negociações no intrincado sistema político presidencialista brasileiro.

Marcelo Ridenti (2018) analisou, após os eventos de Junho de 2013, que os governos petistas haviam adotado uma estratégia de minimizar conflitos políticos diretos, optando por conciliação através de medidas como financiamento público substancial, fortalecimento do mercado interno e negociações legislativas para garantir governabilidade. Essas políticas, segundo Ridenti, beneficiaram os setores populares, resultando em uma ascensão social significativa para os mais pobres, enquanto simultaneamente agradavam às classes dominantes com o crescimento econômico e a manutenção de políticas fiscais favoráveis ao mercado financeiro.

Contudo, Ridenti argumenta que a capacidade reformista dessas políticas começou a demonstrar limitações em 2013, causando frustração especialmente entre os setores médios da sociedade. Essa insatisfação se deveu, em parte, às expectativas não atendidas, pois parte das classes médias sentia que seu progresso social estava estagnado, enquanto percebiam avanços mais significativos entre os grupos sociais mais marginalizados, que eram o foco das políticas sociais. Além das mudanças econômicas, o período também testemunhou transformações culturais importantes, como o aumento da escolaridade e a expansão do acesso à tecnologia da informação. Apesar dos avanços sociais para os mais pobres nas grandes cidades, resultado de políticas como o aumento real do salário-mínimo e a geração de empregos no mercado interno aquecido, persistiram desafios significativos como a baixa qualidade e a falta de acesso ao transporte público, além do aumento dos preços dos aluguéis em um contexto de déficit habitacional.

Um estudo importante de Luciana Tatagiba e Andreia Galvão (2019) indica que já no início do primeiro mandato de Dilma Rousseff, entre 2011 e 2012, apareceram indícios importantes de um confronto social crescente que extrapolava a capacidade de um reformismo sem grandes atritos e de uma certa política de conciliação de classes, marca dos primeiros anos Lula (2003-2010). As autoras observaram protestos pela redução da tarifa em várias cidades já neste período inicial do governo Dilma, com fortíssima repressão policial; aumento de greves do funcionalismo público, em especial em universidades; protestos de setores conservadores contra direitos de minorias e propostas de liberalização do aborto ou casamento homoafetivo; protestos difusos contra a corrupção convocados pela Internet; manifestações de denúncia contra os efeitos excludentes associados às obras para a Copa do Mundo que aconteceria em 2014; além de campanhas do Movimento Sem-Terra (MST) pela reforma agrária, protestos indígenas e campanhas ambientalistas contra o Novo Código Florestal. Mas estas mobilizações não encontraram antes de 2013 nenhum grande cenário de rebelião nacional geral, capaz de chamar atenção de mídias tradicionais e redes cibernéticas, convocar governos de todos os entes federativos e receber atenção internacional como aconteceria naquele ano. Isto é: realizavam-se em esferas específicas, distintas do fenômeno de um movimento nacional de rua que veríamos posteriormente. Ainda assim, deve-se prestar atenção ao efeito cumulativo de insatisfações que ajudam a explicar o 2013 brasileiro.

Sabe-se que a atuação do Movimento Passe Livre (MPL) foi fundamental para a primeira fase das manifestações daquele ano, assumindo relevância como expressão de um ativismo urbano que manifestava insatisfação com a timidez das conquistas sociais e a persistência de problemas (imobiliários, habitacionais, do campo dos direitos sociais) nas vastas

idades brasileiras, conforme apontado na Carta de Princípios do Coletivo, de 2005. É relevante lembrar que importantes manifestações e protestos em nome do Passe Livre já aconteciam desde a Revolta do Buzu em Salvador em 2003, e o MPL já realizava manifestações importantes anteriores. Portanto, havia um campo de experiências acumuladas em torno da questão da tarifa e da mobilidade, que se mostrou significativa no contexto da hiperurbanização brasileira. Embora não haja elementos empíricos suficientes para afirmar que todos os ativistas do MPL se enquadravam no campo de uma esquerda anticapitalista, pela mobilidade e o transporte se tratarem de pautas muito amplas e possíveis de serem compartilhadas com camadas médias nem sempre simpáticas a uma gramática sociopolítica de esquerda, a fundação do movimento já indicava uma retomada das ruas como campo de confronto político à esquerda do PT, rejeitando a priorização da via parlamentar ou institucional que havia sido adotada por boa parte do campo progressista no Brasil nos anos anteriores, além de uma perspectiva nitidamente crítica à mercantilização dos serviços públicos. A Carta de Princípios do movimento, datada de 2005, já delineava algumas destas linhas de atuação do MPL:

O Movimento Passe Livre é um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc. Nossa disposição é de Frente Única, mas com os setores reconhecidamente dispostos à luta pela Tarifa Zero dentro das nossas perspectivas estratégicas. Os documentos assinados pelo Movimento devem conter o nome Movimento Passe Livre, evitando, assim, as disputas de projeção de partidos, entidades e organizações. [...] A via parlamentar não deve ser o sustentáculo do MPL, ao contrário, a força deve vir das ruas. O MPL não tem fim em si mesmo, deve ser um meio para a construção de uma outra sociedade. Da mesma forma, a luta pela Tarifa Zero não tem um fim em si mesma. Ela é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, como direito para o conjunto da sociedade; por um transporte coletivo fora da iniciativa privada, sob controle público (dos trabalhadores e usuários). [...] O MPL deve fomentar a discussão sobre aspectos urbanos como crescimento desordenado das metrópoles, relação cidade e meio ambiente, especulação imobiliária e a relação entre drogas, violência e desigualdade social.⁶⁵

Embaladas pelas reivindicações de um movimento que reafirmava o princípio da "autonomia", valor inestimável para as gerações anteriores à Constituição que forjaram a sociedade civil moderna do Brasil ao combater o autoritarismo, as multidões políticas, afastadas das grandes manifestações desde o início dos anos 1990, voltaram a tomar as ruas, em especial denunciando as contradições do desenvolvimento socioeconômico urbano. Isto aconteceria em

⁶⁵ MPL São Paulo. Disponível em <https://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>. Acesso em 23 de julho de 2023.

especial após os aumentos das tarifas na maior cidade do país, São Paulo, evento para o qual confluíam outras reivindicações no campo do “direito à cidade”.

O historiador Edgar de Decca (1992), em texto publicado no início dos anos 1990, já sinalizava que a historiografia pautada em interpretações baseadas no dilema entre revolução e revolta, de inspiração marxista, apresentou sinais de esgotamento desde que, no final anos 1960, se reproduzia uma descrença nas utopias da rebelião e seu potencial revolucionário. Retirando a revolução de seu centro epistemológico, o deslocamento do sujeito histórico clássico da revolução socialista (a classe trabalhadora) produziu a possibilidade de analisar ciclos de manifestações sem um “centro fixo diretor” como emergiram no século XXI. Assim, a capacidade analítica dos historiadores se amplia para as múltiplas identificações coletivas com possibilidades de ação histórica e tensionamento, sem que estas precisem estar atreladas a uma possibilidade revolucionária.

O advento do paradigma ativista do “autonomismo” potencializou a possibilidade de manifestantes aderirem a vários movimentos e pautas simultaneamente, dadas as potencialidades quase infinitas de ação histórica. Parte da crise analítica causada pela emergência destas manifestações está na dificuldade de identificar seus sujeitos protagonistas. Ao invés disso, precisamos adotar uma análise das camadas cambiantes e fluidas de repertórios de ação que se sobrepõem nestes novos ciclos de protesto popular, mesclando novas e antigas estratégias e demandas.

Não se pode atribuir à onda de manifestações de junho de 2013 o mesmo significado de “autonomia” que caracterizou os outrora movimentos democratizantes em contextos marcados pela luta contra o regime autocrático e militarista, ou aqueles que buscaram a inclusão de novos direitos em uma Constituição. Os líderes iniciais do Movimento Passe Livre, assim como os inconformados com a Copa, os sem-teto, os trabalhadores das periferias, ativistas mais independentes e outros partidos de esquerda desde o princípio adotaram abordagens que ecoavam elementos familiares da militância do passado. Eles promoviam a utopia da “reforma urbana” e abraçavam o amplo conceito do “direito à cidade”. Essas demandas, contudo, remontavam a lutas históricas, como as travadas por comunidades periféricas vulneráveis nas grandes cidades, as quais buscaram no passado a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), melhores serviços públicos e reformas urbanas.

Especialmente durante sua fase inicial (2-13 de junho), muitas das mobilizações incorporaram demonstrações significativas de natureza antissistêmica, demonstrando um claro alinhamento ao grande campo da esquerda e à *velha* crítica ao “grande capital” em diversas questões. A oposição àquilo que era considerado como a “criminalização dos movimentos

sociais" também se tornou um apelo difundido em várias cidades naquele momento. No Brasil, especialmente até 2013, os movimentos sociais mais engajados eram, em sua maioria, produtos dos esforços da esquerda política. A prática de criminalização, tanto por meios midiáticos quanto militares, direcionada à mobilização popular e aos militantes, sempre impactou de maneira significativa o campo progressista, representando uma continuidade importante do período autoritário que persistia como um "passado que não passa" em 2013.

As manifestações demandavam, por exemplo, o "controle popular" sobre o transporte, evocando demandas que há muito tempo eram emblemáticas em manifestações das décadas de 1970 e 1980, reafirmando a relevância da "função social da propriedade", princípio consagrado depois da luta constituinte, mas pouco efetivo na prática, e expressaram oposição às disparidades de oportunidades que se tornavam evidentes em cidades onde direitos sociais básicos não eram garantidos, com destaque ao déficit habitacional e ao caro e dispendioso transporte. Assim como ocorreu durante o período da abertura política, grupos populares organizados também denunciaram sequelas de ciclos de crescimento econômico e de políticas de modernização que, pouco discutidas com a maioria de seus habitantes, reproduziam ideais higienistas e autoritários e a precarização da infraestrutura urbana e dos serviços públicos nas periferias.

Figura 19 – Manifestação em Belo Horizonte, 11 de junho de 2013.



Acervo: Grafias de Junho.

Na imagem acima, capturada em Belo Horizonte em 11 de junho, durante uma fase marcada bastante pela reivindicação do “direito à cidade”, o cartaz principal, "Marcha pela Liberdade", é central na composição visual, sugerindo um chamado à ação coletiva em prol da liberdade, mas também questionando a quem essa liberdade realmente beneficia dentro do contexto capitalista. Os outros cartazes adicionam camadas de significado à cena. "A liberdade capitalista é pra quem? A quem serve?" desafia a narrativa de que o capitalismo promove igualdade e liberdade para todos, sugerindo uma reflexão sobre as desigualdades sociais e econômicas exacerbadas pelo sistema. "Menos hotéis, mais casas populares. Copa 2014" traz à tona, ainda, a crítica ao uso do espaço urbano para grandes eventos como a Copa do Mundo e às políticas de modernização que geraram gentrificação, expulsão de pobres e inflação imobiliária, em detrimento das necessidades básicas de moradia. Este ponto de vista é reforçado pela demanda por "casas populares", indicando uma preocupação direta com a política habitacional, então corroída, nesta perspectiva, pela especulação gerada pelo turismo. O cartaz "Contra a criminalização dos movimentos sociais e contra a criminalização da pobreza. Viva o povo organizado" ecoa uma resistência à repressão estatal e à estigmatização dos pobres e ativistas sociais, destacando a solidariedade entre os manifestantes, que se posicionam não apenas contra as medidas punitivas, mas também a favor da organização popular como força legítima de mudança social.

Estes (não tão) novos militantes de 2013 buscaram formas de engajar-se na política de maneira notavelmente confrontadora, distintas das negociações e consensos que caracterizaram o cenário político brasileiro nas décadas de 1990 e 2000. Distanciavam-se, por definição, da atuação majoritária das esquerdas pós-muro de Berlim e, no Brasil, pós-redemocratização, que haviam optado em grande parte pela via legalista, parlamentar e negocial. No entanto, também se distinguiram das abordagens utilizadas na outrora fase mais confrontadora da sociedade civil brasileira (até o início dos anos 1990). Pois, ao contrário dos manifestantes das "Diretas Já" ou dos "Caras Pintadas", os multifacetados protestos de 2013 não tinham bandeiras unificadoras em nível nacional como tinham sido eleições universais diretas nos anos 1980, a luta pela nova Constituição ou a deposição de um presidente em contexto hiperinflacionário de caos econômico no início dos anos 1990. Embora as questões de classe e propriedade permanecessem presentes, elas não detinham mais o título exclusivo de "rainhas" das reivindicações, dividindo espaço com temas relacionados à identidade e ao campo moral e dos costumes. Isso se evidenciou, por exemplo, com a emergência de manifestações como as "Marchas da Maconha" e as “Marchas das Vadias” durante os protestos de Junho, além do ativismo negro, indígena e LGBTQIA+.

No cenário político que envolveu os protestos de 2013, no entanto, os manifestantes não se encontravam em uma sociedade cujas formas de participação estivessem sufocadas, como aquela que, ao final dos anos 1970, viu a necessidade de estabelecer associações autônomas da sociedade civil para lutar pela democratização. Embora houvesse oposição contundente aos governos petistas, um *impeachment* não constituía o cerne predominante dos eventos em 2013 – como foi em 1992 e como seria em 2015/2016. O contexto econômico de 2013, marcado por uma inflação em ascensão, não se assemelhava, proporcionalmente, ao processo hiperinflacionário da era pré-Plano Real. Os manifestantes, ao que tudo indica, buscavam ampliar conquistas já existentes, não clamando por aquilo que ainda não fora instituído como outrora haviam feito. Não se evidenciava uma demanda pela criação de novas instituições. O que predominava era a denúncia de projetos inconclusos ao longo da extensa abertura política do Brasil, caracterizada pela fervorosa promessa de "cidadania" e pela mitigação das tradições concentradoras, desiguais, clientelistas e privatistas das políticas sociais do país.

O abandono das táticas de confronto em nome de negociações e conciliações institucionais dos anos anteriores abriu uma brecha para que coletivos em torno da questão urbana atribuíssem outros significados para "autonomia", desta vez em militâncias digitalizadas e instantâneas com redes de informação transnacionais, que rejeitavam os espaços de participação institucional previstos na legislação brasileira moderna, ironicamente, espaços de participação estes resultados das lutas de "antigos" movimentos sociais. E que também não lembravam os (agora) antigos e verticalizados movimentos operários e sindicais (estes que já haviam sido "novos" também nos anos 1970 e 1980), dispensando formas mais demoradas de socialização política e permitindo que "autonomia" significasse, desta vez, engajar-se e organizar-se instantaneamente como indivíduo, sem necessariamente envolver antigos princípios classistas rígidos ou engajamentos partidários e sindicais de longa data. Um contexto, portanto, ao mesmo facilitador e dispersante da militância em contextos digitais.

A sensibilidade em relação à periferização das populações urbanas e à problemática da moradia ressoou em diversas manifestações ao longo de 2013, como evidenciado pela imagem abaixo. A fotografia, da manifestação de 25 de junho de 2013 documenta lutas sociais promovidas em nome das periferias urbanas do Brasil, criticando de forma contundente políticas de segurança pública e urbanismo que historicamente marginalizaram as periferias e seus habitantes no Brasil. A faixa preta, remetendo ao luto, ecoa os dizeres "PM: não esquecemos Carandiru, Candelária e das favelas". Ela remete a eventos trágicos envolvendo violência policial contra civis. O massacre do Carandiru em São Paulo e o massacre da Candelária no Rio de Janeiro são referências diretas a episódios onde a ação policial resultou

em mortes de forma brutal, destacando um histórico de violência institucional contra comunidades marginalizadas, especialmente nas favelas.

Figura 20 – Manifestações de 25 de junho de 2013, São Paulo.



Acervo: Grafias de Junho.

A lembrança de eventos traumáticos (como Carandiru e Candelária) foi manifesta de forma a lembrar a conexão intrínseca entre as questões urbanas e a periferização. Estes traumas não apenas denunciavam a marginalização e a exclusão social, mas seriam como o uso da memória coletiva para evidenciar os desafios enfrentados por pobres periféricos nas grandes cidades brasileiras. Em 1992, no complexo penitenciário do Carandiru, na zona norte de São Paulo, mais de uma centena de detentos perderam a vida em meio a um conflito com a Polícia Militar, que interveio para conter uma rebelião em um ambiente marcado pela superlotação. O ano de 2013 testemunhava o julgamento e a condenação de dezenas de policiais por sua participação no que ficou conhecido como massacre do Carandiru, destacando a violência do Estado não apenas contra a população carcerária, mas contra as populações periféricas que constituem em maior número os encarcerados. A emergência dessas demandas nas manifestações, especialmente nas periferias paulistanas e em outras cidades do Brasil, evidenciou um acúmulo de "dívidas históricas" decorrentes do processo urbano no país.

Estudos de Raquel Rolnik (2018) contribuem para esclarecer que, a partir do final dos anos 1970, arquitetos e urbanistas começaram a se envolver nas discussões sobre políticas urbanas em meio ao processo de redemocratização, em um cenário de precariedade extrema e de expansão de "periferias em formação", carentes de infraestrutura básica como água, luz,

esgoto e calçamento. Tudo isto, deve-se lembrar, em um dos mais rápidos processos de urbanização mundiais até então, feito em grande parte no contexto autoritário marcado por uma lógica tecnocrática e muito pouco redistributiva. A autora destaca que nesse período, marcado por intensa movimentação social e pelo surgimento de uma moderna sociedade civil, desenvolveu-se uma esperança impulsionada pela agenda da Reforma Urbana. Essa pauta, derrotada nos anos de chumbo da ditadura após o AI-5, ressurgiu com vigor durante a redemocratização, impulsionada pelos movimentos de moradores de vilas e favelas, culminando no surgimento do Movimento pela Reforma Urbana. Este movimento adotava um projeto de construção inspirado nos exemplos dos estados de bem-estar social urbanos europeus, incorporando como elementos cruciais o controle do crescimento das cidades e políticas sociais necessárias para fornecer serviços como mobilidade, saúde e educação, além de uma abordagem de moradia socialmente orientada, distinta de uma "agenda tecnocrática de planejamento". Isso envolvia ações redistributivas por parte do Estado.

No entanto, Rolnik (2018) argumenta que, anos depois da consagração destes princípios em projetos como o Estatuto das Cidades, programas como o "Minha Casa Minha Vida", principal programa habitacional da gestão federal petista em especial a partir do segundo mandato de Lula, tiveram impacto econômico significativo na construção civil, sem, contudo, atender socialmente as necessidades habitacionais na mesma proporção. Ao contrário, estes programas aqueceram o mercado imobiliário, elevaram os preços dos aluguéis e inseriram vastas camadas sociais em áreas desurbanizadas, em terrenos de baixa qualidade, marcados pela lógica de guetificação e expansão periférica. Dessa forma, essas políticas sociais teriam pouco impacto no estrutural déficit habitacional brasileiro.

O lema "moradia para a periferia", pichado, pintado e sublinhado por muitos dos manifestantes no Junho de 2013, identificados com as periferias de regiões como São Paulo e Recife, surgiu em uma situação, portanto, marcada por ônus excessivo com aluguéis, falta de creches para crianças e comprometimento da renda familiar de classes baixas e médias com valores inflacionados e créditos hipotecários. Embora o crescimento econômico no Brasil durante os anos 2000 tenha elevado os salários e multiplicado as oportunidades de emprego, resultou também no aumento dos preços imobiliários. Em um país historicamente marcado pela concentração fundiária e latifundiária consagrada com a Lei de Terras de 1850, seguida pela especulação imobiliária como chave da urbanização na segunda metade do século XX, tentativas de reforma agrária ou urbana para mitigar essas desigualdades de acesso foram frequentemente derrotadas ou golpeadas na arena política (bastando lembrar-se, por exemplo,

de 1964). Isto ajudou a perpetuar um déficit habitacional persistente, o qual em alguns aspectos foi agravado após notáveis avanços econômicos.

Durante o governo Dilma, após o aumento do emprego com o aquecimento do mercado interno, houve uma insatisfação significativa entre milhares de jovens beneficiados pela expansão do ensino superior, que não encontravam empregos na mesma proporção. Essa insatisfação, juntamente com a crise habitacional mencionada, o aumento do custo de vida devido à inflação pelos efeitos da crise econômica internacional de 2008 e a manutenção de uma política rentista ajudaram a culminar nas manifestações de 2013, iniciadas após o aumento de 20 centavos na tarifa do transporte coletivo em São Paulo.

A questão do “direito à cidade” inflamou um transbordamento de insatisfações que, embora tendo importantes dimensões municipais (após o aumento das tarifas, em São Paulo e outras cidades), ganhou amplitude nacional, levando multidões às ruas e iniciando rebeliões que explicitaram fortes confrontos políticos na arena urbana. As classes médias, os setores influenciados pela narrativa liberal da grande imprensa e camadas sociais identificadas com o antipetismo incorporaram às ruas novos repertórios, diferentes do foco na questão urbana e nas contradições do desenvolvimento socioespacial. Mas isto não era novidade.

Luis Antonio Groppo (2008) chama atenção para o fato de, em 1992, os estudantes secundaristas terem dado a saída dos movimentos populares a favor do *impeachment* de Fernando Collor, espantando as pessoas na época que achavam tratar-se o movimento estudantil algo do passado. A cor escolhida inicialmente pelos estudantes não foi o verde-e-amarelo, mas sair de preto. A revista *Veja*, na época, segundo destaca Groppo, haviam chegado às ruas sem liderança de nenhum partido político, nem mesmo os de oposição. Os estudantes secundaristas fizeram o papel de “madrugadores”, portanto. Aos poucos, contudo, as classes médias incorporaram esta janela de oportunidade política, ecoando o “Fora Collor”, muitos já utilizando maquiagens e bandeiras com as cores nacionais – sendo os movimentos “derivados” (BRINGEL, 2013). Enquanto muitos dos líderes estudantis procuraram puxar refrões mais detidamente politizados (em apoio a Cuba e ao socialismo, por exemplo) e tentativas de organização operária se seguiram com outras pautas trabalhistas, o movimento se espalhou para além do Rio de Janeiro e São Paulo. Groppo destaca que, nesta amplificação, havia expectativas e medo de radicalização das multidões; mas os deputados aprovaram logo a autorização para o Senado processar o presidente por crime de responsabilidade, o que fez Collor ser afastado do cargo por seis meses e, em sequência, sofrer a derrota política do impedimento.

Em 2013, após uma significativa ascensão social nos anos pós-Ditadura Militar, especialmente durante os anos 2000, com o aumento do consumo, do acesso à educação e da

criação de empregos formais com direitos trabalhistas, persistia uma insatisfação pelo fato de essas conquistas não terem culminado em um amplo Estado de Bem-Estar Social. Essa lacuna tornou-se notável diante das dificuldades enfrentadas nas grandes cidades, denunciadas pelos primeiros manifestantes que tomaram as ruas em junho de 2013. Neste ínterim, como já demonstramos, a denúncia das remoções devido à Copa do Mundo que aconteceria um ano depois serviu como um estopim para que a questão da moradia e dos efeitos perversos da gentrificação também fosse levada à esfera pública mais ampla. Uma vez aberta, no entanto, a brecha do confronto político foi alargada, como acontecera (ainda que com menor intensidade) em 1992. Tonificados por frustrações sociais e mobilizações afetivas, indivíduos com ideias e repertórios ideológicos diferentes daqueles que inicialmente estiveram nas ruas em torno da questão da política urbana, muitas vezes com posições antissistêmicas. Facilitados pela convocação digital, outros sujeitos trouxeram às ruas significados e desejos difíceis de serem interpretados, tamanha a dispersão de conteúdos ideológicos e demandas. Ao reclamar, através do confronto, por uma outra política urbana, crítica à especulação imobiliária e à carestia, os primeiros manifestantes de Junho de 2013 agiram como iniciadores de uma onda de confrontos políticos, incontrolável diante do seu transbordamento e da quantidade de insatisfações e performances que acolheu. É importante notar que há grupos na sociedade brasileira responsáveis por trazer à tona este transbordamento, tensionando o esmaecimento dos confrontos, sejam eles os estudantes em 1992 ou o Movimento Passe Livre e seus aliados em 2013.

Figura 21 – Manifestações de 23 de junho de 2013, Rio de Janeiro.



Acervo: Grafias de Junho.

O slogan "pena de morte para corruptos" durante os protestos durante junho de 2013, visto na imagem acima, é altamente sugestivo de um ideário punitivista e moralizante que historicamente tem sido associado a parte das correntes políticas de direita no Brasil. Na

imagem acima, o refrão é carregado em uma faixa por uma pessoa de maior faixa etária, perfil diferente dos manifestantes do Passe Livre ou das periferias das grandes cidades que demandavam por questões relacionadas à urbanização. É importante lembrar que perfis sociais e etários parecidos emergiram nas ruas em 2013, destoando das juventudes universitárias e das esquerdas sindicalizadas ou partidárias que costumavam protagonizar protestos de ruas desde a redemocratização no país. Uma pesquisa do IBOPE realizada no dia 20 de Junho⁶⁶ indicava que apenas cerca de metade (47%) dos manifestantes eram de camadas médias oriundas de empregos da iniciativa privada, empresários ou profissionais liberais.

A perspectiva ideológica do cartaz acima encontra raízes na tradição de algumas correntes das direitas brasileiras, que historicamente têm defendido políticas de lei e ordem, enfatizando a autoridade do Estado e a necessidade de impor disciplina social por meio de medidas punitivas. Ao associar a corrupção a um crime passível de pena de morte, o *slogan* reflete uma postura política que prioriza uma percepção mais radical do sistema penal como forma de lidar com problemas sociais, em detrimento de abordagens mais inclusivas e sistêmicas, contrariando inclusive o Código Penal brasileiro e as demais legislações brasileiras, que não preveem em nenhuma situação pena capital para civis. Assim, "pena de morte para corrupto" não apenas expressa uma mera indignação diante da corrupção, mas revela uma orientação sociopolítica que valoriza a ordem, a disciplina e a punição rigorosa como princípios fundamentais para a governança da sociedade. Trata-se de uma perspectiva moral-punitiva que, em boa parte de seu código moral, recorre ao discurso do nacionalismo e apreço pelas Forças Armadas como ícones de "salvação nacional". Um conservadorismo que, desde a revitalização da sociedade civil nos anos 1970, estava distante das ruas, mas que voltou a aparecer em plena cena pública em 2013.

Gradualmente, as manifestações do Movimento Passe Livre e de outros grupos sociais que defendiam princípios de reforma urbana, como as organizações dos Comitês Populares da Copa e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, perderam relevância. Setores mais conservadores, inclinados a discursos moralizantes e a uma retórica patriótica, começaram a aparecer no cenário das manifestações. Demandas comuns à classe média tradicional, que tendem a girar em torno das conquistas do indivíduo e do progresso pelo trabalho apareceram nas ruas, suscetíveis a uma crítica liberal aos gastos públicos, à carga tributária e à suposta corrupção generalizada dos agentes públicos. A classe média, que nos anos 1990 esteve também

⁶⁶ Pesquisa disponível em [G1 - Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes - notícias em Brasil \(globo.com\)](https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/20/pesquisa-ibope-manifestantes.html). Acesso em 3 de agosto de 2024.

nas ruas a favor da deposição do impopular presidente Fernando Collor e contra a hiperinflação, agora aparecia em um ativismo autonomista e flexível.

Figura 22 – Manifestações ateam fogo à bandeira brasileira aos gritos de “essa bandeira mata índio”, na Avenida Paulista, 20 de junho de 2013.



Fonte: Imagem de Gustavo Basso/Acervo UOL

A disputa pelo emprego de símbolos que marcou todo o mês de Junho foi representada, particularmente, pelos vários usos da bandeira da República Federativa do Brasil. No centro da fotografia acima, um manifestante com vestimenta predominantemente preta e portando símbolos anarquistas apresenta sua afiliação ideológica com o uso de um lenço preto. A bandeira do Brasil sendo incendiada, com a legenda "essa bandeira mata índios", adicionava uma camada semântica adicional à imagem, sobrepondo-se ao nacionalismo exacerbado e as injustiças históricas e contemporâneas contra povos subalternizados do país. A combinação do preto (associado à resistência e rebeldia) com os símbolos anarquistas indica uma postura antiautoritária e anticapitalista. Nesse período, foi comum a adoção de repertórios anarquistas, tais como ação direta, a destruição de objetos e patrimônios que simbolizam o poder do mercado ou do Estado, além da exibição ostensiva de símbolos visuais, como cartazes e bandeiras ligadas à tradição ideológica anarquista.

No caso acima, a bandeira do Brasil foi destruída em nome de uma denúncia em relação ao secular colonialismo que permeia a estrutura da sociedade brasileira, e que remete a pilares básicos da fundação violenta da sociedade brasileira; uma espécie de alegoria antipoder, própria da tradição anarquista. No Brasil, a penetração do anarquismo é muito antiga, remetendo à grande onda imigratória de europeus no final do século XIX, às reuniões dos estrangeiros e à penetração de suas ideias nos movimentos operários e na imprensa do início do século XX. Os grupos anarquistas tiveram sabidamente um papel importante especialmente na mobilização de trabalhadores na Primeira República, quando participaram de comícios e manifestações e

lideraram greves na defesa de jornadas reduzidas e fim do trabalho infantil. Contudo, ao longo do século XX, a tradição anarquista foi eclipsada pela preponderância das ideias socialistas e comunistas entre os movimentos sociais e operários no país. Em 2013, em um contexto de repressão que lembrava em certos aspectos seus tempos da Primeira República, símbolos anarquistas foram utilizados em contexto de dispersão, remetendo não só a críticas estabelecidas contra relações politicamente verticalizadas, mas também a um uso de sua gramática simbólico-ideológica sem necessariamente estar ligado a propostas políticas de fundo anarquista. Isto porque nem sempre os protestos estiveram ligados a pautas explícitas da política, da economia ou da sociedade, mas também a métodos de reconhecimento e visibilidade das vozes dos cidadãos por meio da politização de corpos, símbolos e atos artísticos. O uso extensivo do corpo como uma ferramenta de expressão política e a elaboração cuidadosa de cenários dramáticos tornaram-se elementos intrínsecos à criatividade política nas ruas do Brasil. Tentar encontrar uma coerência ideológica em núcleos organizadores da ação política parece pouco eficiente na compreensão do seu caráter caleidoscópico e heterogêneo.

Ainda assim, em Junho, indivíduos portando signos, bandeiras e cores associados ao anarquismo orquestraram, como no passado, ações de protesto direcionadas contra ícones do capitalismo, notadamente instituições bancárias e multinacionais, em consonância com eventos semelhantes registrados em manifestações e protestos de natureza análoga ao redor do mundo. Contudo, ativistas adeptos da “ação direta” não se limitaram a tais alvos, visto que houve incidentes de depredações contra o patrimônio público. Um estudo dos cientistas sociais Fernando Antonio da Costa Vieira e Isaías Albertin Moraes (2017) revelou que, desde os primeiros atos, havia participação significativa de anarquistas, o que levou incredulamente a Polícia Civil a denunciar Bakunin como suspeito em inquéritos de investigação. Alguns portavam a bandeira preta, tradicional do movimento, ou a bandeira preta e vermelha do Socialismo Libertário bakuniano, além de outras simbologias notáveis como bandanas, lenços, escudos improvisados e o “desenho do A sobre o O (representando Anarquia é Ordem)”. Vieira e Moraes relatam que muitos dos manifestantes identificados com o anarquismo afirmavam estar marchando com o Movimento Passe Livre (MPL) e a Associação Nacional dos Estudantes Livres (ANEL), sendo contrários, contudo, ao “centralismo partidário” ou o controle dos movimentos por centrais sindicais.

Nos dias 6 e 7 de junho, por exemplo, houve registro de destruição da entrada de uma estação de metrô, de portas de um *shopping* e de bancas de jornais⁶⁷. As ruas, influenciadas pelo ativismo digital, serviram como catalisadoras de “transbordamentos”, possibilitando interpretações diversas dos símbolos adotados e a formação de ações que não necessariamente aderem a uma doutrina ideológica unificada e coesa – tornando difícil analisar, inclusive, se havia infiltrações ou ações visando prejudicar a imagem pública de outros manifestantes. Isto reflete a natureza fluida e mutável do ativismo contemporâneo, uma característica que facilitou o transbordamento de insatisfação para as ruas, mas também a tônica do confronto político. Símbolos, demandas e insatisfações do passado estavam ali, presentes na adoção de repertório de ação anarquista por vezes bastante agressivos e confrontadores, ecoando ideologias de penetração histórica muito antiga na sociedade brasileira.

Figura 23 – Manifestantes da ONG “Rio de Paz” fixam 594 bolas de futebol pintadas com cruces vermelhas sobre o gramado da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, no dia 25 de junho de 2013.



Fonte: de Michel Melo – Acervo UOL.

Recuperando uma tradição comum em outras manifestações dos anos 1980 e 1990, um outro uso da bandeira do Estado Nacional do Brasil ganhou as ruas em Junho e acirrou a *disputa simbólica*: o uso do pano verde-e-amarelo como demonstração patriótica de orgulho e amor pelo país e, ao mesmo tempo, simbolização da busca por ações (ou reações) consideradas positivas para o país, porém em prol de interesses de minorias. Assim, em meio ao “repertório

⁶⁷ UOL. Anos de Junho de 2013: a cronologia do mês que mudou o Brasil. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2023/06/06/10-anos-de-junho-de-2013-a-cronologia-do-mes-que-mudou-o-brasil.htm>. Acesso em 25 de setembro de 2023.

patriota” ao gosto de setores da classe média ligados a direita e a extrema-direita, tornou-se comum o enaltecimento de “símbolos, cores, hino e slogans nacionais (‘verás que um filho teu não foge à luta’; ‘o gigante acordou’), bem como a retomada de espaços canônicos das Diretas Já [...] e do Fora Collor (ALONSO, 2017, p. 52).

Em mais um uso de cenários dramáticos e criação de atos artísticos para expressão política, um dos traços distintivos do ‘novo’ ativismo observado em Junho, a ONG “Rio de Paz” fixou 594 bolas com cruces vermelhas sobre o gramado da Esplanada dos Ministérios, já no fim do mês de Junho, no dia 25. As bolas representavam as 513 cadeiras da Câmara dos Deputados e as 81 cadeiras do Senado Federal, em uma demonstração de como, para os participantes e manifestantes ligados à ONG, o Poder Legislativo supostamente seria ineficiente e afastado das necessidades de população. Há motivos para colocarmos em xeque as possíveis intencionalidades da montagem do fotógrafo ao realizar esta imagem, mas é importante constatar que atos semelhantes a este, com usos distintos da bandeira do Brasil associados a uma crítica genérica ao sistema político e aos políticos profissionais, foram observados no país inteiro. Isto é: recuperou-se uma tradição de crítica genérica aos representantes da sociedade no Estado com um sentido hipertrofiado do conceito de corrupção associado ao problema da ‘ética na política’, em uma interpretação comum ao repertório de um liberalismo conservador (OLIVEIRA, 2018).

Um cartaz em Belo Horizonte no dia 13 de junho⁶⁸ dizia, em cores verde-e-amarelo: “Não amo passeatas. Estou aqui cumprindo meu dever cívico. Eu amo o Brasil”. No dia 16, em plena Avenida Paulista, alguns manifestantes perguntavam: “cadê o dinheiro dos meus impostos?”. No dia seguinte, em cidades como Rio de Janeiro e Belo Horizonte, a reapropriação do hino aparecia na frase “entre outras mil és tu Brasil, a mais roubada”. Não havia aqui uma linguagem de cunho anarquista ou socialista, com críticas ao modelo de Estado ou ao sistema econômico capitalista, mas um discurso de fundo “moral e cívico”, revestido por uma ideia de “lealdade à pátria”. Um clamor por justiça e “amor ao Brasil” aparecia em interpretações mais moralizantes e com um especial apelo à “segurança” e à “ética”, como também demonstrado na imagem a seguir.

Os eventos de 2013 não seguiram um roteiro previsível e facilmente delineável, como se uma única entidade, a chamada “nova esquerda”, tivesse liderado os protestos antes de ser suprimida por forças “conservadoras”. Embora os campos vermelho e verde-e-amarelo tenham se identificado e denunciado um ao outro (como discutido no capítulo anterior), é preciso

⁶⁸ As referências aos cartazes estão disponíveis no acervo fotográfico Grafias de Junho. Disponível em <<http://grafiasdejunho.org>>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

analisar Junho como um intrincado mosaico de inovações metodológicas dentro das manifestações, capaz de proporcionar janelas de oportunidade para uma multiplicidade de atores, inclusive aqueles mais alinhados com um pensamento patriótico de tendência conservadora. Neste contexto, o emprego do então famoso refrão de que os manifestantes estavam "lutando pelo Brasil, e não por partidos" desempenhou um papel importante de mascarar orientações ideológicas subjacentes, criando uma fachada de neutralidade política.

Figura 24 – Manifestações de 15 de junho de 2013, em Brasília.



Acervo: Grafias de Junho.

Na imagem destacada acima, é notável a simultaneidade da utilização (mais uma vez) de símbolos patrióticos, como as cores da bandeira nacional e o cântico "um filho teu não foge à luta", expressando-se a demonstração de apreço pelas Forças Armadas, inseridas deliberadamente na fotografia, além do apelo por "ética" e "segurança". Essa fusão de elementos evoca uma ideologia patriótica, mais comumente associada à direita política.

O emprego de símbolos nacionais, como o verde-e-amarelo, o hino nacional e a bandeira, enfatiza uma retórica conservadora que reforça a manutenção da ordem, da segurança e a unicidade em torno da nação. A fotografia faz referência a uma composição de símbolos que estão em sintonia com ideologias pouco frequentes nas manifestações ocorridas após o período da Ditadura Militar, mas que retornaram à esfera pública em 2013. Não é um dado aleatório que estes ideários de direita tenham retornado às ruas após um relativamente longo ciclo de governos liderados por uma coalizão à esquerda. A novíssima situação de setores

progressistas no centro do poder, ainda que em arranjos negociais com grupos conservadores e situados mais ao centro, gerou uma situação favorável à mobilização oposicionista de indivíduos situados mais à direita do espectro políticos, desacostumados, desde as *Marchas da Família com Deus pela Liberdade*, em 1964, a utilizar politicamente as ruas ou mesmo construir engajamentos em movimentos sociais. Registros fotográficos⁶⁹ das marchas de março de 1964 demonstram, por exemplo, o uso do *slogan* “Verde e amarelo sem foice e martelo” por manifestantes, com camadas muito próximas ao “Pátria sem partidos” que proliferou em bandeiras também verde-e-amarelo em 2013. Com as devidas proporções, as Marchas aconteceram em um momento de confronto político exacerbado na sociedade, desestabilizando o governo de João Goulart e as propostas de reforma de um campo nacional-popular. Movimentos sociais e de rua estão “inclinados a combinar ações públicas – as performances – tanto para marcar suas demandas às autoridades como para criar e manter seus adeptos (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 35).

Desta maneira, a janela de oportunidades políticas foi utilizada para a apresentação pública de símbolos, gritos de ordem e demandas que remetiam a traços antigos de um conservadorismo brasileiro até então marcado temporalmente pela derrota política associada ao regime militar autoritário. Tratava-se de uma combinação, então, entre uma oportunidade nova/singular de demarcação de espaço e o uso de elementos de uma tradição socioideológica e simbólica conservadora enraizada em “espaços de experiência” (KOSELLECK, 2006) enraizados na sociedade brasileira.

5.3 JUNHO DE 2013 ENTRE OS DILEMAS DA PRECARIIDADE SOCIAL E DA VIOLÊNCIA POLÍTICA: NOVIDADES E TRAÇOS ANTIGOS

Na segunda metade de Junho de 2013, observam-se nos registros imagéticos das ondas de protesto daquele ano manifestações mais demarcadas de desaprovação em relação ao governo de Dilma Rousseff e ao Partido dos Trabalhadores, que, na época, completava uma década no comando do governo federal, além de gerir a cidade de São Paulo. Estas manifestações frequentemente se valiam do simbolismo patriótico, empregando a bandeira nacional e o hino.

⁶⁹ PRESSOT, Aline. Cinquentenário da Marcha com Deus, pela Família e a Liberdade: uma sociedade que não se reconciliou com a memória da ditadura. Entrevista especial. IHU On-Line, 18 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/529378-cinquentenario-da-marcha-com-deus-pela-familia-e-a-liberdade-e-uma-sociedade-que-nao-se-reconciliou-com-a-memoria-da-ditadura-entrevista-especial-com-aline-pressot->>. Acesso em: 21 ago. 2024.

Figura 25 – Manifestações de 17 de junho de 2013, em Vitória (ES).



Acervo: Grafias de Junho⁷⁰.

Na imagem acima, de Vitória (Espírito Santo), dia 20, três homens apareciam em destaque: um segurava a bandeira do Brasil, símbolo tradicional de patriotismo; outro ironizava com um cartaz o suposto impacto do governo de Dilma Rousseff na destruição do Brasil; e o terceiro exhibe um cartaz clamando pelo *impeachment* do PT. Essa combinação de símbolos patrióticos e mensagens antipetistas remete a uma classe média bastante perene a um liberalismo conservador e antiesquerda nas ruas. Revelava-se, assim, um momento em que o antipetismo começava a ganhar uma visibilidade até então inédita, tornando-se sustentáculo ideológico de repertórios de ação coletiva situados à direita do espectro político, algo que não era tão evidente nos anos anteriores, quando o governo Lula desfrutava de alta popularidade e o país experimentava um crescimento econômico considerável.

O antipetismo combina elementos de elitismo liberal-conservador refratário à expansão dos gastos estatais para políticas sociais, uma visão moral sobre os destinos do país focada na questão da corrupção e uma associação entre os governos petistas e a estagnação econômica, esta última já dando sinais no país após um robusto ciclo de crescimento. É sabido que, em períodos de agitação política significativa, o governo da situação é um alvo propenso a críticas. Contudo, desde Junho de 2013, começaram a surgir manifestações de confrontação agressiva ao Partido dos Trabalhadores (PT), configurando um oposicionismo fora da costumeira esfera eleitoral e parlamentar que os governos petistas já tinham.

A imagem acima evidencia, ainda, uma manifestação visivelmente misógina de desaprovação em relação à então presidente do Brasil. Ela é acompanhada de um apelo pelo

⁷⁰ Na imagem, cartazes com os dizeres “De quantas mulheres precisa para acabar com o Brasil? #Diuma” e “Impeachment PT!”

impeachment de Dilma, é importante destacar, naquela época, carecendo de um alicerce sólido de contraposições políticas. O sistema político brasileiro prevê a interrupção do mandato de um presidente eleito somente em casos de denúncias de crimes de responsabilidade apresentadas ao Legislativo, uma condição que não estava presente naquele momento. Vale ressaltar que, apesar de ter havido crescente insatisfação desde o início do mandato, a presidente Dilma Rousseff e seu governo mantiveram índices significativamente elevados de popularidade política até o mês de Junho, quando a situação começou a sofrer uma transformação notável. Nesse período, para além de uma demonstração de ódios ao PT e o que este representava na política nacional, a expressão de hostilidade política em relação a partidos e símbolos associados à esquerda tornou-se um elemento central do confronto político.

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2022) argumenta que os argumentos anticomunistas invariavelmente se estruturaram sobre matrizes discursivas que apareceram durante o contexto do “Plano Cohen”, que deu vazão à trama que levou à imposição do Estado Novo varguista, na conspiração que resultou no golpe de 1964 e, mais recentemente, na escalada de discursos nacionalistas da década de 2010. Estas matrizes seriam a religião e a moralidade conservadora, o patriotismo autoritário que preza por “ordem e segurança” e o liberalismo elogioso da primazia do mercado. Em Junho de 2013, estas manifestações mais explícitas de uma matriz de afetos políticos visceralmente intolerante aos setores de esquerda, travestida de “apartidarismo”, aparecia nas ruas brasileiras.

Parte da classe média brasileira, percebendo pouco impacto das políticas redistributivas associadas aos governos petistas em seus ganhos, alimentou ainda mais o mal-estar em relação aos “usos” do Estado pelo maior partido de esquerda do país. Com a oportunidade política aberta pelas manifestações urbanas do início de Junho de 2013, essa classe média ressentida trouxe suas insatisfações às ruas, de forma incomum naquela época, com posições à direita marcadas por uma preocupação “moralizante” e ímpetos “patrióticos” – semelhantes às manifestações que antecederam e seguiram ao golpe de 1964.

Praticamente cinco décadas antes, uma ampla frente de “grupos identificados com a direita” mobilizou-se de forma oposicionista ao governo trabalhista de João Goulart, a partir do qual Janaína Martins Cordeiro (2021) identificou uma congregação de narrativas anticomunistas de tom aparentemente defensivo e a defesa do que seriam os pilares da sociedade (a Pátria, a democracia – em uma clara contradição, pois esboçavam a retirada de um presidente legitimamente eleito –, a Constituição e o cristianismo). Narrativas marcadas pelo tom reativo e defensivo ao avanço da esquerda na sociedade reapareciam em 2013, não (ainda) explicitamente conclamando por intervenções militares naquele momento, mas também

fazendo uma associação do tripé antiesquerda, anticorrupção e patriotismo. Não é ocasional que as demonstrações de antipetismo apareçam, na maior parte das imagens (como a demonstrada acima), associada à bandeira verde-e-amarelo e/ou numa retórica conservadora em torno da comoção anticorrupção.

Como já mencionado, grupos antipetistas chegaram a vandalizar bandeiras vermelhas na Avenida Paulista, e foram relatados inúmeros incidentes violentos envolvendo manifestantes que portavam bandeiras de partidos de esquerda, muitos dos quais tiveram que se retirar das ruas ou tiveram seus símbolos destruídos. Insultos a militantes à esquerda, que demonstravam suas afiliações e identidades coletivas, tornaram-se comuns em cartazes, especialmente quando ativistas menos associados a coletivos organizados urbanos começaram a se juntar às manifestações na segunda metade do mês. Além disso, é possível perceber que as manifestações de oposição ao governo e ao partido também refletiram uma insatisfação difusa, muito generalizada contra o sistema político em geral, mas que teria como reforço um antipetismo não ocasional, incomum na esfera pública.

No Brasil dos anos 2010, traços mais antigos do anticomunismo, advindos de uma época em que a União Soviética ainda era um ator político relevante da geopolítica mundial, foram manifestados em estratégias de mobilização antipetista, que acusavam o partido e seus governos de ameaçar a moral, a propriedade, a meritocracia individual e a honestidade, associando-os com escândalos públicos e “perigoso” controle da esquerda dos recursos do Estado resultantes da tributação dos cidadãos mais “honestos”. Assim como em 1964, boa parte destas reclamações vinham também de uma classe média, frequentemente de faixas etárias mais elevadas do que os jovens nos primeiros dias, e também associavam um discurso moral ao que percebiam como ameaça petista aos cofres públicos e à moral da pátria brasileira. Salienta-se que, em 2013, a associação PT-corrupção foi incessantemente inserida pela grande mídia na agenda pública desde meados dos anos 2000.

Em 2013, observou-se um acúmulo de capital político opositor a esta esquerda mais moderada, representada pelo PT, percebido como uma tentativa corrupta de assistencialismo ou mesmo uma fonte de decepção e fracasso da defesa ética na política. A concepção de um Estado ineficiente e um partido permeado por práticas de esquemas de corrupção consolidaram, ademais, estes ressentimentos emocionais em relação à esquerda. Em investigações conduzidas posteriormente a 2013, a socióloga Esther Solano (2016, p. 19) elucidou quão disseminada foi a representação de que a classe média seria “vítima de tantos anos de governo petista em prol de uma política paternalista e eleitoralista”. Essa percepção intensificou-se durante a primeira gestão de Dilma (2011-2014), quando a estagnação do poder de compra e os indícios de uma

vindoura crise econômica foi capaz de inflamar insatisfações já existentes entre os "cidadãos-consumidores". Curiosamente, alerta a autora, poucos foram os indivíduos que expressaram preocupações sobre justiça tributária, já que a carga de impostos no Brasil é histórica e proporcionalmente menor para grandes fortunas e patrimônios. Parte da classe média, desse modo, percebia pouco impacto das políticas redistributivas e "assistencialistas" associadas ao PT, alimentando ainda mais o mal-estar em relação aos "usos" do Estado pelo maior partido de esquerda do país.

A oposição, seja moderada ou radical, às políticas geridas pela coalizão petista apresentava uma extensa área de insatisfações. Setores progressistas também criticavam o uso do dinheiro público e as prioridades estatais; mais à esquerda, o MPL e o MTST questionaram a política conciliatória do PT, acusando-a de não confrontar o "parasitismo" atribuído ao grande capital rentista e especulativo. Insatisfações diversas, provenientes de origens ou recortes de classe distintos, como as da periferia metropolitana (indignados com as remoções nas cidades-sede da Copa) ou da classe média alinhada a um ideário liberal e individualista, crítica ao Estado (manifestantes que demandavam "escolas e hospitais padrão Fifa").

Entretanto, a crescente insatisfação, avivada pela prolongada campanha da grande mídia, que maquinava um liberalismo conservador de cunho moralista, consolidou-se de maneira contundente contra o Partido dos Trabalhadores, detentor do poder há uma década. Essa insatisfação, embora originada em críticas mais à esquerda, encontrou eco, sobretudo, em esferas mais à direita, associando o petismo a uma antítese do esforço individual meritocrático e da moralidade. Este foi um elemento fundamental para que o confronto voltasse à tona como elemento central da vida política do Brasil em 2013. Geraram-se janelas de oportunidade para quebrar o pacto de conciliações ou tratativas de interesses nas limitadas perspectivas institucionais, como acontecera nos anos 2000.

De modo intrigante, observou-se um aumento exponencial de ofensas preconceituosas, expressões de baixo calão, xingamentos de todo tipo e caricaturas pornográficas direcionadas à presidente Dilma ao longo do mês de Junho de 2013, conforme evidenciado por vastos acervos imagéticos do evento. Isso nos conduz à reflexão sobre uma maior aceitação pública de ofensas politicamente motivadas, destituídas de um filtro ético ou característico de uma convivência democrática. Uma faceta intolerante, com lastro histórico no antigo anticomunismo.

A interpretação de Jessé de Souza (2016, p. 87-98) sobre o fenômeno que "federalizou" parte dos protestos, direcionando-os para uma postura oposicionista em relação à presidente e ao ciclo de governos petistas, é pertinente para explicarmos a virada de chave que este momento significou no tratamento dos confrontos políticos no país. O autor argumenta que Junho de 2013

marcou a criação de uma "estética e moral do movimento antigoverno federal", com adoção de elementos patrióticos em sua simbologia, e que se beneficiou da ampla cobertura da mídia, especialmente a Rede Globo, contra a "corrupção". Essa abordagem, como observa Souza, não oferece uma compreensão realista do mundo, mas permite "distorções, seletividade e manipulação emocional", enquanto direciona o fogo para o "inimigo de classe do momento". O sociólogo argumenta que o discurso de criminalização da política, associado ao liberalismo conservador que prega a redução do tamanho do Estado e de seus gastos, atinge especialmente os partidos de esquerda, que, até 2013, eram os que sabidamente tinham maior capilaridade e militância no Brasil.

Portanto, segundo Jessé de Souza, a retórica antipartidária mascararia o esforço da mídia e dos ativistas opositores para atacar o governo de Dilma Rousseff e o PT, criminalizando a militância política que, historicamente, costumava ser maior na esquerda até 2013. Eles o fazem por meio de narrativas patrióticas e moralizantes, que reforçam a ideia de que a corrupção no Brasil é endêmica, o Estado é ineficiente e que o saque aos cofres públicos teria piorado sensivelmente durante os anos de governança do PT. Dessa forma, a interpretação do sociólogo corrobora a ideia de que as janelas de oportunidade política abertas por Junho de 2013 permitiram o surgimento de um ativismo opositor antiesquerda mais combativo, com destaque para a atuação de uma classe média de renda mais alta, distante do perfil de jovens, estudantes e "subproletários urbanos" que também estiveram nas ruas em 2013 marchando primordialmente por temas urbanos de recorte progressista.

A análise de Jessé de Souza é fundamental para compreender o papel da grande imprensa na configuração de um ativismo opositor aos governos petistas, de teor liberal-conservador, muitas vezes em um tom que desprestigiava também o Estado e sua (in)capacidade de manter suas funções com moralidade pública. No entanto, é preciso ter cuidado para não incorrer no determinismo da ideia de um golpe conspiratório orquestrado majoritariamente pela grande imprensa. É importante reconhecer a complexidade das interações entre os meios de comunicação e os diversos fatores políticos e sociais que moldaram os eventos históricos, evitando simplificações excessivas que possam borrar a complexidade daqueles eventos.

Em Junho de 2013, a manifestação pública de oposição e confronto, e por vezes de violência política, em detrimento de abordagens mais conciliatórias, tornou-se uma ocorrência comum em todo o território nacional. Em meados do mês, pessoas que não eram convocadas por partidos ou centrais sindicais, sem grande envolvimento em coletivos ou agremiações políticas, apareceram nas ruas. Não há como ignorar os grandes indícios de novidades orquestradas no grande ciclo de Junho: o ativismo digital de grandes proporções, o

ressurgimento de mobilizações à direita, o facilitamento da mobilização de indivíduos incomuns nas ruas, a facilitação de convocações e acesso a informações sobre as ações coletivas. Este período marcou o início de uma nova fase na interação entre a sociedade civil e o Estado no Brasil, sucedendo o período de participação institucional e avanços democráticos que ganharam ímpeto a partir da promulgação da Constituição de 1988. Movimentos e oposições, que anteriormente não nacionalizaram movimentos massivos na segunda metade dos anos 1990 e nos anos 2000, passaram então a transbordar conflitos amplos e nacionais que transcenderam a esfera parlamentar, institucional e eleitoral.

As ruas do Brasil tornaram evidente a urgente necessidade de aprofundar a agenda de direitos sociais, especialmente nas grandes e caóticas cidades, ao mesmo tempo em que expuseram os limites intrínsecos aos modelos de crescimento econômico e aos pactos políticos que, nos anos 2000, buscaram evitar confrontos mais incisivos. As manifestações de 2013 também revelaram o potencial de um campo opositor que, já naquele momento, abrigava minorias inclinadas à radicalização e à violência política. Historicamente, em um país como o Brasil, a radicalização antipartidos tende a impactar mais intensamente a esquerda política, devido à sua capilaridade, organização partidária e militância. Durante as chamadas “Jornadas de Junho,” o campo de insatisfações ora dirigia sua atenção ao Estado, à propriedade e a um modelo de crescimento concentrador e percebido como (ainda) pouco redistributivo; ora se voltava criticamente contra o ciclo de governos petistas, ou assumia uma performance de estética militarista, exaltando a “ordem,” a “honestidade” e a “segurança.” Assim, 2013 representou uma espécie de “redescoberta” da política, quando até mesmo os indivíduos mais distantes da mobilização organizada desafiaram os confins convencionais de gabinetes, textos parlamentares, rituais eleitorais e acordos discretos, rompendo com o paradigma da negociação e da política como ritual. Naquele ano, a prática da política retornou às ruas até então esvaziadas, com a potência inerente à ocupação dos territórios urbanos e continentais do Brasil, revelando projetos de longa data de uma sociedade em movimento e expondo a complexidade e a profundidade das aspirações e frustrações coletivas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações de Junho de 2013 emergiram em um quadro temporal que revela um aparente paradoxo: simultaneamente, elas se situam tanto na *continuidade* quanto na *ruptura* com uma história dos confrontos políticos do país. Por um lado, representam uma continuidade, pois os ciclos de protesto são fruto de um longo processo de maturação da moderna sociedade civil brasileira, iniciado na década de 1970, que possibilitou momentos de luta cívica e efetivação de direitos em uma sociedade cujas tradições ainda são saturadas pela lógica da "dádiva", herança do autoritarismo, do personalismo e do escravismo. Os manifestantes de 2013 poderiam ser, assim, vistos como herdeiros de uma história de demandas por direitos sociais, que remonta à luta contra a Ditadura Militar. Em Junho, esta tradição apareceu na condição dos ativistas denunciadores de um planejamento urbano visto como autoritário e concentrador, a despeito dos ciclos de crescimento econômico vividos pelo Brasil. Continuidade também, pois os protestos se inserem em tradições do pensamento de brasileiros que, desde o pós-guerra, têm demonstrado indignação periódica contra a corrupção e em favor da moralização da política, com um receio dos radicalismos supostamente atribuídos às esquerdas.

Por outro lado, Junho de 2013 marcou um ponto de ruptura; como uma novidade intempestiva. Reavivou o confronto político nas ruas em escala nacional após um período de baixa mobilização popular e esvaziamento das ruas vivido desde meados dos anos 1990. Marcou a ascensão da Web 2.0, das redes sociais, do ativismo descentralizado, do autonomismo, da instantaneidade das interações e difusões facilitadas e dispersas de ideários políticos. Foi novidade também no próprio campo das esquerdas, já que grupos como o Movimento Passe Livre e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto demonstraram rejeitar a opção pelo centrismo e pela moderação, reivindicando aprofundamentos de reformas redistributivas e urbanas que poderiam confrontar interesses dos setores produtivos, financeiros e empresariais. A nova onda de protestos trouxe também "novíssimos" (GOHN, 2019) sujeitos: indivíduos portando uma infinidade de cartazes e *slogans*, muitas vezes sem identificação socioideológica declarada ou uma prévia adesão a centrais, declarando estar pela primeira vez nas ruas. Aquele ano revelou, para surpresa de muitos, que os ideários conservadores, impulsionados pelas tradições liberal-empresariais, moralizantes, nacionalistas e antiesquerda, eram representativos de parcela nada desprezível da sociedade brasileira. Lá estava ela, viva, ainda que, naquele momento, sem unificação em torno de projetos comuns e pouca capilaridade partidário-organizativa: a direita. Uma geração que nunca tinha visto, presenciado ou participado de uma onda massiva de mobilizações em seu próprio país assistiu e protagonizou

um mosaico heterogêneo de demandas, ideários, símbolos, gritos e projetos. 2013 evidenciou assim, simultaneamente, a *tradição* e a *disrupção*.

Durante o processo gradual de redemocratização iniciado nos anos 1980, o Brasil foi incorporando, de forma paulatina, as demandas sociais dos movimentos outrora combativos e resistentes ao regime autoritário. As ruas, então, esvaziaram-se durante os governos do PSDB e nos anos de ascensão do lulismo. Não mais pela repressão característica dos Anos de Chumbo, mas pelo aprofundamento das tendências centristas e pragmáticas que dominaram os antigos protagonistas da mobilização popular, especialmente após a ascensão do Partido dos Trabalhadores à Presidência em 2003. Projetos e promessas latentes no campo urbano e no plano dos direitos que dependem de uma ação efetiva e duradoura do Estado (habitação, transporte, locomoção, serviços públicos adequados, infraestrutura comunitária) remontavam aos movimentos organizados durante a Abertura e, ainda antes, às discussões sobre as Reformas de Base dos tempos de João Goulart, e foram retomados por ativistas que vislumbravam a possibilidade de um aprofundamento redistributivo ou de um avanço no “direito à cidade”. Isso demandaria o enfrentamento da crescente especulação imobiliária, da lógica de periferização e do privatismo. O material produzido pelos próprios manifestantes — perceptível nos cartazes e nas descrições dos protagonistas desses movimentos, que serviram de fonte para esta tese — revela que a luta pelo cumprimento da “função social da propriedade,” um princípio jurídico e político inscrito na Constituição desde o final dos anos 1980, foi evocada utopicamente em muitas das discussões conduzidas nas ruas.

Um certo desencanto dentro do campo progressista contribuiu para preencher o “vácuo” temporário que viviam as ruas brasileiras, abrindo um espaço de reivindicações para manifestantes das periferias, ações dos sem-teto, deslocados ou desalojados pelas obras da Copa e as angústias dos trabalhadores precarizados e sem acesso a habitação ou transporte dignos. Por outro lado, também proporcionou uma oportunidade singular para as camadas médias da população, também indignadas com um certo descompasso entre o Estado e sociedade, com os escândalos de corrupção e a pressão da carga tributária que ameaçava seus ganhos. Muitos destes se uniram sob as cores verde-e-amarelo, repudiando divisões partidárias como prejudiciais ao país e destacando, não raramente, as liberdades individuais e econômicas como superiores à organização político-partidária e à intervenção de um Estado visto como ineficaz em suas atribuições mais básicas — aquele que, alinhado ao discurso da grande imprensa, supostamente taxa muito e gasta mal.

A análise dos eventos de Junho de 2013 revelou, desta forma, uma ressurgência significativa do confronto político no Brasil, após décadas de relativa estabilidade no ritmo dos

conflitos sociais e nas práticas de negociação que passaram a caracterizar o período da redemocratização após a Constituinte. Desde a crise que culminou no fim da Ditadura Militar, o cenário político brasileiro oscilou entre momentos de intensa confrontação e períodos de pacto e negociação. A transição dos grandes conflitos e mobilizações dos anos 1970 e 1980 para as tentativas de negociação e incorporação institucional após o impeachment de Fernando Collor e ao longo dos anos 2000 marcaram uma trajetória complexa. Em 2013, o ciclo de protestos emergiu como ruptura com o esgotado espaço de negociação e institucionalização das demandas políticas, evidenciando também desgastes com o ciclo de governos petistas e a impossibilidade de acomodar projetos políticos díspares.

A direita, envergonhada, que até então havia se mantido em um paradigma de retraimento devido à associação com o regime autoritário, encontrou uma nova oportunidade para manifestar suas tradições: a defesa da propriedade e do indivíduo, a preocupação com a moralidade e a “honestidade” e o apego por uma visão pretensamente uníssona de nação – esta última, remetendo a expedientes autoritários e fascistas utilizados pelos setores conservadores ao longo da República. Ao mesmo tempo, a esquerda, parte dela já institucionalizada, foi desafiada por propostas mais amplas de reforma, refletindo uma insatisfação crescente com a agenda política moderada dos governos petistas. O ano de 2013 conformou, assim, uma “saturação de agoras” (BENJAMIN, 1994): uma irrupção repleta de projetos e expectativas políticas que desafiam narrativas lineares e permitem repensar temporalidades da história republicana brasileira.

Ao final de Junho de 2013, o Brasil testemunhou, com alerta por parte de alguns dos próprios manifestantes, uma ressurgência do confronto político que expôs fragilidades na aceitação das regras democráticas estabelecidas desde os anos 1980. A destruição de símbolos políticos, os gritos para “pena de morte” a corruptos, as bandeiras mordidas nas avenidas, a perseguição a manifestantes e a intolerância manifestada por alguns grupos em seu vocabulário agressivo mostraram um autoritarismo persistente e muito mais profundo do que aquele identificado com a atuação repressiva das Polícias.

O fenômeno de Junho de 2013 possibilitou a reativação de uma polarização ideológica entre os grandes campos da esquerda e da direita, que havia se enfraquecido nas décadas anteriores devido a políticas de conciliação e deslocamentos ao centro. Essa renovada polarização lembra, não à toa, períodos anteriores, como os anos 1961-1964 e a longa abertura política que se seguiu, quando diferentes setores da sociedade se enfrentaram em disputas sobre projetos e visões para o país. Afinal, durante o mandato de João Goulart, o Brasil havia vivenciado um intenso embate entre forças progressistas e conservadoras, caracterizado por

uma polarização aguda que culminou no golpe militar e na instauração de um regime autoritário de amplo apoio civil. Já na longa abertura política que se seguiu paralelamente à erosão da base da Ditadura Militar, o cenário político foi marcado por disputas e negociações entre diferentes setores – que queriam ditar a velocidade, o direcionamento e a profundidade das reformas e do regime político a ser construído. Destas disputas, nasceram, por exemplo, o Sistema Único de Saúde e os capítulos mais progressistas da Constituição, mas também o permanente paradigma de criminalização dos movimentos populares. Assim, em 2013, ativistas com diferentes gramáticas de mobilização – do “direito à cidade” ao patriotismo antipartidário – disputaram territórios urbanos, corações e mentes.

Um olhar atento tanto à irrupção de 2013 quanto ao campo de experiências de confrontos anteriores possibilita questionar a ideia de uma sociedade brasileira inclinada à aceitação passiva e à negociação. A violência e a intolerância política manifestadas nas ruas durante aquele período, alimentadas por narrativas e atitudes de flerte autoritário, direcionadas especialmente contra as esquerdas e propostas reformistas mais radicais — alvo já conhecido de criminalizações e golpes na história da República — revelaram contradições e fragilidades da *jovem* democracia brasileira. Relatá-las e compreendê-las é uma tarefa importante para o Presente, sobretudo ao reconhecer que uma parte significativa da sociedade brasileira tende historicamente a recorrer a expedientes violentos quando o dissenso político se agudiza. Ainda assim, esta tese buscou, ciente dos riscos envolvidos, recusar a ideia de que a tradição autoritária do país se configura como *destino* de sua população. Esta que, a despeito de suas limitações, é capaz de organizar e publicizar projetos, demandas e angústias, reacendendo experiências que, embora inconclusas e periodicamente interrompidas, demonstram o potencial democrático das ruas e da contestação realizada no debate da esfera pública.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução: Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009

ALCÂNTARA, Mauricio Fernandes de. **Gentrificação**. São Paulo: Enciclopédia de Antropologia - USP, 2018 (Verbetes).

ALONSO, Angela. A política das ruas. **Novos Estudos** (CEBRAP), v. Especial, p. 49-58, 2017.

_____. **Democracia em Risco?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. 'Junho de 2013 é um mês que não terminou', diz socióloga. **BBC News Brasil**. Junho/2018. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44310600>>. Acesso em 08 de setembro de 2019.

_____. **Treze: A política de rua: de Lula a Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Manifestações são "ideologia em estado puro", afirma cientista político**. Entrevista concedida a Danilo Mekari. Portal Aprendiz/UOL. 21 jun 2013. Disponível em <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2013/06/21/para-cientista-politico-manifestacoes-sao-%E2%80%9Cideologia-em-estado-puro%E2%80%9D/>>. Acesso em 11 de outubro de 2022.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDRÉS, Roberto. **A razão dos centavos: crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

AQUINO, Jackson Alves de. Conservadorismo e ressentimento: duas fontes do antipetismo. In: SILVA, Emanuel Freitas da; FROTA, Francisco Horácio da Silva; SILVA, Maria Andréa Luz da. (Orgs.). **Atores políticos e dinâmicas eleitorais**. Fortaleza: Edmeta, 2019, v. , p. 232-273.

ÁVILA, Thiago André Pierobom de. Violência policial: estratégias de controle pelo Ministério Público. In: SALGADO, Daniel de Resende Salgado; DALLAGNOL, Deltan Martinazzo; CHEKER, Monique (Orgs.). **Controle externo da atividade policial pelo Ministério Público**. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2016, p. 462-499.

AVRITZER, Leonardo. **Os Impasses da Democracia no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. v. 1. 153p.

_____. Pêndulo da Democracia no Brasil. **Novos Estudos** (CEBRAP), v. 37, p. 273-289, 2018.

_____. The Rousseff impeachment and the crisis of democracy. In: **Brazil Critical Policy Studies**, v. 11, p. 352-357, 2017.

_____. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública** (UNICAMP. Impresso), v. 8, p. 383-398, 2012.

AZEVEDO, Fernando Antônio Farias de. **A grande imprensa brasileira: paralelismo político e antipetismo (1989-2014)**. Tese (Titular) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas - uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa De História**, v. 52, p. 397-419, 2021.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre a filosofia da história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Por uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

_____. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al. (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. p.29-46

BITTAR, Eduardo. Crise Política e Teoria da Democracia: Contribuições para a consolidação democrática no Brasil Contemporâneo. **Revista de Informação Legislativa**, v. 211, p. 11-33, 2016.

_____. Democracia e Políticas Públicas de Direitos Humanos: a situação atual do Brasil. **Revista USP**, v. 119, p. 11-28, 2018.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

BORGES, André; VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, v. 24, p. 53-89, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. **Insight Inteligência** (Rio de Janeiro), v. 62, p. 42-53, 2013.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013? Dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nueva Sociedad**, v. 259, p. 4-17, 2015.

CAMPOS, Emerson Cesar de; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Tempo Presente: entre operações e tramas. **História da Historiografia**, v. 2, p. 97-113, 2017.

CARTY, Carolina Gabriel; COSTA, Luiz Augusto Maia. Dos Movimentos Sociais ao Estatuto da Cidade: breve histórico do processo de fomentação de uma nova concepção de planejamento urbano no Brasil. In: **Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, 2014.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na era da internet**. Rio de Janeiro, Zahar 2013.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAUÍ, Marilena. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. **Revista Teoria e Debate**. 27 jun. 2013. Disponível em <<https://teoriaedebate.org.br/2013/06/27/%EF%BB%BFas-manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo/>>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

COWAN, Ben. Pauta de costumes revela como guerra cultural é central para o radicalismo direitista. Entrevista concedida a João Vitor Santos. **Instituto Humanitas Unisinos**, 31 jul 2021. Disponível em <<https://www.ihu.unisinos.br/611571>>. Acesso em 11 de outubro de 2022.

CORDEIRO, Janaína Martins. A Marcha da Família com Deus pela liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. **Revista de História**, v. 180, p. 1-19, 2021.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018.

DE MORAES, Wallace dos Santos. **2013 – Revolta dos Governados** – ou, para quem esteve presente, revolta do vinagre. Rio de Janeiro: OTAL/UFRJ, 2018.

DOSSE, François. **A história**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

_____. História do tempo presente e historiografia. In: **Tempo e Argumento** (PPGH/UDESC). Vol 4, n. 01, Florianópolis, 2012.

_____. **O renascimento do acontecimento**. São Paulo, Editora UNESP, 2013.

FARIAS, José Almir; ALVIM, Angélica Tanus Benatti. Higienismo e forma urbana: uma biopolítica do território em evolução. **URBE – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 14, p. 1-16, 2022.

FALCHETTI, Christiane. Tendências recentes da ação coletiva no Brasil: Emergência e significado do autonomismo no contexto sociopolítico. **Revista eletrônica de estudos latinoamericanos**, vol. 20, n. 78, p. 1-24, 2022.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização**. 9ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, v. 4, p. 135-178.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

GENTILE, Fábio. A direita brasileira em perspectiva histórica. **Plural (USP)**, v. 25, p. 92-110, 2018.

GOHN, Maria da Glória. Marcos Referenciais Teóricos que tem dado suporte às análises dos movimentos sociais e ações coletivas no Brasil -1970-2018. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, p. 5-33, 2018.

_____. **Participação e Democracia no Brasil**: Da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. 1a Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

GROPPO, Luis Antonio. As passeatas pelo impeachment em 1992 e os jovens "carapintadas". In: GROPPPO, Luís Antonio; FILHO, Michel Zaidan; MACHADO, Otávio Luiz (Orgs.). **Movimentos juvenis na contemporaneidade**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008, v. 1, p. 39-52.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, vol 29, p. 73–89, 2012.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KAWANISHI, Paulo. O Anonymous nas Jornadas de Junho: questões sobre autoria no Facebook. **Entremeios**, v. 15, p. 213-224, 2017.

KAYSEL, André. Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião Velasco e Cruz; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, v. 1, p. 49-74.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura (UFU)**, v. 8, p. 97-119, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2014.

_____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. RJ: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

LUCA, Tania Regina de. Revista do Brasil (1938-1943): um projeto alternativo? In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Orgs.). **Política, nação e edição**. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XIX. São Paulo: Annablume, 2006, v. 1, p. 315-334.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luíza. (orgs.) **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p

MARICATO, Emilia. É a questão urbana, estúpido. **Le monde diplomatique**, São Paulo, p. 6 - 7, 01 ago. 2013.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Estado e lutas sociais no Brasil (1989-2019)**. Porto Alegre: ODELA/UFRGS, 2019.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história - interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 73-98.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 11-48, 2009.

MENESES, Sônia. A mídia, a memória e a história: a escrita do novo acontecimento histórico no tempo presente. **Anos 90 (Online)** (Porto Alegre), v. 19, p. 1-36, 2012.

_____. “Fora Collor” e Marchas de Junho: Imprensa e construção de sentidos sobre as mobilizações populares de 1992 e 2013. **RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. XXII, p. 13-22, 2014.

_____. **Operação Midiográfica: O Golpe de 1964 e a Folha de S. Paulo**. São Paulo: Intermeios, 2017.

MENEZES, Diego Matheus Oliveira de. Movimentos sociais e confronto político: Apontamentos sobre o pensamento de Sidney Tarrow. **Estudos de Sociologia**, v. 24, p. 305-319, 2019.

MIGUEL, Luís Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: Esther Solano Gallego. (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

_____. O mito da ideologia de gênero no discurso da extrema-direita brasileira. **Cadernos Pagu** (UNICAMP), v. 62, p. 1-14, 2021.

MORAES, Wallace dos Santos. **2013: Revolta dos Governados ou, para quem esteve presente, revolta do vinagre**. Rio de Janeiro: OTAL/UFRJ, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, v. 10, p. 109-137, 2018.

_____. (Org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

NERI, Marcelo Cortes. **A Classe Média Brasileira**. Brasília: Imprensa Nacional, 2014 (Série Assuntos Estratégicos).

NOBRE, Marcos. **Choque de Democracia** – Razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

PASTOREAU, Michel, SIMONMET, Dominique. **Le Petit Livre des couleurs**. Paris: Collection Points, Éditions du Panama, 2007.

PEREGIL, Francisco. A vitória das manifestações leva mais gente às ruas. Tradução de Cristina Cavalcanti. **El País**, 21 de junho de 2013.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova** [online]. 2017, n. 100, p. 119-153.

_____. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói** (USCS), v. 24, p. 87-118, 2006.

_____. O que as teorias do reconhecimento têm a dizer sobre as manifestações de rua em 2013 no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 1071-1091, 2016.

_____. Tempos de pós-democracia: ausência do povo. [Debate]. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 472 - 481, maio/ago. 2017.

RIBEIRO, Renato Janine. A violência faz a diferença. **Instituto Humanitas Unisinos**. 18 jun 2013. Disponível em <<https://www.ihu.unisinos.br/noticias/521098-a-violencia-faz-a-diferenca-artigo-de-renato-janine-ribeiro>>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

RICOEUR, Paul. Entre Tempo e Narrativa: Concordância/Discordância. **KRITERION**, Belo Horizonte, nº 125,2012, p.299-310.

_____. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RIDENTI, Marcelo. Mudanças culturais e simbólicas que abalam o Brasil. **Revista Plural**, v. 25, p 45-62, 2018.

_____. Que juventude é essa? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jun. 2013.

_____. Um espectro ronda o Brasil (à direita). **Plural**. Revista de Ciências Sociais da USP. v. 25, n. 1, 2018, p. 45-62.

ROCHA, Camila. "**Menos Marx, mais Mises**": uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese de Doutorado, 2019.

ROLNIK, Raquel. Produzir Cidade. **Espaço Público Periódico**, v. 12, p. 90-97, 2018.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). **Revista Brasileira de História**, vol.15, nº 30, 1995, p. 9-22.

_____. **Por uma história do político.** São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**, n. 2, p. 163-209, 2009.

_____. **Razão Histórica:** teoria da história, os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Ed. da UnB, 2001.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço.** São Paulo: Três Estrelas, 2017.

_____. Todo poder ao povo. Entrevista concedida a José Alberto Gonçalves Pereira e Magali Cabral. **Página 22**, 07 ago 2013.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

SAUER, Sergio. Processos recentes de criminalização dos movimentos sociais populares. **Terra de Direitos**, 2008. Disponível em <<https://terradedireitos.org.br/acervo/artigos/processos-recentes-de-criminalizacao-dos-movimentos-sociais-populares/1122>>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

SCHERER-WARREN, Ilse. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. **Política & Sociedade** (Impresso), v. 13, p. 13, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão:** Tensões Sociais e Criação Cultural da Primeira República. Ed. Brasiliense, 1989.

SINGER, André Vitor. Brasil, junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos.** CEBRAP (Impresso), v. 97, p. 23-40, 2013.

_____. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos.** CEBRAP, p. 23-40, 2013.

_____. Cutucando onças com varas curtas. **Novos Estudos.** CEBRAP, v. 102, p. 43-71-71, 2015.

_____. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos.** CEBRAP, p. 83-102, 2009.

_____. Rebellion in Brazil. **New Left Review**, v. 85, p. 19-37, 2014.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe.** Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SNYDER, Timothy. **Na contramão da liberdade.** A guinada autoritária nas democracias contemporâneas. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOARES DO BEM, Arim. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a Sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Educação e Sociedade**, v. 27, p. 1137-1157, 2006.

SOLANO, Esther. Fatores da crise, corrupção e saídas para a mesma: refletindo e conversando. **Ponto-e-Vírgula** (PUCSP), v. 19, p. 126-139, 2016.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade** (Online), v. 13, p. 35, 2014.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública** (UNICAMP), v. 25, p. 63-96, 2019.

TARROW, Sidney. Repertórios de ação coletiva e confrontos políticos: entrevista com Sidney Tarrow. Entrevistadores: Angela Alonso e André Botelho. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 11-19, 2012.

TILLY, Charles. **Contentious performances**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____. Invention, diffusion and transformation of social movement repertoire. In: **Identities, boundaries and social ties**. London: Paradigm. 2005.

_____. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, p. 133-160.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n.47, p. 15-28, 2004.

TURINI, Yasmin; CORREA, Nicholas. As influências do antipetismo no jogo político atual: o atravessamento do fenômeno nas eleições de 2018. **Revista Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v.18, n. 1, jan./dez. 2020. Anual.

TORINELLI, Michele Caroline. **A máscara e a multidão: enquadramentos dos Anonymous nas manifestações de junho de 2013 no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), 2023 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2015.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história – Foucault Revolucionou a História**. 2.ed. Brasília: São Paulo: EDUNB, 1982.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.